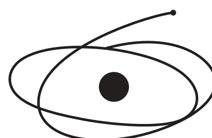
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano III nº 10 1960



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

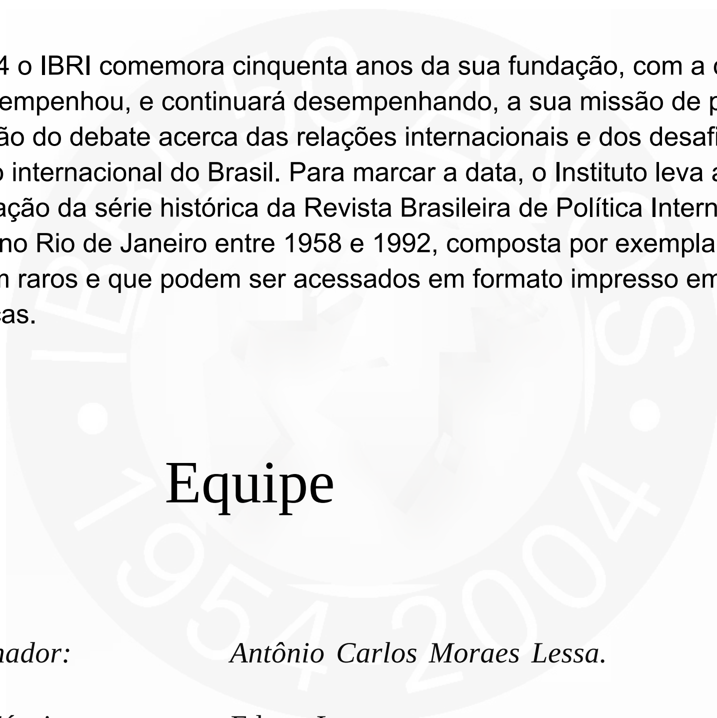
Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização



Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa*:* *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*



Ano III nº 10 Junho 1960

ARTIGOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos Poderes Públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1 204

RIO DE JANEIRO, GB. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Diretor:

OSWALDO TRIGUEIRO

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1 204 — Tel. 42-4553

RIO DE JANEIRO

Assinatura anual: Cr$ 300,00. Número avulso: Cr$ 80,00. Para o exterior: Cr$ 350,00 ou US$ 4.00 (Dois anos: US$ 7.00)

* * *

Escrevem neste número: ADLAI STEVENSON, Advogado, ex-Governador do Estado de Illinois, ex-candidato à Presidência dos Estados Unidos da América; GARRIDO TORRES, Membro do Conselho Nacional de Economia, ex-Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito; GEORGE V. H. MOSELEY, 3rd, Publicista, ex-funcionário internacional em Macau; CLEANTHO LEITE, Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento; ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ex-Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano III | Junho de 1960 | Número 10

SUMARIO

DOCUMENTOS

LIVROS

OS ESTADOS UNIDOS NO CENÁRIO MUNDIAL

Adlai Stevenson

A paz é o mais importante problema do mundo moderno. É o desejo mais difundido e a mais poderosa fôrça do universo. O homem comum parece compreender melhor do que seus governantes o absurdo da guerra e o perigo mortal que ela constitui para tôda a humanidade. Em todos os países que visitei o povo parece saber que suas aspirações à liberdade e à dignidade de uma vida melhor seriam pulverizadas caso a humanidade se entregasse a uma guerra atômica. Os Estados Unidos foram o berço dos mais revolucionários conceitos em matéria de liberdade política e humana. Minha grande esperança era a de que os Estados Unidos, país onde o átomo foi desintegrado pela primeira vez, fôssem, neste século revolucionário, o líder incansável, intimorato e indomável na luta contra a guerra. Continuo a crer que a preocupação máxima da política externa norte-americana deveria consistir no desempenho dêsse papel de líder e na persecução decidida dêsses objetivos.

Por que razão os Estados Unidos não conseguiram ocupar a liderança mundial após a guerra da Coréia? Por que razão tantos norte-americanos temem que os Estados Unidos tenham perdido a compreensão de seu papel no cenário mundial? Por que há tamanha confusão a respeito dos valores intelectuais e morais em nosso País? Por que razão há nos Estados Unidos uma certa negligência no que se refere aos grandes problemas da vida pública e um recesso geral para as alegrias da vida privada? Por que será o equilíbrio orça-

mentário uma preocupação maior nos Estados Unidos do que o esfôrço, a abnegação e o trabalho árduo? Será que confundimos prosperidade com segurança? Por que razão existe um crescente mal-estar, quando se fala no contraste entre uma sociedade como a da União Soviética, que acredita no destino que tem a cumprir, e a nossa, que parece considerar-se plenamente realizada?

Minha opinião pessoal é a de que o problema não reside na energia, na vontade ou na coragem na nação; e se a riqueza e o confôrto abateram nossa fibra, estou certo de que tal situação não é irreparável. O cerne do problema reside no fato de que nosso país se defronta com uma série de mudanças maciças no cenário internacional, que exigem novas maneiras de encarar os problemas mundiais, nova política externa, e, sobretudo, esforços redobrados de nossa parte. Desde a Coréia, porém, nossa liderança política parece não ter dado conta dêsse fato de maneira clara e consistente. A política externa norte-americana vem desde então se distanciando cada vez mais da realidade que nos cerca. Alheios a essa realidade, os norte-americanos desviaram suas energias e seu idealismo para problemas secundários.

As linhas mestras da política externa norte-americana continuam a ser as mesmas que prevaleceram de 1947 a 1952. Embora Dulles e Eisenhower tivessem propugnado por uma política de "libertação" e denunciado tôda política de contenção como "imoral", visavam, na prática, exigir uma cadeia de alianças militares em tôrno do mundo comunista, para assim tentar restringir o alastramento do poderio soviético, onde quer que se manifestasse. É curioso observar que a fé de Foster Dulles de que o comunismo se desintegraria por fôrça de suas contradições internas muito se assemelhava à convicção de Lênine de que o mesmo ocorreria com o capitalismo. Mas para vencer êsse concurso de persistência é preciso que sejamos muito persistentes. E, no entanto, em lugar de envidar grandes esforços para melhorar ou preservar o equilíbrio, bem como estimular o desgaste e mudanças mais

brandas no lado soviético, os Estados Unidos deram apoio a tôdas as políticas conservadoras e se viram derrotados em tôdas as frentes, enquanto a União Soviética e outras regiões industriais progrediam com rapidez.

Em resumo, ao adotar o Govêrno norte-americano a política externa de Dulles, nada fêz para torná-la eficaz. Na realidade, não faz tanto tempo que o vice-presidente Nixon chegou a encontrar deslealdade em minhas advertências sôbre o índice de crescimento econômico da União Soviética. (Êste é hoje duas vêzes maior do que o dos Estados Unidos!)

Assim, na maioria das vêzes, a resposta dos Estados Unidos às grandes transformações dêsse século tem sido apenas negativa e defensiva. Um govêrno que declarou ser sua primordial tarefa sustar o desequilíbrio orçamentário, utilizou-se mais da retórica do que de ação para fazer face a essas transformações. Essa recusa de tomar conhecimento da realidade acarretou uma erosão progressiva no papel desempenhado pelos Estados Unidos no cenário mundial. (Às vêzes agradeço a Deus que os russos existam — o rápido progresso que apresentam talvez possa fazer com que o crescimento econômico, o risco e a aventura sejam considerados, se não respeitáveis, pelo menos essenciais nos Estados Unidos). Não é minha intenção, porém, fazer uma acusação formal contra os objetivos limitados e os grandes temores da era Eisenhower-Dulles. Êsse estado de coisas tinha que se modificar e felicito o Secretário de Estado Herter pelos recentes indícios de um espírito de iniciativa mais amplo e de maior flexibilidade no comando da política externa dos Estados Unidos. Espero, contudo, que os norte-americanos não confundam as viagens protocolares do Presidente com possibilidades de negociações e acordos.

Vejamos algumas das realidades que teremos de enfrentar nesta era em que frutificam tantas revoluções. O antigo conceito colonialista já está pràticamente desaparecido. Nações novas — e imperialismos novos — esforçam-se por preencher o vácuo deixado por essa vasta revolução política.

A maioria dessas novas nações esforça-se para fazer com que suas economias ultrapassem a "barreira do som" da modernização em apenas algumas décadas. Essa é a revolução econômica. Essa tarefa, entretanto, deverá ser levada a cabo tendo como pano de fundo a população das áreas subdesenvolvidas em apenas uma geração. Essa é a revolução biológica. Enquanto isso, os vôos supersônicos, a energia atômica e os teleguiados abriram duas possibilidades opostas, de igual magnitude: uma, a exploração do espaço interplanetário, outra, a auto-exterminação da vida em nosso planêta. Essa é a revolução científica.

O que ainda nos espera, nesse desconcertante século em que vivemos, pode não ser previsível, mas nem por isso será menos significativo. Os países do Atlântico Norte dominaram, no passado, o mundo inteiro, mas não se puderam controlar, e depois das duas grandes guerras o poder e a influência da Europa declinaram, quando, sùbitamente, a Rússia e os Estados Unidos se revelaram como as duas principais potências mundiais. Essa supremacia de apenas dois países, porém, já está chegando ao fim e novos centros de poder, na Ásia, começam a surgir das cinzas. Ao findar êste século, a China e a Índia estarão industrializadas e a população da China será de quase um bilhão de habitantes. Então, à medida em que se fôr unificando ainda mais, a Europa aparecerá como outra grande potência. E quem poderá pôr em dúvida a ocorrência de maior unidade regional na América Latina e na África?

Não estamos, pois, no limiar de um século predominantemente americano ou que sofra a influência preponderante de qualquer outra grande potência. Precisamos encarar a realidade e admitir que os norte-americanos não ficarão por muito tempo sòzinhos no centro do palco — e que é sempre aconselhável um pouco de modéstia. Mas se nossas tradições não exigem que sejamos os donos do mundo, exigem, entretanto, que mantenhamos bem vivas e vigorosas nossas grandes tradições de liberdade política e de ordem jurídica, que constituem as bases da sociedade ocidental. Teremos de recorrer

grandemente às nossas reservas em matéria de sabedoria, capacidade de liderança, autodisciplina e magnanimidade para que nos guiem através dêsses mares desconhecidos, e para que possamos compreender e orientar essas fôrças prodigiosas que estão agora moldando um mundo novo. Eu diria ser êsse um dos nossos principais problemas, pois ainda não ficou provado que a democracia e seus processos de persuasão podem igualar-se em eficiência ao planejamento centralizado e às ditaduras.

Modificações múltiplas e universais constituem, pois, o cenário da política nesta era. Outra realidade que temos relutado em admitir é a atual vantagem que isto dá aos comunistas. Não foram êles os inventores das revoluções mundiais que, consciente ou inconscientemente, se desencadearam no hemisfério ocidental. Mas o comunismo, em si uma filosofia de transformação, as explora em todo o mundo, empregando seu conhecido jargão antiimperialista e proclamando a fraternidade da humanidade... comunista. Para nossa eterna vergonha, desbravaram as fronteiras do espaço e até mesmo plantaram a bandeira soviética na lua. Apresentam seu extenso planejamento totalitário como a única maneira de sair-se da estagnação econômica, e o exemplo soviético de modernização e fortalecimento rápido exerce forte atração sôbre os países atrasados. Khruschev proclama seus propósitos abertamente, dizendo: "vamos pôr de lado nossas armas e nós os derrotaremos na coexistência pacífica e competitiva". Diz êle que a União Soviética superará os Estados Unidos no terreno da produção e que, um a um, os países neutros irão aderir ao comunismo, enquanto o sistema comunista, alastrando-se através do globo, finalmente cercará e isolará o último refúgio do capitalismo nos Estados Unidos. Os planejadores soviéticos esperam que, tal como aconteceu na China, os regimes não comunistas da Ásia, do Oriente Médio, da África e de partes da América Latina não serão capazes de solucionar os problemas da modernização e do desenvolvimento econômico e se verão forçados a adotar a alter-

nativa comunista, estimulados, sem dúvida, pelo comércio, pelo auxílio e pela penetração comunistas.

Êste, estou certo, é o caminho que os soviéticos atualmente consideram como o mais certo e seguro para a hegemonia mundial. Impressionou-me a convicção demonstrada por Khruschev, tanto no seu país quanto no nosso, de que a história está trabalhando para êle e de que o sistema sob o qual a União Soviética se tornou tão forte tão ràpidamente é o sistema que a outros países convém adotar. Para desgraça nossa, recusamo-nos a acreditar que Hitler falava a sério. Não devemos incidir em novo êrro.

Para mim, os dois fatos mais perigosos que enfrentamos atualmente são a multiplicação das armas nucleares e a disparidade de níveis de vida entre as nações ricas e as pobres. Assim, sugiro que enfrentemos as crises de nosso tempo em quatro áreas principais: em primeiro lugar, devemos eliminar a crescente distância entre a riqueza e a pobreza. Em seguida, a fim de conseguirmos isso, devemos criar novos padrões supranacionais e instituições de cooperação. Em terceiro lugar, enquanto existirem armas nucleares permanecerá o perigo de seu emprêgo. Devemos trabalhar por um mundo desarmado, sob o império da lei e de um poder policial organizado — única resposta definitiva à ameaça de uma guerra aniquiladora. Finalmente, devemos ampliar tanto quanto o permitam as nossas fôrças o conceito de um mundo aberto. Pois é ao aceitar a variedade e as diferenças, harmonizadas mas não suprimidas, que nós, por nossa vez, estaremos indo de encontro às tendências históricas, sempre porém, de acôrdo com a arraigada diversidade da espécie humana. Acreditamos fervorosamente que, com o passar do tempo, os totalitários ir-se-ão gradualmente convertendo à nossa maneira de pensar e não nós à dêles. Nosso objetivo não é o de vencer apenas uma *guerra* fria, mas o de persuadir um *mundo* frio. Essas observações são, sem dúvida alguma, demasiadamente generalizadas. Só as podemos transformar em política mediante aplicação e negociações especí-

ficas. Alguns objetivos podem ser perseguidos com a colaboração de nações cuja mentalidade é semelhante à nossa, e o deveríamos fazer sem perda de tempo; outros, no entanto, dependem do consentimento comunista, e o atingi-los pode exigir longos anos de estóicas negociações.

Na minha opinião o Ocidente começará a agir com sabedoria quando tiver sua própria política criadora; não apenas uma política negativa para deter os comunistas, mas uma que reflita nossa própria visão de uma sociedade mundial viável e nossa própria compreensão das revoluções em meio às quais estamos vivendo. O abandono voluntário do colonialismo pela maioria das potências coloniais do Ocidente, o Plano Marshall, o movimento de unificação européia e os diversos programas de auxílio econômico são inovações criadoras que já podem ser creditadas ao Ocidente do após-guerra.

Uma vez estabelecido o que queremos, e quais são os nossos objetivos, deveremos então tratar de persegui-los por todos os meios, com a mesma resolução e o mesmo sacrifício com que os comunistas perseguem os seus. Não será fácil chegarmos a acôrdo a respeito dêles, em vista das divergências existentes entre as potências ocidentais, aliadas ao fato de a União Soviética controlar a Alemanha Oriental e, conseqüentemente, a possibilidade da unificação da Alemanha. Tendo a impressão de que a tarefa mais difícil será a de perseguir os nossos objetivos, resoluta e conjuntamente com os nossos aliados, porque "em tempo de paz" as democracias levam uma sensível desvantagem. Preocupações domésticas imediatas têm precedência sôbre objetivos nacionais distantes. Muitas pessoas egoístas e imprevidentes escolhem o mais fácil, e muitos políticos ambiciosos preferem os cargos ao dever. Mas não podemos viver apenas com "rabos-de-peixe", TV e moeda forte. De uma forma ou de outra teremos de elevar as nossas vistas ao nível das tarefas. Procurarei sugerir algumas destas.

II

A renda anual *per capita* nos Estados Unidos é, em média, de 2.000 dólares, contra menos de 100 dólares para um têrço

da população mundial. O pior aspecto, porém, desta disparidade, é que as nações ricas se estão tornando mais ricas e as pobres mais pobres. Felizmente, aqui e entre os nossos amigos, chegou-se afinal a compreender de forma cada vez mais clara de que essas são as áreas decisivas e que temos de auxiliar os povos subdesenvolvidos a atingirem um nível de crescimento capaz de sustentar-se a si mesmo, preservando ao mesmo tempo sua independência, e dando-lhes alguma esperança de desenvolver uma democracia política. Sem uma alternativa aos métodos comunistas de desenvolvimento, enfrentamos, na realidade, perspectivas sombrias em países pobres, onde o índice de alfabetização é baixo, a fome campeia e diminuem os recursos à medida que crescem as populações. Acredito podermos contar com cinco condições de êxito bastante claras. Estaremos comprometidos nesse programa durante, pelo menos, quarenta anos. Necessitamos de um quadro de auxiliares profissionais com os conhecimentos lingüísticos e as aptidões necessárias neste campo totalmente novo de atividade. De acôrdo com a opinião de conhecedores do assunto, serão necessários pelo menos 5 bilhões de dólares, por ano, que deverão ser fornecidos por tôdas as fontes, públicas e particulares, nacionais e estrangeiras. Teremos de coordenar todos os aspectos dêsse esfôrço com outras nações — não apenas no que diz respeito aos investimentos a realizar, mas também às oportunidades de comércio, solvabilidade internacional e assim por diante. Para obter os resultados máximos, tôdas as nações desenvolvidas devem cooperar. Não há dúvida de que chegou o momento de outros países compartilharem mais do ônus comum da assistência. Nessas condições, os Estados Unidos não podem esperar um contrôle completo do emprêgo de todos os seus gastos para fins de desenvolvimento.

Se estas cinco condições ainda não foram completamente compreendidas, que se dirá de sua aceitação? Há mais do que uma simples insinuação de que, se os comunistas se comportassem bem, o programa de desenvolvimento econômico poderia ser cancelado. Em parte, como conseqüência disso, nossa

política para escolha de pessoal é feita ao acaso, nossos programas lingüísticos são inadequados e estamos criando tantos organismos rivais, quer nacionais quer internacionais, que as políticas tendem a embaraçar-se e obstruir-se em sua base, tornando-se redundantes e confusas em seu campo de aplicação. Lamento que o Govêrno tenha rejeitado a recomendação feita pela Comissão de Relação Exteriores do Senado, no inverno passado, para que se constituísse um fundo de empréstimo, a longo prazo e a juros módicos, de aproximadamente um bilhão e meio de dólares, durante cêrca de cinco anos. A crescente prosperidade dos países europeus e os dólares que afluem a esta área deveriam possibilitar a mobilização, pela Europa, de uma soma equivalente. Com cerca de 3 bilhões de dólares anuais disponíveis para investimentos públicos, com os vastos recursos da técnica e da experiência ocidental, e trabalhando com o Banco Mundial, o Fundo Monetário e a nova Associação Internacional de Desenvolvimento, estaríamos em condições de planejar um ataque coordenado e eficaz contra todos os aspectos do subdesenvolvimento: carência de capitais, falta de técnicos, reservas baixas, exportação baseada em monocultura e flutuação dos preços nos mercados mundiais.

É difícil estabelecer prioridades, mas creio haver acôrdo geral em que todo o futuro político da Ásia livre poderá depender do êxito da grande experiência da Índia. Não há dúvida, também, de que é evidente a necessidade de uma modernização mais rápida e de uma cooperação mais estreita com a América Latina. A visão de um mercado comum para o hemisfério ocidental é ainda mais emocionante se se orientar no sentido de uma federação econômica em todo o mundo não comunista. Venho insistindo há anos para que os Estados Unidos encarem o desenvolvimento econômico tão importante quanto a defesa nacional e façam pressão sôbre outros países desenvolvidos a fim de que participem de um esfôrço coordenado. O fato de não possuirmos, atualmente, um programa conjunto de investimento e de desenvolvimento mundiais de-

corre, em parte, de outra fraqueza: nosso fracasso em desenvolver uma comunidade atlântica orgânica com instituições e propósitos comuns. O fantasma que assustou tôdas as conferências da OTAN durante dez anos, é o fantasma do Rei despido. Os "sábios", as comissões, as resoluções, todos mencionaram as tarefas positivas da OTAN. Mas nós ainda temos de encontrá-las. Pior do que isso, porém, é que mesmo a unidade, na forma em que existe atualmente, está sendo minada.

III

Sob uma superfície aparentemente clara há perigosos mal-entendidos dentro da nossa aliança, que não serão superados apenas por viagens protocolares e por uma diplomacia apressada visando à preparação dos encontros com Khruschev. A reconciliação entre a França e a Alemanha foi uma realização histórica da diplomacia do após-guerra. O Mercado Comum é um esfôrço criador destinado a superar o nacionalismo estreito na procura do bem-estar econômico e social e, finalmente, da união política. Mas será elevado o preço se a França, aproximando-se da Alemanha, distanciar-se da Grã-Bretanha e se o Mercado Comum, formado por seis nações, e o chamado "grupo dos Sete", da Associação de Livre Comércio, dividirem a Europa em dois grupos rivais, levantando barreiras econômicas que virão deteriorar não só as relações comerciais mas também as políticas entre os países europeus. Mas essas divergências não afetam apenas a Europa. Também a África, que recebeu da era colonial êsse último legado desarmonizador, é vítima de numerosos atritos.

Estou convicto de que a solução dessas divergências deve constituir um dos objetivos mais constantes da política externa norte-americana. Os Estados Unidos deveriam instar para que o grupo dos "Seis" e os "Sete" da Associação de Livre Comércio iniciem negociações a fim de limitar as discriminações de tarifas e liberalizar o comércio. Os Estados Unidos e o Canadá deveriam também cooperar sistemàtica-

mente com os "Seis" e os "Sete" para expandir a influência norte-americana e empregá-la com energia de modo a auxiliar a solução comum dos difíceis problemas da política comercial, inclusive questões tais como a estabilização do preço das mercadorias, para as quais os países industrializados devem assumir a liderança. Nesses três ou quatro últimos anos os Estados Unidos puderam aperceber-se de que mesmo seu próprio comércio estava começando a depender da prosperidade da Europa, e de que a política seguida nos países de ambos os lados do Atlântico influenciava de maneira vital o resto da comunidade. O desequilíbrio da balança de pagamentos norte-americana e o temor pelas reservas-ouro de nosso país já estão levando os Estados Unidos a um novo isolacionismo, a um renascimento gradual do protecionismo, a uma redução do auxílio externo e a novas cisânias em nossa unidade e poderio. A política do Govêrno no que diz respeito a empréstimos externos de proteção dos produtos americanos terá efeitos reduzidos em nossa pauta de exportação, sendo demais frontalmente contrária à política liberal de comércio e pagamentos, a mesma que insistimos para que nossos aliados adotem.

Os Estados Unidos só poderão enfrentar com segurança o desafio comunista se dispuserem de uma capacidade militar de represália igual ou superior à do mundo comunista. Se reduzirmos demasiadamente nosso poderio militar — sem que a União Soviética tenha feito concessões equivalentes — poderemos vir a descobrir que o interêsse de Khruschev em negociar pacìficamente nossas pendências diminuiu de maneira sensível. Não devemos tentar os russos com uma demonstração de fraqueza. Não devemos jamais deixar que a União Soviética encare como provável a hipótese de que poderia destruir de um só golpe nossa capacidade de represália. Mesmo assim, a única afirmação segura que podemos fazer é a de que a União Soviética poderá recorrer à fôrça, como o fêz na Hungria e na Alemanha Oriental, sempre que não correr o risco da deflagração de uma terceira guerra mundial. Como

tive a oportunidade de dizer a Khruschev, a igualdade de fôrças e a igualdade de riscos são os únicos pontos de partida possíveis para qualquer discussão sôbre desarmamento.

A Europa Ocidental poderia também desempenhar um papel mais importante e assumir encargos maiores na manutenção do equilíbrio militar, enquanto esta insensata e onerosa corrida armamentista não fôr abandonada. Atualmente, acredito que o contrôle e o uso comum das armas atômicas seria a melhor maneira de evitar-se a atual duplicação dessa dissentânea, custosa e ineficaz capacidade nuclear. Nenhum país europeu pode, sòzinho, contruir um sistema de defesa capaz de enfrentar um ataque soviético, e nem deve tentar fazê-lo. Penso que deveríamos encarar nossos problemas militares comuns de maneira nova e direta. Não vejo por que não podemos distribuir nossos encargos nucleares, navais e de armas convencionais mais eficaz e econômicamente. O nosso objetivo seria o de construir um sistema militar interdependente no qual cada nação ocuparia o lugar que lhe coubesse de acôrdo com suas capacidades tecnológicas e econômicas. Os Estados Unidos devem, por conseguinte, reconhecer formalmente sua interdependência econômica, militar e política. Um Conselho Atlântico, com poderes reais, poderia formular uma política conjunta para a partilha das responsabilidades e tornar realidade o sonho de uma aliança verdadeira e eqüitativa entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Os nossos êxitos no passado — especialmente o plano Marshall — tornam tal aliança possível e o maior desafio jamais conhecido pelo mundo ocidental a faz necessária.

Penso que se deveria convocar uma conferência dos países do Atlântico Norte para esboçar novas políticas comuns em matéria de defesa, desarmamento, exploração do espaço, reservas monetárias, ajuda aos países subdesenvolvidos, proporcionando, igualmente novos têrmos de referência para a OTAN e outras organizações semelhantes. Sou de opinião que a Europa deveria tomar a iniciativa de criar alguma nova organização para ocupar-se de nossos grandes problemas, que

se avolumam dia a dia, e promover uma cooperação mais sistemática entre os países ocidentais. Enquanto essa idéia não se concretiza, é preciso que os nossos aliados, inclusive o Japão, estejam dispostos a tomar medidas imediatas para aliviar certas pressões políticas danosas que estão tomando vulto nos Estados Unidos, e tenho a satisfação de dizer que já foram dados alguns passos nesse sentido. Entre outras, essas medidas deveriam ser: eliminação de qualquer discriminação com relação às importações de dólares dos Estados Unidos, assim como tôdas as restrições quantitativas. Tenho insistido para que os países cuja economia o auxílio norte-americano ajudou a reconstruir devam assumir uma parte maior no encargo do auxílio às nações subdesenvolvidas. Nossos aliados europeus deveriam agora assumir uma parte maior do encargo da defesa do Ocidente, já que a manutenção de fôrças norte-americanas em ultramar agrava o *deficit* do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Embora tal *deficit* possa ser um problema de curta duração, o mesmo não acontece com a pouca solvabilidade das nações que comerciam conosco, e o Ocidente deveria tomar providências para corrigir essa deficiência o mais cedo possível. Um sistema de cooperação atlântica realmente eficiente não contribuiria apenas para o aumento do poderio ocidental básico. Poderia demonstrar a outras regiões — à América Latina ou à África livre, por exemplo — os métodos pelos quais a autonomia política pode ser combinada com a cooperação supranacional. De qualquer modo, a alternativa seria ver as divergências que nos separam aprofundarem-se dia a dia. Uma coisa, porém, é certa: não poderemos enfrentar o desafio comunista se estivermos desunidos e em desordem.

IV

O refôrço da comunidade atlântica traria, acima de tudo, a possibilidade de abrir caminho para o desarmamento e para a paz. As implicações da guerra e do impasse nuclear são

tão visíveis em Moscou quanto em Washington. Depois de ter tido a oportunidade de conversar com Khruschev na União Soviética e na América, tive a impressão de que algumas atitudes comunistas intransigentes se estão modificando. Assim, por exemplo, alguns líderes soviéticos parecem ter-se apercebido de que os países "capitalistas" não são absolutamente conformes à descrição marxista de um inferno de miséria e desespêro. O próprio Khruschev chegou mesmo a mudar de idéia a respeito da convicção comunista de que os Estados Unidos não poderiam reduzir sua produção de armas sem que daí resultasse uma depressão econômica (confesso ficar indignado quando ouço alguns dos meus compatriotas que se demonstram menos otimistas do que Khruschev a respeito da flexibilidade de nossa economia, especialmente por saber que temos em nosso país tantos campos inexplorados para os quais poderíamos dirigir nossas energias e nossos recursos).

Quanto mais os comunistas tiverem conhecimento das realidades da sociedade ocidental melhor será para a verdade, e conseqüentemente para nós. Conhecendo um pouco sôbre a terrível escuridão em que a maioria dos russos são obrigados a viver, sou francamente a favor de programas de intercâmbio e de contactos culturais cada vez maiores. Gostaria de ver os Estados Unidos tomarem a iniciativa de levar o Ocidente e a União Soviética a empreenderem algum trabalho em comum. O princípio do Ano Geofísico Internacional deve ser estendido a uma Comissão Geofísica Internacional mista. Outros campos aos quais essa cooperação poderia ser estendida são o contrôle e a exploração do continente antártico, a oceanografia, as pesquisas nucleares e médicas, a exploração do espaço e até mesmo operações conjuntas de ajuda econômica a certas regiões. Essa comunhão de professôres e técnicos poderia fazer mais do que simplesmente levar os comunistas a travar conhecimento com o verdadeiro estilo de vida do Ocidente e com as possibilidades de uma sociedade universal sem barreiras. Poderiam ser êles os precursores da cooperação supranacional e dos órgãos de contrôle internacional.

Não é difícil encontrar razões pelas quais a paz seja tão preciosa aos olhos dos russos, após, a desolação e a destruição causadas por duas guerras mundiais. Além disso, hoje em dia a União Soviética teria muito a perder em caso de guerra, e o gôsto pelas coisas boas da vida se está desenvolvendo ràpidamente entre os soviéticos. Diz-se que o esfôrço de defesa soviético consome 25% da renda nacional, enquanto o nosso apenas 10%. Assim, uma das principais razões para diminuírem o ônus com a construção de armamentos é a possibilidade de maior utilização de mão-de-obra e mais recursos para a melhoria do padrão de vida do povo russo e para o fortalecimento do potencial soviético na disputa econômica com o Ocidente e na importantíssima luta para a conquista dos países neutros. Estou convicto de que pelo menos alguns dos líderes soviéticos desejam sèriamente sustar o desenvolvimento das armas nucleares, antes que o perigo delas decorrente se torne incontrolável. Gostaria de ter um pouco mais de esperança no sentido de que a União Soviética estivesse igualmente pronta a aceitar a inspeção e o contrôle que tornariam possível qualquer redução geral de armamentos. Essa esperança, evidentemente, ainda é mais longínqua quando se trata de desarmamento total. Tenho a impressão de que ainda passará muito tempo antes que a União Soviética se torne uma sociedade aberta. Mas nem assim devemos desconfiar, apressada e cìnicamente das propostas de desarmamento de Khruschev como sendo meramente propagandísticas e insinceras. O problema não consiste em saber se os comunistas são sinceros, mas sim de saber se estão falando sério.

O cerne da tensão entre leste e oeste é o mêdo. Pouco interessa saber se é racional ou irracional, justificado ou não. Êle existe, e os povos, especialmente norte-americanos e russos, têm sido doutrinados nesse mêdo recíproco — essas imagens diabólicas — durante anos. Os armamentos são um sintoma dos mêdos e tensões entre países. Assim, prossegue o argumento, o desarmamento é impossível enquanto não se chegar a um entendimento político e não se restaurar a con-

fiança. Não estou de acôrdo. Acredito que a corrida aos armamentos nucleares, com armas de destruição maciça, constitui elemento novo, e, em si, uma causa de tensão. Evidentemente, como já disse, devemos procurar melhorar indefinidamente as nossas relações mediante intercâmbios, negociações, projetos comuns, comércio e acordos quando êstes forem possíveis. Mas o mêdo não desaparecerá enquanto não sustarmos a corrida armamentista. Teremos que agir em todos êsses campos simultâneamente. Como disse Selwyn Lloyd, da Grã-Bretanha, ao apresentar o plano britânico para um desarmamento amplo que precedeu o de Khruschev: "Se chegarmos a acordos políticos será mais fácil um acôrdo sôbre o desarmamento; e se chegarmos a um acôrdo sôbre o desarmamento será mais fácil obtermos um acôrdo político".

Pelo que me disse Khruschev, concluo que êle também está de acôrdo. E sinto-me bastante estimulado com as provas, que tenho recebido de diversas fontes, de que os russos estão realmente preocupados com os perigos técnicos e políticos e com o custo, para a União Soviética, de uma corrida armamentista indefinida. Demais, a resolução das Nações Unidas, sôbre desarmamento, aprovada também, *mirabile dictu*, pelos Estados Unidos e pela União Soviética, reconhece que o desarmamento em si promoverá a confiança entre as nações e declara ser o desarmamento o mais importante problema com que se defronta o mundo hoje em dia. Em resumo, parece que o desarmamento controlado voltou a ocupar o lugar que lhe pertence, como primeiro item da ordem do dia mundial. Sinto que os Estados Unidos não tenham assumido e mantido a liderança conforme sugeri que fizessem quando da campanha presidencial de 1956. Fiquei chocado com a proposta, recentemente feita por alguns de nossos dirigentes, de que os Estados Unidos reiniciem as experiências nucleares subterrâneas, justamente no momento em que parece possível o primeiro rompimento do impasse nas negociações sôbre armamentos. Não posso encontrar muitos métodos melhores para tornar as perspectivas ainda mais sombrias, desfigurar nossa

aparência pacífica e favorecer a propaganda comunista no sentido de que são êles os amantes da paz e nós os provocadores de guerra. Deveríamos prolongar a suspensão de nossas experiências enquanto as negociações continuarem numa atmosfera de boa-fé e enquanto os soviéticos mantiverem suspensão semelhante. A boa-fé nas negociações é decisiva, porquanto uma suspensão indefinida corresponde a uma interdição das experiências sem inspeção.

A fim de se saber se Khruschev e seus companheiros do Kremlin estão sendo realmente sinceros, devemos verificar se concordam com dois princípios essenciais: a) o desarmamento nuclear e o convencional devem progredir simultâneamente para que o equilíbrio de segurança entre as nações não seja perturbado, e b) o progresso em cada estágio deve ser submetido a uma fiscalização internacional efetiva. Se algum dia atingirmos o desarmamento universal e total, uma terceira necessidade surgirá: algum tipo de fôrça supranacional, como insisti junto a Khruschev, a fim de que a preponderância absoluta de potências como a União Soviética e os Estados Unidos — ou a China — não venha a intimidar os vizinhos menores. A composição, contrôle e emprêgo dessa fôrça apresentam evidentemente, uma série de novos problemas.

Entrementes, até que se atinja o tão esperado desarmamento, devemos, como já disse, sanar as deficiências de nossas defesas para mantermos, pelo menos, um poderio igual ao dos soviéticos. E acredito que seria ingenuidade presumir estarem êles já prontos a participar da espécie de cooperação positiva, em outros terrenos, capaz de estabelecer uma verdadeira segurança coletiva. A tradição conspiratória é muito antiga e tem raízes muito profundas no pensamento comunista, e quando êles falam em "competição pacífica", por exemplo, suspeito de que a maioria dos comunistas incluiria sob êsse rótulo a subversão política, os golpes de Estado e até a revolução sob a liderança do Partido Comunista. Apesar disso, acredito que nos possamos estar aproximando do momento em que a corrida armamentista com a União Soviética

possa ser detida. Uma vez que um regime revolucionário ultrapasse a fase do fanatismo adolescente, o risco e o custo tornam-se considerações poderosas. Acredito que êsse tipo de considerações exerce uma influência real em Moscou hoje em dia, e que devemos fazer o que estiver em nosso alcance para estimular essa tendência.

V

Duvido, entretanto, que em Pequim o custo e os riscos sejam fatôres decisivos. Na fase atual a pressão exercida por "demônios estrangeiros", reais ou inventados, fornece a desculpa para a austeridade e para a repressão violenta decorrentes da modernização maciça. Nesse estado de espírito compreende-se que a China possa estar pronta a arriscar-se numa guerra capaz de levar o desastre a seus vizinhos comunistas mais prósperos. Talvez Moscou ainda possa, hoje em dia, limitar a agressividade chinesa mediante o contrôle da ajuda militar, mas à medida que a China se fôr desenvolvendo essa influência diminuirá. Terá a Rússia, portanto, interêsse em estabelecer agora uma forma de contrôle enquanto sua influência é ainda considerável? Não o sabemos, mas devemos tentar descobri-lo. E se fôr feito qualquer progresso importante quanto ao desarmamento, a Rússia terá que assumir a responsabilidade da inclusão da China. Embora haja atualmente poucas esperanças de um acôrdo razoável com a China Vermelha, não nos esqueçamos de que os asiáticos se têm demonstrado desiludidos e desconfiados em face dos ataques imperialistas dêsse país a seus vizinhos e do desprêzo que tem demonstrado pelos "cinco princípios da coexistência". Parece-me um bom sinal, o Sr. Khruschev ter-se feito valer da sua estada em Pequim para prevenir os comunistas a não usarem fôrça contra o capitalismo. Há, também, novas esperanças em sua proposta — ignorada por Pequim — para a criação de uma zona atômica livre no Extremo Oriente. Gostaria de sugerir, apesar de certo atraso, que considerássemos

com êle a possibilidade de pacificação dessa área baseando--nos em amplo ajuste dos problemas pendentes — inclusive Formosa — mediante negociações, e jamais pela fôrça.

Do lado comunista, as concessões incluiriam a extensão à China de qualquer sistema de inspeção internacional de desarmamento, terminando a ameaça de fôrça contra Formosa e de subversão na Indo-China, um acôrdo pacífico de limites com a Índia, eleições livres na Coréia, sob a supervisão das Nações Unidas e a aceitação dos direitos dos habitantes de Formosa de determinarem seu próprio destino, mediante plebiscito, também fiscalizado pelas Nações Unidas. De nosso lado, as concessões provàvelmente incluiriam o fim do veto americano quanto à admissão da China nas Nações Unidas (não confundir com o reconhecimento diplomático), a evacuação de Quemoi e Matsu e a inclusão da Coréia e do Japão na zona atômica livre e na área de desarmamento controlado. Talvez nem os russos nem nós mesmos já estejamos preparados para discutir em têrmos tão concretos. No entanto, é claro que nenhum contrôle geral de desarmamento terá valor sem a inclusão da China, e custa admitir que êsse país possa aceitar um contrôle internacional quando não é, oficialmente, membro de sociedade internacional. Além disso, como membro das Nações Unidas, a China Comunista, com um quarto da população do mundo, teria que assumir, perante a opinião mundial, responsabilidades maiores que as de uma mera potência marginal.

Um dos fatôres preponderantes para a paz mundial será, no final das contas, a disposição ou a capacidade que tiver a Rússia de conter os desígnios imperialistas da China. E é provável que, tanto em sua diplomacia como em seu desenvolvimento interno, Moscou esteja atingindo um ponto em que a coexistência pacífica de Khruschev com o Ocidente tenda a evoluir para uma cooperação positiva. A porta russa para o Ocidente deverá abrir-se ainda mais ou novamente cerrar-se.

VI

As áreas mundiais onde os interêsses e a segurança das grandes potências colidem são exatamente as áreas de tensão onde as negociações devem ser concentradas para que os resultados possam ser positivos. Não acredito que a solução esteja no estabelecimento de blocos militares locais, dirigidos contra os Comunistas. Se procurarmos clientes militares, veremos que a Rússia pode ser um ótimo parceiro para o jôgo, e ainda mais cínico. Além disso, ela não se vê dificultada por laços com os antigos senhores coloniais. Não quero dizer que países ameaçados não devam ser protegidos. A Doutrina Eisenhower quase nada mais é do que a reafirmação de nosso compromisso na Carta das Nações Unidas e da Doutrina Truman, que prevê o auxílio às vítimas de agressão direta. Se os soviéticos estivessem dispostos a invadir o Irã — embora isso não seja provável — a intervenção americana seria inevitável. E esta é, precisamente, a causa da improbabilidade. Mas o Irã não está mais seguro pelos elos militares que o ligam ao Paquistão, e o destino do Iraque mostra quão fàcilmente uma aliança impopular pode ser explorada para minar um regime pró-ocidental.

Acredito que, antes da colaboração política e econômica, devamos considerar o desarmamento e a falta de coligação nas áreas onde os interêsses das grandes potências colidem, como no Oriente Médio. Resta-nos algum tempo, pois as armas atômicas estão ainda na posse de, apenas, três potências. * Daqui a dez anos, porém, quem sabe quantos ditadores locais as possuirão — com perigo não apenas para nossa segurança mas também para a da Rússia. Êsse aspecto, portanto, pode constituir outro interêsse comum a ser explorado. Podemos examinar a possibilidade de uma zona atômica livre para o Oriente Médio. Podemos também reconsiderar uma sugestão

(*) *N. da R.*: Êste artigo foi escrito antes da explosão da bomba atômica francesa, mas êste fato não invalida a proposição do autor.

anterior para sustar quaisquer carregamentos de armas para o Oriente Médio — plano êsse apoiado pelos soviéticos. Nem a Rússia nem as nações ocidentais ganharam muito com suas recentes políticas de intervenção no Oriente Médio. Sugiro fazermos agora uma tentativa por meio de uma não-intervenção organizada. Certos problemas internacionais jamais são solucionados: gastam-se. E o conflito árabe-israelense pode desgastar-se antes de solucionado. Mas nesse ínterim os Estados Unidos deveriam insistir constantemente, junto à União Soviética e a todos os membros das Nações Unidas, para que usem suas influências com o fito de harmonizar as relações entre os Estados Árabes e Israel, e pôr fim a essa prolongada e inútil hostilidade.

Agora entretanto, o ponto crítico de tensão localiza-se na Europa e, principalmente, na Alemanha. Defrontamo-nos aí com um perigoso impasse, em que nenhum lado pode ceder sem grave risco. De nossa parte, tememos principalmente que qualquer retirada, quer do território encravado de Berlim Ocidental quer da Alemanha Ocidental, seja o primeiro passo de uma retirada geral das "posições de fôrça" na Europa. O fim dêsse processo poderia deixar o Continente sem a proteção das fôrças americanas e minar as defesas contra o avanço russo em direção à Mancha. Os soviéticos, porém, têm os seus receios semelhantes. A retirada de suas tropas poria em perigo os instáveis governos comunistas favoráveis à Rússia e conduziria ao ressurgimento de uma Alemanha poderosa e potencialmente hostil. Não será difícil compreender o bem fundamentado receio da Rússia em face de uma Alemanha rearmada, após ter sofrido duas tremendas invasões de seu território em apenas uma geração. O risco que corre a Rússia é provàvelmente maior do que o nosso. Após 15 anos de comunismo, a Alemanha Oriental e a Europa Oriental continuam provàvelmente hostis à Rússia. Do nosso lado, o comunismo tem perdido terreno constantemente. Uma Europa livre para escolher seu destino não seria comunista e poderia ser muito anti-russa. Por esta razão acredito que nós, no Ocidente, temos maiores trunfos na Europa.

Concordo com o Dr. Adenauer em que a chave para se chegar a um acôrdo em uma Europa dividida baseia-se no desarmamento geral controlado. O único acôrdo satisfatório para uma Berlim dividida será a unificação da Alemanha dividida. O caminho para a unificação será através de uma redução do mêdo na Rússia e no Ocidente. E o mêdo sòmente desaparecerá quando se registrar progresso em relação ao desarmamento com contrôle adequado. Duvido que antes disso possamos alcançar mais do que acordos provisórios ou adiamentos dos problemas de uma Europa dividida. Com a realização, em breve, de conferências de cúpula, penso que seria impróprio e inútil para mim discutir propostas que têm sido feitas para a criação de uma zona atômica livre na Europa Central, para a remoção proporcional das guarnições de Berlim e das fôrças de ocupação, para garantias de segurança, e para outros itens pormenorizados de possíveis soluções provisórias.

VII

Em todos êsses grandes problemas de política internacional — quer se refiram a um programa mundial de investimento para os países subdesenvolvidos, quer digam respeito aos métodos de colaboração mais íntima com a Europa, ou à criação de comunidades de trabalho e interêsses comuns com os soviéticos, ou ainda, a tôda a longa e árdua pesquisa para o desarmamento — o Ocidente deve dar à recuperação da iniciativa máxima prioridade. Nenhum lucro duradouro poderá advir de uma atitude perpètuamente defensiva. O Ocidente, que desde o advento da idade moderna tem sempre reivindicado para si o papel preponderante nos assuntos humanos, não pode deixar que seu poder de iniciativa lhe escape das mãos. Sejamos realistas: hoje, já perdemos a iniciativa. Equiparando-se conosco em matéria de armamentos, é a União Soviética que está alçando a voz em prol do desarmamento e de competições pacíficas; e é a União Soviética, forte e confiante em si, que agora nos usurpa o papel de líder nos esforços para a paz. Khruschev é quem desafia desde o espaço interplane-

tário até Berlim. Reagimos à sua política, mas mantemos o diálogo mundial nas suas condições. Entre improvisações precipitadas e decisões improvisadas, parece têrmos perdido o nosso senso de direção.

Os responsáveis por isso somos nós mesmos. A verdade é que as nações não podem demonstrar no exterior um sentido de finalidade quando o perderam em casa. Há uma estreita relação entre a índole de nossa conduta em casa e a eficácia da influência norte-americana no mundo, em geral. O Presidente Wilson deu uma nova orientação ao pensamento internacional porque era, em sua pátria, um pioneiro da Nova Liberdade. O prestígio universal do Presidente Franklin Roosevelt, como fôrça liberal no mundo, estava firmemente enraizado no "New Deal", e essa foi a tradição levada avante pelo Presidente Truman em grandes empreendimentos como o Plano Marshall e o programa do Ponto Quatro. Essa relação entre a conduta interna e a influência externa não é menos vital hoje em dia. Se não pudermos recuperar uma atitude criadora, ambiciosa, e de visão para os problemas de nossa própria comunidade, há pouca esperança de que recuperemos uma conduta dinâmica no mundo. Tanto por culpa nossa quanto por seus próprios desígnios, Khruschev está capacitado a continuar ditando os têrmos do diálogo mundial.

Vejo, atualmente, poucos sinais capazes de levar-nos a abordar os nossos problemas em têrmos positivos. Na época mais radical e revolucionária da história do homem, as principais preocupações da nossa liderança têm sido quase totalmente defensivas. Não temos sido instados e incentivados pelas oportunidades positivas da construção mundial e nacional inerentes à nossa posição como o povo mais fabulosamente aquinhoado que a humanidade já viu. Ao contrário, a nossa política externa tem sido dominada pelo mêdo do comunismo e nossa política interna pelo mêdo da inflação. Programas de assistência econômica têm sido "vendidos" aos norte-americanos sobretudo como um meio de sopesar a fôrça dos comunistas, jamais como nosso papel criador, no oferecimento de

nossa revolução tecnológica ao resto da humanidade. O estímulo à exploração do sistema solar não se tem constituído em nosso desejo incansável de estender os limites do conhecimento humano, mas sim na irritação de ver os russos alcançarem a Lua antes de nós. Nosso interêsse na primazia de nossas pesquisas e na educação aumentou, não porque desejamos que cada cidadão livre exercite ao máximo seus talentos inatos e suas capacidades, mas porque os russos estão produzindo um maior número de cientistas e tecnologistas do que o Ocidente.

Mesmo nos setores em que aceitamos o desafio soviético — como presumo fazemos na defesa, ciência e educação — nosso sentido de premência não é ainda suficiente para superar o mêdo obcecante de que, de alguma forma, nos defrontamos com um estado de falência, apesar de têrmos um produto nacional bruto de quase 500 bilhões de dólares e uma renda *per capita* quase duas vêzes maior do que a de qualquer outro país. Haverá outra explicação para o fato de que, com uma renda nacional mais do que duas vêzes superior à da União Soviética, deixamos que nos superassem em matéria de armamentos, em pesquisas especiais e em gastos proporcionais com educação? De que outra forma poderíamos explicar a razão pela qual para nossos líderes a tarefa mais premente não consiste em mostrar-nos as realidades de nosso mundo ou os deveres e oportunidades que se antepõem a uma grande e confiante nação, mas sim em prevenir-nos contra tôdas as formas insidiosas de "despesas" que podem levá-la à penúria?

Já é tempo de pormos um ponto final nessa timidez insólita. Há outras maneiras de assegurar uma moeda forte que não tolhendo nosso crescimento nacional ou, o que é pior, cerceando nossos desideratos e nossa confiança nos grandes desígnios de nossa sociedade. Não ameaçamos nossa segurança básica, nossos padrões de educação e nossas necessidades públicas pelo "que podemos gastar". Êste é um conceito estático. O que poderíamos dispender com uma renda nacional de 250 bilhões não é o mesmo que nos permite, hoje, nossa capacidade com quase o dôbro dessa quantia. Nem nos

dá a medida do que poderíamos gastar se nosso índice de crescimento fôsse intencionalmente aumentado. É preferível avaliarmos nossas necessidades — nossa necessidade de manter igualdade de fôrças, em teleguiados e em homens, até que se concretize o desarmamento controlado, de duplicar nossas despesas com educação, de pesquisas mais amplas, de cidades decentes e agradáveis onde a segregação e a delinqüência cedam lugar ao despertar de desenvolvimento e de renovação, nossa necessidade, enfim, de conservar os recursos nacionais — sobretudo água, o mais básico dêles todos.

Tôdas essas necessidades — nacionais, estrangeiras e militares — custarão mais dinheiro, pelo menos até que possamos conseguir algum progresso com o desarmamento. Manter o equilíbrio orçamentário, porém, não é tão imperativo quanto manter nossa altivez. Vale a pena notar que antes da guerra da Coréia, homens previdentes declararam solenemente que o capitalismo, a democracia e o modo de vida americano estariam condenados se o orçamento militar subisse acima de 15 bilhões de dólares. Veio, então, a guerra. O orçamento militar triplicou. E agora, novamente, o atual nível de despesas está sendo defendido com o mesmo fervor ideológico. Sou de parecer que nossas necessidades poderiam ser cobertas pelas atuais taxas de impostos em níveis mais elevados de crescimento econômico. Mas estou certo de que se nossos líderes políticos definirem as tarefas com clareza e convicção, aprovaremos o que fôr necessário para satisfazer nossos propósitos nacionais, seja qual fôr o sacrifício — impostos mais altos numa época em que a economia privada está a todo o vapor, por exemplo, orçamentos deficitários em períodos de recesso, contenção de salários e lucros para diminuir a pressão inflacionária, menos ênfase em interêsses regionais e maior relêvo aos interêsses do bem comum. A recompensa será vermos a sociedade americana assumindo novamente a liderança nos assuntos humanos, vermos a liberdade, uma vez mais, como a grande fôrça do cenário humano. Pois êste é, sem dúvida, o ponto crucial. Uma atitude de bisonho con-

servadorismo não se pode sustentar tanto quanto a imagem criadora da liberdade. Tremo pelo nosso futuro — e pelo futuro do mundo — se o crescimento, o impulso, a iniciativa e as vastas fronteiras da ciência forem considerados prerrogativas da disciplina e do vigor comunista — se "o tiro ouvido ao redor do mundo" tiver sido silenciado pelo foguete ao redor da lua.

Liberdade não significará um ideal, nem mesmo proteção, se não fôr mais do que liberdade de estagnar, de viver sem sonhos, de não ter maior ambição do que a de um segundo carro e outro aparelho de televisão — e isso em um mundo onde metade dos nossos semelhantes têm menos do que o suficiente para comer. É a gravidade dos fatos, e não a retórica, que hoje nos faz crer que nossa atual associação de complacência e apreensão, de pequenas ambições e grandes temores, traz em si mesma a semente da destruição, primeiro para nossa própria comunidade e depois para o grande anseio de que, embora a ciência e a tecnologia façam com que as nações se aproximem inelutàvelmente umas das outras, é a liberdade e não a tirania o princípio organizador da sociedade humana. Termino onde comecei. Acredito que os Estados Unidos estejam preparados para um novo despertar e para a conquista de maiores objetivos. Nesse despertar encontram-se os elementos morais e materiais de uma nova finalidade e de uma nova política. É tarefa de liderança disciplinar nossa vontade e apontar o caminho. Devemos começar já, pois o tempo está passando.

* * *

THE UNITED STATES IN WORLD AFFAIRS

As an American statesman of the highest stature, the author of this article pleads for the restoration of his country's leadership in the Western bloc and in the destinies of the world. According to him, the United States cling to a foreign policy begun during Mr. Foster Dulles' tenure as Secretary of State, while the international

landscape undergoes constant and significant changes, expressed in revolutions of a political, economic, biological and scientific nature, which render imperative a total overhaul of that essentially defensive and passive policy. Deeming the two most dangerous facts of contemporary life to be the multiplication of atomic weapons and the disparity between the standards of living of rich and poor nations, Mr. Stevenson suggests that the present crisis be faced on four main fronts: the elimination of the economic imbalance, the creation of new supra-national patterns of co-operation, atomic disarmament and the widening of the concept of an open world — because, as he sees it, totalitarian systems will gradually become converted to democracy, and not the reverse. Having established these general premises, it would be up to the West to initiate an innovating policy aimed at the promotion of economic development; the consolidation of the Atlantic alliance, as to mould it into an affective counter-balance to Soviet military power, among other means through an increasingly larger participation of Western Europe; the implantation of a system for the control and abolition of weapons, both nuclear and conventional, given the fact that the present-day armaments race generates tensions in themselves conducive to a war which, besides its catastrophic effects, is unwanted by both sides; the negotiations leading to neutralisation of Communist China, in the thwarting of whose imperialistic designs the Soviet Union should have an interest; non-intervention in the Middle East, insteed of sponsoring innocuous regional military alliances; the German re-unification, as a corollary of the endeavour towards controlled disarmament; and the creation of spheres of common work and interest with the Soviets. The author further submits that the United States will only be legimately able to regain the primacy of universal leadership lost on behalf of the U.S.S.R. if they do it motivated not by fear but within a constructive spirit. He concludes with the statement that the present reluctance of the American people to accept larger economic sacrifices may well eventually result, if not timely checked, in the total loss of their freedom.

LES ÉTATS UNIS SUR LA SCÈNE MONDIALE

Homme d'État américain de la plus haute stature, l'auteur de cet article s'efforce pour obtenir la restauration de la suprématie de son pays dans le bloc occidental ainsi que dans les destinées du monde. D'après lui, les États-Unis maintiennent la politique étrangère initiée à l'époque où Mr. Foster Dulles était Secrétaire d'État, alors que la situation internationale passe par de constantes et substantielles modifications, exprimées en révolutions politiques, économiques, biologiques et scientifiques. Ces changements imposent une révision totale de

cette politique, essentiellement défensive et passive. Considérant les deux faits plus dangereux de l'actualité, 1.º) la multiplication des armes nucléaires et 2.º) la disparité des niveaux de vie entre les nations riches et pauvres, M. Stevenson propose que la crise contemporaine soit affrontée dans quatre domaines principaux: la suppression du déséquilibre économique, la création de nouvelles institutions supranationales de coopération, le désarmement atomique, ainsi que le développement de la conception d'un monde ouvert, attendu que, dans son opinion, les pays totalitaires deviendront graduellement des nations démocratiques, et non pas l'inverse. Une fois établis ces principes généraux, il incombera à l'Occident de commencer une politique innovatrice pour la promotion du développement économique; de travailler à la consolidation de l'Alliance Atlantique, de manière à constituer un contrepoids efficace à la puissance militaire soviétique, moyennant la participation croissante de l'Europe Occidentale; d'implanter un système de contrôle et d'abolition des armements tant nucléaires que conventionnels, vu que l'actuelle course aux armements crée des tensions conduisant vers une guerre qui, en plus de catastrophique, est indésirable au point de vue de chacun des adversaires; de négociations visant à neutraliser les desseins impérialistes de la Chine communiste, que l'U.R.S.S. a de l'intérêt à contenir; da non-intervention dans le Moyen-Orient au lieu de la création, dans ces régions, d'impuissantes alliances militaires locales; d'unification de l'Allemagne, comme corollaire de l'effort vers le désarmement contrôlé; et de création de communautés de travail et d'intérêts avec les Soviets. L'auteur suggère en outre que les États-Unis ne pourront légitimement reprendre la primauté de la prépondérance universelle, perdue en favour de l'U.R.S.S., que s'ils l'accomplisent non pas guidés par la peur, mais seulement dans un esprit constructif. Pour terminer, il affirme que la reluctance actuelle du peuple nord-américain d'accepter de plus grands sacrifices économiques pourra, si elle ne cesse pas à temps, le conduire à la perte de sa liberté.

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA: UMA POLÍTICA A FORMULAR

Garrido Torres

Poucas iniciativas tomadas pelo Brasil no plano internacional terão sido tão felizes e oportunas como o foi o lançamento em maio de 1958, da que se convencionou chamar de *Operação Pan-Americana.* Surgida após acontecimentos que abalaram a opinião pública do continente e que serviram para pôr ao vivo o estado de espírito prevalecente na América Latina em relação à política exterior dos Estados Unidos a seu respeito, aquela iniciativa foi como que um desabafo, franco embora cordial, no qual o Presidente do Brasil, em hora de grande inspiração, apontou ao Govêrno da República do norte o perigo que corria a harmonia do hemisfério e o advertiu de que as relações interamericanas estavam urgentemente reclamando um reexame objetivo e realista à luz dos seus problemas atuais.

Dêsse gesto de real estadismo surgiu uma esperança, a esperança de que seja afinal possível modernizar conceitos e atitudes, sem cuja revisão não se poderá confiar na sobrevivência do sistema que tão laboriosa e perseverantemente tem sido construído na América, desde as guerras de independência das antigas colônias européias, por gerações de esclarecidos homens públicos, que sempre se mostraram sensíveis ao grandioso sonho unitário de Bolívar.

Se o Pan-Americanismo, como era praticado, já não satisfazia antes da última Grande Guerra, sua inadequação mais flagrante se tornou no período que a ela se seguiu, principalmente por motivo da dualidade de comportamento

demonstrada pelo Plano Marshall. Ainda que razão assistisse aos Estados Unidos de concentrar seus esforços e recursos na ajuda a uma Europa prostrada e novamente ameaçada, desta vez pelo extremismo da esquerda, prioridade tanto mais justificada a seus olhos pelo volume disponível daquêles recursos — enormes, é certo, mas limitados —, pelo sacrifício de seus contribuintes e pelo reflexo positivo que se faria sentir na América Latina, aquêle desiderato já houvera sido alcançado e os países auxiliados há vários anos que gozavam de exuberante prosperidade. Finda a obra da *reconstrução*, pareceria lógica a disposição para a monumental tarefa contra o subdesenvolvimento, materializando-se, assim, as expectativas geradas durante o conflito em comunidades igualmente suscetíveis de conquista pelo credo de Marx.

Urgia atentar para a situação que se configurava, de acentuação da desigualdade econômica entre as nações ricas, localizadas sobretudo na América Anglo-Saxônica e no Ocidente Europeu, e o resto do que se entendeu chamar de "mundo livre", onde se situavam as que já eram classificadas como *proletárias*. Êste "mundo livre" não era, seguramente, aquêle *brave new world* por duas vêzes vislumbrado nas horas incertas, horas de revolta contra a terrível contingência que levava à destruição do patrimônio cultural, da riqueza produzida e de preciosas vidas humanas. Dois terços da humanidade viviam — como ainda vivem — em condições infra-humanas de ignorância e de miséria generalizadas, e nesse conjunto assumia posição conspícua a América Latina. Esta, desenganada de auxílio em grande escala desde a Conferência de Bogotá, pelo mesmo autor do generoso Plano Marshall, se viu novamente preterida em favor de outras regiões politizadas em têrmos de estratégia da "guerra fria", onde se pretendia prevenir ou apagar as fogueiras que o Comunismo semeava. Sòmente em Formosa, Coréia do Sul e Vietname do Sul haviam os Estados Unidos despendido, em 1957, metade de todo o seu programa de ajuda ao exterior.

A contradição que êsse estado de coisas estabelecia com os propósitos tradicionais e grandiloqüentemente reiterados da doutrina pan-americanista, era por demais evidente e a sintomática hostilidade manifestada à pessoa do Vice-Presidente Nixon, por grupos extremados nos países que visitou, não foi senão a sua explosão violenta e vociferante, por isso nesmo inusitada, que se repetiria mais tarde, embora ateıuadamente, por ocasião da passagem de Eisenhower.

Apresentou-se, então, o momento de refletir sôbre o rumo a que tal tendência poderia levar. Era chegada a hora da decisão. Foi nessa altura que o Brasil, fiel à sua vocação continentalista, ergueu a sua voz em grave advertência. E nesse ponto ainda hoje nos encontramos — na encruzilhada do destino da América.

Em discurso recente disse Augusto Frederico Schmidt, um dos mais ardorosos propugnadores da OPA: "Tal política é uma reação contra tudo o que até aqui fizemos de declamatório, de ineficiente, de pouco objetivo. É uma prova de nos aproximarmos de um estágio de insatisfação com simples fórmulas. Aspiramos agora a uma ordenação rigorosa de nosso trabalho, a um aproveitamento melhor de nosso tempo, uma recuperação do atraso em que nos encontramos ante os países desenvolvidos."

Em que pese a afirmações tão categóricas e a despeito da ressonância obtida pela OPA, esta ainda não rompeu as nuvens das generalidades, carece de formulação clara que lhe assegure o êxito. Não mereceu até agora nem mesmo o esfôrço teórico capaz de dar-lhe uma conceituação de política destinada a atingir os elevados fins para que foi invocada. Em estado mais ou menos fluido, vago, emocional, esta condição explica a razão de certas incompreensões e o compasso de espera desde seu lançamento. Medidas esporádicas e isoladas, apontadas como conquistas suas (tal é o caso do Banco Interamericano), ocorrem vez por outra e levantamentos de situações e de problemas específicos estão sendo feitos pela Organização dos Estados Americanos. Se êstes levantamen-

tos são necessários, alguns talvez até imprescindíveis, para a realização de uma nova política, não se pode, por outro lado, condicionar a formulação desta à terminação daqueles nos mínimos detalhes. O conhecimento das condições gerais da América Latina, sobretudo depois de anos de pesquisas e debate, tanto na CEPAL quanto no seio da própria OEA, dispensam tais pormenores para a definição de seus objetivos, finais e intermédios, e para o projetamento das grandes linhas e diretrizes do que cumpre fazer. Do contrário, estaríamos a confundir estratégia com tática.

Assim, a OPA permanece um propósito, uma expressão de sentimento, um estado de espírito, uma declaração de intenções, um convite aceito, em princípio, por todos os governos americanos para uma ação conjunta que não está planejada em têrmos de execução metódica, multiforme mas coordenada. Ainda não é uma política; é um diagnóstico. Aguarda um roteiro; não se lhe deu conteúdo programático. Corre o risco, portanto, de confirmar a regra das manifestações líricas em matéria de cooperação econômica no hemisfério. Poderá dissipar-se por falta de consistência.

Se a OPA tem por *finalidade promover o desenvolvimento* da América Latina, se é motivada pela insuficiência do progresso desta, é evidente que tal conteúdo deve ser de natureza eminentemente econômica. Se é, além disso, inspirada pelos mesmos nobres princípios que informam o Pan-Americanismo, seria ela preparatória do advento eventual, embora remoto, da unidade econômica do continente, por ser esta a que melhor corresponde, em última análise, à maximização dos recursos existentes em cada país.

É freqüente afirmar-se que, *entre outros*, um dos objetivos da OPA é a implantação do mercado comum latino-americano. Ora, bem compreendido, *como condição para a* integração econômica, êsse não é, evidentemente, *um* de seus objetivos mas *o objetivo* por excelência, a sua própria substância, sendo os demais, de escopo mais limitado, transitórios ou adjetivos. Admitido que essa colocação do problema

é correta, cumpriria indagar, em seguida, por que processos se lograria aquêle resultado. O Pan-Americanismo sempre se mostrou falho de sentido econômico, setor em que jamais passou de figura de retórica. Ensejou, é certo, a organização de um sistema político e jurídico, já provado, que é um exemplo edificante para o mundo. A sobrevivência dêste sistema estará doravante condicionada, porém, a uma ação que guarde coerência com os mesmos postulados de igualdade, justiça e solidariedade, orientada no sentido de lhe dar sólida base econômica. Seria êsse um esfôrço natural, em correspondência com o secular anseio de união e que capitalizaria sôbre as condições de complimentariedade latentes no hemisfério, como um todo, para a sua conclusão lógica.

É meridianamente claro, todavia, que isto não será possível enquanto persistir o extremo desequilíbrio entre os Estados Unidos e a América Latina. Mais do que isso — enquanto houver, dentro desta, a coexistência de diferentes estágios de desenvolvimento. Nestas condições, a OPA representaria uma política fadada a prover as linhas e os meios de ação para a construção do arcabouço econômico com que sustentar o Sistema Regional Americano, cuja primeira aproximação deveria ser a realidade de uma economia latino-americana orgânica, com índices de produção e de renda *per capita* equivalentes aos da economia ianque. Êste seria o seu relevante papel histórico.

II

Desde muito que o desnível existente no continente, sobretudo entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, se constitui em sério entrave a uma associação mais íntima. Hoje cresce de significação por seu progressivo agravamento, a despeito dos esforços envidados pelos primeiros, principalmente mediante a industrialização. É que os obstáculos encontrados na pequenez dos mercados nacionais, na instabilidade dos preços das exportações de produtos primários, no processo de substituição destas em seus tradicio-

nais mercados pela produção sintética, na discriminação de que sofrem face à concorrência colonial protegida por tarifas preferenciais, tudo se combina para retardar seu progresso em relação às nações industriais, para ampliar o hiato que separa e distancia estas das latino-americanas.

Numa fase em que os povos subdesenvolvidos reivindicam vigorosamente "um lugar ao sol", em que as comunidades mais prósperas do mundo dão sinais de reconhecer, afinal, que sua prosperidade não é favorecida pela limitação de seus próprios mercados, que a estabilidade de suas instituições é ameaçada pelo avanço comunista, forçoso é concordar que qualquer política a serviço do nivelamento econômico do hemisfério atende a um imperativo premente, que não pode sofrer maior protelação.

Entretanto, aceita que seja, a OPA não poderá produzir milagres por mais extraordinários e próximos que se concebam os revolucionários meios de produção que amanhã poderão ser utilizados, se realmente disponíveis, como a energia nuclear e a automação. Mister se torna projetar um avanço por etapas, tanto quanto possível racional e deliberado, com medidas graduadas no tempo. A *mise en valeur* da América Latina seria operada segundo medidas e critérios que contribuíssem, ao mesmo tempo, para acelerar e homogeneizar o seu progresso. É de crer-se que êste duplo objetivo fôsse mais fàcilmente atingido se tentado multilateralmente, com a conjugação de esforços e recursos próprios, secundados pelos dos Estados Unidos, utilizando-se para tanto um mecanismo operativo adequado, o qual, convenientemente aperfeiçoado, não pode ser outro senão o já provido pela Organização dos Estados Americanos.

O mundo evidencia uma nítida evolução no sentido da integração econômica de áreas de amplas dimensões, de uma interdependência orgânica estruturada em função de regiões. Esta evolução parece determinada por dois fatôres que tendem a combinar-se para um mesmo fim — o da democracia econômica. De um lado, a produção em série, que propicia as chamadas "economias de escala", de outro, a aspiração do

homem comum por participação gradativamente maior na renda nacional, em têrmos de um padrão de vida em elevação constante. Um, de natureza econômica, outro, de índole social, ambos sòmente viáveis no quadro de um grande mercado, onde a demanda efetiva seja de tal magnitude que proporcione os benefícios da indústria moderna, especializada e de alta produtividade. Se os Estados Unidos não se poderão enquadrar, desde logo, em um tal esquema — e isto por motivos óbvios — nem por isso se justificaria seu desinterêsse em apoiá-lo na América Latina, pois, além das vantagens que dêle poderia derivar imediatamente, como investidor, fornecedor e consumidor, estaria dêsse modo contribuindo para abreviar o prazo preparatório da integração de todo o continente, quando esta se apresentaria como um passo normal e desejável, por já não implicar no estabelecimento de relações de predomínio e permitir, portanto, uma união econômica instituída livremente por nações livres.

Em têrmos sucintos, seria esta, a meu ver, a concepção correta e natural da OPA, projetada como uma política de cooperação internacional de grande fôlego, de efeito secular, autêntica no meio porque fiel ao idealismo americano, cuja compatibilidade com a nova ordem que se delineia no mundo uma vez mais daria aos povos da América o mérito do estabelecimento de um novo estilo nas relações entre países soberanos que, como diria Roosevelt, após conhecerem as alegrias da independência, reconheceriam as vantagens da interdependência.

Assentado o rumo dessa política, caberia cuidar de seus processos de realização para que fosse êle alcançado de modo sistemático. A *Conferência Econômica de Buenos Aires* de 1957, que para muitos foi uma forte decepção, representou um grande ensinamento — o de que os desníveis de estrutura econômica existentes no hemisfério serão por muito tempo ainda incompatíveis com a aplicação indistinta de fórmulas, seja para todo o continente seja para a América Latina em geral. Esta circunstância explica, por si só, porque a reunião não correspondeu àqueles que nela punham tantas

e tão grandes esperanças. No reconhecimento das razões dêste insucesso se deve fundar qualquer nova política, a qual terá de ser necessàriamente funcional e realista para vingar.

Assim é que a estratégia da OPA pareceria exigir a separação, *no espaço,* de duas esferas de relações, dentro de cada uma das quais se recomendariam medidas distintas (entre os Estados Unidos e a América Latina, de um lado, e dentro desta, de outro), sem prejuízo, é claro, de contatos bilaterais que não contrariassem o interêsse comum. *No tempo,* proceder-se-ia ao escalonamento dessas medidas, distinguindo as de curto, médio e longo prazos, nem tôdas vinculadas diretamente, algumas voltadas para problemas específicos resultantes da estrutura atual, outras preparatórias da solução de índole orgânica representada pelo mercado regional; tôdas, porém, inspiradas e facilitadas pelo espírito da OPA.

Na *esfera latino-americana,* entre os exemplos de providências a serem tomadas em curto prazo, por países que a integram, com o apoio norte-americano, figurariam os acordos plurinacionais de produtos primários, cujos níveis de preços têm a característica da instabilidade, da qual decorrem graves conseqüências, igualmente para o atendimento das necessidades correntes de importação e para o esfôrço de desenvolvimento dos países que os exportam, pois da receita que produzem depende primordialmente a sua capacidade de importar. O Acôrdo do Café é uma boa ilustração.

Uma frente única perante o Mercado Comum Europeu e outros agrupamentos que apliquem políticas discriminatórias em favor de suas possessões ou nações associadas de ultramar, no comércio de matérias-primas e alimentos (com a alienação de concessões negociadas e não compensadas, sobretudo as incidentes sôbre produtos tropicais) pode servir de outro exemplo. Um regime de consulta, como o previsto em resolução da CEPAL aprovada em La Paz, constituiria prática útil, destinada a coordenar a ação dos países latino-americanos, iniciativa essa que já está tardando. A indiferença ou a

falta de articulação por parte dos países latino-americanos poderá contribuir para a distorção das correntes de investimentos e de comércio em seu detrimento, incentivada pelas preferências e inspirada mais por considerações políticas do que econômicas. (A África sempre foi considerada por numerosos estadistas e pensadores da Europa como o "apêndice econômico" desta.)

Maior grau de liberalização do comércio, mormente de artigos manufaturados, hoje produzidos em mercados estanques, ao abrigo de excessiva proteção efetivada por medidas restritivas de todos os naipes, e a substituição de um bilateralismo hermético, resultante da inconversibilidade de moedas, por algum sistema de transferibilidade de saldos, ainda que limitado, ou por uma união de pagamentos, são iniciativas que se poderiam tentar a prazo médio, algo assim como se projeta fazer sob a forma de Zona de Livre Comércio no sul do continente.

Entretanto, a ulterior e gradual implantação do mercado comum latino-americano é a única medida capaz de garantir a estabilidade política, social e econômica e de estimular a prosperidade desta parte do mundo, segundo o princípio da divisão internacional do trabalho. Neste sentido tôdas as demais deveriam convergir. Do sucesso desta política, implementada gradativa e pragmàticamente, tanto no que diz respeito a núcleos de países quanto a grupos de produtos, dependerá a adaptação da América Latina à nova ordem econômica mundial emergente, com benefícios concomitantes para ela, para os Estados Unidos e para o resto do globo, oriundos do incremento de sua capacidade competitiva no comércio universal e do conseqüente aumento do seu poder aquisitivo para a produção originária de outras regiões.

III

É evidente que o apoio moral e material dos Estados Unidos para desencadear uma fase de progresso intenso na América Latina poderá antecipar e dinamizar consideràvel-

mente as medidas que se impuserem para tanto. Como com tal atitude tenderiam a consultar os próprios interêsses políticos e econômicos, inclusive ao longo da execução do programa, é de esperar que não se mostrem omissos, se é certo que existe a indispensável compreensão do alcance da política aqui exposta e que se mostram dispostos, enfim, a rever sua atitude em relação à América Latina, conferindo a esta prioridade em grau condizente com a escala de cooperação que se impõe. Diversos e significativos indícios recentes parecem demonstrar que aquela compreensão desponta afinal, entre os quais sobressaem os pronunciamentos de figuras altamente colocadas, como é o caso de vários senadores influentes que vieram a esta parte do mundo "ver para crer".

Na *esfera das relações entre a América Latina e os Estados Unidos* várias são as medidas que se recomendam, igualmente graduadas no tempo e diferenciadas em escopo. Desde logo, a decisão de contribuir, mediante instrumentos adequados, para garantir maior estabilidade de preços e de mercados para os bens primários de que se abastecem na América Latina. Exemplos: café de 14 países, petróleo da Venezuela, zinco e chumbo do Peru, cobre do Chile, lã do Uruguai, carne da Argentina, todos êles produtos-problemas. Alguns dêles, além de preços aleatórios, estão além disso sujeitos à contingência da imposição de restrições de ordem diversa no acesso ao imenso mercado ianque, freqüentemente contraditórias com os princípios pregados por seu Govêrno.

A curto prazo, seria ainda o caso de referir a intensificação da assistência técnica e financeira, direta e através de órgãos internacionais especializados onde a influência norte-americana é decisiva ou ponderável. O segundo tipo de ajuda é particularmente necessário para a correção de desequilíbrios de balanços de pagamentos, freqüentemente ocasionados pela instabilidade de preços já mencionada.

A prazo médio, cumpre aludir aos empréstimos, diretos e por via dos citados organismos, que signifiquem apreciável

contribuição para o desenvolvimento da infra-estrutura e das indústrias básicas, nestas incluídas a do petróleo, mesmo onde sua exploração seja objeto de monopólio estatal. Os países latino-americanos vêem-se a braços com o problema do seu desenvolvimento em época em que a revolução industrial é coincidente com a reforma social. Sua instabilidade social e política é agravada pela insuficiência de recursos com que capitalizar sem perigosa contenção do consumo. Tal insuficiência tem resultado no expediente inflacionário, que não é menos perigoso para suas instituições. Não há ajuda, por conseguinte, mais justificada e urgente do que a destinada a remover os famosos "pontos de estrangulamento". Sua materialização muito fortaleceria a iniciativa particular e ensejaria a estabilidade monetária, refletindo-se, por isso, no tratamento concedido às inversões privadas, de origem nacional ou estrangeira.

Nesta chave também caberia aludir aos fundos necessários para o estímulo do comércio inter-latino-americano, seja para tornar possível uma união de pagamentos, seja para atender às necessidades de crédito para exportação a prazo médio de bens de capital. Questão da mais alta importância é ainda a que diz respeito à eliminação ou redução de barreiras às importações de produtos latino-americanos, inclusive para manufaturas, reflexos que são de uma política anacrônicamente protecionista como também de um princípio de reciprocidade rìgidamente observado nas negociações comerciais. Estrita reciprocidade de favores entre economias estruturalmente desiguais não importa em equivalência real de vantagens, como advertia Roberto Simonsen, mas resulta antes em sérias lesões no organismo das economias mais débeis.

A longo prazo, a política norte-americana com relação à América Latina deveria, como já foi dito, ter como ponto cardeal a integração das economias nacionais desta num grande mercado regional. Se admitirmos que os interêsses da América Latina só poderão ser, em última análise, verda-

deiramente atendidos pelo fenômeno da integração econômica, ainda que em dilatada perspectiva histórica, cumpre reconhecer também que quaisquer medidas conjunturais ou de curto, médio e longo prazos, longe de se constituírem em obstáculos a êsse desiderato, devem antes ser tomadas de modo a propiciar o seu advento ainda que êste hoje se nos afigure remoto. Não parece haver sombra de dúvida que a identificação possível dêsse objetivo com o interêsse nacional dos Estados Unidos poderá significar sua concretização em tempo bem mais curto do que se poderá hoje imaginar. É o que seria dado supor se a América Latina pudesse contar para tanto com recursos financeiros e tecnológicos daquele país, para secundar o próprio esfôrço. Tudo faz crer que os meios de produção, pròximamente ao dispor do homem, permitirão produtividade tal que, aplicados na América Latina, dariam a esta taxas de crescimento muito superiores às mais altas já registradas na História até o presente. Assim, como nação, os Estados Unidos só tendem a derivar vantagens do desenvolvimento econômico e social da América Latina. Sua dinamização proporcionaria, em têrmos muito mais significativos do que os atuais: abastecimento seguro de matérias-primas e alimentos, campo estável de inversão para seus capitais excedentes e exportações de valor unitário multiplicado várias vêzes.

Com efeito, não é difícil prever que a política aqui delineada em favor da crescente unificação dos mercados latino-americanos tenha por resultado a atração de investimentos substanciais, sobretudo no setor das indústrias pesadas, as quais até agora não surgiram ou não se desenvolveram satisfatòriamente pela extrema compartimentação de mercados. É evidente que as exportações americanas de bens de capital e a prestação de serviços acompanharão a escala dessas inversões e a capacidade de importar da área, compensando de sobejo o desaparecimento de exportações de bens de consumo. Por outro lado, o aproveitamento mais produtivo do imenso acervo de recursos naturais importará na disponibilidade de

matérias-primas, cuja provisão constitui hoje absorvente preocupação nos Estados Unidos, em vista do desfalque havido em suas próprias reservas.

Mas o interêsse maior dos Estados Unidos no progresso integrado da América Latina prende-se à segurança do regime e é de ordem política. É que já entraram numa fase de viva competição com a União Soviética, de duelo incruento de sistemas, em que, de lado a lado, haverá o máximo empenho em utilizar a ajuda econômica como arma política junto a dois terços da população do planêta em virtual disponibilidade ideológica. Seria desastroso alimentar ilusões quanto à capacidade que tem o Comunismo de impressionar as massas de baixo padrão de vida, porém de "expectativas crescentes", onde quer que se encontrem. E isto mais como uma solução para o desenvolvimento econômico rápido do que por suas virtudes doutrinárias, que não compreendem. Certa ou errada, a humanidade parece haver-se deixado empolgar pela mística do progresso econômico, dando mesmo a impressão de haver-lhe conferido o primado sôbre outros valores. O fenômeno chinês, cantado em prosa e verso, tem sido apontado como o mais formidável exemplo de quanto pode o sistema marxista. Dir-se-á que o preço pago, em têrmos de liberdade e de vidas humanas, é excessivo e condenável. Mas é realista supor que a grande maioria dos habitantes da América Latina, que não vivem, antes vegetam sob a pressão crescente do seu próprio número em acelerada expansão, tende a mostrar-se mais sensível a instituições e conceitos cujo valor desconhece ou a liberdades de que não se prevalece por incultura e por sua condição econômica? Seria o caso de parafrasear Santo Tomás, dizendo que "não há bom democrata de estômago vazio".

Não foi outra a motivação de Eisenhower ao convocar as nações do Ocidente Europeu e o Japão para, unidos ao seu próprio país, darem combate imediato ao subdesenvolvimento como o maior inimigo à vista, no que, aliás, parece haver sido atendido, a julgar pelos resultados da primeira reunião dêsse

grupo em Washington, em março último. Após ter pôsto grande ênfase nos *princípios políticos* da Democracia durante sua viagem pela América do Sul, e de haver mesmo condicionado maior grau de ajuda à eventualidade do desarmamento mundial, demonstrou Eisenhower melhor compreensão do problema latino-americano no clarividente discurso pronunciado em Pôrto Rico, perante a *American Assembly*. É que enfocou então com mais acêrto e senso de realidade as razões de ser daquele problema, em têrmos que me parecem corresponder, na diagnose e na terapia, ao que ficou dito acima.

Admitiu, nessa oportunidade, que a receita de democracia política não é bastante para corrigir a situação por êle encontrada na nossa parte do mundo, pois a sua prática pressupõe um razoável padrão de vida que aqui não existe generalizadamente. Dedicou, ao invés, maior atenção aos *princípios econômicos* da Democracia. Afirmou, por exemplo, que "para vantagem de tôdas as suas nações, o Hemisfério deveria caracterizar-se por uma cooperação econômica mùtuamente benéfica". Com tais propósitos, ressaltou que é mister haver "planejamento conjunto e cooperativo em nossos objetivos comuns", antevendo até a necessidade de explorar-se "o novo domínio do espaço e os recursos naturais, da ciência e das máquinas para o bem de quase quinhentos milhões de pessoas que habitam as Américas, número que cresce diàriamente". Reconheceu que "os problemas que nos confrontam são imensos. Os países da América Latina necessitam desesperadamente de financiamentos a longo prazo de seus projetos de desenvolvimento, de assistência técnica no planejamento e na execução dêstes, de libertação da dependência de um único produto agrícola ou mineral, de auxílio para equilibrar seus orçamentos, da substituição de suas iniciativas burocráticas por outras mais produtivas, de pôr fim à inflação e de embasar suas economias em fundamentos sólidos e diversificados." Foi positivo ao sentenciar que as necessidades dos países latino-americanos "devem ser atendidas

pronta e eficazmente", com o que acentuou os fatôres *tempo* e *magnitude*, fatôres êsses de suma importância estratégica no encaminhamento da solução do referido problema latino-americano. Advertiu que "propostas de panacéias, soluções fáceis só conduzirão ao desencantamento." Afastando qualquer cogitação de um plano-mestre, unilateralmente adiantado pelos Estados Unidos, defendeu o princípio da ação conjunta e harmônica, da colaboração de tôdas as nações americanas, grandes e pequenas, fortes e fracas, em favor de programas que contribuam para o bem-estar de uma comunidade de homens livres. Evidenciou Eisenhower nesse discurso, por conseguinte, grande compreensão do que deve ser a Operação Pan-Americana e da atitude que cumpre ao seu país para facilitar as fecundas realizações que ela prenuncia. Resta ver, entretanto, se os fatos concretizarão tais expectativas.

Uma coisa parece certa: tudo faz crer que os Estados Unidos deverão enfrentar o maior teste de sua história em futuro próximo, o maior desafio à sua liderança, que é o de demonstrar ao mundo que a *free enterprise* é capaz de fazer, no plano internacional, mais e melhor em benefício do homem comum do que a solução coletivista. Que outro palco mais indicado para encenar tão grande *show* do que a América Latina que já se configura para muitos como "área perigosa"? Ora, o desenvolvimento harmônico e crescentemente integrado desta teria, na iniciativa privada, a sua grande alavanca, assim como a democratização da propriedade é o único antídoto efetivo contra a socialização dos meios de produção. Êste terá sido talvez o quadro que Adlai Stevenson contemplava em sua mente, ao afirmar há pouco — oxalá sem otimismo infundado — que em sua pátria prevalece hoje "a convicção de que aqui, na nossa família de nações, é que melhor podemos provar a justeza e as promessas da política americana, das idéias americanas, da liderança americana."

Eis uma linha de política internacional que parece remontar aos generosos pensadores da Revolução Americana,

por êles concebida como uma nova experiência humana, como uma promessa de âmbito universal, cuja materialização o isolamento e o *conservadorismo*, êste *resultante do enriquecimento*, parecem haver entorpecido. Do exposto se conclui que os Estados Unidos, tanto quanto a América Latina, não podem prescindir da Operação Pan-Americana, sendo, ao contrário, lógico que se apliquem a fundo para galvanizá-la, pois, como afirmou o Presidente Vargas, ao considerar certa vez o problema da cooperação econômica no continente, ela corresponde a "um imperativo de ordem social e de equilíbrio político".

* * *

OPERATION PAN AMERICA: PROSPECT FOR A POLICY

The author of this article, a member of the National Economic Council and former Executive Director of the Superintendency of Money and Credit, defines the essence of the *so-called Operation Pan America* (OPA) as an answer to the vital claims of Latin America, an area that has for a long time been neglected by the international sources of credit. Remarking that OPA lacks an explicit formulation, the author puts forward his own by equating the sense of the Brazilian initiative with the implantation of a Latin American common market, as the economic synthesis of Pan-Americanism. He contends further that the latter movement cannot subsist as long as there remains a fundamental disequilibrium between the stage of developement reached by the United States and that in which most other countries of the continent find themselves, thus preventing the establishment of economic democracy. Moreover, states the author, it is necessary to advance by steps along a steady path which leads through multilateral arrangements such as those provided by the existing framework of the Organization of American States. The strategy of OPA, he argues, requires separation, on the dimension of space, between two distinct spheres of relationships: on the one hand, between the United States and Latin America, and, on the other, within the area itself. Among the measures to be taken in this sphere with the support of the United States, the author mentions pluri-national commodity agreements; a united front against all arrangements, such, as the European Common Market, which apply discriminatory policies in favour of their overseas dependencies; articulation designed to provide even a limited system

for the transfer of currency balances; and finally, the gradual establishment of the Latin American common market, as the only measure capable of assuring the region's political, social and economic stability. Based on the observation that there seems to be arising in the United States some understanding for the problems of Latin America, the author suggests that, within the context of relations between that country and the others in the hemisphere, it is necessary to obtain North American co-operation in order to guarantee greater price stability for the primary commodities exported by the area. He adds, further, the strengthening of technical and financial assistance; of *loans to bolster the development* of national infra-structures and basic industries (including petroleum); and of stimulus to inter-American trade, focussing upon the integration of Latin American national economies into a great regional market. The author concludes by pointing out that the primary interest of the United States in the region is of a political nature, as shown by President Eisenhower in his speech at Puerto Rico. As a show-case for the supremacy of free enterprise over collectivism, states the author, no stage would be better suited than Latin America. This is why the United States cannot do without Operation Pan America.

OPERATION PAN-AMÉRICAINE — UNE POLITIQUE À FORMULER

Dans cet article, l'auteur — membre du Conseil National d'Economie et ex-Directeur Exécutif de la Surintendance de la Monnaie et du Crédit — étudie l'essence de la dénommée Opération Pan-Américaine, en tant que réponse aux *besoins essentiels de l'Amérique Latine*, longtemps négligés par les sources internationales de crédit. Toutefois, en signalant que l'OPA n'a pas encore présenté de formules explicites, l'auteur se propose à en fournir, en accentuant le sens de l'initiative brésilienne comme ayant pour objet principal l'implantation d'un marché commun latino-américain, synthèse économique du pan-américanisme. Il signale encore que ce dernier est incapable de subsister au déséquilibre fondamental entre le stage de développement des Etats-Unis et celui des autres pays du continent, ce qui empêche en ce moment l'établissement de la démocratie économique. Il affirme également qu'um progrès par étapes s'impose, dans des bases multilatérales, en *utilisant le mécanisme existant dans* l'Organisation des Etats Américains. La stratégie de l' OPA, dit-il encore, exige la séparation dans l'espace de deux sphères différentes de rapports (entre, d'un côté les Etats-Unis et l'Amérique Latine et, de l'autre, dans cette dernière). Parmi les mesures à adopter dans la sphère latino-américaine avec l'appui des Etats-Unis, l'auteur indique les accords plurinationaux concernant les produits primaires; un front unique devant tous les groupements qui, comme le Marché Commun Européen, appliquent des

politiques de discrimination au profit de leurs dépendances d'outre-mer; l'articulation pour obtenir un système, quoique limité, de transfert de soldes; et, finalement, l'implantation par étapes d'un marché commun latino-américain, comme seule mesure capable d'assurer la stabilité politique, sociale et économique de la région. Tout en faisant remarquer qu'il semble que les États-Unis commencent à s'intéresser aux problèmes de l'Amérique Latine, l'auteur suggère que dans la sphère des rapports entre ce pays et les autres pays de l'hémisphère, il faudrait obtenir la contribution nord-américaine pour assurer une plus grande stabilité de prix pour les produits primaires exportés par la région. En outre, il signale l'intensification de l'assistance technique et financière, des emprunts pour le développement des infra-structures nationales et des industries de base (y compris le pétrole) et de stimulants au commerce interaméricain, ayant comme point essentiel l'intégration des économies nationales de l'Amérique Latine dans un grand marché régional. L'auteur conclut en signalant que le plus grand intérêt des Etats-Unis dans le progrès total de la région est d'ordre politique, comme il a été démontré par le Président Eisenhower dans son discours à Porto Rico. Pour donner un exemple de la suprématie de l'entreprise libre sur le collectivisme, aucun décor ne serait plus indiqué que celui de l'Amérique Latine. Par conséquent, achève l'auteur, les États-Unis ne pourront pas éviter l'Opération Pan-Américaine.

A NOVA CHINA E O VELHO MACAU*

George V. H. Moseley, 3rd

O velho modêlo de coexistência sino-portuguêsa em Macau resistiu ao primeiro choque do agressivo comunismo chinês e promete sobreviver como fenômeno único nas relações internacionais. Ao contrário de outros *enclaves* europeus na China, o estabelecimento português em Macau foi fundado mais na base da cooperação que da violência e é por causa de sua continuada boa vontade em cooperar que os portuguêses podem hoje ali permanecer. Os homens que atualmente controlam a vida política do território seguem uma tradição tão antiga quanto a própria colônia ao transigir com as exigências dos chineses, que querem ter voz nos negócios de Macau e uma grande medida de autoridade sôbre a população chinesa local, que constitui noventa e oito por cento do total.

Por causa da virtual dominação da China sôbre a economia da colônia, a maioria dos homens ricos de Macau julgou necessário ter associação com os comunistas, a fim de salvaguardar seus interêsses comerciais, e milhares de trabalhadores tiverem de aderir aos sindicatos comunistas para manterem seus empregos. Tirando vantagem da riqueza local ao seu dispor, os comunistas estão mesmo desafiando os católicos no campo da assistência social. A influência política exercida pelos comunistas é proporcional ao seu poder econômico, porque êles sustentam os cordões das bôlsas mais cheias

---

* **Êste artigo, reproduzido com a devida autorização, foi originalmente publicado em *Pacific Affairs*, de setembro de 1959 (Vol. XXXII, n.º 3, pág. 268).**

de Macau. Embora a administração portuguêsa continue a governar a colônia como sempre fêz, questões importantes e delicadas são resolvidas sòmente depois de consulta aos representantes comunistas. Por irritante que seja esta situação para muitos dos funcionários civís de Lisboa, estão êles agudamente conscientes, diante da fôrça dos comunistas, daquilo que é, ou não, possível. Cooperação entre a nova China e o antigo Macau é a política traçada pelos chineses e aceita pelos portuguêses.

Esta situação, entretanto, é muito mais velha do que o comunismo chinês. Simples mancha na costa sudeste da China, esta indefensável colônia, foi durante séculos, vítima dos caprichos de pequenos mandarins, de insaciável apetite extorsionista, e a política da colônia em relação à China desde muito se concentrou no problema de apaziguar êsses senhores ao menor custo possível. Os portuguêses de Macau, que têm seguido esta política, êles próprios não isentos de corrupção, aprenderam de longa data a importância de salvar a face e da paciência em lidar com os chineses; mais que os outros europeus, conseguiram também viver sempre em paz com o Império do Meio. Nenhuma diplomacia, porém, poderia ser tão engenhosa a ponto de compensar a extraordinária fraqueza da posição da colônia, fraqueza esta dramatizada por sua dependência da China para tôdas as necessidades vitais, inclusive para alimentos — e presentemente também para água (1). Numa disputa entre os portuguêses de Macau e os mandarins, o que êstes tinham a fazer, para impôr seu ponto de vista, era fechar a fronteira e suspender o suprimento de gêneros alimentícios. Conseqüentemente, os chineses sempre puderam regular a vida diária da colônia ao sabor da sua fantasia, até ao ponto de determinar o tipo de casas e

(1) Depois que Macau abandonou, em 1570, uma primeira experiência de agricultura, feita no distrito de Chung San, a colônia ficou "inteiramente à mercê dos mandarins". (C.A. Montalto de Jesus — *Historic Macao*, 2a. edição, Macau-1926, pág. 40). Esta obra, rica em detalhes históricos, foi a fonte principal do material histórico do presente artigo.

de fortificações que poderiam ser construídas na península, e de manter privilégios de extraterritorialidade sôbre a população chinesa de Macau.

Do mesmo modo que a política chinesa em relação a Macau era conduzida por funcionários locais — normalmente pelo Comissário do Distrito de Chung San e ocasionalmente (nas matérias de maior importância) pelo Vice-Rei de Cantão — a política portuguêsa em relação à China estava nas mãos da aristocracia de Macau. Gradualmente, no interêsse de ambos os lados e para lhes *salvar a face*, o encargo das negociações diretas entre chineses e portuguêses passou para um intermediário, que nos velhos tempos era sempre um mestiço e, depois, um chinês de Macau que tivesse enriquecido no comércio da colônia. Esta fórmula de relações sino-portuguêsas ficou bem estabelecida ao tempo da Guerra do Ópio e, em anos mais recentes, êsse *go-between* foi dignificado pelo título de Representante da Comunidade Chinesa. Tomando-se em consideração o *modus vivendi* que tem regulado as relações de Macau com a China, a própria idéia de "relações sino-portuguêsas", que sempre se preocuparam preeminentemente com o *status* da colônia, é enganadora, porque tais relações, tal como existiam entre os dois países confinavam-se, para todos os efeitos práticos, ao "toma lá-dá cá" entre os mandarins de Chung San e os burocratas de Macau.

A fundação de Macau, em meados do século XVI, resultou de um entendimento entre as autoridades provinciais de Kwangtung e o Capitão-mor da Viagem ao Japão, que recebeu êste título da Coroa portuguêsa (2). Subseqüentemente a colônia tornou-se mais e mais isolada de Lisboa e do resto do Império, à medida que o poder de Portugal se desvanecia e, a partir do século XVII, os mares orientais eram infestados de holandeses e inglêses. Macau foi relegada a viver por si mesma, como ainda hoje ocorre. Provàvelmente os missionários jesuítas, que residiam em Pequim, fizeram mais para

(2) Descrito em C.R. Boxer — *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, Haia, 1948, pág. 8.

melhorar a situação de Macau (3) do que as várias missões portuguêsas enviadas de Goa, as quais foram descritas por uma autoridade como "exibindo, em maior ou menor grau, o espetáculo de humilhante submissão de nações independentes através de seus enviados" (4). Portugal não manteve representação diplomática regular senão muito depois que a China fôra humilhada pelos "tratados desiguais", e o único tratado jamais concluído entre os dois países foi instigado pelos chineses, com o propósito de controlar o contrabando de ópio através de Macau, e arranjado em Lisboa, por um inglês que refletia o receio britânico de que Macau fôsse permutada com os franceses por algum território da África Central (5).

O Tratado de 1887, que ainda regula o *status* de Macau, é efetivamente ambíguo com relação à jurisdição da colônia. Em 1849 a pequena península foi *anexada* por dois intrépidos heróis de Macau, o Governador Amaral e o Coronel Mesquita, pondo fim, destarte, ao pagamento do fôro que era tão antigo quanto a própria colônia. A China, porém nunca aceitou a alienação permanente do território ocupado pelos portuguêses, como demonstrou com sua recusa em ratificar o Tratado de 1862, que teria confirmado a jurisdição portuguêsa sôbre Macau. Enquanto o Tratado de 1887 estipula que Portugal "ocupará e governará Macau em perpetuidade", êle também proíbe a Portugal deixar a colônia sem prévio consentimento do Govêrno chinês, condição que certamente restringe a soberania portuguêsa sôbre aquêle território (6). Enquanto as condições do Tratado de 1887 devem permanecer vagas em têrmos de Direito Internacional, permitindo interpretações

(3) A intervenção dos jesuítas foi particularmente valiosa no comêço do período Manchu. (Boxer, *op. cit.*, pág. 155).

(4) S. Wells Williams — *The Middle Kingdon*, New York, 1914 — Vol. II, pág. 428.

(5) Esta troca de território foi efetivamente debatida no Parlamento português. V. M. de Jesus, *op. cit.*, pág. 434.

(6) Para discussão desta questão, v. George W. Keaton — "The International Status of Macao", em *Chinese Social and Political Review*, vol. XI, 1927.

várias, a atitude do Govêrno chinês tornou-se clara em 1945, quando a Rádio de Chungking pediu o retôrno da possessão à China e denunciou o Tratado de 1887 como "não igual" (7).

Embora a Rádio de Pequim tenha afirmado a ilegalidade da jurisdição portuguêsa sôbre Macau (8), a agitação comunista para a devolução da colônia tem sido notàvelmente restrita. Com exceção de um isolado incidente de fronteira, em novembro de 1949, as relações de Macau com a China pareciam ter sido relativamente inatingidas pela vitória comunista, até que, no verão de 1952, explodiram sérios incidentes de fronteira. Durante o período inicial, é de se supor que os comunistas chineses preferiram ignorar esta velha e estranha relíquia colonial em sua costa, e deixaram a direção dos negócios de Macau em mãos tradicionais e generosas. Não é improvável que os comunistas hajam provocado deliberadamente os choques armados de maio e julho de 1952, a fim de colocarem a colônia mais diretamente sob seu contrôle: de qualquer forma, novo entendimento foi estabelecido em agôsto, após discussões entre líderes da comunidade comercial de Macau e os comunistas locais, na sede do Partido, no distrito de Chung San. (É digno de nota que essa reunião tenha tido lugar em território chinês adjacente a Macau, e não em Pequim ou Lisboa, e que a colônia tenha sido representada por pessoas estranhas ao Govêrno, para o qual os interêsses comerciais e políticos eram pràticamente inseparáveis). Sem sujar as mãos nestas negociações — não aparecendo pùblicamente, ficando por trás dos bastidores e atuando por intermédio de seus recadeiros, para moderar as exigências dos comunistas — a administração portuguêsa não tinha alternativa senão a de aceitar as decisões tomadas. Assim foi reafirmada a antiga tradição das relações sino-portuguêsas em Macau.

---

(7) *The New York Times*, de 27 de agôsto de 1945.

(8) *Ibid*, de 26 de outubro de 1955.

Se bem que os detalhes destas negociações nunca foram tornados públicos, está claro que os comunistas ficaram satisfeitos com a atitude dócil de Macau e se asseguraram da que, daí por diante, poderiam exercer considerável influência nos negócios da colônia. Como um homem-chave da oligarquia comercial de Macau disse recentemente ao autor, "nosso ideal não é morrer pela bandeira, é viver pela bandeira. Macau podia permitir-se fazer concessões para êsse novo entendimento, porque sua face já havia sido salva pela gesticulação e pelos gritos, pelos preparativos militares, e mesmo pelo tiroteio de vários meses, antes da reunião de Chung San. Estas foram táticas que a nova China, exatamente como a China dos Mings e Manchus, soube entender. Além disso poucas razões havia para que os funcionários de Macau, imbuídos como estavam do sentido de continuidade da história chinesa, esperassem que a influência comunista sôbre a colônia fôsse diferente, do ponto de vista prático, da influência que os chineses ali sempre exerceram.

O efeito imediato do novo entendimento com os comunistas foi a reabertura da fronteira e do fornecimento de gêneros alimentícios à colônia ameaçada, o qual havia sido interrompido por um mês (9). Gradualmente, centenas de residentes de Macau, que haviam fugido para Hong Kong durante as hostilidades, começaram a regressar à península, que havia sobrevivido com sucesso a mais uma das subversões dinásticas da China. A atividade comercial de Macau foi restabelecida e continuada em alto nível até 1953, quando a excepcional prosperidade que a colônia desfrutava desde 1937 terminou, em conseqüência das mudanças criadas pelas realizações do primeiro Plano Qüinqüenal da China.

A evidente decadência da posição comercial de Macau é hoje muitas vêzes comparada, pelos observadores nacionais e estrangeiros, com os florescentes tempos passados, quando a cidade era considerada rica e alegre. Na verdade, porém,

---

(9) Para a descrição dêstes acontecimentos, ver os telegramas do *The New York Times*, entre 23 de maio e 29 de agôsto de 1952.

Macau tem sido um lugar pobre e monótono desde muito tempo, e é preciso retornar à sua história inicial para redescobrir-lhe a glória; em meados do século XVIII, de acôrdo com um observador contemporâneo, a população tinha-se reduzido a "pouco menos que uma massa aquecida de mulheres pobres" (10). O comércio com o Japão, que foi originalmente a *razão da existência* (11) *comercial* de Macau, tinha uma história de apenas noventa anos; depois da expulsão dos portuguêses de Kyushu, porém, em 1639, a colônia pôde manter durante meio século um notável grau de prosperidade, graças ao comércio com a sêda da China, que anteriormente ia para o Japão e outros mercados da Ásia, dos quais o mais lucrativo era provàvelmente o de Manilha, onde ela era trocada pela prata do México e do Peru. O que causa admiração é que Macau tenha conseguido sobreviver, porque, por essa época, os holandeses estavam destruindo duramente o império português da Ásia, e Macau escapou por um triz do grande ataque holandês de 1622.

Em face da crescente competição de holandeses e inglêses, mais eficientes e empreendedores, bem como dos americanos e de outros europeus, a ruína comercial da colônia veio-se acumulando até que, "para o fim do século XVIII... o comércio de Macau estava morrendo" (12). Um florescente tráfico de ópio, e bem assim a residência periódica de mercadores estrangeiros durante a estação inativa em Cantão, concorreram para salvar a colônia do desaparecimento. Irônicamente, foi a seus rivais europeus, e particularmente à fixação dos britânicos em Hong Kong, que Macau deveu um impulso nos negócios, em princípios do século XIX, porque êles produziram o aumento da atividade comercial em geral, de que a colônia pôde participar e tirar proveito. Os navios es-

---

(10) Por esta maneira Boxer dá-nos uma paráfrase do relato de Friar Maria, que residiu na colônia de 1742 a 1745 (*op. cit.*, pág. 255).

(11) De acôrdo com M. de Jesus, a exportação anual do ouro japonês para Macau, no auge dêsse comércio, excedeu de 3 milhões de libras esterlinas (*op. cit.*, pág. 63).

(12) M. de Jesus, *op. cit.*, pág. 137.

trangeiros freqüentemente aproveitavam as facilidades, e a relativa segurança de Macau, em seu comércio direto com a China, e a colônia, subseqüentemente, desenvolveu um modesto, porém importante, comércio de trânsito com a distribuição de mercadorias estrangeiras nas áreas adjacentes da Província de Kwangtung. Uma melhoria decisiva nas condições econômicas verificou-se por volta de 1830, e a atividade comercial foi ainda estimulada pelas Guerras do Ópio e das Flechas. Com o licenciamento das casas de jôgo dos chineses e o tráfico de *coolies* para a América, atividades que principiaram em meados do século, Macau começou a tomar o caráter de uma "caverna de iniqüidade", pelo qual é ainda famosa.

O tráfico de *coolies* — virtualmente um comércio de escravos — cresceu tão ràpidamente em importância comercial que, quando foi suprimido pelo Govêrno de Lisboa, em 1873, o efeito sôbre a economia de Macau foi catastrófico (13). Mas o comércio de ópio e o jôgo continuaram a florescer, e a perda do tráfico de *coolies* foi parcialmente compensada pelo desenvolvimento do tráfico do ouro, depois que desapareceu a capacidade da colônia de obter o precioso metal em comércio legítimo. Ao mesmo tempo, a posição de Macau como importante mercado para a região do Rio do Oeste, que abrange grande parte das quatro províncias mais meridionais da China, encorajaram o crescimento de seu comércio de trânsito com Hong Kong e o mundo exterior (14) e estimularam o estabelecimento de indústrias locais. A pesca, que floresceu em Macau como resultado do monopólio de sal pelo Govêrno chinês, ràpidamente eclipsou tôdas as outras ocupações como base da economia.

Durante a década e meia de 1937 a 1951, o comércio de trânsito em Macau assumiu grandes proporções. O valor global de seu comércio dobrou entre 1936 e 1938, enquanto

(13) *Ibid*, pág. 410.

(14) O comércio de Macau com Portugal é desde muito tempo insignificante: de Jesus calcula que, em 1924, a participação de Portugal no comércio da China tinha baixado a 1/230,000 avos do total (*Ibid*., pág. 471).

em 1951 estava seis vêzes acima do nível de 1938. Afetado sòmente por uma aguda depressão comercial em 1942, quando se receava que os japonêses ocupassem Macau, o valor do comércio elevou-se de pouco mais de 200 milhões de patacas, em 1941, a mais de 500 milhões em 1946 e, em 1951, atingiu quase 750 milhões (15). Êsse valor era portanto, em 1951, vinte e cinco vêzes maior que em 1936, quando estava abaixo de 25 milhões. Mesmo considerando-se a depreciação da moeda e o crescimento da população, é claro que a Segunda Guerra Mundial trouxe a prosperidade a Macau; esta prosperidade foi evidentemente maior no após-guerra e durante a Guerra da Coréia, quando o volume do comércio continuou a crescer, a despeito da estabilidade da moeda e do declínio da população (16). A expansão comercial de Macau, todavia, não afetou grandemente os outros setores da economia, tais como os salários ou o nível de produção, que permaneceram relativamente estáveis; nem a população em geral se beneficiou, a não ser incidentemente, desde que os lucros eram auferidos principalmente por alguns magnatas e contrabandistas.

Tal era, em linhas gerais, o quadro da economia de Macau quando os comunistas começaram a reorganizar a economia chinesa. Em 1956, o movimento anual do comércio de Macau desceu a menos de um têrço do nível de 1951. O tráfico de narcóticos, que ainda era de 200 mil dólares em 1939 (17) virtualmente desapareceu, salvo para as necessidades dos consumidores locais, enquanto o tráfico do ouro, que em

---

(15) O valor da pataca de Macau (M$) corresponde mais ou menos ao dólar de Hong Kong; assim US$ 1 é igual a M$ 5.70.

(16) Para a maior parte dos dados citados neste artigo foram consultadas as seguintes fontes: a) *Anuário de Macau*, 1939; b) *Anuário Estatístico de Macau*, 1951; c) *Anuário de Macau*, 1954, 1956, 1957. Todos êstes foram publicados em Macau, usualmente um ano ou dois após o período a que se referem. Embora inadequados sob vários aspectos, êstes Anuários provàvelmente fornecem as melhores estatísticas disponíveis sôbre a economia de Macau em anos recentes.

(17) Ver *Abolition of Opium Smoking in the Far East*, nos Relatórios das Reuniões de 27 de novembro e 2 de dezembro de 1946, da Comissão de Narcóticos das Nações Unidas.

alguns anos representava nada menos de um têrço do valor total do comércio, declinava gradualmente. A produção da indústria leve, que havia avançado um pouco no período do após-guerra, caiu verticalmente a partir de 1950, enquanto a frota de juncos pesqueiros, que vendera mais de 5 500 toneladas de peixe em 1955, foi forçada a juntar-se às cooperativas comunistas, no verão de 1958, assim transferindo tôda essa indústria para o ativo da China. À medida que os negócios se deterioravam declinava também o índice do custo de vida, a ponto de, em 1957, descer ao nível mais baixo desde antes da guerra.

Em fins de 1956, entretanto, Macau parecia haver transposto a borrasca de sua crise comercial, e tanto a importação como a exportação voltaram a subir no ano seguinte. A produção industrial também se elevou, e a produção de tecidos aumentou de 90 por cento de um ano para outro. A produção de 1957 foi avaliada em cêrca de 7,5 milhões de patacas, permanecendo os fogos de artifício como a indústria mais importante e de maior exportação, enquanto o vinho chinês, o incenso, os fósforos e os cigarros fizeram modesto progresso. A produção da indústria pesqueira teve, em 1957, um acréscimo de 20% em relação ao ano precedente; houve pequena melhoria do movimento turístico assim como no tráfico de ouro; as despesas do Govêrno e da assistência social, que dependem de tributos sôbre artigos de luxo, também experimentaram pequeno acréscimo.

A crise econômica de 1950 a 1956 foi agravada pelo afluxo de refugiados vindos do interior da China. De acôrdo com estatísticas compiladas pela Associação de Socorros da China Livre (18), o número total de refugiados, que até ao presente entraram em Macau em conseqüência da dominação

---

(18) Esta Associação, cuja sede em Macau se localiza no escritório do Comissário da República da China (nacionalista), é o único órgão que tenta apurar o número de refugiados que entra na colônia. O Govêrno de Macau registra apenas os não-cantoneses, portanto sòmente pequena fração do total, pois a grande maioria de refugiados vem da província de Kwangtung.

comunista do govêrno chinês, é aproximadamente de 60 000. Entretanto, sòmente um quarto dêste número ali permaneceu, tendo o restante conseguido transferir-se de junco para Hong Kong. Como um funcionário do Govêrno disse ao autor, "Macau não tem problema de refugiados, sòmente Hong Kong tem êsse problema". Mas a absorção mesmo de 15 000 refugiados (19) pela declinante economia de Macau tende naturalmente a agravar a redução dos salários e a aumentar o desemprêgo e o subemprêgo, enquanto a relutância dos refugiados (a maioria dos quais deixou a China por motivos econômicos, na esperança de ter melhor sorte em Hong Kong) em permanecer em Macau constitui discreto comentário sôbre a situação econômica da colônia, cuja população é hoje apenas dois terços do que era em 1939.

Macau não teve sucesso, como ocorreu em Hong Kong, em reorientar a sua economia para enfrentar o contexto econômico, dràsticamente alterado, em que vive. Conquanto pareça quase certo que nunca mais reconquistará sua antiga importância, como centro distribuidor e mercado para o interior da China do Sul, parece improvável que a colônia portuguêsa possa desenvolver indústrias capazes de compensar a perda do comércio e estimular uma real expansão da sua mirrada economia. O fator mais chocante a desencorajar o crescimento econômico é a completa ausência de modernos meios de transporte, o que em época recente tornou Macau virtualmente isolada do resto do mundo. Não sòmente faltam comunicações ferroviárias e aéreas, como o pôrto está aterrado em extensão tal que mesmo os navios de fundo chato, que o ligam a Hong Kong, arranham a lama ao aproximar-se da cidade. Os investidores potenciais que não são desencorajados pelas condições do pôrto, são, muitas vêzes, repelidos por outros fatôres, como a ausência de crédito e de facilidades bancárias,

---

(19) Número insignificante comparado com o fluxo da Segunda Guerra Mundial, que, por algum tempo, trouxe à colônia de dez a vinte mil refugiados por dia. (Jack Braga — *"Macao during the War"*, no *Mission Bulletin* (Hong Kong) — Vol. VI, n.º 10, dezembro de 1954, pág. 953).

e a inércia da burocracia governamental, indiferente às realidades econômicas (20). Sem tarifas protetoras, Macau está aberta à inundação de produtos baratos da China e de Hong Kong, ao passo que os tributos que recaem sôbre a exportação acrescentam um ônus adicional ao alto custo dos fretes. Não sòmente as novas iniciativas de negócios nenhum encorajamento recebem do Govêrno, como um embaraçoso processo de concessão de licença, e impostos industriais relativamente elevados, concorrem para impedir tôda melhoria econômica. Por outro lado, a animação com que a indústria têxtil local acolheu, há alguns anos, o decreto de Lisboa que permitia a livre entrada, na África Portuguêsa, dos tecidos de Macau, demonstra as possibilidades industriais da colônia, onde o custo extraordinàriamente baixo da mão-de-obra anula muitos dos ônus que recaem sôbre os negócios. Lamentàvelmente, esta foi uma providência quase isolada no meio da estagnação econômica geral.

O crescente grau de contrôle exercido pelos comunistas sôbre os negócios da colônia tem tido também efeito deprimente sôbre as iniciativas comerciais. Com poderosa influência sôbre os mais importantes setores trabalhistas, os sindicatos comunistas dominam as companhias de água e eletricidade, bem como a maior parte das indústrias, como as de fósforos, bastões de incenso e fogos de artifício. Êles se estão infiltrando também entre os agricultores e puxadores de carrinhos, a despeito do fato de que muitos dêstes são refugiados do continente. A posição dominante dos sindicatos comunistas na maioria das indústrias de Macau tende a destruir a independência empresarial, e seu contrôle direto sôbre a Câ-

---

(20) Entre 1951 e 1954, o Govêrno dispendeu mais de M$ 26 milhões num "plano de desenvolvimento", sem produzir qualquer efeito sôbre a economia em geral, salvo o do emprêgo temporário de alguns milhares de trabalhadores. A maior parte dêsse dinheiro destinou-se a obras públicas, que a cidade não está em condições de manter. O plano, financiado por Lisboa, está ainda em execução. Para um resumo dos objetivos visados, ver *O Plano de Fomento em Macau, 1951-1954*, editado pelo Círculo Cultural de Macau.

mara Chinesa de Comércio, bem como sôbre a direção de uma variedade de negócios — inclusive a única firma que faz comércio entre Macau e a China — levou à ruína muitos negociantes não-comunistas. Não se limitando a estas medidas, os comunistas têm tido a preocupação de apoiar todos os elementos descontentes da colônia, e seu axioma de que os *have-nots* representam a causa justa, qualquer que seja o mérito do caso individual, tende a transformar em farsa a aplicação da lei.

É evidente que os comunistas estão "flirtando" com o povo de Macau, esperando conquistar sua admiração pelo comunismo, a despeito do fato de que muitos dêles se aterrorizariam com a idéia de viver na China; parece também que os comunistas desejam que Macau se apresente como um triste contraste com o dinâmico crescimento da China Comunista. O progresso da China é, de fato, o tema dominante da propaganda comunista em Macau, na qual há uma notável ausência de temas antiportuguêses (21). Embora uma inesperada emergência, no Extremo-Oriente, possa ainda uma vez restaurar a importância de Macau como centro de contrabando, é duvidoso que esta consideração venha a pesar na formulação da política comunista. Mais importante talvez é a posição de Macau como um "buraco na cortina de bambu", através do qual a China pode ver o mundo não-comunista e enviar os seus agentes ao Sudeste da Ásia. Não há indícios de que os comunistas tenham qualquer desejo de alterar a presente situação política de Macau. A vida da colônia é controlada da China, especìficamente de Shekki, que é a principal cidade do Distrito de Chung San.

O interêsse de Portugal na colônia coincide aparentemente, em grande parte, com o da China, porque a preservação de Macau como um "marco das glórias passadas" (22) parece ser sua maior preocupação. O encargo das relaçõs de Macau

---

(21) A Questão de Goa, em 1956, produziu a única agitação antiportuguêsa de alguma significação, por parte dos comunistas, desde 1952. (*The New York Times*, de 3 de outubro de 1956).

(22) M. de Jesus, *op. cit.*, pág. 381.

com a China está confiado ao Dr. P. J. Lôbo, que dedicou a maior parte da sua vida em Macau a fazer fortuna por meios discutíveis. Durante muitos anos, antes que se aposentasse como chefe da Divisão de Serviços Econômicos, ensinou a uma longa série de Governadores a arte de lidar com as autoridades chinesas, e é geralmente reconhecido que a sobrevivência de Macau às crises dos últimos anos é, em magna parte, resultado da sua diplomacia. Lôbo foi uma das duas pessoas que negociaram o novo entendimento com os comunistas em 1952; a outra foi Ho Yin, que disputa com Lôbo o título de mais rico cidadão de Macau. As relações sino-portuguêsas são presentemente conduzidas por êstes dois homens, que trabalham com tal identificação que acham conveniente partilhar a mesma secretária. Enquanto Lôbo colabora estreitamente com a administração portuguêsa, Ho Yin é o porta-voz dos comunistas. Nenhum dêles ocupa qualquer pôsto no govêrno de Macau. Enquanto Lôbo é comissionado diretamente de Lisboa para tratar dos negócios políticos, Ho Yin é elemento à disposição dos comunistas. Foi principalmente através dos esforços dêstes dois homens que se instituiu em Macau um regime quase-português e quase-comunista — talvez o único sistema que poderá preservar a existência da colônia.

* * *

NEW CHINA AND OLD MACAO

This article, written by a journalist who has lived in Macao for one year, focusses upon the co-existence of this tiny colony with China, thanks to a policy that has for centuries withstood the covetousness of the Mandarins, and recently resisted the first onslaughts of the Comunist régime. In this connection, Macao is a unique phenomenon in international relations. Portuguese authorities there practise the only possible policy open in view of the colony's vulnerability, since Macao depends upon China for all its vital necessities. The author gives us a retrospect of Macao's history since its foundation in the middle of the XVth Century, pointing out the main vicissitudes and the situation of abandonment that have afflicted it since the very

outset. He analyses the colony's legal status. such as results from the treaty of 1887, which gave Portugal the right to occupy and rule Macao "in perpetuity". This treaty was denounced in 1945 by the Chungking Government and, since its constitution in 1949, the Popular Republic has repeatedly shown that it does not recognise Portuguese sovereignty over the peninsula. The hostility displayed by the new Chinese régime led to the armed encounters that occurred between May and June 1952. Tranquility on the border was soon re-established, however, as a consequence of negotiations conducted by intermediaries of the colonial governement with local Chinese authorities. The article also contains an analysis of Macao's economic life, which, according to Mr. Moseley, has been poor and dull since long ago. He shows what influence was exercised upon the colony's economy in turn by early trade with Japan, the distribution of Chinese silk through Asian markets, the opium trade, coolie traffic, smuggling, gambling and small industries. Lastly, the author appraises the economic crisis of 1950-56, aggravated by the afflux of Chinese refugees, on their way to Hong-Kong; in his opinion, the political system prevailing in Macao — quasi-Portuguese and quasi-Communist — is perhaps the only one fit to preserve, for some time to come, the colony's survival as one of the last remnants of Western imperialism in Chinese soil.

LA NOUVELLE CHINE ET LE VIEUX MACAO

Dans cet article, écrit par un publiciste qui à vécu à Macao pendant une année, on étudie la co-existence de cette petite colonie avec la Chine, grâce à une politique qui pendant des siècles a su résister à la convoitise des Mandarins et, récemment, a bravé les premières attaques du régime communiste. A cet égard, Macao se présente comme un phénomène singulier dans les relations internationales. Là, les autorités portugaises exercent la seule politique possible en face de la vulnérabilité de la colonie, qui dépend de la Chine pour tout ce qui concerne ses besoins essentiels. L'auteur nous offre un aperçu rétrospectif de l'histoire de Macao, dès sa fondation au cours du XVème siècle, en signalant les principales épreuves qui ont marqué la situation d'abandon à laquelle elle est condamnée depuis son origine. Il fait l'analyse du *status* juridique de la colonie, à la suite des décisions du Traité de 1887, qui a donné au Portugal le droit d'occuper et de gouverner Macao "en perpétuité". Ce traité a été dénoncé en 1945 par le Gouvernement de Chunking et, en 1949, à partir de sa Constitution, la République Populaire déclara, maintes fois, qu'elle ne reconnaissait pas la souveraineté portugaise sur la péninsule. L'hostilité du nouveau régime chinois a donné lieu à des chocs armés qui éclatèrent entre les mois de mai et juin 1952. Toutefois la paix a été

immédiatement rétablie à la frontière en vertu des négociations survenues entre les intermédiaires du gouvernement colonial et les autorités chinoises locales. Dans l'article en question figure, également, l'analyse de la vie economique de Macao qui, selon l'avis de M. Moseley, est et sera toujours une ville pauvre et insignifiante. Il nous signale l'influence qu'ont exercé successivement sur la vie de la colonie, le primitif commerce avec le Japon, la distribution de la soie de Chine dans les marchés Asiatiques, le commerce de l'opium, le trafic des coolies, le marché noir, le jéu, les petites industries. Finalement, l'auteur étudie la crise économique des années 1950 à 1956, aggravée par l'afflux des réfugiés chinois, qui de là s'acheminaient vers Hong-Kong. À son avis, le régime en vigueur à Macao — demi-portugais et demi-communiste — est peut être le seul capable, pendant quelque temps encore, de préserver sa survivance comme un des derniers vestiges du colonialisme occidental dans les terres Chinoises.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Cleantho Leite

O problema do financiamento da expansão econômica dos países subdesenvolvidos foi discutido na Organização das Nações Unidas, desde os primeiros tempos de seu funcionamento. O relatório do comitê de técnicos sôbre as necessidades de recursos financeiros para desenvolvimento econômico (1) é ainda hoje um documento clássico e as suas estimativas, aparentemente generosas, ainda recentemente foram reeditadas pelo eminente Diretor do *United Nations Special Fund,* sr. Paulo Hoffman (2). Os países da América Latina, da Ásia e África se bateram durante longos anos, na Assembléia Geral e no Conselho Econômico Social pela criação de um fundo especial de desenvolvimento econômico, o SUNFED (3), tendo encontrado sempre a resistência organizada dos Estados Unidos, Inglaterra e da maioria dos países que seriam supridores do capital da nova organização.

Em 1958 a Assembléia Geral da ONU criou um "fundo especial", com função bastante menos ambiciosa do que o papel que seria reservado ao SUNFED e arquivou, pelo menos por algum tempo, a idéia de criação de um organismo especial para fazer concessão de empréstimos suaves (*soft loans*) ou doações (*grants-in-aid*) aos países menos desenvolvidos.

---

(1) *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries,* New York, United Nations, 1951.

(2) *in Foreign Affairs,* outubro de 1959, págs. 31-45.

(3) *Report on a Special United Nations Fund for Economic Development,* New York, United Nations, 1953.

Ao mesmo tempo que, no plano dos organismos internacionais, fracassava a idéia de uma entidade com amplos recursos para investimento em condições mais favoráveis do que os duros têrmos bancários do Banco Internacional, da Corporação Financeira ou do Eximbank, no plano bilateral o Govêrno dos Estados Unidos reconhecia a necessidade de adotar medidas da mesma natureza daquelas que impugnava no seio da ONU. Dessa forma, nasceram e se ampliaram os programas de ajuda ao exterior, dentro do quadro do *Mutual Security Act*, do *Development Loan Fund* e dos recursos especiais resultantes da venda de excedentes agrícolas no exterior — (*Public Law* 480).

Foi sobretudo o resultado da experiência com a Lei n.º 480 e a acumulação de quantidades maciças de moedas locais nos países importadores de trigo dos Estados Unidos (Índia, Paquistão, etc.) que levaram os legisladores americanos à conclusão de que algo mais imaginoso e ousado no campo do financiamento internacional se tornava imprescindível. A idéia da criação de uma *Internactional Development Association* teve origem no Projeto de Resolução n.º 264 do 85.º Congresso dos Estados Unidos, 2.ª sessão, apresentado pelo Senador democrata Mike Monroney, em março de 1958.

A princípio a proposta do Senador Monroney foi recebida com grande desconfiança pelo Poder Executivo. O Departamento do Tesouro, através de declaração do Secretário Robert Anderson perante a Comissão do Congresso que examinou o assunto, manifestou francamente o seu cepticismo a respeito da proposta do Senador Monroney. O Departamento de Estado, porém, embora não manifestando apoio integral, evoluiu mais cedo que o Departamento do Tesouro para uma atitude compreensiva em relação às idéias da proposta. Nesse sentido foi tentado um aperfeiçoamento do esquema inicial, que se baseava, sobretudo, na perspectiva algo enganosa de utilizar, para auxílio aos países subdesenvolvidos, as suas próprias moedas acumuladas em mãos do Govêrno americano, através do mecanismo da Lei n.º 480.

O Departamento do Tesouro, desde o início, havia advertido que a utilização de moedas locais para financiamento aos Governos dos países subdesenvolvidos não representava nenhum acréscimo novo de capital ou de riqueza. Na verdade, argumentava, êsses recursos em moeda local representavam uma demanda sôbre os próprios recursos e fatôres de produção dos países cuja moeda se pensava utilizar. Colocado diante da realidade dêsse argumento, o Senador Monroney evoluiu para um esquema no qual os financiamentos com moedas locais passaram a um papel secundário, enquanto passava ao primeiro plano a idéia de mobilizar conjuntamente os recursos em moeda forte dos Estados Unidos e dos países industrializados, cuja prosperidade crescente era, em grande parte, fruto do Plano Marshall e de outros programas de ajuda do Govêrno americano.

O aperfeiçoamento da proposta do Senador Monroney deu como resultado o anteprojeto de criação da I.D.A., preparado pelo *National Advisory Council* e cujos pontos principais foram prèviamente discutidos com os Governos da Inglaterra, Alemanha, França e de outros países mais diretamente interessados. A partir de julho de 1959, o Govêrno americano começou a receber sugestões dos demais Governos sôbre a projetada organização, e em setembro apresentou na Assembléia de Governadores do Banco Internacional, um projeto de resolução determinando que a Diretoria do Banco procedesse ao estudo e a negociações de um projeto de estatutos da nova entidade internacional.

II

A proposta de criação da I. D. A. foi recebida sem entusiasmo tanto pelos países europeus, que seriam seus principais contribuintes, como pelos países subdesenvolvidos, em favor dos quais deveriam realizar operações de financiamento. De um lado os países industrializados, sobretudo da Europa Ocidental, não se manifestaram dispostos a aceitar a repartição do ônus de auxílio ao estrangeiro, que era um dos princípios

fundamentais do projeto americano. Embora altamente beneficiados através do Plano Marshall, os países europeus consideram que já estão fazendo um esfôrço suficiente de cooperação econômica, quer através dos financiamentos a prazo médio (*supplier's credit*) para os países subdesenvolvidos em gera', quer através dos investimentos diretos nas suas colônias ou dependências na África e Ásia. A Inglaterra, por exemplo, no ano fiscal de 1959, havia concentrado mais de 300 milhões de dólares em ajuda aos países da Comunidade.

Outros países puseram em dúvida a conveniência de se estabelecer mais um organismo internacional, o qual possìvelmente iria aumentar a confusão já existente entre as várias entidades financiadoras, ou capazes de prestação de assistência téncina, e se manifestaram, particularmente ou nas declarações de seus Governadores na Assembléia do Banco Internacional, mais favoráveis a uma ampliação dos recursos confiados às instituições existentes. Tanto os países subdesenvolvidos como os industrializados receavam que a criação da I.D.A. pudesse trazer como conseqüência uma redução nos programas bilaterais dos Estados Unidos, quer através da diminuição dos créditos dos programas do *Mutual Security Administration,* quer pela redução dos recursos para empréstimos do *Development Loan Fund.* Essa preocupação era tanto mais justificada quanto o Govêrno americano, na mesma ocasião em que apresentava o projeto da I.D.A. no Banco Internacional reclamava contra a crescente deterioração do balanço de pagamentos dos Estados Unidos e exigia a abolição das restrições tarifárias dos países europeus.

Outra objeção fundamental contra o estabelecimento da I.D.A., e esta proveniente, sobretudo, dos representantes dos países subdesenvolvidos, dizia respeito à utilização das moedas locais, decorrentes da Lei n.º 480. Como se sabe, os Estados Unidos dispõem de moedas locais em soma equivalente a 3,750 bilhões de dólares, principalmente na Índia e no Paquistão e em outros países asiáticos, sem possibilidade de utilizá-las, salvo para reduzidas despesas locais. Noutros países (como

no caso do Brasil), uma parte dêsses recursos é reemprestada aos Bancos nacionais de desenvolvimento econômico, para aplicação em projetos destinados a promover o desenvolvimento econômico do país importador dos excedentes agrícolas americanos.

De certo modo, foram repetidas na Asembléia do Banco Internacional e nos comentários dos jornais e revistas, as mesmas críticas que tinham sido formuladas meses antes pelo Departamento do Tesouro às propostas originais do Senador Monroney. Era difícil aceitar a idéia de que os países subdesenvolvidos fôssem tomar emprestado às suas próprias moedas na I.D.A., para aplicação no seu território, sem nenhum acréscimo real de recursos. Se, por exemplo, a I.D.A. emprestar rupias acumuladas no Banco Central da Índia, em nome do Govêrno americano, ao Govêrno ou a emprêsas indianas, os equipamentos adquiridos com êsses recursos em rupias não significam nenhum acréscimo ao total de recursos disponíveis na Índia para o seu desenvolvimento. Por outro lado, na medida em que essas rupias fôssem utilizadas para compra de equipamentos ou de bens a serem exportados para outros países, isto significaria uma redução ou uma transferência de recursos indianos para os outros países. Acrescente-se que os países industrializados vêem na utilização dessas moedas locais um convite disfarçado para a canalização de compras na direção dos países nos quais se encontram disponíveis recursos acumulados pelos Estados Unidos, o que afinal de contas importaria numa distorção das concorrentes normais de comércio.

Alguns países europeus, como a Alemanha e a Holanda, manifestaram a preocupação de que os empréstimos suaves da I.D.A. poderiam minar o conceito dos empréstimos "duros" do Banco Internacional e a política de disciplina financeira aconselhada pelo Fundo Monetário Internacional aos países subdesenvolvidos. Por outro lado, o processo de utilização das moedas duras contribuídas à I.D.A. levariam inevitàvelmente, num futuro não distante, à conversão dessas moedas

em moedas inconversíveis. Êste resultado agravaria o problema da utilização dos recursos em moedas inconversíveis resultante da Lei n.º 480. Conseqüentemente, seria necessário prever um esquema contínuo de renovação e reposição de recursos da I.D.A., a fim de que lhe fôsse assegurada capacidade, a longo prazo, de permanecer em operação. Apesar das divergências expressadas no seio da Assembléia de Governadores do Banco Internacional, o Govêrno dos Estados Unidos exerceu suficiente pressão sôbre os demais membros do Banco e a resolução aprovada naquela ocasião solicitou aos Diretores Executivos que elaborassem o estatuto da I.D.A., o que foi feito em reuniões que se realizaram de outubro a dezembro, em Washington.

III

Nos têrmos do esquema discutido com os governos interessados, entre julho e setembro de 1959, o objetivo principal da I.D.A. seria promover, mediante financiamento de bons projetos de grande prioridade, o desenvolvimento dos paises membros da I.D.A., que pudessem ser classificados de menos desenvolvidos e cujas necessidades não podem ser suficientemente atendidas através dos empréstimos do Banco Internacional. O esquema finalmente aprovado pela Diretoria Executiva do Banco Internacional, em janeiro de 1960, não se afasta substancialmente das propostas iniciais do Govêrno dos Estados Unidos (4). Apesar de ter sido recebido sem entusiasmo pelos países membros do Banco Internacional, em setembro, a Diretoria do Banco elaborou um projeto de estatutos cuja aprovação pela maioria dos países se tem como certa.

O capital inicial será de 1 bilhão de dólares, dos quais 750 milhões de dólares representarão contribuições em moeda

(4) Para uma exposição da história das tentativas de organizar uma entidade do tipo da I.D.A., ver a introdução de Harlan Cleveland à série de conferências de Sir Robert G. A. Jackson *The case for an International Development Authority*, Syracuse University Press, 1959.

forte, enquanto o restante será proveniente dos países menos desenvolvidos. A subscrição inicial, a ser feita pelos membros da entidade, será de 10% em ouro ou em moeda livremente conversível. Quanto ao pagamento dos 90% restantes, o estatuto divide os países em dois grandes grupos: os países industrializados que pagarão em moeda conversível e os países menos desenvolvidos que pagarão em moeda nacional. No primeiro grupo se acham, além dos Estados Unidos, os países da Europa Ocidental, o Japão, a Austrália e a União Sul-Africana. No segundo grupo foram incluídos os países da Ásia, da África, da América Latina (exceto os que figuram no grupo I), e a Irlanda, Grécia, Islândia, Espanha, Iugoslávia e Turquia. Futuramente, à medida em que o segundo grupo de países melhorar as suas condições econômicas e financeiras, poderão permitir a convertibilidade de parte de sua subscrição inicial, feita em suas moedas nacionais. Por outro lado, a parcela de 90% da subscrição inicial será pagável em cinco prestações iguais e anuais, no valor de 18% cada, disposição que beneficia sobretudo os países do primeiro grupo e que reduz consideràvelmente as possibilidades de financiamento da I.D.A. nos primeiros anos.

O estatuto da I.D.A. estabelece que, além dos recursos iniciais da subscrição, a nova organização poderá receber recursos suplementares em moedas de outros países que não o país contribuinte. Isso significa, sobretudo, recursos em moedas locais resultantes dos acôrdos de venda de excedentes agrícolas dos Estados Unidos. O estatuto, entretanto, só autoriza o recebimento dessas moedas se houver consentimento do país cuja moeda seria objeto da contribuição suplementar e a utilização das moedas locais será feita pela I. D. A., de acôrdo com os têrmos dos convênios que regularem o recebimento dessas contribuições suplementares.

As operações da I. D. A. se constituirão, principalmente, de empréstimos a prazos longos, com prazos de carência também longos, e parcial ou totalmente reembolsáveis na moeda do país mutuário. As taxas de juros serão, também, inferiores às taxas usuais do Banco Internacional, uma vez que os re-

cursos da I. D. A. serão provenientes de capital totalmente integralizado e não da venda de bônus no mercado de capitais, sujeito às variações da cotação dos títulos emitidos pela entidade, como ocorre com o Banco Internacional.

Conservando as linhas clássicas do Banco Internacional, o estatuto determina que os financiamentos da I. D. A. sejam feitos para projetos específicos, mas exceções a êsse princípio serão permitidas. É possível que a aplicação do estatuto da I. D. A. sob êsse aspecto, seja mais flexível do que vem sendo dada pelo Banco Internacional, apesar do perigo existente uma vez que a I. D. A. será administrada pelo mesmo pessoal que atualmente opera os recursos do Banco Internacional.

No que se refere aos campos de financiamento, apesar da exigência de que os projetos sejam de elevada prioridade para o desenvolvimento das áreas interessadas, não há exigência de impacto cambial líquido do projeto a ser financiado. No *memorandum* explicativo que acompanhou o Estatuto enviado em janeiro pela Diretoria do Banco Internacional aos governos dos países membros, se esclarece que a I. D. A. poderá financiar projetos tais como os relativos a serviço de abastecimento de água, saneamento, projetos pilôto de casas populares, etc. A tendência que tem dominado no Banco Internacional reflete-se no estatuto da I.D.A. quando se declara, apesar das idéias generosas e dos propósitos de flexibilidade, a que se fêz tanta referência durante a elaboração do estatuto, que uma parte substancial dos projetos financeiros pela I. D. A. serão "do tipo que são normalmente atendidos pelo Banco Internacional" (5).

Ao contrário do Banco Internacional, a I. D. A. não necessitará exigir a garantia do Govêrno dos países membros quando fizer empréstimos a uma entidade pública ou privada, no território dêsses países. A garantia é facultativa e não obrigatória, como no Convênio de Bretton Woods.

---

(5) Comparar com o texto da Resolução Monroney: *to supplement International Bank funding activities and thereby permit the prompt completion of worthwhile development projects which could not otherwise go forward.*

Embora durante as discussões no seio da Diretoria do Banco Internacional vários delegados tenham defendido a necessidade de separar a administração da I. D. A. da administração do Banco, êsse ponto de vista não foi vitorioso. A I. D. A. funcionará, a exemplo da Corporação Financeira Internacional, como uma "filiada" do Banco. Ao contrário da Corporação, não terá um Presidente próprio: o Presidente da I. D. A. é o mesmo Presidente do Banco Internacional e os funcionários do Banco Internacional serão os mesmos funcionários da I. D. A. É possível, entretanto, que no futuro e na medida em que se desenvolverem as atividades da I. D. A., ela venha a ter funcionários próprios, que trabalharão lado a lado com os funcionários do Banco. A idéia de que pelo menos um Vice-Presidente do Banco ficasse incumbido particularmente das operações da I. D. A. foi discutida na Diretoria do Banco, mas não foi aprovada pela maioria. É quase certo que a sugestão foi inspirada na fórmula adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, cuja organização prevê, por iniciativa do representante do Brasil (6) um Vice-Presidente a cargo do Fundo para Operações Especiais, que é o departamento do Banco Interamericano por onde serão concedidos os *soft loans* da instituição.

IV

A conveniência da participação do Brasil na I. D. A. é objeto de controvérsia, sobretudo à vista da tendência do Govêrno brasileiro no sentido de reforçar a posição do Banco Interamericano (7) e a natural relutância de entregar a um organismo internacional recursos em cruzeiros resultantes das compras de trigo que, no momento, estão canalizados para o B.N.D.E., através do qual são aplicados em projetos a ta-

(6) *Revista Brasileira de Política Internacional*, junho de 1959.

(7) A propósito, note-se o ponto 1.º do *Aide-Mémoire* entregue ao Presidente Eisenhower pelo Presidente Kubitschek em fevereiro do corrente ano com proposta de convocação do Comitê dos Nove da Comissão dos 21, para examinar um "Programa de Cinco Pontos".

mente prioritários para o desenvolvimento do país. Nas conversações iniciais realizadas em Washington entre o Ministro da Fazenda, na qualidade de Governador brasileiro do Banco Internacional, e o Secretário do Tesouro Robert Anderson, dos Estados Unidos, foi acentuada a circunstância de que a maior, ou talvez a única objeção fundamental do Govêrno brasileiro ao estabelecimento da I. D. A., decorria da nossa posição quanto ao destino dos recursos da Lei n.º 480. Aprovado o estatuto da I. D. A. pela Diretoria do Banco Internacional, resta ao Govêrno brasileiro a alternativa de participar como membro fundador da nova organização internacional ou abster-se dessa participação, refletindo dessa maneira o seu desacôrdo com os têrmos em que foi redigido aquêle estatuto.

Do ponto de vista do Brasil, a possibilidade de vir o Govêrno dos Estados Unidos a confiar à I. D. A. recursos em cruzeiros, será provàvelmente diminuída em vista do fato de que o 3.º Acôrdo do Trigo, ora em negociações, deverá vigorar por três anos. Conseqüentemente, só ao terminar êsse prazo, e na hipótese de ser negociado um 4.º acôrdo, haveria cruzeiros disponíveis para serem confiados à I.D.A. Entretanto, serão acumulados em mãos do Govêrno americano, nos próximos três ou quatro anos, uma pequena parcela de cruzeiros resultante das amortizações de prestações do 1.º Acôrdo e talvez uma ou duas prestações do 2.º Acôrdo do Trigo, sôbre cujo destino não foi prevista expressamente uma solução definitiva em qualquer daqueles dois Acordos. Em princípio, os recursos entregues pelo Brasil aos Estados Unidos poderiam ser reemprestados ao B. N. D. E., nos mesmos têrmos e condições do empréstimo primitivo, constituindo uma espécie de *revolving fund*, ao longo dos 40 anos previstos para a amortização dos empréstimos. Teòricamente, porém, o Govêrno dos Estados Unidos poderia, desde o momento de instalação da I. D. A., solicitar permissão ao Govêrno brasileiro para fazer entrega dos recursos em cruzeiros, resultantes das amortizações, à nova entidade internacional.

Caso o Govêrno brasileiro remeta o estatuto da I. D. A. ao Congresso Nacional para ratificação, provocará, sem dúvida um amplo debate sôbre a natureza e os objetivos da I. D. A. e a compatibilidade da instituição com as necessidades da América Latina e com os interêsses peculiares do Brasil. De qualquer forma, a julgar pela demora do processo de ratificação de acordos internacionais pelo Congresso, e dada a ausência de um grande interêsse do Govêrno brasileiro pela I. D. A., parece difícil que a eventual ratificação do estatuto venha a ocorrer antes do prazo limite de 31 de dezembro de 1959.

Nessa hipótese, a participação do Brasil na I. D. A. possìvelmente só será decidida em 1961 à luz de quatro tipos de considerações que, àquela época, pesarão consideràvelmente sôbre a decisão do Congresso Nacional: o primeiro ano da operação do Banco Interamericano, a experiência dos meses iniciais da própria I. D. A., os resultados da negociação do 3.º Acôrdo de Trigo e as relações que forem estabelecidas, no plano financeiro, entre o Govêrno dos Estados Unidos que suceder à administração Eisenhower e o sucessor do Presidente Kubitschek.

* * *

THE INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION

With his experience as a Director of the National Bank for Economic Development and of the Inter-American Development Bank, the author of this article examines in it the historical background, organisation and prospects of the newly-created International Development Association, an agency affiliated with the World Bank. Qualifying the modifications undergone by Senator Mike Monroney's initiative, he points out that the proposal for the launching of the new agency was not enthusiastically received either by European countries, which should be its main contributers, nor by the under-developed nations in whose behalf credit operations are to be undertaken. Both groups feared that the foundation of the I.D.A. might bring about a reduction of bi-lateral assistence from the United States Government. According to the by-laws of I.D.A., the approval of which by the majority of countries is deemed certain, the agency's initial capital will be US$

1 billion, two thirds of which are to be provided in the form of hard currency contributions. It is probable that to these will be added other resources in local "soft" currencies, resulting from the sale of United States agricultural commodity surpluses. While studying the new body's operational system — which shall consist chiefly of long-term loans, not necessarily guaranteed by governments, and reimbursable, wholly or in part, in the currency of the borrowing country, at interest rates lower than those charged by the World Bank — the author analyses the controversy regarding Brazil's participation in the I.D.A., particularly in the light of the Government's policy towards the bolstering of the Inter-American Bank, and its natural reluctance to hand over, to an international agency, resources in cruzeiros, arising from the purchase of wheat surpluses, which are invested in development projects deserving the country's prioritary consideration. Given the circumstances and the delay involved in the ratification of international agreements by Congress, it seems to the author unlikely that Brazil will ratify I.D.A.'s statute before the final deadline. This being the case, Brazilian participation in I.D.A. would be decided in 1961, in view of the results of the Inter-American Bank's first year of operations, of the Association's own initial experience, of the negotiations for the third Wheat Agreement, and of the financial relations reciprocally established between themselves by the Administrations of President Eisenhower and President Kubitschek's respective successors.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DE DÉVELOPPEMENT

Avec son expérience de Directeur de la Banque Nationale du Développement Économique du Brésil et de la Banque Interaméricaine du Développement, l'auteur étudie dans cet article l'historique, l'organisation et les perspectives de l'Association Internationale de Développement, entité récemment crée et affiliée à la Banque Mondiale. En indiquant les modifications que l'initiative du Sénateur Mike Monroney a dû subir, il signale que la proposition concernant la création du nouvel organisme a été accueillie froidement, soit par les pays européens qui seraient ses principaux contribuables, soit par les nations sous-developées, au profit desquelles devraient être effectuées des opérations de financement. Les deux groupes sus-mentionnés craignaient que la créations de l'A.I.D. entraînerait une diminution de l'assistance bilatérale du Gouvernement américain. D'après les dispositions des Statuts de l'A.I.D., dont l'approbation par la majorité des pays est tenue comme indiscutable, le capital initial sera de 1 billion de dollars, desquels les 2/3 représentent des apports en monnaie forte. Il est possible qu'à cela viennent s'ajouter d'autres ressources en monnaies locales, faibles, résultant des accords de vente des excédents agricoles des États-Unis. En étudiant le système d'opérations de la nouvelle entité — qui sera

constitué essentiellement par des emprunts à long terme, sans garantie gouvernementale obligatoire, avec des délais de concession également longs et total ou partiellement remboursables dans la monnaie du pays emprunteur, moyennant des taux d'intérêts inférieurs à ceux de la Banque Mondiale — l'auteur analyse, en outre, la controverse en ce qui concerne la participation du Brésil dans l'A.I.D., surtout étant donnée la politique du Gouvernement, de renforcer la position de la *Banque Interaméricaine, et de la naturelle résistance à remettre* à une agence internationale des ressources en cruzeiros, résultant des achats de blé, lesquelles sont appliquées dans des projects de développement prioritaires pour le pays. Em vue des circonstances et du retard du procédé parlamentaire de ratification des accords internationaux, il paraît à l'auteur difficile que le Brésil puisse ratifier les Statuts avant la date limite. Dans ces conditions, la participation du Brésil dans *l'A.I.D. serait décidée en 1961,* d'après les résultats de la première année d'opération de la Banque Interaméricaine, de la négociation du Troisième Accord du Blé, de l'expérience initiale de l'Association elle-même, et des rapports financiers qui viendraient établir entre eux les gouvernements des successeurs des Présidents Eisenhower et Kubitschek.

A AMAZÔNIA NA CONJUNTURA INTERNACIONAL (II) *

Arthur Cézar Ferreira Reis

O Brasil, quando se tornou independente, teve de enfrentar, como todos os países que se desligaram da subordinação colonial na América Espanhola, e como anteriormente ocorrera com as colônias inglêsas e o Haiti, em face da Inglaterra e da França, sérios problemas da sua aceitação no concêrto universal, além dos problemas de sua organização interna. Esta, apesar dos incidentes naturais numa sociedade que se politizava e portanto tinha de criar-se, elaborar-se, tomar consciência de suas condições novas de vida, por entre altos e baixos, numa experimentação cheia de percalços, foi etapa vencida com a constituição elaborada pelo Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador, mediante a aprovação das Câmaras Municipais, que exerciam, dêsse modo, a vigilância democrática. Aquela, mais demorada, por fim vencidos os obstáculos que a nova ordem liberal provocava no mundo europeu, dominado ainda pela sistemática absolutista, também fôra lograda, passando o Império, planta exótica no continente republicano, a desenvolver-se nas suas linhas próprias e nas suas características de nação monárquica.

A convivência com os povos vizinhos nem sempre apresentou, porém, aspectos de convivência maneirosa, serena, tranqüila. No Prata, os resíduos coloniais, representados na posse da Cisplatina, que nos levaria à guerra contra a Argentina, serviu de prelúdio aos desencontros, às desavenças e dis-

---

* O primeiro artigo desta série foi publicado pela *Revista Brasileira de Política Internacional* de março de 1960 (n.º 9, pág. 5).

tâncias que tivemos de sustentar. Na fronteira de Mato Grosso, logo nos primeiros tempos, ocorreu o incidente de Chiquitos, que não tomou corpo pela ação pronta do Imperador e pelo estado de boa consciência americanista do grande Simão Bolívar, ainda hoje tão mal compreendido por certos ensaístas espanhóis, teimosos em ver os sucessos da independência pelos olhos turvos de um passado que se encerrou e só deve ser recordado para uma aproximação e nunca para a constante da desavença.

Na Amazônia, a situação ia ser diferente. Nem calma total, nem estado de comoção permanente. Na Amazônia, o que ia suceder, como estado de comoção, estava ligado à vida interna e não às relações exteriores, comoção profundamente perigosa porque ensejou pruridos separatistas e incentivos secessionistas de povos poderosos que viam, na oportunidade, o momento magnífico para a participação nos possíveis trechos disponíveis do extremo norte do Império. Os estadistas imperiais, vai agora repetida a pergunta, estariam preparados para opor resistência e enfrentar a desordem, pondo fim àqueles perigos internos e externos?

As condições existenciais da Amazônia, quando se encerrou o período colonial, permitiam a impressão de que ia acontecer muita coisa grave. A incorporação ao Império fôra custosa. As autoridades portuguêsas, amparadas pelo poder econômico — e êsse poder econômico, tanto nos centros urbanos como nas áreas de trabalho agrário, estava em mãos de reinóis intransigentes — tudo fizeram para que a região permanecesse integrada no sistema político-administrativo português. A obediência a Portugal era verdadeiramente espantosa. Basta que se registre o fato de que, além dos deputados paraenses e amazonenses terem-se mantido em Lisboa, recusando acompanhar seus colegas das demais Províncias, quando êles abandonaram o solo metropolitano para atirar-se ao movimento de resistência soberana que irradiava pela antiga colônia, as duas Províncias, ao invés de elegerem representantes à Constituinte convocada por D. Pedro, elegeram representantes ao Parlamento português. A incorporação fôra

conquistada depois de refregas de sangue em Belém e no Marajó, mas sem que os legítimos senhores da terra, isto é, aquêles que nela haviam nascido, e nem sempre eram de origem apenas reinó[1], passassem a possuí-la nos postos de govêrno. O mal-estar, em conseqüência, explodiu violentamente. E os primeiros anos da experiencia liberal foram anos de luta. As autoridades legais em nenhum momento conseguiram ter as mãos livres para cuidar dos demais problemas que lhes estavam a exigir atenção. Tremendos ajustes de contas ocorreram, seja em Belém, seja no interior. É certo que pelas demais Províncias havia episódios semelhantes, que os historiadores têm esquecido de mencionar, para dar a entender que o primeiro Império foi um período de paz e de bem-estar político, apenas sacudido quando D. Pedro tentou a política suspeita que o levou à abdicação. Em nenhuma delas, todavia, êsse estado de espírito apresentou as características de violência por que se apresentou na Amazônia. E o resultado mais próximo foi a guerra civil que começaria em 1835 e iria terminar em 1840. Terminaria, não com a vitória das armas legais, mas pela decretação da anistia. Porque, de outro modo, a convulsão, agora já de raízes sociais e econômicas visíveis, não se teria encerrado naquele ano, prosseguindo, mesmo sem impetuosidade, mas favorecida pelas condições criadas pela própria geografia física regional. A acão das fôrças navais, como das fôrças de terra, era muitas vêzes ou quase sempre prejudicada por êsse fator geográfico, pela dificuldade que havia de efetuar operações no tipo das a que estavam habituados o Exército e a Marinha. A guerra na selva e na bacia hidrográfica amazônica exigia técnicas diferentes, que não estavam sendo experimentadas, com graves perdas de vida e de tempo.

A Amazônia, portanto, é de ver-se fàcilmente, vivendo um início de vida política tão difícil, perdia-se nos resultados, que poderiam ter sido mantidos e continuados, da ação que os portuguêses tinham executado com tanto sucesso. A lavoura e a pecuária por êles incentivada e levada a algarismos expressivos, no período da guerra civil, comprometeu-se profunda-

mente. Perdeu-se seiva. Seiva representada pelos 30 a 40 mil mortos, como nos rebanhos e nas lavouras tota'mente destruídos. A reconstrução não seria fácil e demandaria tempo. É de registrar-se ainda que a lavoura e a pecuária, que constituíam a melhor demonstração da possibilidade de vencer o meio, criando nêle uma sociedade que não se vinculasse ùnicamente a um gênero de vida, aquêle da primitividade da caça, da pesca e da coleta da floresta, iam perder o viço pelo surgimento de outro produto florestal, que a Europa e os Estados Unidos começaram a solicitar sôfregamente — a borracha. A experiência agrária cessava e a atividade coletora voltava a constituir o maior ou quase exclusivo fundamento de vida de tôdas as populações que se espalhavam pe'o imenso mundo exótico e ainda não se representavam quantitativamente numerosas.

Revelando-se incapazes para obter ou criar condições impeditivas do que sucedera no particular da vida política, os estadistas imperiais, no particular das competições internacionais, estariam em condições de triunfar sôbre perigos que surgissem? O século XIX, como bem sabemos, foi século em que se aguçou violentamente o apetite dos poderosos países que se realizavam econômicamente pela exploração intensiva dos territórios ultramarinos. A perda das áreas americanas não fizera que se interrompesse essa atividade expansionista ou colonialista, como escrevemos hoje. Os inglêses, despojados do primeiro império, lançaram-se à formação de outro. Os franceses, os holandeses, os próprios alemães, os belgas e norte-americanos, cuidaram também de atender-se nas suas necessidades econômicas criando suas bases imperiais num u'tramar africano e asiático que lhes servisse aos mercados de consumo, sustentasse o orgulho nacional e lhes autorizasse o progresso material. No caso especial norte-americano, a desenvoltura imperial se processara sôbre a própria terra continental para a ampliação da base física. E com a pressão de contingentes populacionais, as pressões militares, as pressões diplomáticas e as pressões financeiras, lograra a elabora-

ção de um gigantesco território, para o que a tese do "destino manifesto" constituíra o fundamento mais forte.

Na América do Sul, lembremos, nem todo o espaço físico fôra ocupado. O ecumeno sul-americano não se mostrava grande. Ao contrário, os trechos desérticos de certo modo podiam ser estimados como áreas maiores, muito maiores que as áreas possuídas social, política e econômicamente, portanto, possuídas efetiva e não teòricamente. Em conseqüência, êsses trechos, sob soberania das nações que se haviam constituído sôbre os destroços do império espanhol ou português, podiam estar em perigo. Estariam realmente, ou a existência de imensos mundos por conquistar, por verificar, por identificar, por ocupar e explorar na África, assegurariam ausência de perigos, contentando aquelas potências? Na hipótese da existência real dêsses perigos, os homens que exerciam o Poder no Brasil tinham sido suficientemente avisados no considerá-los, adiantando-se a êles na execução de uma política que os evitasse e servisse de demonstração de que estavam atentos e em condições de realizar o que, sustentavam os povos experientes, seria conveniente realizar?

II

Os altos interêsses da Humanidade foram, em todos os tempos, alegados para justificar atos de violência contra povos sem poder econômico ou sem poder político. As sortidas sôbre a África e a Ásia encontraram apoio naquela estranha motivação. Eram regiões que poderiam concorrer para o bem-estar universal, mas para que tal sucedesse deveria ocorrer a intervenção dos povos capazes, das nações que dispusessem dos recursos técnicos e financeiros, que lhes assegurassem a posição de líderes, e lhes garantissem a exploração social e econômica necessária à frutificação do bem-estar coletivo. Companhias de comércio, expedições científicas, viajantes curiosos, servindo no pioneirismo do contato com tais terras, foram instrumentos dessa política ousada e ao mesmo tempo tenebrosa.

Ora, os inglêses e os norte-americanos, como os próprios franceses, nesse século XIX, no afã expansionista, tiveram suas vistas voltadas para a Amazônia. As expedições científicas, que despacharam para lá, nem sempre tiveram o objetivo único de verificar o que era a região como espaço físico ou como natureza exótica. Em tôdas ou quase tôdas as expedições enviadas com a permissão do Govêrno brasileiro, que parece não ter percebido os verdadeiros propósitos dêsses cientistas que serviam aos desígnios imperiais de suas respectivas pátrias, o que houve realmente foi o intuito de saber para permitir a formulação de políticas de expansão ou de penetração econômica.

A Amazônia, como nenhum trecho da América do Sul, foi assim, intensamente visitada. Êsses estrangeiros eram efetivamente nomes consagrados na alta pesquisa científica. Mas em todos êles havia sempre a preocupação maior de saber, de identificar para que as suas pátrias um dia se pudessem beneficiar do que haviam apurado. Serviam à Ciência, é certo, mas serviam muito mais aos interêsses políticos de além-mar. Leia-se, por exemplo, o que escreveu o professor norte-americano John P. Harrison (1), ao sustentar a tese que defendemos, indicando nomes e fatos, na base de vasta documentação guardada em bibliotecas e arquivos dos Estados Unidos, os quais teve oportunidade de examinar e utilizar.

Sob o domínio de Portugal, o Brasil estivera fechado à curiosidade dos estrangeiros. A política portuguêsa fôra executada sem tergiversações de qualquer espécie. É conhecido apenas o episódio da entrada de um homem de ciência francês, o sábio Charles Marie de la Condamine, que, vindo do Equador, por ordem do Rei D. João V, tivera sua passagem pela Amazônia permitida, embora com as reservas necessárias, isto é, com acompanhante português encarregado de exercer vigilância para evitar que, no futuro, houvesse a lamentar alguma

(1) No artigo "Science and Politics: Origins and Objectives of Mid — Nineteenth Century Government Expeditions to Latin America", in *The Hispanic American Historical Review*, maio de 1955 (vol. XXXV, n.º 2), págs. 175-202.

coisa, como se teve de lamentar. Porque La Condamine sustentaria, na Europa, que o rio Vicente Pinzón, que dizíamos ser o Oiapoc, das divisas com a Guiana Francesa, não era o Oiapoc, o que importava, se fôsse vencedora a sua conclusão, em perda de vasto trecho do Amapá.

Após a Independência, os inglêses, os norte-americanos e os franceses pretenderam ter acesso à Amazônia. Os inglêses a começar de 1832, graças à obtenção de um vasto trecho de terra, que desejavam utilizar em operação colonial, de povoamento e exploração de solo e subsolo. Com êsse intuito, organizaram companhia, que não foi avante nos seus propósitos, conquanto bem recebida em certos círculos oficiais do Rio de Janeiro, dada a reação que a iniciativa encontrara na região, alarmada com a amplitude do plano britânico. Êsses mesmos inglêses, no decorrer da guerra civil, — a Cabanagem, a que já nos referimos — tentaram seduzir, em 1836, o chefe dos rebeldes, o seringueiro cearense Eduardo Nogueira Angelim, para que aproveitasse o momento e desse o passo largo da independência do extremo-norte do Império. A Grã-Bretanha, explicavam, não se mostraria indiferente ao comportamento do caudilho cabano, que, todavia, fiel à pátria, recusou violentamente aceitar a sugestão secessionista. E entre 1835 e 1840, não se resguardando mais do propósito imperialista, tentavam os britânicos apoderar-se de larga faixa de terra no Rio Branco. Fazendo plantar marcos, procurando seduzir índios brasileiros, estabelecendo guarnição para intimidar as nossas autoridades da fronteira, lograriam uma neutralização da zona disputada, e posterior êxito com o laudo italiano.

No particular dos Estados Unidos, surgiu com o caso da navegação do Amazonas. Já em 1826, por indicação do ministro brasileiro acreditado em Washington, o Sr. Silvestre Rebêlo, incorporara-se uma companhia para navegar o grande rio com barcos a vapor. Até àquele momento, todo o transporte de mercadorias e passageiros era realizado em embarcações a remo e a vela. Uma flotilha imensa cortava as águas da imensa bacia hidrográfica em tôdas as direções. A essa flotilha ligavam-se alguns milhares de pessoas, que as tripu-

lavam ou delas eram proprietárias. À chegada do primeiro barco, Belém alarmou-se. Porque a navegação a vapor provocaria imediatamente a ruína de quantos tinham suas atividades funcionando em ligação com as referidas flotilhas. Mais — êsses barcos a vapor eram estrangeiros e poderiam provocar a desnacionalização da região. A entrada do "Amazonas", pois assim se denominava o barco, foi proíbida.

Seguiu-se a viagem de dois oficiais da marinha norte-americana — Herdon e Gibbon — que, pelo Ucaiáli e pelo Madeira, penetraram o vale, atingindo por fim Belém, de onde se dirigiram aos Estados Unidos. Ali, apresentaram extenso e importante relatório ao Govêrno, que o remeteu ao Senado, interessado em conhecer a importância da Amazônia no que ela poderia proporcionar ao "bem-estar da Humanidade". Publicada em dois alentados volumes, a exposição dos dois oficiais provocou sensação. Realmente, a Amazônia aparecia, nas páginas que escreveram, como um mundo aberto à iniciativa dos povos capazes, e entre êsses não pareciam estar incluídos os brasileiros. A riqueza em matérias-primas, que inventariavam, necessárias à fortificação dos parques industriais das nações que se desenvolviam em bases de manufaturas, estava convidando à inversão do capital-disposição, do capital-técnica e de recursos em dinheiro.

A essa altura, a opinião pública norte-americana vinha sendo mobilizada, à volta do Amazonas como problema da Humanidade, pela série de artigos e de pronunciamentos feitos em assembléias por um outro oficial de Marinha, o tenente Matthew Fontaine Maury, que o descobrira e o vinha indicando aos seus co-nacionais para a façanha da ocupação e da exploração econômica. "O destino manifesto", que os norte-americanos se atribuíam como continuadores da obra de expansão e de imperialismo até então realizada mais intensamente pelos britânicos, de que se diziam os herdeiros mais diretos, mais capazes, não devia ser uma emprêsa apenas reduzida, (e como era reduzida...), à formação, em têrmos de grandeza, da base física da pátria pela continuidade continen-

tal, que lhes exigia os sacrifícios de uma aventura constante em direção ao Pacífico. Ao contrário, precisava ser determinada mais seguramente pela irradiação extracontinental, no caso mais à vista, sôbre a Amazônia, que seria uma continuação geográfica e econômica dos Estados Unidos, empenhados, já àqueles dias, em determinar-se perante o mundo pelo robustecimento de sua potencialidade industrial. Maury, provocando o interêsse, movimentando as atenções de parlamentares, jornalistas, estudiosos, homens da alta administração nacional, era uma voz ouvida, que poderia pôr em grave perigo a soberania do Brasil na sua área amazônica.

Os Ministros do Brasil em Washington, Sérgio Teixeira de Macedo e Carvalho Moreira, alarmaram-se em face do que ouviam, liam e sentiam perto como perigo iminente. Em correspondência para o Ministério do Exterior denunciavam os planos que se arquitetavam, e em entendimentos com as autoridades do país em que estavam acreditados, tentavam o impossível para pôr têrmo à campanha. A expansão norte-americana, que deitava olhares cubiçosos sôbre as Antilhas, e os exemplos, de ontem e de hoje, a que estavam assistindo, eram bastantes para que compreendessem os perigos a que se expunha o Brasil. A ação militar para a preservação da nossa soberania não lhes parecia eficaz. O que se fazia necessário era, ou ceder aos norte-americanos, proporcionando-lhes o uso das águas da bacia hidrográfica mediante os acertos convenientes, ou conseguir o desinterêsse de seus capitais e de seu próprio Govêrno, através de uma ação continuada, a resposta incisiva às afirmativas (muitas delas profundamente fantasiosas) de Maury e seus seguidores, e uma política a ser realizada sem mais demora na região, visando a demonstrar a nossa capacidade para enfrentar problemas da magnitude dos que a Amazônia oferecia e o interêsse que lhe votávamos. Os interêsses da Humanidade seriam melhor resolvidos pela nossa atuação direta, ininterrupta e dinâmica, que pelo concurso ou a interferência intrusa de elementos que não se ligavam às condições locais nem falavam à nossa formação étnica.

Dizia o ministro Sérgio Teixeira de Macedo, em novembro de 1850, dirigindo-se ao Ministro do Exterior, então o eminente Paulino José Soares de Sousa: "O anglo-americano se acha inteiramente convencido de que êle tem de regenerar o mundo todo, dar nova forma de govêrno a tôda a sociedade humana, e dominar por sua influência tôdas as partes do mundo, de que êle ocupa hoje o centro, em razão de sua posição, que domina os dois grandes Oceanos, o gôlfo do México, e o mar das Antilhas." E pouco depois, a 26 de dezembro, mais incisivamente — "Não há para mim a menor dúvida de estar a atenção dos homens políticos dêste país dirigida para qualquer emprêsa com o fim de se apoderarem do Amazonas".

Soares de Sousa, com o pêso da sua responsabilidade, ouvido pela ponderação de suas reflexões, certo de que havia realmente perigo à vista, alertado pelo substituto de Teixeira de Macedo, agora Carvalho Moreira, tanto mais quanto o próprio Presidente dos Estados Unidos, em sua mensagem anual ao Parlamento, lembrara que seria de tôda conveniência a abertura do Amazonas à navegação internacional, pois ali se encontrariam "fundos inexauríveis de riqueza", tratou de promover aquela política realista que se impunha — sugeriu a organização da companhia de navegação a vapor com o capital brasileiro, solicitado a Mauá, e a constituição imediata da Província do Amazonas, projetada duas décadas antes mas até então sem merecer aprovação do Poder competente.

O Conselho de Estado foi mandado ouvir pelo Imperador. O Sr. W. Trousdele, acreditado junto ao Govêrno brasileiro como ministro norte-americano, solicitava (1883) a abertura do Amazonas. Soares de Sousa encarregou-se de relatar a matéria. Suas razões, ainda inéditas até hoje, constituem uma das peças de maior elevação que lhe saíram da pena, ao mesmo tempo que refletem o ponto de vista nacionalista que dominava o Conselho de Estado. Num exame minucioso do que vinha ocorrendo no mundo em matéria de navegação de grandes bacias, dos motivos invocados pelos norte-americanos, títulos que possuíamos para manter a porta fechada, condições

da conjuntura internacional, perigos que nos rondavam, política imediatista e a longo prazo a adotar, o futuro Visconde do Uruguai propôs o problema. E concluiu por que a orientação a seguir não seria a da franquia pura e simples, mas a de uma segura ação de Estado, que demonstrasse a nossa presença e a nossa decisão de realizarmo-nos sòzinhos. Mais um entendimento franco e amistoso com os outros ribeirinhos sul-americanos para a utilização em comum das águas do Amazonas. Quanto aos norte-americanos e ing êses, negociações que não nos causassem embaraços, no futuro. A abertura pura e simples do rio, como era advogada tão intempestivamente, equivaleria a "uma espécie de comunismo internacional das águas daquele rio".

A resposta brasileira, comunicada pelo Ministro Limpo de Abreu em 13 de setembro de 1854 foi, assim, um *NÃO* bem positivo. As tentativas posteriores pouco significaram. A diplomacia imperial atuava junto aos Govêrnos dos nossos vizinhos, alertando-os e impedindo-os de tomar posição menos interessante aos nossos pontos de vista, anulando mesmo os êxitos que os diplomatas do norte porventura haviam alcançado. A história de tôda essa larga disputa internacional foi apenas aflorada. Esconde capítulos interessantíssimos, que dignificam os nossos representantes no exterior e mostram muito positivamente a existência de uma orientação firme dos homens que dirigiam as nossas relações com outros povos.

Quanto aos franceses, o interêsse e os propósitos de participar da vida amazônica são os mais variados. E podem ser arrolados desde as ousadas penetrações efetuadas no Amapá, a montagem de estabelecimentos militares, postos fiscais, propaganda da soberania francesa, discussões diplomáticas acêrca de pretensos títulos de posse e de domínio sôbre as circunvizinhanças do Amazonas, no que chamamos de Guiana brasileira, pretensões que, se certas, os levariam a atingir o vale do Rio Branco. Em nenhum momento, todavia, os franceses se mostraram dispostos a uma negociação franca. Argumentavam sem apoio na verdade geográfica, confundindo aciden-

tes físicos, alterando denominações de lugares e por fim logrando que uma vasta área da costa, que pretendiam, fôsse considerada litigiosa e neutralizada.

III

A política que o Estado brasileiro efetuou na Amazônia, no decorrer do Império, e que pode ser constatada através de todo o vasto documentário que os arquivos guardam e dos seus resultantes visíveis, foi uma política que não envergonha os responsáveis pela soberania nacional naquele trecho da Pátria. Se no primeiro momento não puderam ou não souberam evitar a guerra civil, depois praticaram tôda uma série de atos da maior importância, visando manter a região e assegurar condições melhores às respectivas populações. A fixação das fronteiras, por exemplo, foi iniciada depois de convenientemente apurados os nossos títulos por um "fronteiro" ilustre, Duarte de Ponte Ribeiro.

O *rush* da borracha, que se abre nessa fase, a começar mais ativamente na sétima década do século XIX, a presença de muitos milhares de maranhenses e nordestinos que vêm participar da exploração da floresta ao lado dos colonos amazonenses, e criar, na fronteira política, a seiva que a transformasse aqui e ali em fronteira econômica, se realmente não foi uma conseqüência da intervenção do Poder Público, constituindo antes um reflexo da iniciativa privada e de solicitações dos mercados exteriores, que consumiam, sem cessar, a matéria-prima extraída das seringueiras, nem por isso importou em ausência do Estado, que facilitou condições para que a atividade se coroasse de pleno êxito.

Quando, pois, abrimos às bandeiras das nações amigas a navegação do Amazonas, possuíamos a segurança necessária para evitar que a concorrência estrangeira desnacionalizasse a região. Os perigos teriam assim sido encerrados. E abrir-se-ia uma nova fase de bem-estar, de progresso, de segurança total. A República herdaria uma Amazônia ativada e em con-

dições de assegurar ao País elementos que lhe servissem ao impulsionamento de seu processo de desenvolvimento, não mais rotineiro, mas agora dinamizado. Certo? Seria êsse realmente o quadro que tínhamos pela frente? Os homens de govêrno, sob a República, não se teriam de preocupar mais com o mundo amazônico que seguiria serena e ativamente sua sorte, integrado inequìvocamente no Brasil?

* * *

THE AMAZON REGION IN INTERNATIONAL PERSPECTIVE

In this, the second of his series of articles about the Amazon region, Professor Ferreira Reis appraises the international implications of the area at the time Brazil was an Empire. Raising the issue of whether the country's statesmen of that time were capable of opposing resistance to the secessionist incentives coming from nations that claimed a share in the Brazilian Amazon basin, the author devotes the whole essay to the documentation of the affirmative answer which he himself provides. Pointing out the local population's allegiance to Portugal, after the independence of Brazil, he remarks that the ensuing civil war, which lasted from 1835 to 1840, caused the loss of the majority of favourable effects left by the Portuguese colonisation, thus converting the region into an easy prey for the imperial designs of Britain and France, as well as of the United States. Under the guise of scientific expeditions, asserts the author, these countries proceeded to undertake surveys of the terrain, while at the same time they lent their support to local political seditions of a separatist character. A typical example of the interest aroused by the area, mentions the author, referred to the navigation of the Amazon river; this enterprise was inspired by American capitalist interests, with the approval of public opinion in the United States. Emphasising the fruitful course of Brazilian diplomacy in this instance, the author also makes favourable reference to the statesmen of the Empire who aimed at the full integration of the Amazon region within the Brazilian community, achieved partly by means of boundaries settlements and the national consolidation of regional ways of penetration.

L'AMAZONIE DANS LA CONJONCTURE INTERNATIONALE

Faisant suite à sa série d'articles au sujet de l'Amazonie, le Professeur Ferreira Reis étudie dans celui-ci les aspects internationaux

de la région amazonique durant la période de l'Empire au Brésil. En se demandant si les hommes d'État au temps de la Monarchie étaient préparés pour résister aux attentats secessionnistes des nations qui réclamaient une partie de l'Amazonie brésilienne, l'auteur consacre son essai à la documentation de la réponse affirmative qu'il donne, lui-même, à la question. Tout en signalant la fidélité politique des habitants de la région au Portugal, après la proclamation de l'indépendence du Brésil, il observe que la guerre civile qui en fut la conséquence, pendant les années 1835 et 1840, occasionnât la parte d'une grande partie des bons résultats de la colonisation portugaise, offrant ainsi un terrain favorable à l'impérialisme de la Grand-Bretagne et de la France, puissances limitrophes, et, légalement, à celui des États-Unis. Sous prétexte d'expéditions scientifiques, déclare l'auteur, ces pays ne firent qu'explorer la région et, en même temps, appuyèrent les insurrections politiques locales, de caractère séparatiste. L'auteur ajoute qu'un exemple typique de l'intérêt éveillé par le basin de l'Amazonas fut celui de la navigation du grand fleuve, stimulée par les capitaux nord-américains, avec l'approbation de l'opinion publique de ce pays. En relevant l'action positive de la diplomatie brésilienne dans cette affaire, l'auteur loue la politique des hommes d'État du temps de l'Empire, qui visaient l'intégration totale de l'Amazonie dans la communauté brésilienne, notamment par la démarcation des frontières et la consolidation nationale des voies régionales de pénétration.

RESENHA

A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL EM 1959 *

Em face dos problemas suscitados pelo desenvolvimento econômico e pela concorrência internacional, nossa política externa vem mantendo um caráter empreendedor e dinâmico, atualizando os seus métodos e ampliando a sua latitude de ação. Sem nos afastarmos da nossa tradicional linha de conduta — pugnar pela igualdade jurídica dos povos, pela convivência amistosa dos Estados, pelo direito de autodeterminação das Nações e pela solução pacífica dos conflitos internacionais — ocupamo-nos, cada vez mais, de objetivos que exigem análise atenta e compreensão crítica da realidade internacional, por parte de nossa diplomacia.

Sensíveis a essa realidade, procuramos incentivar a Operação Pan-Americana, que, tendo como fim essencial a erradicação do subdesenvolvimento, representa o esfôrço conjugado de 21 nações dêste Continente para dar substância econômica ao pan-americanismo, já consolidado no que concerne à defesa dos ideais políticos e jurídicos do Continente.

Por êsse modo, procura o Brasil, a par das demais nações americanas, promover o desenvolvimento harmônico e equilibrado dos povos do Hemisfério, batendo-se, no campo econômico, por ações imediatas, que venham permitir a elevação do padrão de vida na América Latina e, conseqüentemente, concorrer para o fortalecimento político do mundo ocidental.

No decorrer de 1959, aproveitando a melhoria verificada nas relações internacionais, a política exterior brasileira, sem procurar fórmulas utópicas ou demagógicas, soube enquadrar suas atividades na clave do realismo político, obedecendo às imposições da nossa economia e aos anseios universais de paz e segurança. Desdobrando-se em múltiplas iniciativas em tal setor, o Govêrno fêz-se representar em tôdas as reuniões internacionais em que as conveniências do País justificavam sua

* Capítulos da MENSAGEM enviada pelo Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República, ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa anual, a 15 de março de 1960.

presença; importou capital e assistência técnica necessários à aceleração do processo de crescimento econômico; intensificou o comércio exterior; ampliou mercados; estabeleceu novos contatos; negociou acordos bilaterais e multilaterais susceptíveis de dar novo conteúdo ao pan-americanismo e ao sistema de alianças do Ocidente; e, por fim, promoveu a vinda, ao Brasil, de eminentes personalidades, proporcionando-lhes visão geral do nosso progresso e trato mais íntimo com o nosso desenvolvimento. As visitas que recebemos tiveram extraordinária repercussão nas relações culturais, econômicas, políticas e sociais entre o Brasil e os países que nos deram êsse testemunho de amizade.

A crescente correlação dos fenômenos de política interna e externa está a recomendar modificações estruturais, que permitam ao Ministério das Relações Exteriores, não só uma ação mais eficaz, fora do País, como também um melhor entrosamento com os outros órgãos da Administração. Neste sentido, foi encaminhado, ao Legislativo, projeto de lei que, aprovado, facultará a esta última os meios para a almejada reforma.

Atuação nas Nações Unidas

Revestiu-se de excepcional importância a XIV Sessão Geral das Nações Unidas.

Viu o Brasil, com desvanecimento e júbilo, consagrarem-se naquela Assembléia os princípios básicos da Operação Pan-Americana. Insistiram os nossos representantes em que, paralelamente a medidas desarmamentistas, a valorização do ser humano e a dignificação de seu trabalho constituem condição fundamental para que se possam realizar, no mundo moderno, os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas.

Apoiando a resolução concernente ao desarmamento, aprovada por unanimidade, a Delegação brasileira ampliou sua análise a aspectos mais profundos do problema da paz. Afirmou que não bastava a supressão de armamentos; cumpria dar aos homens dos países subdesenvolvidos condições de vida que lhes permitissem usufruir os benefícios da civilização industrial moderna.

Ativamente empenhada em tôdas as tarefas da Assembléia, nossa Delegação portou-se com alto senso de responsabilidade, confirmando o conceito que desfrutamos no seio da Organização das Nações Unidas.

Questões do Sudoeste Africano

A Comissão de Bons Ofícios da O.N.U. da qual são membros o Brasil, os Estados Unidos da América e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, continuou a estudar atentamente as questões do Sudoeste Africano.

Infelizmente, ainda não se alcançaram resultados concretos, mas o Brasil continua a envidar esforços para que se resolvam as dificuldades existentes, à luz dos princípios inscritos na Carta das Nações Unidas e do acatamento aos direitos dos aborígines.

Ainda uma vez, o Brasil, por seu Delegado na O.N.U., pronunciou-se veementemente contra o *Apartheid* sul-africano, em apêlo à União para dar acolhimento aos reclamos que lhe chegam de tôdas as partes do mundo.

Territórios Não-Autônomos

O Brasil tem prestigiado tôdas as medidas conducentes ao progresso econômico, social e político dos territórios não-autônomos e, na 4ª Comissão da XIV Assembléia Geral das Nações Unidas, manifestou o desejo de que se estude ampla e pormenorizadamente o informe sôbre o desenvolvimento dos mesmos.

Lembrou o representante do Brasil que, segundo norma estabelecida na Carta das Nações Unidas, os interêsses dos habitantes daqueles territórios hão de prevalecer sôbre quaisquer outros e que às potências administradoras corre o *dever sagrado* de lhes promover o bem-estar. Assim, impõe-se o estudo minucioso do informe, a fim de aquilatar-se o grau de desenvolvimento dos referidos territórios e averiguar-se o melhor modo de cumprir as determinações do Capítulo XI da Carta das Nações. No que concerne especialmente ao setor educacional, manifestou nossas preocupações a propósito da segregação racial nas escolas públicas de vários territórios não-autônomos, sobretudo os da África. Fêz, por fim, um apêlo para que se estimulem as formas de convivência multirracial, dando aplicação efetiva aos preceitos da Carta das Nações Unidas que proclamam solenemente o respeito à dignidade humana e às liberdades individuais, sem distinção de raça, religião, idioma ou sexo.

Participação na U.N.E.F.

Em 1959, continuamos a participar da Fôrça Expedicionária das Nações Unidas que atua na Faixa de Gaza, conforme decisão tomada em 1956 pela I Assembléia Especial daquela entidade. O Batalhão Suez, por nós enviado, mantém-se à altura das tradições das nossas Fôrças Armadas. De acôrdo com as comunicações da Embaixada do Brasil no Cairo, as autoridades e a imprensa locais têm louvado, sem discrepância, a disciplina, a eficiência e a cordialidade do nosso pessoal.

Com o auxílio da Marinha de Guerra brasileira, navios-transporte vêm efetuando regularmente a substituição dessa tropa.

Relações com os Paises Afro-Asiáticos

Com o propósito de abrir novas perspectivas ao comércio do Brasil e intensificar relações políticas e culturais, resolveu-se não só estabelecer, em base de reciprocidade, Missões Diplomáticas em Rabat, Tunes, Amã, Colombo, Saigão Cuala-Lumpur, Bancoc, Manila e Seul e entrar em negociações para a troca de Missões Diplomáticas com o Govêrno de Gana e do Camboja, mas ainda convidar a virem ao Brasil o Sr. Sukarno, presidente da Indonésia, Sra. Golda Meir, Ministra das Relações Exteriores de Israel, Sr. Nobosuke Kishi, Primeiro Ministro do Japão, Sr. Eric H. Louw, Ministro das Relações Exteriores da União Sul-Africana, Sr. A. O. Adeyi, Ministro da Indústria e Comércio da Nigéria, Sr. Nobohiko Ushiba, Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores do Japão, e do Sr. Lin Yutang, escritor.

Para verificar, *in loco*, as possibilidades de trocas comerciais, diretas e regulares, entre o nosso mercado e os do Irã, Tailândia, Indonésia, Singapura, Federação Malaia, Filipinas e Hong-Kong, enviamos, a êsses países, a Missão Especial ao Sudoeste da Ásia.

Relações com os Países da Europa

Continua o Govêrno a desenvolver esforços para estreitar os vínculos culturais e econômicos que nos prendem às nações da Europa, havendo-se empenhado a nossa diplomacia diligentemente em estabelecer contatos e explorar novas áreas de expansão.

No campo econômico, deu-se importante passo com o envio de uma Delegação comercial a Moscou, onde foi celebrado um ajuste de comércio que deverá entrar em vigor após sua aprovação pelas autoridades brasileiras. No capítulo das Relações Econômicas com o Exterior se encontrarão informações a êsse respeito.

Com referência às relações luso-brasileiras, acentuamos que se acha em bom têrmo a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, firmado em 1953. No momento, as comissões permanentes, encarregadas da aplicação do Tratado nos dois países, aprestam-se para participar da Reunião da Comissão Mista, que irá elaborar os estudos finais da mencionada regulamentação.

Folgamos em assinalar que não ocorreram, no último ano, incidentes de maior gravidade entre Portugal e a Índia. Mas não nos é dado anunciar sensível progresso nas diligências para solucionar pacìficamente essa delicada questão. A Embaixada do Brasil em Nova Deli tem procurado — através de visitas periódicas de seus funcionários a Bombaim, principal centro goês do Subcontinente — assegurar a conveniente assistência consular aos nacionais do Estado da Índia Portuguêsa. Assim, junto ao Govêrno indiano, vem a nossa representação cuidando, desveladamente, dos interêsses do Estado português.

Transmitiu-nos a Missão Caieiro da Mata um honroso convite do Presidente da República Portuguêsa, para, na qualidade de anfitrião e em companhia de S. Exa., recebermos as delegações dos países que participarão das comemorações em homenagem ao Infante Dom Henrique. Obtido o assentimento do Congresso para ausentar-nos do País, dirigimo-nos ao Chefe do Estado Português agradecendo a distinção e a ela aquiescendo.

Destacadas figuras da Europa Ocidental vieram ao Brasil em 1959: Sua Alteza Real, o Príncipe dos Países Baixos; Suas Altezas Reais, a Duquesa de Kent e a Princesa Alexandra de Kent; Sr. André Malraux, Ministro de Estado para os Assuntos Culturais da França; Sr. Antoine Pinay, Ministro das Finanças e Negócios Econômicos da França; Sr. Arne Skaug, Ministro do Comércio da Noruega; Sr. H. N. Brain, Subsecretário de Estado das Relações Exteriores da Grã-Bretanha; Sr. Svetozar Vukmanovic Tempo, ex-Vice-presidente da República da Iugoslávia; Prof. G. N. Kay, da Comissão de Energia Atômica na Grã-Bretanha; Abade Pierre, conferencista.

Política do Continente

A efervescência política verificada na América Central e no Caribe, no ano de 1959, exigiu especial atenção do Brasil, que, seguindo as suas diretrizes pacifistas, desenvolveu intensa atividade pela manutenção da paz. O Panamá, a Nicarágua e a República Dominicana recorreram ao Conselho da O.E.A., cada um, a seu turno, invocando o Tratado do Rio de Janeiro, diante de invasões de seus territórios por grupos revolucionários. Finalmente o Haiti levou ao conhecimento do Conselho suas preocupações pela grave tensão internacional na área do Caribe. Agindo como Órgão de Consulta, o Conselho criou comissões para averiguar os fatos que haviam levado os Governos a apelar para a Organização. O representante brasileiro foi membro de duas dessas comissões e presidiu à que investigou os acontecimentos no Panamá.

Tivemos a satisfação de acolher, no ano findo, Missões de relêvo e figuras de projeção no cenário continental: Sr. Fidel Castro, Primeiro Ministro de Cuba; Sr. Inácio Luis Arcaya, Ministro das Relações Exteriores da Venezuela; Sr. Diogenes Taboada, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina; Sr. Carlos Tobar Zaldumbide, Ministro das Relações Exteriores do Equador; Sr. Julio Cesar Turbay Ayala, Ministro das Relacões Exteriores da Colômbia; Sr. Alberto Rafael Constantini, Ministro de Obras Públicas da Argentina; Embaixador Martinez Moreno, Subsecretário das Relações Exteriores de El Salvador; Sr. Robert B. Mayner, Governador do Estado de Nova Jersei; Sr. Germán Quiroga Galdo, Presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia; Deputado Jovito Villalba e Membros da Missão Especial Venezuelana; Sr. Euphronio Hinojosa, ex-Ministro da Fazenda da Bolívia; Senador Wayne Morse, dos Estados Unidos; Sr. Fernando Crespo, Prefeito de Montevidéu; Embaixador B. Barros Hurtado; Embaixador Ortiz Tirado, Presidente da Comissão de Energia Atômica do México; Sr. Adolfo Berle Júnior; Sr. Karl Meyer, do *Post & Times Herald;* Missão Ford.

Visitas de Chefes de Estado

Em dias de janeiro último, coube ao Brasil a satisfação de receber, pela primeira vez, um Chefe de Estado mexicano. Durante a sua estada entre nós, o ilustre visitante, Presidente

Adolfo López Mateos, teve oportunidade de conhecer, além do Rio de Janeiro, as cidades de São Paulo e Brasília. Assim, estreitaram-se, ainda mais, os laços de amizade entre o México e o Brasil, com apreciável aproximação política, fruto de conversações de alto nível realizadas ao ensejo dessa honrosa visita. Conseqüências dêsses diálogos foram a Declaração Conjunta, testemunho de confiança nos altos ideais da Operação Pan-Americana; o Acôrdo Cultural assinado pelos Chanceleres do México e do Brasil, e os estudos para incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países.

Posteriormente, o Presidente Dwight D. Eisenhower trouxe aos brasileiros a mensagem de aprêço e de solidariedade do povo dos Estados Unidos da América.

Essa visita, transcendendo o sentido meramente protocolar e formal, revestiu-se de singular relêvo e representou um novo marco nas relações político-econômicas entre os dois países.

No plano interamericano e mundial, reafirmou-se a posição do Brasil e dos Estados Unidos, que se batem, coesos, não só em defesa dos princípios instituídos pelas Nações Unidas e pela O.E.A., mas também para que se transformem em realidades tangíveis as fórmulas de recíproca assistência econômica preconizada na Operação Pan-Americana.

Na esfera das suas relações bilaterais, Estados Unidos e Brasil ofereceram ao mundo livre um exemplo de perfeito e cordial entendimento em assuntos de interêsse comum.

Convênios com o Paraguai

A cooperação com a República do Paraguai tem-se revigorado nos últimos anos, quer no campo econômico, quer no cultural e técnico-militar.

Dando cumprimento aos atos internacionais firmados no início dêste Govêrno pelos dois países, inaugurou-se a rodovia, construída pela Comissão Mista brasileiro-paraguaia, que une a cidade de Coronel Oviedo ao Pôrto Presidente Ströessner, onde o Govêrno do Brasil está ultimando a construção da ponte que completará a ligação entre Assunção e portos do litoral brasileiro.

Em novembro de 1959, após a Reunião Plenária das Comissões Mistas Permanentes Brasil — Paraguai, realizada em Assunção, foram trocadas Notas entre os dois Governos, reafirmando os propósitos e princípios que inspiraram a elaboração do Convênio de Comércio Fronteiriço. Com isto, alcançou-se o

verdadeiro sentido daquele instrumento, que é incrementar o intercâmbio comercial Brasil — Paraguai, como complemento natural dos objetivos do Tratado Geral de Comércio e de Investimentos.

Prosseguiu a construção do edifício destinado ao Colégio Experimental Paraguai — Brasil, na medida dos recursos facultados ao Ministério. No decurso dêste ano, imprimir-se-á impulso mais vigoroso à obra.

Incidente México—Guatemala

O incidente diplomático entre o México e a Guatemala, a 23 de janeiro de 1959, em conseqüência da alegada presença de navios pesqueiros mexicanos em águas guatemaltecas, exigiu atenção especial do Ministério das Relações Exteriores.

A pedido daqueles paises, o Brasil assumiu a proteção dos interêsses mexicanos na Guatemala e dos guatemaltecos no México. Passou o Itamaraty, então, a desenvolver diligentes esforços para que as duas nações irmãs procurassem uma fórmula capaz de dirimir os desentendimentos que as separavam.

Tais esforços, apoiados por idêntica iniciativa do Chile, conduziram à promulgação simultânea, pelos Governos mexicano e guatemalteco, da declaração de reatamento das relações diplomáticas. Nesta foi salientado que a solução encontrada era fruto "do amistoso contato levado a cabo pelos Governos do Brasil e do Chile".

Reunião de Chanceleres

Os acontecimentos do Caribe levaram os Governos do Brasil, do Chile, dos Estados Unidos e do Peru a encaminhar ao Conselho a convocatória de uma reunião de Consulta, com base nos artigos 39 e 40 da Carta da O.E.A.

As resoluções da IV Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores ocorrida em Santiago, de 12 a 18 de agôsto de 1959, acentuaram o valor da norma democrática, como base das instituições políticas do Continente, e o da estrita observância do princípio de não-intervenção, como um dos fundamentos da paz no Hemisfério. Reafirmou-se, outrossim, a necessidade da defesa dos Direitos Humanos e de seu pleno acatamento, bem como se assinalou a relação entre o subdesenvolvimento econômico e a instabilidade política do Continente, cujas causas estão

sendo objeto de um estudo, em profundidade, pela Comissão Interamericana da Paz. Recomendou-se, ainda, a gradativa redução dos gastos militares excessivos.

Conta-se, também, entre os atos emanados da Reunião, a Declaração de Santiago, que renova a afirmação dos princípios e dos ideais democráticos, preconizando a independência dos poderes, a fiscalização jurisdicional dos atos dos Governos, a defesa dos Direitos Humanos, a liberdade de informação, em geral, e a de imprensa e radiodifusão, em especial; condena o uso sistemático da proscrição política e a perpetuação no exercício do Poder; e recomenda, por fim, a cooperação para erradicar-se o subdesenvolvimento econômico entre os povos da América.

Os representantes do Brasil atuaram eficazmente na Conferência, diligenciando conciliar as divergências dos países irmãos, dentro das linhas mestras da tradição da nossa política exterior: respeito aos preceitos jurídicos, defesa do princípio de não-intervenção, cooperação interamericana, com vistas a solucionar os problemas comuns aos países do Hemisfério.

Conselho Interamericano de Jurisconsultos

Realizou-se, em Santiago do Chile, de 24 de agôsto a 9 de setembro de 1959, a IV reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos.

Entre outras, foram aprovadas resoluções que determinam o encaminhamento, à XI Conferência Interamericana, dos seguintes documentos: Projeto de Protocolo Adicional às Convenções sôbre Asilo Diplomático; Projeto de Convenção sôbre Extradição; Normas sôbre reservas a tratados multilaterais e Projeto de Convenção sôbre Direitos Humanos.

Conselho Interamericano Cultural

O Conselho Interamericano Cultural, na III Reunião, ocorrida em Pôrto Rico, de 22 de novembro a 2 de dezembro de 1959, reconheceu, por iniciativa da Delegação brasileira, que o subdesenvolvimento econômico é também problema de cultura. Em sua Resolução nº 47, ficou assentado o exame da concessão de ajuda econômica especial a instituições culturais públicas e privadas. Estende-se, pois, a Operação Pan-Americana a êsse

outro campo, segundo sugeriu o Chanceler brasileiro em discurso pronunciado em Buenos Aires, por ocasião da assinatura do Acôrdo Cultural com a Argentina.

Também por iniciativa da nossa Delegação, recomendou-se o ensino das quatro línguas continentais no curso secundário e, através de entendimentos bilaterais, o estímulo ao intercâmbio entre as nações do Continente na esfera das Ciências, das Letras e das Artes.

Tal proposta encontrou acolhida unânime da parte dos demais países americanos, e a escolha de Brasília, para sede da IV Reunião do Conselho Interamericano Cultural, traduziu a amplitude da simpatia com que foi recebida.

Relações Econômicas com o Exterior

O Brasil defronta ainda com uma concentração de compromissos externos, a curto prazo — principalmente em moedas fortes — cujo declínio deverá processar-se a partir de 1964.

Juntando-se àqueles encargos o ônus da deterioração nas relações de troca, determinada, na maior parte, pela queda dos preços do café, ter-se-á idéia de como estava ameaçada a nossa capacidade de importar, no exercício passado, e de quanto, conseqüentemente, se achava em risco a estabilidade econômica, política e social do País.

Para neutralizar êsses fatôres adversos, já antevistos no início do ano, a política de comércio exterior e câmbio deveria necessàriamente orientar-se para dois objetivos básicos: estimular as exportações, a fim de que o aumento de seu *quantum* compensasse, pelo menos, a perda ocorrida nos têrmos de intercâmbio; e atrair a maior quantidade possível de capitais estrangeiros, de modo que a entrada líquida de poupanças externas viesse suplantar os pesados encargos de amortizações, juros e dividendos.

É evidente que, se dilatado o pagamento de tais obrigações por períodos mais longos, teríamos eliminado um pesado fator de desequilíbrio no nosso balanço internacional de contas.

No tocante aos têrmos de intercâmbio, de efeitos negativos mais difíceis de anular, tudo se fêz para evitar perda ainda maior, particularmente quanto ao café, mediante negociação de acordos internacionais, propaganda e conquista de novas áreas de comércio. Com isto, buscou-se obviar tanto quanto possível aos malefícios oriundos do excesso de oferta a mercados tradicionais.

Assim, procurou-se robustecer a capacidade de importar, pelos meios convenientes: aumento do *quantum* exportável; afluxo líquido de poupanças externas, e eliminação das causas de maior declínio nos têrmos de intercâmbio.

Estímulo às Exportações

Os estímulos oferecidos à nossa produção exportável, quer com a melhoria das bonificações aos exportadores, quer com a transferência de maiores contingentes de produtos para o mercado livre de câmbio, produziram resultados auspiciosos em nossas relações econômicas com o exterior, principalmente na segunda metade do ano.

Com efeito, inverteu-se, mesmo, a situação da balança comercial, que, encerrada deficitàriamente no primeiro semestre, se fechou em bases F.O.B. com saldo positivo ao término do exercício.

Para isso, muito contribuíram as exportações de café, que atingiram, no último ano, total estimado em 17,7 milhões de sacas, aproximadamente no valor de 740 milhões de dólares. Registrou-se, pois, um dos maiores movimentos já apurados em nosso comércio cafeeiro, superior em quase 40% ao volume e em cêrca de 8% ao valor, verificados em 1958 — e isto em face do reajustamento dos preços aos níveis reais da concorrência mundial.

Tais resultados foram obtidos na vigência de dois acordos internacionais, que permitiram razoável ajustamento da oferta à procura, sem uma queda catastrófica de preços, primeiro, pela retenção de cotas fora do mercado, e, depois, pelo estabelecimento de cotas de exportação para os mercados tradicionais.

No que concerne à conquista de novos mercados, aquêles acordos não impediram a livre competição internacional. Assim, para colocar os seus excedentes, pôde o Brasil empreender vigoroso trabalho em diversas áreas; consolidar a posição favorável do café brasileiro em certos países; recuperar mercados em que, por motivos vários, relativamente perdera terreno; incrementar as vendas aos países em que o monopólio estatal do comércio exterior determina condições de intercâmbio diversas das que caracterizam as economias de mercado; penetrar em zonas onde o uso do café é inexistente ou meramente simbólico — eis as linhas mestras da política adotada pelo Govêrno, em relação ao produto.

Segundo os dados até agora disponíveis, o valor das exportações brasileiras, em 1959, deve ter excedido o de 1958 em montante superior a 40 milhões de dólares.

Política de Capitais Estrangeiros

Também, de acôrdo com o que se apurou até agora, a entrada bruta de capitais estrangeiros, em 1959, situa-se em tôrno da expressiva cifra de 510 milhões de dólares.

Não fôra a circunstância de ter sido o período do atual Govêrno gravado com pesados compromissos externos, em grande parte vindos de exercícios anteriores, o afluxo líquido de capitais teria concorrido, ainda mais, para acelerar o nosso processo de desenvolvimento econômico.

Pode-se avaliar o efeito negativo daquele ônus, considerando-se que, só no ano passado, o nosso Balanço de Pagamentos sofreu o impacto desfavorável da remessa de cêrca de 360 milhões de dólares, apenas para ocorrer a amortizações de empréstimos, sem contar os serviços de juros e dividendos.

Todavia, do ingresso daqueles 510 milhões e da saída de 360 milhões, resultou, a nosso favor, um afluxo líquido de capitais, no montante de 150 milhões de dólares, o que representou refôrço considerável para a capacidade de importar.

Não se veja nesse resultado apenas o seu aspecto material: atente-se, principalmente, no que significa como expressão da confiança que o Brasil continua a inspirar aos capitais forâneos. É necessário dizer que esta decorre, sobretudo, da estabilidade política, do potencial econômico, do rápido desenvolvimento e da acelerada expansão do mercado interno.

Dentro dos preceitos legais que regem a nossa política de capitais estrangeiros, continua o Brasil a dar ampla liberdade à transferência de lucros ou dividendos de inversões diretas, pelo mercado livre de câmbio, ou de juros e amortizações de empréstimos de particulares a particulares. Além disto, asseguram-se estímulos fiscais, prioridade de cobertura e taxa mais favorável de câmbio aos financiamentos que concorrem para fortalecer a nossa infra-estrutura econômica, máxime os aplicados em regiões menos desenvolvidas.

Contrôle das Importações

Dado o desequilíbrio latente, de ordem conjuntural e estrutural, que pesa, ainda, sôbre o nosso Balanço de Pagamentos, não logrou o Brasil até agora eliminar as restrições cambiais que dificultam a maior elevação de seu nível de intercâmbio.

É certo que, na medida de nossas possibilidades, progressos substanciais já foram alcançados nesse sentido: com as novas tarifas aduaneiras (Lei nº 3 244, de 14/8/57), diminuíram-se de cinco para duas as antigas categorias de importação (Instrução nº 70, de 9/10/53, da SUMOC), e, do mesmo passo, reduziu-se consideràvelmente o arbítrio administrativo na liberação das importações correntes. Algumas, como as do trigo, do óleo bruto, do papel de imprensa e dos adubos e inseticidas, são ainda subvencionadas, o que obriga a manutenção de taxas de câmbio diferenciais no setor das exportações.

É forçoso, ainda, atender a certas importações especialíssimas, por meio de leilões estanques de divisas, mas que nos possibilitam colocar no exterior artigos nossos, considerados menos essenciais, mediante acôrdos bilaterais de comércio ou de pagamentos.

Por certo, a eliminação plena das restrições cambiais há de processar-se prudentemente, pois que pressupõe a existência de um conjunto de condições ainda de todo não verificadas entre nós.

Fôra preciso, também, que a economia mundial atingisse um alto nível de prosperidade e possibilitasse às nações, com que comerciamos, alicerçarem suas trocas internacionais em bases multilaterais, sob regime de livre conversibilidade monetária.

Acordos de Comércio e de Pagamentos

Note-se, a propósito, que, no limiar de 1960, o comércio exterior do Brasil estava bilateralmente vinculado a convênios de pagamentos com vinte países, a saber: Argentina, Bolívia, Chile Dinamarca, Espanha, Finlândia, Hungria, Islândia, Israel, Iugoslávia, Japão, Noruega, Polônia, Portugal, República Democrática Alemã, Romênia, Suécia, Tcheco-Eslováquia, Turquia e Uruguai.

Não há como evitar, por ora, que a penetração de nossos produtos, principalmente o café, nos mercados vastos e promissores dos países de economia planificada, se apóie em sistemas

bilaterais ou regionais de comércio. Comprovam-no as negociações levadas a efeito com a Alemanha Oriental e, mais recentemente, com a U.R.S.S.

O acôrdo com a U.R.S.S., já em fase executória, prevê um intercâmbio no valor de 25 milhões de dólares em cada direção, no primeiro ano; de 35 milhões, no segundo, e de 45 milhões, no terceiro. As mercadorias brasileiras, objeto do ajuste, são café, cacau, óleos vegetais, peles, laranjas e couros; e as russas, petróleo e derivados, trigo, maquinaria diversa e produtos químicos.

De outra parte, ampliou-se para o Brasil, no início de 1959, o âmbito do intercâmbio conduzido em divisas de livre curso internacional, em conseqüência da entrada em vigor do Acôrdo Monetário Europeu. Extinto, dessa forma, o Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, conhecido como Área de Conversibilidade Limitada, ou, ainda, Clube de Haia, foram denunciados os acordos bilaterais que mantinhamos com os países que o integraram — Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e Reino Unido.

Associação Latino-Americana de Livre Comércio

Com o objetivo de preservar e expandir as correntes de comércio no Hemisfério, reuniu-se, em Montevidéu, em setembro passado, a Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina.

Tal entendimento se impunha, em face das modificações ocorridas na economia mundial, durante os últimos anos, e das resultantes mudanças nos regimes que regulavam as transações internacionais, na maioria dos países, inclusive o Brasil. A recuperação econômica das nações atingidas pela Segunda Grande Guerra e o conseqüente revigoramento das trocas externas deram origem à tendência à multilateralização do intercâmbio, que se foi afirmando pouco a pouco em tôdas as direções.

A pressão dêsses fatos e, bem assim, a conjuntura econômica interna, que haviam determinado, em 1953, a reformulação da nossa política comercial, posteriormente levariam o atual Govêrno a promulgar a Lei nº 3 244, de 1957, que reformou a tarifa aduaneira.

A tais circunstâncias, juntou-se a de haverem o Brasil e alguns países da parte meridional da América Latina assumido os compromissos do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e

Comércio (G.A.T.T.). Ficaram superados, dêsse modo, os antigos tratados reguladores de comércio em faixas bilaterais, à base de preferências tarifárias e de tratamento cambial mais favorável.

Havendo-se tornado inevitável a denúncia dêsses tratados, procuraram os Governos do Brasil, da Argentina, do Chile e do Uruguai, para disciplinar as trocas comerciais entre os respectivos países, um novo instrumento que, assegurando a manutenção e dinamização dêsse intercâmbio, se harmonizasse com os compromissos assumidos no G.A.T.T.

Tal iniciativa, que vem ao encontro dos anseios de elevar o nível de renda e emprêgo em cada uma das nações interessadas, foi objeto de exaustivos estudos por parte do Govêrno brasileiro, com a colaboração de nossas classes produtoras. Assim, ao se reiniciarem os trabalhos da Conferência de Montevidéu, foi-nos possível oferecer várias emendas ao projeto de Tratado, para, entre outros fins, dar-lhe a flexibilidade indispensável à boa execução. Foram essas emendas, de modo geral, aceitas pelos demais Governos ali representados.

Em coroamento aos esforços despendidos, assinaram os Plenipotenciários dos Governos da Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, a 18 de fevereiro, o Tratado de Montevidéu, que estabelece uma Zona de Livre Comércio, a realizar-se progressivamente no curso de doze anos, e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Poderá a Bolívia firmar êsse tratado dentro de quatro meses, na qualidade de membro fundador da Zona de Livre Comércio. O texto do importante documento será em breve submetido à consideração do Congresso.

Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (G.A.T.T.)

O Brasil estêve presente às XIV e XV Sessões das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (G.A.T.T.), efetuadas respectivamente em Genebra e Tóquio, nos meses de maio a outubro de 1959. Nessas reuniões foram considerados assuntos de grande interêsse para a economia do nosso País, tais como os pertinentes à Comunidade Econômica Européia, à Associação Européia de Livre Comércio à Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina e às negociações tarifárias brasileiras de 1958/59. Os resultados dessas negociações foram submetidos à aprovação do Congresso,

em outubro do ano findo. A propósito, cumpre observar que as demais partes contratantes já colocaram em vigor suas concessões ao nosso País, sem esperar ação correspondente de nossa parte; todavia, tais vantagens, concedidas unilateralmente aos produtos brasileiros, poderão em qualquer época ser suspensas, enquanto não houvermos ratificado os instrumentos referentes àquelas negociações.

Cumpre destacar o honroso fato de haver sido eleito, por unanimidade, para a Presidência das Partes Contratantes no período de 1959/60, o Chefe da Delegação Brasileira à reunião de Tóquio.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Em dezembro último, entrou em vigor o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a assinatura de Estados Membros, cuja contribuição conjunta representava 87,8% do capital da nova instituição.

O Banco Interamericano, um dos resultados concretos que vai produzindo a Operação Pan-Americana, é o primeiro organismo internacional de crédito dedicado especìficamente aos países latino-americanos. Com um capital de 1 bilhão de dólares, não sòmente realizará operações de financiamento, mas também fornecerá assistência técnica ligada aos projetos que lhe forem submetidos.

Velha aspiração dos países latinos do Continente, essa instituição de crédito representa um marco decisivo na história da cooperação econômica continental.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO NA AMÉRICA LATINA*

Em solenidade realizada na Casa do Govêrno do Uruguai, em 18 de fevereiro de 1960, foi assinado o Tratado de Montevidéu, que oficialmente estabelece a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. O documento, cujo texto, em português, foi firmado pelos Chanceleres das Partes Contratantes, a saber: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai Peru e Uruguai (e

* V. *Revista Brasileira de Política Internacional* (Ano I, nº 2, págs. 74-121, e Ano II, nº 8 págs. 117-9).

a ser subscrito também pela Bolívia), resulta de uma Conferência de caráter técnico realizada na capital uruguaia desde setembro de 1959.

A Zona de Livre Comércio, instituição de natureza essencialmente comercial, constitui-se dentro de um prazo determinado, em que gradualmente vão sendo eliminados os gravames e outras restrições que oneram ou dificultam o comércio de produtos que constituem o principal intercâmbio entre os Estados Membros. Diferencia-se da União Aduaneira, pela não-obrigatoriedade de unificação de regimes tarifários dêstes frente ao resto do mundo, conservando cada Membro sua liberdade quanto ao tratamento de produtos provenientes de terceiros países. O estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio não exige, por conseguinte, modificações da política econômica interna e da política comercial face aos demais países, embora certos ajustes graduais possam contribuir para impedir distorções e facilitar a plena consecução dos objetivos visados. Se, por um lado, tampouco exige, para o seu funcionamento, a criação de uma autoridade supranacional, não dispensa, porém, a existência de organismos intergovernamentais que se encarreguem de sua administração.

O Tratado da Zona de Livre Comércio, assinado em Montevidéu, (e integralmente reproduzido na Seção de *Documentos* dêste número), visa a: a) garantir maior estabilidade para o intercâmbio comercial já existente entre os países participantes; b) ampliar êsse intercâmbio pela inclusão progressiva de novos produtos, especialmente os manufaturados; c) possibilitar o desenvolvimento de novas atividades de produção nos países membros, assim como a expansão das já existentes, sob o estímulo da ampliação multinacional dos mercados; d) substituir gradativamente, no âmbito da Zona, importações procedentes de terceiros países, com a conseqüente liberação de divisas na área de moedas fortes, possibilitando melhor composição das importações provenientes da mesma; e) contribuir para o acréscimo da produtividade, por meio de melhor utilização dos fatôres de produção disponíveis na região, elevando, em conseqüência, o nível de vida nos Estados participantes.

Por ocasião das reuniões anuais das Partes Contratantes, serão discutidos, além das concessões outorgadas mediante Listas Individuais e Básicas de produtos, todos os demais problemas de interêsse comum no campo das relações econômicas recíprocas. Isto, aliás, virá contornar muitas dificuldades que têm impedido a consolidação e progressiva ampliação do intercâmbio comercial na parte meridional do continente. Com efeito, parte das causas

que levaram à estagnação dessas trocas provém da falta de um mecanismo apropriado que possibilite permutas periódicas de dados e opiniões entre as autoridades responsáveis pelo comércio exterior de cada país. Estima-se que o Tratado influirá sôbre uma população de cêrca de 110 milhões de habitantes, distribuída por uma extensão territorial superior a 17 milhões de quilômetros quadrados. O comércio mútuo entre os oito países participantes alcança valor não inferior a meio bilhão de dólares.

VISITA DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Na segunda quinzena de fevereiro do corrente ano, o Brasil recebeu a visita oficial do Sr. Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, que se fêz acompanhar pelo Secretário de Estado, Sr. Christian Herter, e por seus assessôres para os problemas da América Latina.

O Chefe de Estado americano chegou a Brasília no dia 23 daquele mês, sendo ali recebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek e por todos os membros do Govêrno.

No dia seguinte, o eminente visitante viajou de Brasília para o Rio de Janeiro, onde foi acolhido com uma calorosa recepção popular e com as honras oficiais do estilo. Ainda no dia 24, foi recebido em sessão conjunta do Congresso Nacional, sob a presidência do Dr. João Goulart, Vice-Presidente da República, e na qual foi saudado pelo Senador Afonso Arinos e pelo Deputado Abelardo Jurema. S. Excia. visitou ainda o Supremo Tribunal Federal, onde foi saudado pelo respectivo Presidente, Ministro Frederico de Barros Barreto. À noite realizou-se, no Palácio Itamaraty, o banquete oferecido pelo Presidente da República, em nome do Govêrno brasileiro.

No dia 25, o Presidente Eisenhower foi a São Paulo, onde foi hóspede do Govêrno do Estado. Naquela capital foi êle homenageado com um grande banquete oferecido pelas classes conservadoras. Regressando ao Rio, o Presidente dos Estados Unidos, no mesmo dia, ofereceu, na Embaixada de seu país, um jantar ao Presidente Juscelino Kubitschek, ao qual compareceram altas autoridades e membros do Corpo Diplomático.

No dia 26 pela manhã o Presidente Eisenhower deixou o Rio de Janeiro, voando diretamente para Buenos Aires, em prosseguimento de sua excursão pela América do Sul, que se estendeu à Argentina, ao Chile e ao Uruguai.

A significação dessa visita, e sua importância para o fortalecimento do sistema político interamericano, foram ressaltados nos vários discursos pronunciados durante a permanência do Presidente Eisenhower no Brasil. Dentre êstes destacamos, como mais expressivos, e reproduzimos a seguir, o que êle pronunciou perante o Congresso Nacional e o do Presidente Juscelino Kubitschek no Palácio Itamaraty. Reproduzimos igualmente o teor da Declaração Conjunta, firmada, em Brasília, pelos dois Chefes de Estado.

Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek

"Grato me é o ensejo de prestar a Vossa Excelência, Senhor Presidente Eisenhower, nesta Casa em que se elabora a política exterior do Brasil, homenagens amplamente merecidas. Além de investido da dignidade que emana do cargo de Presidente da República dos Estados Unidos da América, tornou-se Vossa Excelência um dos grandes homens da nossa época, quer pela maneira com que, Comandante-chefe dos nossos Exércitos, enfrentou riscos, responsabilidades e sofrimentos durante a última guerra, quer pelos serviços, não menos heróicos e incessantes, que vem prestando à causa da paz. Na personalidade pública de Vossa Excelência, distinguimos os aspectos indissociáveis do homem de Estado que se devota a conduzir um país de tamanhas proporções e problemas, e do homem de vocação internacional, cuja atividade, em defesa da harmonia entre os povos, tem ultrapassado os limites do que seria justo exigir da resistência humana.

Na saudação que faço em nome do país que o recebe com tanto júbilo, não podia faltar a palavra de reconhecimento pelos serviços incomparáveis de ontem, prestados em horas tão cruéis; nem a da nossa solidariedade na tarefa, não menor, de evitar que se desencadeiem de novo por sôbre o mundo — e desta vez em condições incomparàvelmente mais trágicas, fôrças maléficas, sempre encarniçadas no afã de destruir. Temos muito a louvar em Vossa Excelência, pela sua incessante dedicação na busca de um caminho que permita o processamento natural dos contrastes ideológicos, sem que transbordem para o plano das soluções violentas.

Creia, Senhor Presidente, sabemos reconhecer o significado da sua presença. Há de permitir-me Vossa Excelência que lhe diga do acêrto em sua decisão de visitar os países dêste Conti-

nente. Não seria justo nem compreensível — releve-me a franqueza — que, no árduo programa que Vossa Excelência se traçou, para conhecimento das mais diversas regiões do mundo e contacto direto com problemas e povos, não estivesse compreendida a América Latina, embora sòmente representada por alguns países escolhidos em função do itinerário e do tempo.

Com efeito, não podia esta parte do Continente ficar excluída em seu roteiro: fazemos parte da mesma família americana, e integramo-nos na mesma causa democrática. Os interêsses comuns aos nossos Países muito terão a ganhar com a experiência que deriva dos contactos diversos, diretos e imediatos com os Chefes de Estado, com o homem representativo ou com o homem comum, que têm, ou vão ter ainda, o agrado de recebê-lo. A América Latina, Senhor Presidente, já possui a consciência da sua missão neste mundo; e se considera credenciada a participar, cada vez mais intensamente, da elaboração das decisões internacionais que orientam o curso dos acontecimentos e cujos efeitos, na interdependência das Nações, se fazem sentir por igual sôbre países consultados ou não consultados.

Meditei muito, Senhor Presidente, sôbre se deveria restringir-me, nesta hora em que o saúdo numa festa amiga, às palavras de satisfação por tê-lo em nossa casa. Mas é tamanho o significado político da sua presença, que por certo nos arrependeríamos de não aproveitar esta oportunidade, e ir um pouco além. Parece caminho mais certo, pois, dizer-lhe, com a possível brevidade, que sabemos coincidir a visita de Vossa Excelência ao Brasil com o fim de uma era e o início de um novo tempo de luta para o mundo. Essa luta já não se coloca sob o signo de uma iminência de guerra. Vossa Excelência mesmo colaborou decisivamente para firmar-se a noção de que a rota, até agora seguida por fôrças contrapostas, em diálogo no mundo atual — procurando cada uma defender ou impor uma concepção de vida e um sistema — não fazia prever solução alguma, abrindo, ao contrário, trágicas perspectivas, que não excluem o próprio extermínio da nossa espécie. A despeito das perturbações que ainda sobrevêm ou das que poderão talvez sobrevir, essa noção, num crescendo constante, adquiriu tal fôrça, que já é possível fazer ouvidas as razões e recìprocamente considerados os pontos de vista, mesmo pelos que, ontem, encarnavam os antagonismos mais absolutos e só falavam entre si a linguagem das ameaças. Ainda não se refez o mundo da surprêsa e da esperança que a visita do Primeiro Ministro da União Soviética aos Estados Unidos causou, no ano passado, e já estamos no dever de

cortesia de apresentar a Vossa Excelência votos de boa viagem àquele país. Algo deve ter mudado. Guardando embora sobriedade, seja-me lícito concluir, ao menos, que se deteve a acelerada e catastrófica sucessão de crises internacionais. Mas a nossa confiança na distensão que observamos não vai a ponto de esquecermos que prossegue o debate entre as duas soluções propostas ao mundo, agora nìtidamente em outro plano. Recrudesce, e adquire novos contornos, uma competição até aqui insentida, ou obscura. As cortinas de ferro começam a erguer-se. Entramos numa fase caracterizada pela necessidade, em que se encontra cada um dos sistemas opostos, de provar que é capaz de enfrentar o mais grave e decisivo dos problemas do nosso tempo — libertar a parte numèricamente mais importante da humanidade dos rigores da estagnação e do subdesenvolvimento. Contesta-se à Democracia a sua fôrça de promover, dentro da liberdade, a elevação do nível de vida das populações sujeitas ao jugo implacável da fome, da doença e da ignorância. Aquela que se convencionou chamar a Causa do Ocidente está convidada a demonstrar que a livre iniciativa e o estilo de vida que adotamos neste Hemisfério não são incompatíveis com a tarefa de redenção material e espiritual das populações das áreas subdesenvolvidas, avaliadas em dois terços da humanidade. Tal o desafio lançado a todos nós, partidários da liberdade dos povos. Já sabemos o suficiente para nos capacitarmos de que não viceja a liberdade, nem se estabiliza a vida política, na estagnação e no atraso. Não direi os nossos corações, mas os nossos próprios olhos já não podem continuar distantes de uma realidade em que transparecem elementos de convicção a evidenciar que a cruzada pelo desenvolvimento se confunde com a campanha em prol dos direitos fundamentais da pessoa humana. A nossa causa, Senhor Presidente — e esta idéia creio fundamental — terá em definitivo a sua defesa maior e a sua vitória na medida em que os regimes democráticos se mostrarem aptos a produzir riqueza, vale dizer, a promover crescimento econômico acelerado para a libertação de imensas massas humanas, cujo estado de penúria não se há de prolongar sem grave ameaça para os ideais que nos inspiram, e sem a negação dos princípios espirituais e morais que proclamamos com o nosso apanágio.

A idéia do desenvolvimento é a grande fôrça do nosso tempo, a tal ponto que certas tiranias implacáveis, por tantos títulos, merecedoras de repulsa, têm querido atribuir um poder de absolvição ao argumento capcioso de que seus crimes visavam ao desenvolvimento.

Trata-se, senhor Presidente, de um incoercível impulso, da ansiosa procura de um mundo melhor. Os densos grupos de homens que vivem em condições humilhantes para todos nós, já não ignoram que a técnica dos nossos dias criou fôrças novas, formas de energia até aqui desconhecidas e de alto poder, e que tudo isso melhor serviria à vida que à morte.

Formou-se um ambiente de alerta e de expectativa no mundo de hoje, que não devemos desconhecer, nem deixar que seja utilizado contra os ideais que nos justificam e inspiram. Com grande esfôrço, os povos não desenvolvidos alimentam-se da esperança, que é uma graça de Deus e uma virtude. Sôbre as regiões em que, até hoje, reinou o desespêro sem forma, brilha agora a esperança.

Os muitos milhões de criaturas de Deus que ignoravam tudo, exceção feita da triste condição em que viviam, passaram a ver um caminho para a conquista de um mundo melhor. Êsse mundo pode ser atingido pelo trabalho contínuo, pelos meios técnicos modernos, pela educação orientada para o desenvolvimento. Não é necessário, para tanto, que a sociedade renuncie aos valores mais altos da civilização, mas que aproveite melhor os recursos que a ciência pôs ao seu alcance.

Que uma ofensiva de prosperidade seja deflagrada. Não deixemos que a esperança se transforme em revolta e em desespêro.

Não pertencemos a uma causa determinada por motivos geográficos ou de simples defesa de um sistema econômico. O que, para resumir e simplificar, denominamos afinidade ou aliança ocidental é, primordialmente, um tecido de idéias e de doutrinas que têm como centro o destino da criatura humana sôbre a terra. Tal circunstância nos obriga a uma atitude coerente com a nossa causa. Não nos desligamos da moral, que é um patrimônio penosamente acumulado através de séculos — fruto do sacrifício e do labor heróico de alguns em favor de muitos; não nos desligamos de uma idéia de solidariedade humana que o cristianismo reforçou e tornou fundamental como concepção da vida. Queremos renovar incessantemente um ideal de fraternidade sôbre a terra; e, se uma palavra pode resumir tudo o que devemos desejar e defender, essa palavra é justiça. Por tudo isso, não podemos deixar passar a outras mãos, aos adversários da nossa causa, a iniciativa da campanha do desenvolvimento libertador dos povos. Deve o mundo livre proceder a um rigoroso exame de consciência e verificar até que ponto se compenetrou da missão

de conduzir e vencer essa campanha libertadora. Esta é a nossa missão, esta é a luta que tem em Vossa Excelência um grande condutor e chefe.

Os homens da iniciativa privada de todos os países desenvolvidos hão de cumprir sua função de dilatar os setores de atividade em prol do bem-estar coletivo. O remédio contra a tirania, contra o Estado-Leviatã, é a prosperidade. Repito aqui — *e sei que esta idéia identifica* perfeitamente os nossos países e renova uma aliança que não é de hoje — repito o que afirmei a propósito da Operação Pan-Americana, que qualquer zona estagnada do mundo é território potencialmente em poder do inimigo. Quero aqui deixar bem claro o meu pensamento de que a prosperidade e o bem-estar dos povos resultam principalmente da afirmação de uma vontade nacional; e que esta se concretiza na ordenação e na dinamização das fôrças latentes em cada coletividade. A plenitude de um povo jamais se alcança por outorga de outro; a sua grandeza não a pode promover a vontade alheia, mas resulta, inequìvocamente, do despertar da ambição de construir o próprio destino. Tal circunstância não diminui, muito ao contrário, o valor que atribuímos à cooperação internacional.

Não nutro a ilusão de dizer algo que Vossa Excelência, pelo seu descortino de estadista, não conheça melhor que ninguém. Pareceu-me, contudo, importante manifestar ao Presidente dos Estados Unidos que, tal como o grande e fraterno povo norte-americano, o povo do Brasil também associa a causa da liberdade à causa do desenvolvimento. A luta pela justiça social toma, em nossos dias, a forma de luta pelo desenvolvimento.

Êste é o tema do nosso tempo.

Que Deus o ampare e ilumine, Senhor Presidente, nesta hora, que — das muitas outras gloriosas — é talvez a mais bela da sua vida, pois Vossa Excelência empreende um esfôrço definitivo para que enfim se estabeleça o reino da paz entre os homens.

Em nome do Brasil, que não poupa sacrifícios para mostrar-se digno de um destino que exclui a aceitação da mediocridade — saúdo, na pessoa de Vossa Excelência, Presidente dos Estados Unidos da América, o grande, o lúcido homem de Estado e a sua figura universal de lutador pela paz".

Discurso do Presidente Dwight D. Eisenhower

"Constitui uma honra especial para mim comparecer perante vós, os representantes eleitos do povo dos Estados Unidos do Brasil. Mas a satisfação pessoal que experimento com a vossa calorosa acolhida é temperada pela certeza de que partilhamos de graves responsabilidades que esta oportunidade profundamente tocante me leva a discutir convosco.

Se os pesados encargos da minha investidura o permitissem, eu visitaria as maiores e mais distantes localidades das Américas para falar sôbre essas responsabilidades e de como nós, conjuntamente, poderemos enfrentá-las com êxito. Como não posso fazer isso, confio em que o que eu disser aqui será aceito pelos Governos e povos de tôdas as nações do Hemisfério Ocidental como uma manifestação de esperança dos milhões de habitantes do meu país aos milhões que constituem a América Latina. É perfeitamente adequado, penso eu, fazer isto aqui, no início desta minha viagem, pois vós, brasileiros, e nós, norte-americanos, sempre trabalhamos juntos pela unidade espiritual e pelo progresso material do Hemisfério. Se nos fôsse fìsicamente possível fazer isto, estou certo que falaríamos por uma só voz a todos os nossos vizinhos dêste vasto Continente.

Não faz muito tempo, tanto vós quanto nós sofremos ansiedades, privações e tragédias na agonia da Segunda Guerra Mundial. Muitas das vossas e das nossas famílias pagaram preço elevado para que o império da lei e da persuasão moral substituíssem o império da fôrça bruta. Para prestar homenagem aos bravos soldados, aviadores e marinheiros do Brasil que lutaram lado a lado com outros do mundo livre, vim aqui há 14 anos. Sei que os vossos bravos concidadãos, que conheceram os horrores da guerra, rezam comigo agora, para que seus filhos e netos encontrem um caminho melhor, de sorte a que, no futuro, os mais caros anseios da humanidade prevaleçam sôbre a arrogância e as ambições dos líderes transviados ou prepotentes; que o sistema de consultas prevaleça sôbre a coação, que a compreensão mútua elimine a ameaça e a acusação pura e simples; que a terra, desprezando o uso estéril de recursos para fins de armamentos, conceda as suas riquezas a todos os que desejarem trabalhar em liberdade.

Estou confiante que não serei considerado presunçoso sugerindo que os nossos dois países falem por uma só voz, pois as nossas idéias básicas têm uma inspiração comum: o homem pela sua filiação divina é dotado de dignidade, com direito à igualdade em tôdas as relações humanas, sociais e políticas, e destinado pelo emprêgo da sua inteligência dedicada a plasmar um mundo harmonioso com a lei moral básica. Aderindo a estas crenças, estabelecemos sistemas governamentais idênticos; constantemente mantemos relações cordiais, jamais prejudicadas por qualquer incidente explosivo, e trabalhamos conjuntamente para criar e fortalecer a Organização dos Estados Americanos, as Nações Unidas e outras organizações de cooperação internacional.

Nós, norte-americanos, admiramos o Brasil pelo seu invejável patrimônio de liderança construtiva no Hemisfério e nos assuntos mundiais, e saudamos os vossos estadistas que desempenharam papel decisivo em críticas situações internacionais, mesmo algumas que envolveram os Estados Unidos e uma ou mais das nossas repúblicas irmãs.

Falando como uma só — a vossa nação e a minha — diríamos, estou certo, que a primeira responsabilidade da liderança em qualquer nação é trabalhar pelo bem-estar do seu povo, da sua terra. Daríamos relêvo à afirmação de que se deve confiar sobretudo no talento criador do próprio povo, desempenhando o Govêrno o papel de um sócio cooperativo. Embora reconheçamos que o êxito ou o fracasso no conjunto dos empreendimentos domésticos é antes de mais nada uma responsabilidade do próprio país, procuraríamos algum auxílio necessário no exterior temporàriamente para apressar o nosso desenvolvimento. Certamente, o meu país assim procedeu desde o seu início como nação livre até ao fim do século dezenove. Com o tempo saldamos todos os nossos empréstimos e nesse entrementes a nossa soberania não foi violada — nem tampouco nossa autoconfiança diminuiu.

Vós estais agora, devido sobretudo ao vosso incansável trabalho, vivendo um período notável de desenvolvimento industrial e econômico. Ontem, no que fôra outrora um remoto *plateau*, vi o vosso progresso traduzido na pedra e no aço, na admirável nova capital que reponta — símbolo da visão e da firme convicção que caracteriza o Brasil moderno. Êste desenvolvimento é visível por tôda parte neste Rio litorâneo, e amanhã verei o que estou informado ser a cidade que cresce mais ràpidamente no mundo — São Paulo, centro dinâmico de atividade comercial e industrial.

Nós dos Estados Unidos sentimo-nos orgulhosos que as nossas repartições públicas e particulares tenham correspondido com o melhor da sua capacidade às vossas solicitações de ajuda temporária. Os investimentos públicos e privados dos Estados Unidos no Brasil totalizam agora cêrca de dois e meio bilhões de dólares. A isto podem ser adicionados os empréstimos das agências financeiras internacionais que levantam a maior parte dos seus fundos nos Estados Unidos. Esta assistência é, sem dúvida, grande, mas apenas suplementar. Tempo virá em que o Brasil, através do seu próprio esfôrço, conhecerá as vantagens e os problemas complexos de ser uma nação credora, e outros estarão à procura do vosso auxílio, procura que eu sei não deixará de ser recompensada.

Nossa segunda responsabilidade é para com todos os nossos bons vizinhos dêste Hemisfério. O Brasil e os Estados Unidos, temos a convicção comum e ardente de que as relações entre estas nações irmãs devem ser caracterizadas por muito respeito, igualdade jurídica, independência, respeito pelo ser humano, independentemente de raça, credo ou côr, e pela cooperação mútua no sentido de promover o bem-estar de todos os nossos povos.

Nenhum de nós cobiça sequer um acre de terra do outro. Não pretendemos prosperar às expensas do outro. Em vez disso, nós proclamamos, ardente e persistentemente, conquanto evitando tôdas as formas de intervenção, a nossa esperança de que cada um, segundo sua própria genialidade e suas próprias aspirações, aprimore e mantenha um govêrno livre. Rogamos para que todos nós rejeitemos a tirania cruel, porque a tirania é, em sua essência, a negação frontal dos ensinamentos de Cristo. Que cada um de nós, por todos os meios apropriados, e, especialmente, pelo exemplo, trabalhemos para o fortalecimento das instituições democráticas.

Vós, do Brasil, haveis demonstrado constantemente o vosso desejo de que as Américas formem uma comunidade de nações livres e democráticas, unidas pelo ideal comum de cooperação e solidariedade hemisféricas. Vós, como nós, insistis na liberdade de escolha para todos os países. E vós, como nós, aspirais pelo dia em que a miséria, a fome, o analfabetismo e tôdas as formas de discriminação se tenham tornado coisas do passado.

Ao propor a Operação Pan-Americana, o Brasil tomou uma iniciativa importante em prol do desenvolvimente democrático de todo o Hemisfério. O alto propósito dessa proposta bem concebida do vosso eminente Presidente — o ataque ao problema do subdesenvolvimento pelo esfôrço cooperativo — é endossado pelo

meu Govêrno. É por essa razão que nos juntamos ao Brasil para solicitar a pronta reunião do "Comitê dos Nove"; êsse comitê tinha por incumbência acelerar a formulação dos projetos específicos necessários para transformar êsse plano em realidade operante.

Permiti-me renovar o seguinte compromisso, que já foi por mim muitas vêzes afirmado: Os Estados Unidos estão prontos para desenvolver o seguinte esfôrço gigantesco e a concitar outras nações livres a nêle se empenharem; a devotarem parcelas substanciais de suas economias, possibilitadas pelo desarmamento, a grandes programas construtivos de desenvolvimento pacífico. Abraçamos esta idéia a despeito do fato de estarmos agora arcando com pesados encargos em todo o mundo a tal ponto que a nossa situação financeira externa a interna requer grande cautela em matéria de administração — e, a propósito, essa ajuda inclui somas significativas de capital público e privado, bem como de assistência técnica à América Latina.

Dependendo dessa realização, eu vos garanto que o meu Govêrno, conquanto honrando os seus compromissos fora do Hemisfério, não está de modo algum propenso a permitir que suas responsabilidades específicas entre os Estados americanos sejam negligenciadas. Na realidade, êsses compromissos e responsabilidades são parte e parcela do mesmo problema — a preservação do vigor e da unidade do mundo livre.

Isso me leva a tratar da terceira responsabilidade de que podemos falar em voz comum — aquela que envolve o mundo mais amplo. Estamos realmente atravessando uma fase de decisões fatais. As nações possuem agora um poderio tão terrível que o aniquilamento mútuo seria o único resultado de um conflito físico geral. A guerra é hoje flagrantemente absurda. Em quase tôdas as gerações os campos da Terra foram manchados de sangue. Agora, a guerra não produziria sangue — apenas um grande vasio para os combatentes, e a ameaça de morte vinda dos céus para os habitantes da Terra. Lutar incessantemente, honestamente e eficazmente pela paz é, hoje, a responsabilidade imperativa de cada estadista — os vossos, os nossos, os de todos os países.

Simultâneamente com esta grande crise, voltamos a defrontar-nos com decisões entre tirania e liberdade, totalitarismo e democracia. O nosso ponto de vista comum sôbre a questão é por tal forma eloqüente e claro que quaisquer palavras por mim ora proferidas não seriam mais esclarecedoras. E talvez juntamente com a opção entre liberdade e escravidão, enfrentamos a

disputa filosófica que hoje traz temores, desmandos e desconfiança à Humanidade. Contrastando com o nosso apêgo à filosofia da filiação comum, de dignidade humana e de lei moral, milhões vivem hoje em ambiente impregnado por uma filosofia que nega a existência de Deus, insiste em que qualquer meio justifica os fins perseguidos pelos senhores do Estado, tacham o Cristianismo como "suspiro dos oprimidos" e, em resumo, busca fazer a Humanidade regredir ao antiquíssimo conceito fatalista do Estado Onipotente e do Destino Onipotente.

Vós, do Brasil e nós do meu País, não dizemos que tal filosofia não deva ser sustentada; que os povos não possam voltar àquele obscuro sistema tirânico caso o desejem. Sentiríamos grande pena dêles, mas respeitaríamos o seu direito de escolher tal sistema. Eis aí a chave da nossa política — o direito de escolha. Os sêres humanos em tôda a parte deveriam ter simplesmente, como um inalienável direito de nascença, a liberdade para escolher a sua filosofia orientadora, a sua forma de govêrno, os seus métodos de progresso. Mas consideraríamos uma intervenção nos negócios internos de um Estado americano se qualquer potência, quer pela invasão, quer pela coação ou pela subversão, lograsse negar o direito de escolha ao povo de qualquer uma das nossas repúblicas irmãs.

Trabalhar no mundo inteiro por uma garantia de paz, livres de qualquer interferência alienígena e pela devoção dos níveis de bem-estar humano em justiça e liberdade, constitui a maior das responsabilidades que vós, do Brasil, e nós dos Estados Unidos, ora compartilhamos. É para conferenciar com o vosso eminente Presidente e seus colegas sôbre êsses problemas bilaterais, hemisféricos e globais que faço esta rápida visita ao Brasil e aos vossos vizinhos nestas grandes terras sulinas. Que Deus nos conceda a Sua graça e nos oriente neste nobre propósito".

Declaração Conjunta

"Os Presidentes dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América, Juscelino Kubitschek de Oliveira e Dwight D. Eisenhower, reunidos na nova cidade de Brasília, que em breve será a Capital do Brasil, reafirmam a determinação conjunta das duas Nações de defender os seguintes princípios:

1) As liberdades democráticas e os direitos fundamentais do Homem, em que se incluem a luta contra a discriminação racial e o repúdio a qualquer atentado contra a liberdade reli-

giosa e a qualquer limitação à manifestação do pensamento. Essas são conquistas inalienáveis da civilização, que a todo homem livre incumbe proteger, com o pensamento voltado para o sacrifício dos soldados dos dois Países na última guerra e para a necessidade de evitar a repetição das causas que arrastaram à imolação tantas vidas jovens e preciosas.

2) a convicção de que a aspiração dos Povos das Américas a um estilo de vida moral e material cada vez melhor constitui um dos grandes desafios e uma das grandes oportunidades do nosso tempo. Êste desafio deve ser enfrentado em conjugação cada vez mais estreita e harmoniosa, de esforços de todos os países, no âmbito da Comunidade Interamericana, a fim de que, por meio de ação coordenada, se intensifiquem medidas capazes de combater o subdesenvolvimento da vasta área do Continente americano.

3) A plena execução dos princípios de solidariedade política e econômica, contidos na Carta da Organização dos Estados Americanos e no Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro.

4) O reconhecimento de que o progresso econômico não pode ser dissociado da preservação da paz e dos direitos democráticos, e de que o esfôrço de cada País deve ser complementado pela ação do Hemisfério inteiro, a fim de ajudar a todos os americanos a alcançarem melhores níveis de vida, que venham a fortatelecer a crença na Democracia, na Liberdade e na autodeterminação dos povos. Para êsse fim, os Presidentes reafirmam a sua solidariedade aos princípios aprovados por tôdas as Nações da América, nos quadros da Operação Pan-Americana, e asseguram o seu apoio integral à Organização dos Estados Americanos e às outras entidades que já estão formulando medidas para facilitar a consecução de tais objetivos. Será, assim, preparado o caminho para a concretização dos ideais interamericanos, econômicos e políticos. Reconhecendo os benefícios que os esforços conjugados das Nações Americanas já produziram, mas convictos da necessidade de iniciativas ainda mais fecundas, os dois Presidentes confiam em que a cruzada do Hemisfério, em prol do desenvolvimento econômico, trará maior prosperidade e harmonia para todos.

Feita em duplicata, nas línguas portuguêsa e inglêsa, em Brasília, aos vinte e três dias de fevereiro de 1960".

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

Após a visita que fêz ao Canadá, em meados de março do corrente ano, o Dr. Horácio Lafer, Ministro das Relações Exteriores, foi a Washington, onde manteve importantes entendimentos com o Secretário de Estado, Sr. Christian Herter, e altas autoridades do Govêrno americano, em prosseguimento das conversações iniciadas no Brasil, quando da recente visita do Presidente Dwight D. Eisenhower.

Ao deixar a Capital americana, o Ministro Horácio Lafer declarou-se satisfeito com os resultados das suas gestões, acreditando haver dado passos decisivos para a realização da Operação Pan-Americana, da qual deverão resultar grandes benefícios para todos os países da América.

Durante a sua permanência em Washington, o Chanceler brasileiro foi homenageado pelo Conselho da Organização dos Estados Americanos, tendo nessa oportunidade lido uma Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek, e pronunciado um discurso em que defendeu os cinco pontos que o Govêrno brasileiro considera fundamentais para o êxito da Operação Pan-Americana. Disse então o Ministro Lafer:

"Ao dirigir-me aos eminentes Representantes dos Estados americanos reunidos neste Conselho, move-me o desejo exclusivo de lhes expor os pontos de vista do Govêrno brasileiro a respeito do estágio atual e das perspectivas futuras das relações interamericanas. Aqui estão representados cêrca de 380 milhões de sêres humanos cuja segurança, bem-estar e destino devem ser a razão autêntica de nossas preocupações e a fôrça impulsora das deliberações adotadas sob a égide da O.E.A. Graças ao esfôrço de ilustres homens das Américas e como decorrência de numerosas conferências e assembléias continentais, possuímos hoje um sistema interamericano bem alicerçado, em condições de prestar inestimáveis serviços a todos os povos do Hemisfério.

É ponto pacífico reiterar que vivemos um momento decisivo no complexo processo histórico das relações interamericanas, cumprindo-nos a missão de legar às gerações futuras uma comunidade unida e forte, baluarte da Democracia, onde a segurança individual e coletiva seja realmente inseparável do bem-estar social e do desenvolvimento econômico de tôdas as populações. De junho de 1958, quando o Presidente Juscelino Kubitschek lançou as bases e o programa da Operação Pan-Americana, até à recente visita do Presidente Eisenhower ao Brasil, Argentina,

Chile e Uruguai, verificou-se inequívoca reformulação nos têrmos clássicos do pan-americanismo, descortinando-se nova fase para a projeção internacional do nosso Continente. Constituindo o nosso sistema uma peça essencial no conceito político-estratégico do Mundo Ocidental, teve implìcitamente a América Latina aumentadas as suas responsabilidades, a par de ver acrescido o seu direito de participar das decisões de âmbito mundial.

Na evolução do Pan-Americanismo temos vivido etapas distintas, caracterizadas pela relevância de certos temas de interêsse comum e atual. Assim o foram os anos do primeiro quartel dêste século, assinalados pelas grandes conquistas no terreno jurídico-político, quando fizemos os pilares desta Organização assentarem nos sagrados princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos, da solução pacífica das controvérsias e do reconhecimento dos direitos e liberdades da pessoa humana. Mais tarde, envolvidos irremediàvelmente nos graves problemas da Segunda Guerra Mundial e da fricção Leste — Oeste, nossos países, na medida das suas fôrças e das suas determinações soberanas, contribuíram eficazmente para a Paz e, direta ou indiretamente, para a reconstrução das áreas devastadas pelo conflito universal.

Nessa etapa, construímos e aprimoramos o sistema de consultas e de assistência recíproca, e nesse particular oferecemos ao Mundo um admirável exemplo de capacidade efetiva de atuar coordenadamente e em conjunto, exemplo que frutificou generosamente em outras composições internacionais de importância vital no complexo político-estratégico do Mundo Livre. Na época, acreditou-se que a concentração de esforços para a recuperação das economias européia e asiática, relegando embora as dificuldades econômicas da América Latina a plano secundário, seria o melhor caminho para a prosperidade do Hemisfério Ocidental. E são de todos conhecidos os gigantescos programas de ajuda e assistência financeira de que se beneficiaram, principalmente, as Nações européias, aliadas ou não.

Contudo, os problemas básicos da América Latina não se resolveram nesse processo e, pelo contrário, se agravaram, criando situações quase que desesperadas e graves instabilidades econômicas, sociais e políticas. Devido à pressão dos problemas mundiais da época, faltou-nos, talvez, a oportunidade de discernir, com clareza, a posição do Grupo latino-americano frente à conjuntura do após-guerra. Na realidade, o que era remédio para a Europa não nos servia, nem deveríamos ter anuído em arrolar, na mesma categoria, os problemas econômicos da Amé-

rica Latina e os europeus. A América Latina não pedia socorro ou reconstrução, mas cooperação militante e positiva. Portanto, a iniciativa do Presidente do Brasil teve o genuíno propósito de definir, em linhas simples e precisas, o verdadeiro sentido do pan-americanismo atual: acelerar e aprimorar a cooperação econômica entre os Estados Americanos.

Vemos em todos os quadrantes do mundo que a luta contra o subdesenvolvimento econômico é a palavra de ordem, a razão última das composições políticas e das reivindicações populares. Nessas condições, a América, ao voltar-se desassombradamente para a adoção de medidas que assegurem o pleno desenvolvimento econômico e a industrialização de tôdas as suas áreas, coloca-se com autenticidade à frente do problema crucial do tempo presente. Três requisitos básicos são as armas para esta cruzada: mentalidade, planificação e órgãos adequados. Sabemos que os problemas mundiais são interdependentes. Se, porém, êste Hemisfério não se der preferência para realizar a sua obra, amanhã poderá vir a ser o ponto fraco de um sistema universal.

Pan-americanismo hoje é a mentalidade do lutar por um Hemisfério desenvolvido, unido, forte, democrático e livre para garantir um mundo igualmente pacífico, democrático e livre. Temos que lutar contra suspicácias, prevenções e divergências entre povos ou governantes, mal-entendidos entre países, contra o subdesenvolvimento, o atraso e a pobreza, todos os nossos países unidos sob uma única bandeira que é a da solidariedade continental, dentro da nova concepção do pan-americanismo. Mas o combate ao subdesenvolvimento exige planificação. Ainda recentemente, durante as úteis conversas entre os Presidentes López Mateos e Juscelino Kubitschek, ficou clara a conveniência de, nos quadros da Operação Pan-Americana, se selecionar um programa de alguns pontos de maior importância.

Essas conversações foram continuadas com os Presidentes Eisenhower, Frondizi, D'Alessandri e o Presidente do Conselho de Estado do Uruguai por ocasião da inesquecível visita do Chefe da Nação norte-americana. Como ponto de partida para o estabelecimento do mencionado programa de prioridades, foram submetidos à consideração das Chancelarias americanas os seguintes tópicos:

I — Fortalecimento dos meios de financiamento, para o desenvolvimento da América Latina, de preferência através do Banco Interamericano.

II — Programa técnico e financeiro para o desenvolvimento da agricultura e indústria de alimentação e subsistência, de acôrdo com as condições peculiares de cada país.

III — Assegurar preços e condições adequadas para as matérias-primas e produtos que são básicos para a estabilidade econômico-social dos países latino-americanos.

IV — Assistência financeira e técnica para um intenso programa de formação de técnicos para o desenvolvimento e para a luta contra o analfabetismo.

V — Ajuda financeira e técnica para o estabelecimento de um organismo interamericano de investigação tecnológica e produtividade para apoiar o desenvolvimento industrial da América Latina.

Para o adequado estudo dêsse planejamento, desejo reiterar aqui a sugestão do Presidente Kubitschek no sentido de que seja convocada, com a possível brevidade, a "Comissão dos 9", cujas deliberações seriam examinadas pelo "Comitê dos 21" e, posteriormente, pela própria Conferência Interamericana.

Finalmente, cumpre-me referir-me à necessidade de contarem os nossos Governos com a instrumentação adequada para a eficaz utilização dos recursos disponíveis. Eis porque, no processo irreversível da Operação Pan-Americana a O.E.A., seus órgãos e métodos, desempenha — e desempenhará — papel de insubstituível importância. O Govêrno brasileiro, ao sugerir a seus pares a necessidade premente de se revitalizar a Organização e, muito especialmente, o Conselho Interamericano Econômico e Social, nada mais tem feito do que retomar a admirável análise do sistema interamericano efetuada, em Caracas, pelo ilustre estadista Alberto Lleras Camargo e, baseando-se nas suas observações — ditas com tanta franqueza e altruísmo — solicitar a atenção de todos para o indispensável robustecimento dos órgãos de cooperação econômica da O.E.A.

Os estudos sinceros e profundos que a OPA requer para a adoção de medidas por que propugna, em muito dependem da eficácia do CIES, pelo que devemos dar prioridade ao revigoramento dessa peça essencial de nossa Organização. A opinião pública continental vem acompanhando com interêsse e esperanças crescentes a ação coordenada dos Governos aqui repre-

sentados para o fortalecimento da cooperação interamericana. As diversas reuniões de alto nível ùltimamente realizadas — como a IV Reunião de Consulta e as do Comitê dos 21 — e as visitas dos eminentes Presidentes Frondizi, López Mateos e Eisenhower a países amigos do Continente, deixaram apreciável saldo de resultados benéficos para o melhor entendimento entre os nossos povos e o conhecimento recíproco de nossas dificuldades.

Assim sendo, é compreensível a expectativa que cerca a celebração da XI Conferência Interamericana, quando todos nós seremos honrados pela generosa acolhida do nobre e democrático povo equatoriano. Sendo a Conferência Interamericana o órgão supremo do Sistema, competente para decidir sôbre a ação e a política geral da Organização, parece-me justo prever que a próxima reunião de cúpula das Américas adotará deliberações destinadas a dar novos rumos ao pan-americanismo e a consagrar, definitivamente, o conteúdo prático da cooperação econômica, tal como a requer o bem-estar, o progresso e a felicidade dos nossos povos. Aos ilustres representantes dos membros da O.E.A. eu saúdo cordialmente na certeza de que aqui se trabalha pela paz mundial."

XI CONFERÊNCIA INTERAMERICANA

A XI Conferência Interamericana, que se deveria ter inaugurado a 1º de fevereiro do corrente ano, teve a sua reunião adiada por solicitação do Govêrno do Equador. *

Em sessão realizada em Washington, a 30 de marco do corrente ano, o Conselho da Organização dos Estados Americanos — que anteriormente deliberara quanto ao adiamento — fixou a data de 1º de março de 1961 para a instalação da Conferência, que se reunirá na Cidade de Quito.

RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

O desenvolvimento das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos foi tema de um discurso pronunciado pelo Dr. Walter Moreira Sales, Embaixador do Brasil em Washington,

* Ver a respeito a *Revista Brasileira de Política Internacional* de dezembro de 1959 (nº 8, pág. 115) e de março de 1960 (nº 9 pág. 121).

num almôço que lhe foi oferecido em Nova York, a 28 de janeiro do corrente ano, pela Sociedade Pan-Americana dos Estados Unidos e pela Sociedade Brasileiro-Americana.

Neste discurso o Embaixador Moreira Sales analisou especialmente os problemas da ajuda exterior e do intercâmbio comercial, apresentando dados e esclarecimentos que justificam a reprodução feita a seguir:

"Ao examinar as relações tão amistosas, e em seu conjunto satisfatórias, não ignoro que lhes pode surpreender a insistência com que outros países procuram chamar sua atenção para seus problemas. Êste fato é em conseqüência da inevitável posição que os Estados Unidos ocupam nos assuntos econômicos e diplomáticos no mundo moderno. Sinto-me assim à vontade para falar sôbre o passado e o presente da nossa colaboração econômica, para dizer que encaro confiante o futuro dessas relações. O tempo de que disponho nesta oportunidade não me permite abranger tôda a gama das nossas relações econômicas e, por isso, me proponho a abordar tão-sòmente aspectos não-militares, ajuda exterior e comércio internacional. Meu propósito é expor fatos, e não formular doutrina. As estatísticas que citarei foram extraídas exclusivamente de fontes oficiais norte-americanas.

Quando as relações econômicas entre dois países se inclinam acentuadamente em favor de um dêles, requerem um corretivo, ou do contrário o próprio desequilíbrio lhes acarretará inevitável perturbação. Com êsse conceito fundamental é que afirmo hoje, perante um público familiarizado com relações econômicas americano-brasileiras, que, sòmente através de um permanente exame de consciência poderemos assegurar-lhes a estabilidade, a fim de continuarem a ser mùtuamente benéficas.

Desejo referir-me, em primeiro lugar, às doações norte-americanas no exterior, ou seja a um tipo de ajuda que não envolve qualquer retribuição em espécie. Provam as estatísticas que nada menos de 73% da ajuda total dos Estados Unidos ao exterior, no após-guerra, assumiu a forma de doação. As mesmas estatísticas demonstram, porém, que o Brasil constituiu uma singular exceção dentro dêsse quadro, tendo recebido pouco mais da milésima parte do total dessa modalidade de auxílio. Doações por nós recebidas, inferiores a 50 milhões de dólares em quatorze anos, foram utilizadas quase exclusivamente para o financiamento de programas de assistência técnica de reconhecida utilidade.

Sinto-me à vontade para elogiar a esclarecida política adotada pelos Estados Unidos em relação ao seu programa global de auxílio ao exterior, não sòmente por ter sido a nossa participação nêle tão reduzida, mas também porque, no momento mais crítico do após-guerra, coube ao Brasil contribuir com cêrca de 39 milhões de dólares para o socorro e recuperação das áreas devastadas. Ainda hoje continuamos a executar programas de colaboração com alguns países vizinhos. Assim, nos é lícito afirmar que, *grosso modo*, temos doado tanto quanto temos recebido de doações.

Outras modalidades de transferência de recursos governamentais norte-americanos para o exterior, podem ser classificados em duas categorias: primeiro, incluem-se os chamados "programas de assistência", e consistem em créditos autorizados por legislação especial, cuja característica principal é a de serem resgatáveis em moeda local. O volume total dos empréstimos concedidos aos Governos, instituições privadas sob amparo de legislação específica (PL-480) que recai na categoria acima mencionada, atingiu, em primeiro de julho de 1959, a cêrca de dois bilhões de dólares, dos quais cento e nove milhões e duzentos mil dólares, isto é, 7,5% foram destinados ao Brasil. Os empréstimos concedidos pelo *Development Loan Fund*, que é outra fonte de recursos da mesma categoria, atingiram a setecentos e dezoito milhões e três mil dólares, dos quais apenas quinhentos mil dólares, isto é, 1/7% couberam ao Brasil. Em outras palavras: a participação do Brasil nos programas de assistência norte-americanos foi 5/2 por cento, constituída quase exclusivamente pela colocação, no mercado brasileiro, de excedentes agrícolas dos Estados Unidos.

Na segunda categoria, estão compreendidos os empréstimos de natureza comercial, obrigando o pagamento do capital e juros em dólares. Incidem nessa categoria 92 por cento de todos os empréstimos governamentais norte-americanos, e outros créditos utilizados pelo Brasil. Cifra tão eloqüente exige uma detida consideração. O fluxo de recursos públicos norte-americanos, em forma de empréstimos bancários em moeda conversível (*hard loans*), tem sido canalizado para o meu país exclusivamente através do Banco de Exportação e Importação, entidade com a qual o Brasil se orgulha de haver estabelecido, através de anos, uma proveitosa cooperação que reflete a identidade de interêsses e reciprocidade de vantagens.

Nossas transações financeiras com o Banco de Exportação e Importação são de grande valia e têm uma importância primacial nos planos nacionais de desenvolvimento econômico.

Contribuíram igualmente para solucionar problemas do balanço de pagamentos, permitindo, assim, que o ritmo de crescimento prosseguisse sem entrave e dificuldades ocasionais. Seja-me permitido lembrar, com satisfação, que durante a difícil quadra da última guerra, foi o empréstimo do Banco de Exportação e Importação que financiou a compra e entrega, naquela fase crítica, do equipamento para a construção da primeira Usina Siderúrgica integral de largo porte na América Latina, e que constituiu o marco primordial da nossa revolução industrial. Quero-me referir à Usina Siderúrgica de Volta Redonda, em permanente processo de expansão.

Programas especiais destinados ao aumento da produção de energia elétrica, recuperação do parque ferroviário, crescente mecanização da agricultura, estabelecimento do sistema rodoviário mais eficiente, construção da rêde de silos e armazens, foram também possibilitados pela participação do Banco de Exportação e Importação. O impacto econômico de tais iniciativas tem muito mais importância do que o simples fluxo de capital. A criação de mercados, estímulo a indústrias secundárias e a modificação da estrutura da mão-de-obra qualificada, incluem-se entre os seus efeitos salutares em nossa economia.

Seja-me permitido recapitular, brevemente, o histórico das nossas transações com o Eximbank. No período compreendido entre 1940 e junho de 1959, elevou-se a cêrca de 860 milhões de dólares o total dos empréstimos feitos por aquela entidade ao Brasil. No mesmo período, o Brasil reembolsou o Banco em 449 milhões de dólares, dos quais 113 milhões e 400 mil representam juros e comissões e, o restante, amortizações. Essas mesmas amortizações excedem 56 por cento de todos os resgates efetuados em idêntico período, para o mesmo fim, por tôda a Asia, representando mais da metade do reembôlso efetuado pela totalidade dos países europeus ao Banco de Exportação e Importação. Trata-se, na verdade, com uma única exceção, do pagamento de maior vulto jamais efetuado por qualquer país cliente daquele Banco.

Peço vênia para introduzir aqui uma observação de caráter pessoal. Desejaria lembrar a minha participação, quando da primeira vez que me coube a honra de representar o meu país nos Estados Unidos, num dos maiores empréstimos feitos ao Brasil pelo Banco. Refiro-me ao empréstimo de 300 milhões de dólares, concedido em 1953, com a finalidade específica de aliviar as dificuldades do balanço de pagamentos do Brasil. Êste tipo de transação financeira é, às vêzes, visto com certa

reserva, não sendo popular hoje em dia. Confesso-me algo perplexo ante essa atitude, pois, se atentarmos nos fatos, veremos que dos 300 milhões de dólares utilizados neste país, para pagamento de mercadorias importadas do mesmo, 218 milhões foram amortizados em seis anos apenas. Outrossim, a soma substancial de 43 milhões de dólares, de juros, foi paga pelo Brasil ao Eximbank.

Anima-nos, portanto, a convicção de que no futuro, as operações financeiras do Brasil serão encaradas à luz dêsse expressivo histórico, levando-se igualmente em conta que o fortalecimento das nossas atividades econômicas básicas tornará o Brasil o poderoso aliado de que necessitam os Estados Unidos. Preparará também terreno para uma associação mais efetiva, uma divisão mais equilibrada de responsabilidades, no esfôrço comum e contínuo em prol da manutenção da paz e segurança mundiais. Embora convencido do mérito indiscutível da livre emprêsa, tenho igualmente por certo que, os Estados Unidos terão dado grande passo à frente quando — seguros de sua riqueza e poder e plenamente cônscios das presentes condições econômicas, políticas e sociais do Brasil — decidirem colocar mais recursos públicos no fomento de outros programas essenciais, entre os quais a indústria petrolífera oficial de meu país não deverá ser esquecida.

O Brasil continuará a desenvolver-se. O processo é irreversível, como é irreversível o desenvolvimento do Continente inteiro. O oportuno lançamento da Operação Pan-Americana pelo Presidente Juscelino Kubitschek, e a calorosa acolhida que a sua iniciativa teve entre os Chefes de Estado de 20 Nações do Continente constituem por isso vigorosa demonstração dêsse fato. Acrescentaria que, a próxima auspiciosa visita do Presidente Eisenhower à América do Sul é mais uma prova da importância da solidariedade continental e da crescente participação da América Latina no concêrto mundial.

Tratarei agora, sumàriamente, de certos aspectos do comércio entre nossos dois países. Durante o decênio 1949/1958, as médias anuais de exportações norte-americanas para o Brasil foram maiores que as das destinadas, no mesmo período, para qualquer país europeu, excetuados a Alemanha Ocidental e Grã-Bretanha. Em 1958, por exemplo, para recorrer ao último ano que se encontram disponíveis as estatísticas de fonte oficial norte-americana, as importações do Brasil ultrapassaram em 9 por cento as da Itália, terceiro cliente dos Estados Unidos na Europa, e em 24 por cento as da França. A importância do

mercado brasileiro poderá ser avaliada de maneira mais saliente se tomarmos como referência a composição qualitativa das exportações norte-americanas, ao invés de volume de vendas em têrmos absolutos. A maioria das importações feitas pelo Brasil dos Estados Unidos é representada por bens de capital e bens duráveis de consumo. O impacto dessas exportações no nível de renda e emprêgo é demais conhecido, dispensando comentários.

Espero ter destacado suficientemente a importância do mercado brasileiro para o comércio norte-americano. As importações norte-americanas de produtos brasileiros não têm acompanhado, entretanto, o ritmo crescente de nossas necessidades. Efetivamente, nossas exportações vêm decaindo continuamente desde o máximo registrado em 1951, quando as vendas aos Estados Unidos atingiram o nível inédito de 911 milhões de dólares. Após breve recuperação ocorrida em 1956, o declínio reafirmou-se atingindo o ponto mais baixo em 1958, com 566 milhões de dólares.

Não quero deixar a impressão de que o Brasil é caso único no sério declínio das receitas de exportação. Na realidade, as exportações totais da maioria esmagadora das Repúblicas Latino Americanas decaíram entre 1951 a 1958, enquanto, por outro lado, as exportações mundiais subiram aproximadamente de 75 a 100 bilhões de dólares anuais, no mesmo período. Encontra-se no declínio dos preços a razão para esta queda vertical na receita de exportação dos países produtores de matérias-primas. É bem verdade que os preços atingiram níveis muito altos durante as dificuldades da Coréia e imediatamente após o conflito. A baixa que se registrou, desde então, tem sido extremamente penosa para os países que têm nos produtos primários a fonte principal de receita de divisas. Sabemos que o fenômeno da queda dos preços de matérias-primas influi de forma negligenciável sôbre o índice dos negócios dos países industrializados, como a Europa Ocidental e Estados Unidos. A principal razão da queda dos preços dos produtos primários está na grande disparidade que surgiu entre a oferta e a procura. Êsse declínio persistente dos preços pode ùnicamente ser sustado mediante melhor equivalência entre a demanda e a produção.

Os Estados Unidos conhecem sobejamente as dificuldades para evitar o acúmulo dos excedentes da produção agrícola. Sabem, portanto, que a dificuldade ainda é maior no que toca aos países cujas principais exportações consistem em produtos agrícolas, países cuja produção aumenta à medida que a técnica aperfeiçoa e onde o crescimento do consumo não acompanha a

produção. Os Estados cafeeiros, Estados de baixa renda, não podem indefinidamente arcar com os ônus da compra de excedentes e respectiva estocagem. Não lhes é possível subsidiar a limitação artificial da produção. Depositam, assim, a única esperança na busca da distribuição mais disciplinada do café no mercado mundial, e na expectativa de aumento eventual do consumo pelos Estados Unidos — o maior importador de café do mundo. Infelizmente nalguns países europeus de alta renda, as importações de café encontram nível baixo, seja em conseqüência das restrições de vária natureza, seja como resultado da elevada tributação. Decorre daí o encargo pesado para os países produtores de café, ônus que estamos ansiosos para superar. Nesse ínterim, os países da América Latina tentam evitar maior deteriorização da posição econômica das nações exportadoras de café. Juntamente com a maioria dos produtores africanos, concluímos, com validade de um ano, um acôrdo destinado a manter as exportações de café em relação mais adequada à procura mundial. Nosso objetivo não é levantar o preço do café, mas evitar que desça a níveis desastrosos. Não vemos qualquer conflito entre os interêsses, a longo prazo, dos países produtores de café e os dos países consumidores. Desejamos obter o máximo de consumo do café que produzimos e, para tanto, o preço deve ser mantido em nível atraente para o consumidor.

Em conclusão, creio poder dizer que é óbvio o interêsse recíproco dos Estados Unidos e do Brasil manter o alto nível do comércio mútuo. É igualmente óbvio, a meu ver, a necessidade de continuar uma cooperação financeira mùtuamente benéfica. Caso, porém, essa cooperação venha sùbitamente a estancar-se ou arrefecer-se, severo golpe sofrerão tanto o comércio, como os investimentos. As importações deverão ser dràsticamente reduzidas e a rentabilidade do capital estrangeiro declinaria verticalmente em têrmos de dólar. Confiamos, todavia, em que, à luz do passado positivo das nossas transações financeiras e interêsse do comércio e do capital norte-americano, a cooperação dos Estados Unidos não será interrompida.

Uma das razões decorrentes das nossas dificuldades econômicas é a necessidade insaciável de capital para desenvolvimento. Estamos, todavia, decididos a continuar a nos desenvolver. Devemos levar nosso grande país à vanguarda das nações, devemos torná-lo mais forte e próspero. Sòmente assim estaremos capacitados a arcar com a maior parcela de nossas responsabilidades comuns, sòmente assim nossa voz poderá ser ouvida e

respeitada cada vez mais nos altos Conselhos mundiais onde se põe à prova os destinos da Democracia. Para a consecução desta ambição nobre, para atingirmos os altos objetivos, contamos com a compreensão de seu grande país. Sòzinhos, nossa jornada poderá ser longa e penosa. Juntos, nossa tarefa será certamente coroada de êxito."

BRASIL—PARAGUAI

Em visita oficial, estêve no Paraguai, entre 3 e 6 de março último, o Ministro das Relações Exteriores, Doutor Horácio Lafer, que naquele país teve oportunidade de tratar de diversos assuntos de grande importância para a política interamericana do Brasil. Ao ensejo de sua viagem, durante a qual inaugurou oficialmente a linha telefônica direta Assunção — Rio de Janeiro, o Chanceler brasileiro firmou com o Govêrno paraguaio diversos acordos, entre os quais cumpre assinalar: um Convênio sôbre textos de ensino, no qual as partes contratantes resolvem esforçar-se para que sejam publicados livros escolares em que se reflita a comunhão de suas origens americanas e ibéricas, bem como o espírito de perfeita compreensão que existe entre os povos brasileiro e paraguaio; um ajuste mediante troca de notas, para a construção da rodovia que unirá Concepción a Ponta Porã, em cujo financiamento colaborará o Govêrno brasileiro; e ainda uma troca de notas, referente à criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia encarregada da administração, manutenção vigilância e segurança da Ponte Internacional sôbre o Rio Paraná.

De regresso do Paraguai, o Ministro Lafer fêz a seguinte declaração:

"Encontrei o Paraguai trabalhando em paz pelo seu progresso, lutando para superar as dificuldades que hoje atingem a tantos povos, mas com determinação de vencer quaisquer obstáculos que se oponham ao seu objetivo principal: promover o desenvolvimento dos recursos que possui. Seu Govêrno está demonstrando o desejo de aplicar os princípios da DECLARAÇÃO DE SANTIAGO, por êle aprovada na última Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos realizada em Santiago do Chile, pois encontrei convocadas as eleições para o Parlamento. Acentue-se que as oposições têm a garantia, por lei, seja qual fôr o resultado das eleições, de um têrço das cadeiras

parlamentares, onde poderão exercer o alto dever da vida democrática, que é o de controlar os atos do Poder Executivo a esclarecer a opinião pública.

A orientação da política internacional do Paraguai, imbuída dos princípios americanistas e apoiando a Operação Pan-Americana, e desejosa de viver em paz com todos os povos vizinhos e irmãos do Continente, é sincera.

Assim, plenamente satisfeito, regressei de Assunção, onde vários assuntos de grande interêsse do Brasil e do Paraguai foram muito bem resolvidos."

BRASIL—CANADÁ

De 14 a 17 de março do corrente ano, o Dr. Horácio Lafer, Ministro das Relações Exteriores, visitou oficialmente o Canadá, onde teve oportunidade de entender-se com as altas autoridades canadenses sôbre assuntos políticos de interêsse comum e sôbre o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países.

A êsse propósito, o Ministro Horácio Lafer e o Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros do Canadá, Sr. Howard Green, firmaram uma declaração conjunta em que se referiram aos esforços coletivos que estão sendo empreendidos pelos seus países através das Nações Unidas e suas Agências Especializadas, nas quais o Canadá e o Brasil estão desempenhando uma ativa participação. Acentuaram a importância das medidas que foram e estão ainda sendo tomadas com vistas à manutenção da paz no mundo. A êste propósito, foi feita particular referência ao fato de que tropas canadenses e brasileiras estão servindo à causa da paz, lado a lado, na Fôrça de Emergência das Nações Unidas estacionada no Oriente Médio. O Senhor Lafer expressou confiança em que o Canadá desempenharia um papel significativo nas conversações de desarmamento que estão sendo neste momento levadas a efeito em Genebra, por um Comitê de 10 países.

O Senhor Lafer explicou com alguns pormenores os objetivos e os planos constantes do movimento denominado Operação Pan-Americana, uma importante iniciativa do Presidente Kubitschek, do Brasil. Com o objeto de pôr em prática a Operação Pan-Americana, fôra criado o Comitê dos 21 e o Senhor Lafer manifestou a esperança de que o Canadá viesse a mandar um representante para observar os trabalhos da próxima sessão do Comitê. O Senhor Green expressou grande interêsse por êste

esfôrço em favor do desenvolvimento hemisférico e disse que o Canadá examinaria as modalidades possíveis de sua cooperação. Ambas as autoridades manifestaram seu aprêço pelos resultados já alcançados no quadro do acôrdo cultural vigente entre o Brasil e o Canadá. Foram, entretanto, de opinião que algo mais pode ser conseguido e concordaram em estudar métodos de tirar maior proveito da aplicação dêsse convênio.

Posteriormente, numa reunião com Sua Excelência o Senhor Donald Fleming, Ministro das Finanças, e Sua Excelência o Senhor Gordon Churchill, Ministro do Comércio, foram passados em revista assuntos comerciais à luz da participação de ambos os países no Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Foi recordado que existe uma longa e feliz tradição de cooperação entre o Canadá e o Brasil no setor da iniciativa privada. Registrou-se acôrdo entre os Ministros sôbre a importância de incrementar a contínua expansão das relações econômicas, mùtuamente benéficas, entre os dois países; nessa ordem de idéias reconheceram a conveniência de suprimir, progressivamente, restrições e outras barreiras existentes no intercâmbio comercial dos dois países. Os Ministros discutiram os entendimentos no domínio das relações comerciais na Europa e em outras partes do mundo, que são de interêsse substancial para o Brasil e o Canadá. Verificou-se uma grande identificação de pontos de vista a êsse respeito.

A NOVA CAPITAL DO BRASIL

A 21 de abril do corrente ano a Capital dos Estados Unidos do Brasil foi transferida para a Cidade de Brasília, recém-construída em Distrito Federal desmembrado do território do Estado de Goiás.

Naquela data instalaram-se na nova Capital os três Podêres da República: o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal realizaram sessões inaugurais, e o Presidente da República despachou pela primeira vez no Palácio do Planalto, que passou a ser sede do Poder Executivo.

A mudança da Capital brasileira para o Planalto Central atendeu a uma determinação da primeira Constituinte republicana, reiterada pela de 1934 e reproduzida, pela de 1946, na atual Constituição. Ainda em decorrência do preceito constitucional, o antigo Distrito Federal do Rio de Janeiro converteu-se automàticamente no Estado da Guanabara, passando assim a constituir a 21ª unidade da Federação.

REUNIÃO INTERAMERICANA DE COMBATE AO TRÁFICO DE COCAÍNA

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 21 a 25 de março do corrente ano, a Primeira Reunião Interamericana sôbre o tráfico ilícito de cocaína e fôlhas de coca, convocada pelo Govêrno do Brasil. Esta convocação resultou de decisão adotada pela XIV Sessão da Comissão de Entorpecentes do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, reunida em Genebra de 27 de abril a 15 de maio de 1959.

Fizeram-se representar, além dos Governos da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Cuba, Equador, Paraguai e Peru, os Estados Unidos da América, México e Venezuela, em virtude de seu especial interêsse no assunto da reunião. Compareceram também o Diretor da Divisão de Narcóticos das Nações Unidas e o representante da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL).

A Conferência encerrou os seus trabalhos com a aprovação de quatro importantes resoluções, relativas aos seguintes aspectos do problema considerado: 1) aplicação de penas de prisão mais rigorosas contra os fabricantes, contrabandistas, distribuidores e traficantes de cocaína; 2) ampliação dos serviços policiais, alfandegários e fiscais incumbidos de reprimir o tráfico ilícito de cocaína nas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas; 3) filiação, à INTERPOL, dos Estados signatários que ainda não são membros dessa organização; 4) solicitação da assistência técnica das Nações Unidas para a fiscalização do tráfico de entorpecentes.

FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA

Em cerimônia realizada no Palácio Itamaraty, em 3 de fevereiro de 1960, foram entregues ao Doutor Horácio Lafer, Ministro das Relações Exteriores, as cartas geográficas que estabelecem o traçado da nossa linha de fronteiras com a Guiana Francesa.

Era esta a única região fronteiriça do nosso território ainda não definida com a precisão dos trabalhos de demarcação. Desde a época em que foi assinada a sentença arbitral do Conselho Federal Suiço — dezembro de 1900 — ficou firmado

que o extremo ocidental da fronteira franco-brasileira seria o marco de trijunção Brasil — Suriname — Guiana Francesa. A partir dêsse marco, o desenvolvimento lindeiro para o oriente seria estabelecido sem maiores dificuldades, por seguir linhas naturais do terreno, a saber: divisor de águas da bacia do Rio Amazonas até às nascentes do Rio Oiapoc; depois, águas abaixo dêsse rio seguindo seu talvegue, até ao Oceano Atlântico. A locação do marco inicial — o que faz trijunção com o Brasil, o Suriname e a Guiana Francesa — foi retardada por prolongadas negociações entre os Governos de Haia e de Paris, sôbre as fronteiras de suas respectivas Guianas, a que o Brasil se fêz presente. pela possibilidade do ponto de junção vir a deslocar-se sôbre o divisor de águas.

Visando à dinamização e melhor rendimento dos trabalhos demarcatórios, o Itamaraty, em 1955, entrou em entendimentos com o Quai D'Orsay para o estabelecimento de um preliminar planejamento da campanha conseqüente ao laudo arbitral suíço que, adotando as razões expendidas pelo insigne estadista Barão do Rio Branco, simplificou sobremaneira as controvérsias desde longa data existentes. Com efeito, declararam os árbitros que o Rio "Japoc ou Vincente Pinson" era o que o Brasil identificava como sendo o Rio "Oiapoc", já melhor reconhecido ao tempo da arbitragem. Por êsse modo, o litoral norte do Brasil avançou até ao Cabo Orange, e os limites internos do nosso país, com apoio no curso do Oiapoc até às suas nascentes, dilataram-se pelo divisor de águas da vertente amazônica até ao marco inicial da fronteira holandesa.

Das conversações promovidas pelo Itamaraty em 1955, resultaram as "Conferências da Comissão Mista Brasileiro-Francesa de Demarcação", entregues à resolusão das modalidades práticas de execução e verificação dos métodos a empregar, tudo dentro das normas e decisões aprovadas pela Chancelaria brasileira. Essas atividades ultimaram-se agora com a entrega das cartas geográficas com o traçado definitivo da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. O referido trabalho foi executado dentro da rigorosa precisão da moderna técnica de levantamento topográfico e observação astronômica. Levou-o a cabo a 1ª Divisão da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, órgão do Itamaraty sediado em Belém, Pará, sob a chefia do General de Divisão Ernesto Bandeira Coelho, em estreita colaboração com a sua congênere francesa, integrada por técnicos e autoridades do Govêrno Colonial da França. Os levantamentos aerofotográficos — interessando uma fronteira

com a extensão aproximada de 700 quilômetros, dos quais cêrca de 470 relativos ao curso do Rio Oiapoc — foram executados em operações combinadas de aviões da Fôrça Aérea Brasileira e do Instituto Nacional Geográfico da França, e supervisão dos nossos técnicos. No que se refere ao trabalho terrestre, as turmas brasileiras de exploração levaram a efeito a exaustiva tarefa de determinação do talvegue do seu principal afluente formador, com a necessária medição de descarga das águas dos rios do sistema hidrográfico em aprêço, levadas a bom têrmo com aparelhagem da mais alta precisão.

As cartas geográficas ora apresentadas serão objeto de formal aprovação dos Governos do Brasil e da França, em notas reversais a serem trocadas entre o Itamaraty e o Quai D'Orsay. O acontecimento, de singular significado e motivo do reconhecimento do povo brasileiro à sua diplomacia, põe têrmo a uma velha questão que se arrastou por mais de dois séculos.

TRATADO DE SEGURANÇA ENTRE O JAPÃO E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Em 19 de janeiro do corrente ano, foi firmado, na cidade de Washington, pelo Primeiro Ministro do Japão e pelo Secretário de Estado americano, um novo Tratado de cooperação mútua e segurança entre o Japão e os Estados Unidos da América. Êste Tratado substitui o que fôra firmado em 8 de setembro de 1951, juntamente com o Tratado de Paz, e que dava aos Estados Unidos o direito de manter Fôrças Armadas em território japonês.

O artigo 1º do novo Tratado expressa o apoio dos dois países aos princípios das Nações Unidas. O artigo 2º dispõe sôbre a cooperação econômica. O 3º prevê o desenvolvimento da capacidade dos dois países de resistirem à agressão armada. O 4º dispõe sôbre a consulta "quando quer que a segurança do Japão ou a paz e segurança internacionais estiverem ameaçadas no Extremo Oriente".

As partes contratantes reconhecem, no artigo 5º, que um ataque contra qualquer delas, em território sob administração do Japão, seria perigoso para a sua paz e segurança, e manifestam o propósito de enfrentar o perigo comum de acôrdo com as respectivas provisões constitucionais. No artigo 6º, estipula-se que, com o propósito de contribuir para a segurança do Japão,

a manutenção da paz internacional e da segurança no Extremo Oriente, as Fôrças Armadas dos Estados Unidos poderão fazer uso do território japonês, em áreas determinadas, nos têrmos de um acôrdo a ser firmado em separado.

Os artigos 8º e 9º determinam que o Tratado entrará em vigor depois de ratificado por ambas as partes, quando expirará o Tratado anterior. O artigo 10º estabelece que o Tratado permanecerá em vigor até que ambas as partes contratantes considerem que as Nações Unidas estejam em condições de manter a paz internacional e a segurança no Extremo Oriente. Todavia, após dez anos de vigência, cada parte contratante poderá notificar à outra a sua intenção de rescindir o Tratado, hipótese em que êste deixará de existir um ano após essa notificação.

PLANOS PARA A RODOVIA ASIÁTICA

A construção de uma estrada de rodagem de Singapura a Istambul, a ser chamada "Rodovia Asiática", foi recomendada em três conferências para êste fim reunidas recentemente em Bancoc, Nova Deli e Carachi, sob os auspícios da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE). A estas reuniões compareceram representantes dos seguintes países: Birmânia, Camboja, Malásia, Laus, Tailândia, Ceilão, Índia, Nepal, Paquistão, Afeganistão, Irã e Turquia.

A estrada em projeto ligará Singapura a Bancoc, Rangum, Daca, Nova Deli, Rawalpindi, Cabul e Teerã, pelo traçado mais curto possível, constituindo-se também as ligações com as capitais que ficarem afastadas da estrada-tronco. A distância de Singapura a Istambul será de aproximadamente 12 mil quilômetros. A ECAFE está procedendo aos estudos necessários para a elaboração do projeto definitivo, a ser apresentado aos Governos interessados.

Falando perante a Conferência realizada em Bancoc, o Sr. Rashid Ibrahim, Secretário Executivo da ECAFE, salientou que a construção da estrada projetada não sòmente viria facilitar o intercâmbio de mercadorias e estimular o turismo, como influiria, a longo têrmo, para criar uma atmosfera favorável ao desenvolvimento econômico. Defendeu êle o ponto de vista de que o plano da Rodovia Asiática deveria ser realístico e viável, partindo do aproveitamento das estradas já existentes nos vários países a serem beneficiados por êsse grandioso empreendimento internacional.

PLANO DE PARTILHA DAS ÁGUAS DA BACIA DO INDO*

Em primeiro de março do corrente ano, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento divulgou o plano de contribuições financeiras que serão feitas por seis países e por aquela instituição, caso seja concluído, entre a Índia e o Paquistão, o Tratado que está sendo negociado para a divisão das águas do Rio Indo e de seus tributários.

De acôrdo com o plano elaborado pelo Banco Internacional, as águas dos três rios orientais do sistema (Sutlej, Beas e Ravi) serão usados pela Índia; as águas dos rios ocidentais (Indus, Jhelum e Chenab) serão usadas pelo Paquistão. O custo do projeto — incluindo irrigação, proteção contra inundações e aproveitamento do potencial hidroelétrico — eleva-se a aproximadamente um bilhão de dólares.

Para custeio dêsse gigantesco empreendimento a Índia e o Paquistão obterão um empréstimo de 103 milhões de dólares no Banco Internacional, e receberão auxílios de seis países estrangeiros, que contribuirão pela forma seguinte: Estados Unidos da América — 103 milhões de dólares em moeda americana e o equivalente a 235 milhões de dólares em moedas da Índia e do Paquistão; Reino-Unido — £20.860.000; Austrália — £A 6.964,286; Canadá — $C 22.100.000; Nova Zelândia £NZ 1.000,000; República Federal da Alemanha — DM 126.000,000.

A execução das obras prolongar-se-á por um período de dez anos, ficando a supervisão geral do projeto a cargo do Banco Internacional.

NOVA MISSÃO DIPLOMÁTICA DO BRASIL

Em prosseguimento ao seu propósito de aparelhar o Itamaraty para as suas altas finalidades em relação à política exterior do Brasil, com referência particular aos países do grupo afro-asiático **, o Govêrno brasileiro, desejoso de fortalecer os vínculos de amizade e perfeito entendimento entre o Brasil e o Estado de Gana, decidiu, de comum acôrdo com aquêle país,

---

* Sôbre o assunto vêr a *Revista Brasileira de Política Internacional*, de dezembro de 1959 (nº 8, pág. 168).

** Vêr *Revista Brasileira de Política Internacional* (Ano II, nº 7 Págs. 118-9; nº 8, pág. 170; Ano III, nº 9, pág. 168).

estabelecer com êle relações diplomáticas, e tomar, em futuro próximo, as medidas administrativas necessárias à criação de uma Legação em Acra. O Govêrno de Gana, a seu turno, acreditará junto ao Govêrno brasileiro uma missão diplomática com categoria de Legação.

São os seguintes os demais postos diplomáticos e consulares atualmente mantidos pelo Brasil no continente africano: Embaixadas no Cairo (República Árabe Unida), cumulativa com a Embaixada em Adis-Abeba (Etiópia), e em Tunis (Tunísia) e Rabat (Marrocos), ambas estas ainda não instaladas; Legação em Pretória (União da África do Sul); Consulados em Argel (Argélia), Capetown (União da África do Sul), Casablanca (Marrocos) Dacar (África Ocidental Francesa), Funchal (Ilha da Madeira), Las Palmas (Ilhas Canárias, Espanha), e Tânger (Marrocos). Outrossim, o Govêrno brasileiro está tomando medidas preliminares necessárias à criação de um Consulado-Geral em Lourenço Marques (Moçambique) e de um Consulado em São Paulo de Luanda (Angola).

DOCUMENTOS

TRATADO DE MONTEVIDÉU *

Os Governos representados na Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina,

Persuadidos de que a ampliação das atuais dimensões dos mercados nacionais, através da eliminação gradual das barreiras ao comércio intra-regional, constitui condição fundamental para que os países da América Latina possam acelerar seu processo de desenvolvimento econômico, de forma a assegurar um melhor nível de vida para seus povos;

Conscientes de que o desenvolvimento econômico deve ser alcançado mediante o melhor aproveitamento dos fatôres de produção disponíveis e uma melhor coordenação dos planos de desenvolvimento dos diferentes setores de produção, dentro de normas que contemplem devidamente os interêsses de todos e de cada um, e que compensem convenientemente, através de medidas adequadas, a situação especial dos países de menor desenvolvimento econômico relativo;

Convencidos de que o fortalecimento das economias nacionais contribuirá para o incremento do comércio dos países latino-americanos entre si e com o resto do mundo;

Seguros de que mediante fórmulas adequadas poderão ser criadas condições propícias para que as atividades produtoras existentes se adaptem, gradualmente e sem perturbações, a novas modalidades de comércio recíproco, promovendo outros estímulos para sua melhoria e expansão;

Certos de que tôda ação destinada à consecução de tais propósitos deve levar em conta os compromissos derivados dos instrumentos internacionais que regem seu comércio;

Decididos a perseverar em seus esforços tendentes ao estabelecimento de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano, e, assim, a continuar colaborando com o conjunto dos Governos da América Latina nos trabalhos já empreendidos com tal finalidade; e

Animados do propósito de unir seus esforços em favor de uma progressiva complementação e integração de suas economias com base numa efetiva reciprocidade de benefícios, decidem estabelecer uma zona de livre comércio e celebrar, com êsse objetivo, um tratado que institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio; e, para êsse fim, designaram seus Plenipotenciários, os quais convieram no seguinte:

CAPÍTULO I

Nome e objeto

Artigo 1 Pelo presente Tratado, as Partes Contratantes estabelecem uma zona de livre comércio e instituem a Associação La-

(*) Texto do *Tratado de Montevidéu*, que instituiu a *Associação Latino-Americana de Livre Comércio*, firmado a 18 de fevereiro de 1960, na Capital do Uruguai, pelos Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

tino-Americana de Livre Comércio (doravante denominada "Associação"), cuja sede é a cidade de Montevidéu (República Oriental do Uruguai).

A expressão "Zona", quando mencionada no presente Tratado, significa o conjunto dos territórios das Partes Contratantes.

CAPÍTULO II

Programa de liberação do intercâmbio

Artigo 2 A zona de livre comércio estabelecida nos têrmos do presente Tratado se aperfeiçoará num período não superior a 12 (doze) anos, contado a partir da data da sua entrada em vigor.

Artigo 3 Durante o período indicado no Artigo 2, as Partes Contratantes eliminarão, gradualmente, para o essencial de seu comércio recíproco, os gravames e as restrições de tôda ordem que incidam sôbre a importação de produtos originários do território de qualquer Parte Contratante.

Para os fins do presente Tratado, entende-se por gravames os direitos aduaneiros e quaisquer outros encargos de efeitos equivalentes — sejam de caráter fiscal, monetário ou cambial — que incidam sôbre as importações.

O disposto neste artigo não é aplicável às taxas ou encargos análogos, quando correspondam ao custo dos serviços prestados.

Artigo 4 O objetivo previsto no Artigo 3 será alcançado por meio de negociações periódicas que se realizarão entre as Partes Contratantes e das quais deverão resultar:

a) Listas Nacionais, com as reduções de gravames e demais restrições que cada Parte Contratante conceda às demais Partes Contratantes, de acôrdo com o disposto no Artigo 5;

b) uma Lista Comum, com a relação dos produtos cujos gravames e demais restrições as Partes Contratantes se comprometem, por decisão coletiva, a eliminar integralmente para o comércio intrazonal, no período referido no Artigo 2, obedecidas as percentagens mínimas fixadas no Artigo 7 e o processo de redução gradual estabelecido no Artigo 5.

Artigo 5 Para a formação das Listas Nacionais a que se refere o inciso a), do Artigo 4, cada Parte Contratante deverá conceder, anualmente às demais Partes Contratantes reduções de gravames, equivalentes, pelo menos, a 8% (oito por cento) da média ponderada dos gravames vigentes para terceiros países, até alcançar a eliminação dos mesmos para o essencial das suas importações da Zona, de acôrdo com as definições, métodos de cálculo, normas e procedimentos que figuram em Protocolo.

Para tais efeitos, considerar-se-ão gravames para terceiros países os vigentes no dia 31 de dezembro precedente a cada negociação.

Quando o regime de importação de uma Parte Contratante contenha restrições de natureza tal que não permita estabelecer a devida equivalência com as reduções de gravames concedidas por outra ou outras Partes Contratantes, a contrapartida de tais reduções completar-se-á mediante a eliminação ou atenuação daquelas restrições.

Artigo 6 As Listas Nacionais entrarão em vigor no dia 1º de janeiro de cada ano, exceto as resultantes das primeiras negociações, as quais entrarão em vigência na data que estabelecerem as Partes Contratantes.

Artigo 7 A Lista Comum deverá ser constituída de produtos cuja participação no valor global do comércio entre as Partes Con-

tratantes alcance, pelo menos, as seguintes percentagens, calculadas conforme o disposto em Protocolo:

25% (vinte e cinco por cento), no curso do primeiro triênio;

50% (cinqüenta por cento), no curso do segundo triênio;

75% (setenta e cinco por cento), no curso do terceiro triênio, e

o essencial dêsse comércio, no curso do quarto triênio.

Artigo 8 A inclusão de produtos na Lista Comum é definitiva e as concessões outorgadas sôbre tais produtos são irrevogáveis.

Para os produtos que só figurem nas Listas Nacionais, a retirada de concessões poderá ser admitida por negociações entre as Partes Contratantes e mediante adequada compensação.

Artigo 9 Para o cálculo das percentagens a que se referem os Artigos 5 e 7, tomar-se-á por base a média anual do valor do intercâmbio no triênio precedente ao ano em que se realize cada negociação.

Artigo 10 As negociações a que se refere o Artigo 4 — sôbre a base de reciprocidade de concessões — terão por objetivo expandir e diversificar o intercâmbio, assim como promover a progressiva complementação das economias dos países da Zona.

Nas referidas negociações, considerar-se-á com eqüidade a situação das Partes Contratantes cujos níveis de gravames e restrições sejam acentuadamente diferentes dos das demais Partes Contratantes.

Artigo 11 Se, em conseqüência das concessões outorgadas, ocorrerem desvantagens acentuadas e persistentes no comércio dos produtos incorporados ao programa de liberação entre uma Parte Contratante e o conjunto das demais, a correção de tais desvantagens será objeto de exame pelas Partes Contratantes, a pedido da Parte Contratante afetada, a fim de serem adotadas medidas adequadas, de caráter não restritivo, destinadas a elevar o intercâmbio comercial ao mais alto nível possível.

Artigo 12 Se, em conseqüência de circunstâncias diferentes da prevista no Artigo 11, ocorrerem desvantagens acentuadas e persistentes no comércio dos produtos incorporados no programa de liberação, as Partes Contratantes, a pedido da Parte Contratante interessada, procurarão, no que estiver a seu alcance, corrigir essas desvantagens.

Artigo 13 A reciprocidade prevista no Artigo 10 refere-se à expectativa de correntes crescentes de comércio entre cada Parte Contratante e o conjunto das demais, relativamente aos produtos que figurem no programa de liberação e aos que lhe forem incorporados posteriormente.

CAPÍTULO III

Expansão do intercâmbio e complementação econômica

Artigo 14 A fim de assegurar uma contínua expansão e diversificação do comércio recíproco, as Partes Contratantes procurarão:

a) outorgar entre si, respeitado o princípio de reciprocidade, concessões, que assegurem, na primeira negociação, para as importações dos produtos procedentes da Zona, um tratamento não menos favorável que o existente antes da entrada em vigor do presente Tratado;

b) incorporar às Listas Nacionais o maior número possível de produtos que já sejam objeto de comércio entre as Partes Contratantes; e

c) acrescentar a essas Listas um número crescente de produtos que ainda não participem do comércio recíproco.

Artigo 15 Para assegurar condições equitativas de concorrência entre as Partes Contratantes e facilitar a crescente integração e complementação de suas economias, especialmente no campo da produção industrial, as Partes Contratantes procurarão, na medida do possível, harmonizar — *no sentido dos objetivos* de liberação do presente Tratado — seus regimes de importação e exportação, assim como os tratamentos aplicáveis aos capitais, bens e serviços procedentes de fora da Zona.

Artigo 16 Com o objetivo de intensificar a integração e complementação a que se refere o Artigo 15, as Partes Contratantes:

a) realizarão esforços no sentido de promover uma gradual e crescente coordenação das respectivas políticas de industrialização, patrocinando, com êste objetivo, entendimentos entre representantes dos setores econômicos interessados; e

b) poderão celebrar entre si ajustes de complementação por setores industriais.

Artigo 17 Os ajustes de complementação a que se refere o inciso *b*) do Artigo 16, estabelecerão o programa de liberação que vigorará para os produtos do respectivo setor, podendo conter, entre outras, cláusulas destinadas a harmonizar os tratamentos que se aplicarão às matérias-primas e às partes complementares, empregadas na fabricação de tais produtos.

As negociações dêsses ajustes ficarão abertas à participação de qualquer Parte Contratante interessada nos programas de complementação.

Os resultados das negociações serão objeto, em cada caso, de protocolos que entrarão em vigor depois que, por decisão das Partes Contratantes, se tenha admitido sua compatibilidade com os princípios e objetivos gerais do presente Tratado.

CAPÍTULO IV

Tratamento da nação mais favorecida

Artigo 18 Qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio, aplicado por uma Parte Contratante em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país, será imediata e incondicionalmente estendido ao produto similar originário de, ou destinado ao território das demais Partes Contratantes.

Artigo 19 Ficam excetuados do tratamento da nação mais favorecida, previsto no Artigo 18, as vantagens, favores, franquias, imunidades e privilégios já concedidos ou que venham a ser concedidos em virtude de convênios entre Partes Contratantes ou entre Partes Contratantes e terceiros países, a fim de facilitar o tráfico fronteiriço.

Artigo 20 Os capitais procedentes da Zona, gozarão no território de cada Parte Contratante, de tratamento não menos favorável que o concedido aos capitais provenientes de qualquer outro país.

CAPÍTULO V

Tratamento em matéria de tributos internos

Artigo 21 Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de uma Parte Contratante gozarão, no território de outra Parte Contratante, de tratamento não menos favorável que o aplicado a produtos similares nacionais.

Artigo 22 No caso dos produtos incluídos no programa de liberação que não sejam produzidos ou não se produzam em quantidades substanciais em seu território, cada Parte Contratante tratará de evitar que os tributos ou

outras medidas internas que se apliquem, resultem na anulação ou redução de qualquer concessão ou vantagem obtida por qualquer Parte Contratante no curso das negociações.

Se uma Parte Contratante se considerar prejudicada pelas medidas mencionadas no parágrafo anterior, poderá recorrer aos órgãos competentes da Associação, com o fim de que seja examinada a situação apresentada e formuladas as recomendações cabíveis.

CAPÍTULO VI

Cláusulas de salvaguarda

Artigo 23 As Partes Contratantes poderão autorizar qualquer Parte Contratante a impor, em caráter transitório e em forma não discriminatória, sempre que não signifiquem uma redução do consumo habitual no país importador, restrições à importação de produtos procedentes da Zona, incorporados ao programa de liberação, quando ocorram importações em quantidades ou em condições tais que causem ou ameacem causar prejuízos graves a determinadas atividades produtoras de significativa importância para a economia nacional.

Artigo 24 As Partes Contratantes poderão autorizar igualmente uma Parte Contratante que haja adotado medidas para corrigir o desequilíbrio do seu balanço global de pagamentos, a estender tais medidas, em caráter transitório e em forma não discriminatória, ao comércio intrazonal de produtos incorporados ao programa de liberação.

As Partes Contratantes procurarão fazer com que a imposição de restrições em virtude da situação do balanço de pagamentos não afete, dentro da zona, o comércio de produtos incorporados ao programa de liberação.

Artigo 25 Quando as situações contempladas nos Artigos 23 e 24 exigirem providências imediatas, a Parte Contratante interessada poderá, em caráter de emergência e *ad-referendum* das Partes Contratantes, aplicar as medidas previstas naqueles artigos, devendo comunicá-las imediatamente ao Comitê, a que se refere o Artigo 33, o qual, se julgar necessário, convocará uma sessão extraordinária da Conferência.

Artigo 26 Se a aplicação das medidas previstas neste Capítulo se prolongar por mais de um ano, o Comitê proporá à Conferência, a que se refere o Artigo 33, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Parte Contratante, o início imediato de negociações, a fim de procurar eliminar as restrições adotadas.

O disposto no presente artigo não modifica a norma constante do Artigo 8.

CAPÍTULO VII

Disposições especiais sôbre agricultura

Artigo 27 As Partes Contratantes procurarão coordenar suas políticas de desenvolvimento agrícola e de intercâmbio de produtos agropecuários com o objetivo de alcançar o melhor aproveitamento de seus recursos naturais, elevar o nível de vida da população rural e garantir o abastecimento normal em benefício dos consumidores, sem desarticular as produções habituais de cada Parte Contratante.

Artigo 28 Dentro do período a que se refere o Artigo 2, qualquer Parte Contratante poderá aplicar, em forma não discriminatória, ao comércio de produtos agropecuários de considerável importância para sua economia, incorporados ao programa de liberação, e sempre que não signifiquem diminuição de seu consumo

habitual, nem incremento de produções antieconômicas, medidas adequadas destinadas a:

a) limitar as importações ao necessário para cobrir os déficits de produção interna; e

b) nivelar os preços do produto importado aos do produto nacional.

A Parte Contratante que decida adotar tais medidas deverá levá-las ao conhecimento das outras Partes Contratantes, antes da sua aplicação.

Artigo 29 Durante o período fixado no Artigo 2, procurar-se-á alcançar a expansão do comércio de produtos agropecuários da Zona, entre outros meios, por acordos entre as Partes Contratantes destinados a cobrir os déficits das produções nacionais.

Para êsse fim, as Partes Contratantes darão prioridade aos produtos originários dos territórios de outras Partes Contratantes, em condições normais de concorrência, tomando sempre em consideração as correntes tradicionais do comércio intrazonal.

Quando êsses acordos se realizarem entre duas ou mais Partes Contratantes as demais Partes Contratantes deverão ser informadas antes da entrada em vigor dêsses acordos.

Artigo 30 As medidas previstas neste Capítulo não deverão ser utilizadas para obter a incorporação de recursos à produção agropecuária que signifiquem uma diminuição do nível médio de produtividade preexistente, na data da entrada em vigor do presente Tratado.

Artigo 31 No caso em que uma Parte Contratante se considere prejudicada pela diminuição de suas exportações, como conseqüência da redução do consumo habitual do país importador resultante das medidas indicadas no Artigo 28 e/ou do incremento antieconômico das produções a que se refere o artigo anterior, poderá recorrer aos órgãos competentes da Associação, a fim de que êstes examinem a situação apresentada e, se fôr o caso, formulem as recomendações para que se adotem as medidas adequadas, as quais serão plicadas de acôrdo com o disposto no Artigo 12.

CAPÍTULO VIII

Medidas em favor de países de menor desenvolvimento econômico relativo

Artigo 32 As Partes Contratantes, reconhecendo que a consecução dos objetivos do presente Tratado será facilitada pelo crescimento das economias dos países de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da Zona, realizarão esforços no sentido de criar condições favoráveis a êsse crescimento.

Para êste fim, as Partes Contratantes poderão:

a) autorizar uma Parte Contratante a conceder a outra Parte Contratante de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da Zona, enquanto seja necessário e em caráter transitório, para os fins previstos no presente artigo, vantagens não extensivas às demais Partes Contratantes, a fim de estimular a instalação ou a expansão de determinadas atividades produtoras;

b) autorizar uma Parte Contratante de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da Zona a cumprir o programa de reduções de gravames e outras restrições em condições mais favoráveis, especialmente convencionadas;

c) autorizar uma Parte Contratante de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da Zona a adotar as medidas adequadas, a fim de corrigir eventuais desequilíbrios em seu balanço de pagamentos;

d) autorizar uma Parte Contratante de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da Zona a que aplique, quando necessário e em caráter transitório, em forma não discriminatória, e sempre que não signifique uma redução de seu consumo habitual, medidas adequadas com o objetivo de proteger a produção nacional de produtos incorporados ao programa de liberação, que sejam de importância básica para seu desenvolvimento econômico;

e) realizar gestões coletivas em favor de uma Parte Contratante de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da Zona, no sentido de apoiar e promover, dentro e fora da Zona, medidas de caráter financeiro ou técnico destinadas a alcançar a expansão das atividades produtoras já existentes ou a fomentar novas atividades, especialmente as que tenham por objetivo a industrialização de suas matérias-primas; e

f) promover ou apoiar conforme o caso, programas especiais de assistência técnica de uma ou mais Partes Contratantes, destinados a elevar, em países de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da Zona, os níveis da produtividade de determinados setores da produção.

CAPÍTULO IX

Órgãos da associação

Artigo 33 São órgãos da Associação a Conferência das Partes Contratantes (denominada neste Tratado "Conferência") e o Comitê Executivo Permanente (denominado neste Tratado "Comitê").

Artigo 34 A Conferência é o órgão máximo da Associação. Tomará tôdas as decisões sôbre os assuntos que exijam deliberação conjunta das Partes Contratantes e terá, entre outras, as seguintes atribuições:

a) adotar as providências necessárias à execução do presente Tratado e examinar os resultados da aplicação do mesmo;

b) promover a realização das negociações previstas no Artigo 4 e apreciar seus resultados;

c) aprovar o orçamento anual da despesa do Comitê e fixar as contribuições de cada Parte Contratante;

d) estabelecer o seu regulamento e aprovar o regulamento do Comitê;

e) eleger um Presidente e dois Vice-Presidentes para cada sessão;

f) designar o Secretário Executivo do Comitê; e

g) tratar dos demais assuntos de interêsse comum.

Artigo 35 A Conferência será constituída por delegações, devidamente credenciadas, das Partes Contratantes. Cada delegação terá direito a um voto.

Artigo 36 A Conferência reunir-se-á: a) em sessão ordinária, uma vez por ano; b) em sessão extraordinária, quando convocada pelo Comitê.

Em cada sessão, a Conferência fixará a sede e a data da sessão ordinária seguinte.

Artigo 37 A Conferência só poderá tomar decisões com a presença de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Partes Contratantes.

Artigo 38 Durante os dois primeiros anos de vigência do presente Tratado, as decisões da Conferência serão tomadas com o voto afirmativo de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Partes Contratantes e sempre que não haja voto negativo.

As Partes Contratantes estabelecerão, pela mesma maneira, o sistema de votação a ser adotado depois dêsse período.

Com o voto afirmativo de 2/3 (dois terços) das Partes Contratantes:

a) aprovar-se-á o orçamento anual da despesa do Comitê;

b) eleger-se-ão o Presidente e os dois Vice-Presidentes da Conferência, bem como o Secretário Executivo; e

c) fixar-se-ão a data e a sede das sessões da Conferência.

Artigo 39 O Comitê é o órgão permanente da Associação, encarregado de velar pela aplicação das disposições do presente Tratado, e terá entre outras, as seguintes atribuições e obrigações:

a) convocar a Conferência;

b) submeter à aprovação da Conferência um programa anual de trabalhos, bem como um projeto de orçamento anual da despesa do Comitê;

c) representar a Associação perante terceiros países e organismos ou entidades internacionais, com o fim de tratar de assuntos de interêsse comum, e bem assim nos contratos e demais atos de Direito Público e Privado;

d) realizar os estudos, sugerir as providências e formular à Conferência as recomendações que considere conveniente para o melhor cumprimento do Tratado;

e) submeter às sessões ordinárias da Conferência um relatório anual sôbre suas atividades e sôbre os resultados da aplicação do presente Tratado;

f) solicitar o assessoramento técnico, bem como a colaboração de pessoas e de organismos nacionais e internacionais;

g) tomar as decisões para as quais lhe tenham sido delegados poderes pela Conferência; e

h) executar as tarefas que lhe forem confiadas pela Conferência.

Artigo 40 O Comitê será constituído por um Representante permanente de cada Parte Contratante, com direito a um voto.

Cada Representante terá um Suplente.

Artigo 41 O Comitê terá uma Secretaria, dirigida por um Secretário Executivo e composta de pessoal técnico e administrativo.

O Secretário Executivo, que será eleito pela Conferência, para um período de três anos, renovável por iguais prazos, participará do plenário do Comitê, sem direito a voto.

O Secretário Executivo, que será o Secretário-Geral da Conferência, terá, entre outras, as seguintes funções:

a) organizar os trabalhos da Conferência e do Comitê;

b) preparar o projeto de orçamento anual da despesa do Comitê; e

c) contratar e admitir o pessoal técnico e administrativo, de acôrdo com o disposto no regulamento do Comitê.

Artigo 42 No desempenho de suas funções, o Secretário Executivo e o pessoal da Secretaria não solicitarão, nem receberão instruções de qualquer Govêrno, nem de entidades nacionais ou internacionais. Abster-se-ão de qualquer atitude incompatível com sua qualidade de funcionários internacionais.

As Partes Contratantes comprometem-se a respeitar o caráter internacional das funções do Secretário Executivo e do pessoal da Secretaria, não exercendo sôbre os mesmos qualquer influência no desempenho de suas funções.

Artigo 43 A fim de facilitar o estudo de problemas específicos, o Comitê poderá criar Comissões Consultivas, integradas por representantes dos diversos setores das atividades econômicas de cada uma das Partes Contratantes.

Artigo 44 O Comitê solicitará, para os órgãos da Associação, o assessoramento técnico da Secretaria Executiva da Comissão para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL) e da Secretaria Executiva do Conselho Interameri-

cano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (CIES).

Artigo 45 O Comitê constituir-se-á aos sessenta dias da entrada em vigor do presente Tratado e terá sua sede na cidade de Montevidéu.

CAPÍTULO X

Personalidade jurídica, imunidades e privilégios

Artigo 46 A Associação Latino-Americana de Livre Comércio gozará de completa personalidade jurídica e, especialmente, de capacidade para:

a) contratar;

b) adquirir os bens móveis e imóveis indispensáveis à realização de seus objetivos e dispor dos mesmos;

c) demandar em juízo; e

d) conservar fundos em qualquer moeda e fazer as transferências necessárias.

Artigo 47 Os Representantes das Partes Contratantes, bem como os funcionários e assessôres internacionais da Associação gozarão, dentro da Zona, das imunidades e privilégios diplomáticos e outros, necessários ao exercício de suas funções.

As Partes Contratantes se comprometem a celebrar, no mais breve prazo possível, um acôrdo destinado a regulamentar o disposto no parágrafo anterior, no qual serão definidos tais privilégios e imunidades.

A Associação celebrará um acôrdo com o Govêrno da República Oriental do Uruguai, a fim de precisar os privilégios e imunidades de que gozarão a Associação, seus órgãos, bem como seus funcionários e assessôres internacionais.

CAPÍTULO XI

Disposições diversas

Artigo 48 Nenhuma alteração introduzida por uma Parte Contratante no regime de imposição de gravames à importação poderá implicar um nível de gravames menos favorável que o vigente antes da alteração, para cada um dos produtos que fôr objeto de concessões às demais Partes Contratantes.

Fica excetuada da exigência estabelecida no parágrafo anterior a atualização da pauta de valor mínimo ("aforo") para a aplicação de direitos aduaneiros, sempre que esta atualização corresponda exclusivamente ao valor real da mercadoria. Nesse caso, o valor não inclui os gravames aduaneiros aplicados à mercadoria.

Artigo 49 Para melhor execução das disposições do presente Tratado, as Partes Contratantes procurarão, no mais breve prazo possível:

a) fixar os critérios que serão adotados para determinação da origem das mercadorias, bem como sua condição de matéria-prima, produto semi-elaborado ou produto elaborado;

b) simplificar e uniformizar os trâmites e formalidades relativos ao comércio recíproco;

c) estabelecer uma nomenclatura tarifária que sirva de base comum à apresentação das estatísticas e à realização das negociações previstas no presente Tratado;

d) determinar o que se considera tráfico fronteiriço, para os efeitos do artigo 19; e

e) estabelecer os critérios para caracterização do *dumping* e outras práticas desleais de comércio, e bem assim os procedimentos a respeito.

Artigo 50 Os produtos importados da Zona por uma Parte Contratante não poderão ser reex-

portados, salvo quando houver acôrdo entre as Partes Contratantes interessadas.

Não se considerará reexportado o produto que fôr submetido, num país importador, a um processo de industrialização ou elaboração, cujo grau será qualificado pelo Comitê.

Artigo 51 Os produtos importados ou exportados por uma Parte Contratante gozarão de liberdade de trânsito dentro da Zona e estarão sujeitos, exclusivamente, ao pagamento das taxas normalmente aplicáveis à prestação de serviços.

Artigo 52 Nenhuma Parte Contratante poderá favorecer suas exportações mediante subsídios ou outras medidas que possam perturbar as condições normais de concorrência dentro da Zona.

Não se considerará subsídio a isenção, em favor de um produto exportado, dos direitos e impostos que gravam o produto ou seus componentes, quando se destinem ao consumo interno, nem a devolução dêsses direitos e impostos (*draw-back*).

Artigo 53 Nenhuma disposição do presente Tratado será interpretada como impedimento à adoção e ao cumprimento de medidas destinadas à:

a) proteção da moral pública;

b) aplicação de leis e regulamentos de segurança;

c) regulamentação das importações ou exportações de armas, munições e outros materiais de guerra e, em circunstâncias excepcionais, de todos os demais artigos militares, desde que não interfiram com o disposto no Artigo 51 e nos tratados sôbre livre trânsito irrestrito vigentes nas Partes Contratantes.

d) proteção da vida e saúde das pessoas, dos animais e dos vegetais;

e) importação e exportação de ouro e prata metálicos;

f) proteção do patrimônio nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; e

g) exportação, utilização e consumo de materiais nucleares, produtos radioativos ou qualquer outro material utilizável no desenvolvimento, ou aproveitamento da energia nuclear.

Artigo 54 As Partes Contratantes empregarão o máximo de seus esforços, no sentido de orientar suas políticas, com vistas à criação de condições favoráveis ao estabelecimento de um mercado comum latino-americano. Para tal fim, o Comitê realizará estudos e considerará projetos e planos tendentes à consecução dêsse objetivo, procurando coordenar seus trabalhos com os que realizam outros organismos internacionais.

CAPÍTULO XII

Cláusulas finais

Artigo 55 O presente Tratado não poderá ser assinado com reservas, nem poderá recebê-las por ocasião de sua ratificação ou adesão.

Artigo 56 O presente Tratado será ratificado pelos Estados signatários, no mais curto prazo possível.

Os Instrumentos de Ratificação serão depositados junto ao Govêrno da República Oriental do Uruguai, o qual comunicará a data do depósito aos Governos dos Estados que tenham firmado o presente Tratado e aos que a êle tenham eventualmente aderido.

Artigo 57 Êste Tratado entrará em vigor trinta dias depois do depósito do terceiro Instrumento de Ratificação, relativamente aos três primeiros países que o ratificaram, e, para os demais signatários, no trigésimo dia após o depósito do respectivo Instrumento de Ratificação, e na ordem em que foram depositadas as ratificações.

O Govêrno da República Oriental do Uruguai notificará ao Govêrno de cada um dos Estados signatários a data da entrada em vigor do presente Tratado.

Artigo 58 Depois de sua entrada em vigor, êste Tratado ficará aberto à adesão dos demais Estados latino-americanos, que para êsse fim, deverão depositar, junto ao Govêrno da República Oriental do Uruguai, o correspondente Instrumento de Adesão. O Tratado entrará em vigor para o Estado aderente trinta dias após o depósito do respectivo Instrumento.

Os Estados aderentes realizarão as negociações a que se refere o artigo 4, na sessão da Conferência imediatamente posterior à data do depósito do Instrumento de Adesão.

Artigo 59 Cada Parte Contratante começará a beneficiar-se das concessões já outorgadas entre si pelas demais Partes Contratantes, a partir da data em que entrem em vigor as reduções de gravames e demais restrições, por ela negociadas sôbre a base de reciprocidade, e, cumpridos os compromissos mínimos a que se refere o artigo 5, acumulados durante o período transcorrido desde a entrada em vigor do presente Tratado.

Artigo 60 As Partes Contratantes poderão introduzir emendas ao presente Tratado, as quais serão formalizadas em protocolos que entrarão em vigor uma vez ratificados por tôdas as Partes Contratantes e depositados os respectivos Instrumentos.

Artigo 61 Expirado o prazo de doze (12) anos, contado a partir da data da entrada em vigor do presente Tratado, as Partes Contratantes procederão ao exame dos resultados obtidos em razão de sua aplicação e iniciarão as negociações coletivas necessárias para a melhor consecução dos objetivos do Tratado e, se oportuno, para adaptá-lo a uma nova etapa de integração econômica.

Artigo 62 As disposições do presente Tratado não afetarão os direitos e as obrigações resultantes de convênios firmados por qualquer das Partes Contratantes, anteriormente à entrada em vigor dêste Tratado.

Cada Parte Contratante tomará, não obstante as providências necessárias para harmonizar as disposições dos convênios vigentes com o objetivo do presente Tratado.

Artigo 63 O presente Tratado terá duração ilimitada.

Artigo 64 A Parte Contratante que desejar desligar-se do presente Tratado deverá comunicar essa intenção às demais Partes Contratantes em uma das sessões ordinárias da Conferência, efetuando a entrega formal do documento de denúncia na sessão ordinária seguinte.

Formalizada a denúncia, cessarão automàticamente para o Govêrno denunciante os direitos e obrigações correspondentes à sua condição de Parte Contratante, exceto os referentes às reduções de gravames e demais restrições, recebidas ou outorgadas em cumprimento do programa de liberação, as quais continuarão em vigor por um periodo de cinco anos, a partir da data da formalização da denúncia.

O prazo indicado no parágrafo anterior poderá ser reduzido em casos devidamente fundamentados, por acôrdo da Conferência e a pedido da Parte Contratante interessada.

Artigo 65 Êste Tratado se denominará "Tratado de Montevidéu".

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo assinados, tendo depositado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, firmam o presente Tratado em nome de seus respectivos Governos.

Feito na cidade de Montevidéu, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Govêrno da República Oriental do Uruguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópias devidamente autenticadas do mesmo aos Governos dos demais países signatários e aderentes.

PROTOCOLO

Sôbre normas e procedimentos para as negociações

No momento da assinatura do Tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Tratado de Montevidéu), os Representantes que o firmam, devidamente autorizados por seus Governos, convêm no seguinte Protocolo:

TÍTULO I

Cálculo das médias Ponderadas

1. Para os fins do Artigo 5 do Tratado de Montevidéu, fica entendido que das negociações para a constituição das Listas Nacionais deverá resultar entre a média ponderada dos gravames vigentes para terceiros países e a que vigorará para as importações provenientes da Zona uma diferença não inferior ao produto de 8% (oito por cento) da média ponderada dos gravames vigentes para terceiros países pelo número de anos de vigência do Tratado.

2. Para tal, o mecanismo de redução basear-se-á em duas médias ponderadas: uma, correspondente à média dos gravames vigentes para terceiros países, e a outra, referente à média dos gravames que vigorarão para as importações da área.

3. Cada uma dessas médias ponderadas será calculada, dividindo-se o valor total dos gravames devidos, que corresponderiam à importação do conjunto dos artigos em consideração, pelo valor total das importações dêsse conjunto.

4. O referido cálculo dará para cada média ponderada uma fórmula em percentagem (ou *ad valorem*). A comparação de ambas deverá dar uma diferença não inferior ao produto que resulte da multiplicação do fator 0.08 (ou seja 8%) pelo número de anos decorridos.

5. A fórmula anterior se expressa da seguinte maneira:

$t \angle T (1 - 0.08 n)$ na qual

t = média ponderada dos gravames que vigorarão para as importações procedentes da Zona,

T = média ponderada dos gravames vigentes para terceiros países; e

n = número de anos de vigência do Tratado.

6. Para o cálculo das médias ponderadas correspondentes a cada uma das Partes Contratantes tomar-se-á em consideração:

a) os produtos originários do território das demais Partes Contratantes importados da Zona no triênio anterior, e os novos produtos que sejam incluídos na respectiva Lista Nacional como resultado de negociações;

b) o valor total das importações de qualquer procedência de cada um dos produtos a que se refere o inciso *a*) no triênio anterior a cada negociação; e

c) os gravames para as importações provenientes de terceiros países, vigentes no dia 31 de dezembro imediatamente anterior às

negociações, e os gravames para as importações, procedentes da Zona, que entrarão em vigor no dia 1º de janeiro posterior a essas negociações.

7. As Partes Contratantes poderão excluir dos produtos a que se refere o inciso a) aquêles de valor pouco significativo, sempre que os mesmos não representem, em conjunto, mais de 5% (cinco por cento) do valor das importações provenientes da Zona.

TÍTULO II

Intercâmbio de informações

8. As Partes Contratantes deverão proporcionar umas às outras, por intermédio do Comitê Executivo Permanente, informações tão completas quanto possível sôbre:

a) estatísticas das importações e exportações (valores em dólares e quantidades, tanto por países de procedência, quanto de destino), bem como das produções e dos consumos nacionais;

b) legislação e regulamentos aduaneiros;

c) legislação, regulamentos e normas cambiais, monetárias, fiscais e administrativas, referentes às exportações e importações;

d) tratados e acordos internacionais de comércio, cujas disposições se relacionem com o Tratado;

e) regimes de subsídios diretos ou indiretos à produção ou às exportações, inclusive sistemas de preços mínimos; e

f) regimes de comércio estatal.

9. Na medida do possível, essas informações deverão estar permanentemente à disposição das Partes Contratantes. Elas serão especialmente atualizadas com a suficiente antecipação à data de início das negociações anuais.

TÍTULO III

Negociações das Listas Nacionais

10. Antes de 30 de junho de cada ano, as Partes Contratantes deverão proporcionar umas às outras, por intermédio do Comitê Executivo Permanente, a relação dos produtos para os quais solicitam concessões e, antes de 15 de agôsto de cada ano, (com exceção do primeiro ano, que será antes de 1º de outubro) a lista preliminar dos artigos sôbre os quais estão dispostas a oferecer concessões.

11. A 1º de setembro de cada ano, (com exceção do primeiro ano, que será antes de 1º de novembro) as Partes Contratantes iniciarão a negociação das concessões que cada uma delas outorgará ao conjunto das demais. O exame dessas concessões far-se-á de forma multilateral, sem prejuízo de que as negociações se realizem por pares, ou grupos de países, segundo o interêsse existente a respeito de determinados produtos.

12. Concluída essa fase das negociações, o Comitê Executivo Permanente realizará as comprovações a que se refere o Título I dêste Protocolo e comunicará a cada *Parte Contratante, no mais* breve prazo, a percentagem em que suas concessões individuais reduzam a média ponderada dos gravames vigentes para as importações provenientes da Zona, em relação à média ponderada dos gravames vigentes para terceiros países.

13. Quando as concessões negociadas não alcançarem o compromisso mínimo correspondente prosseguirão as gestões entre as Partes Contratantes, de modo que, no mais tardar, a 1º de novembro de cada ano, se dê à publicidade, simultâneamente, pelas Partes Contratantes, a lista de reduções

de gravames e outras restrições que entrarão em vigor a partir do dia 1º de janeiro seguinte.

TÍTULO IV

Negociações da Lista Comum

14. Durante cada triênio, e, o mais tardar a 30 de maio do terceiro, sexto, nono e duodécimo anos de vigência do Tratado, o Comitê Executivo Permanente fornecerá às Partes Contratantes informações estatísticas do valor e volume dos produtos comerciados na Zona durante o triênio precedente, indicando a proporção com que cada um dêles participou no intercâmbio global.

15. Antes de 30 de junho do terceiro, sexto e nono anos de vigência do Tratado, as Partes Contratantes trocarão a relação dos produtos cuja inclusão na Lista Comum desejam negociar.

16. As Partes Contratantes procederão às negociações multilateralmente, de modo que, antes de 30 de novembro do terceiro, sexto, nono e duodécimo anos fique constituida a Lista Comum com produtos cujo valor satisfaça os compromissos mínimos a que se refere o Artigo 7, do Tratado.

TÍTULO V

Disposições Especiais e Transitórias

17. Nas negociações a que se refere êste Protocolo, tomar-se-ão em consideração os casos em que diferentes níveis de gravames sôbre certos produtos determinem condições não equitativas de concorrência entre os produtos da Zona.

Com êsse fim, procurar-se-á a equiparação prévia de tarifas, ou qualquer outro processo adequado para obter a mais efetiva reciprocidade.

Em fé do que, os respectivos Representantes firmam o presente Protocolo.

Feito na cidade de Montevidéu, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

O Govêrno da República Oriental do Uruguai será o depositário do presente Protocolo e enviará cópias devidamente autenticadas do mesmo aos Governos dos países signatários e aderentes.

PROTOCOLO

Sôbre a constituição de um Comitê Provisório

No momento da assinatura do Tratado que estabelece uma Zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Tratado de Montevidéu), os Representantes que o firmam, devidamente autorizados por seus Governos, considerando a necessidade de adotar e coordenar medidas que facilitem a entrada em vigor do Tratado, convêm no seguinte:

1. Fica constituido um Comitê Provisório, formado por um Representante de cada Estado signatário. Cada Representante terá um Suplente.

Em sua primeira reunião, o Comitê Provisório elegerá, entre seus membros, um Presidente e dois Vice-Presidentes.

2. Competirá ao Comitê Provisório:

a) elaborar seu regulamento interno;

b) preparar até sessenta dias após a data da sua instalação, o respectivo programa de trabalho estabelecendo seu orçamento de despesa e as contribuições de cada país;

c) tomar as providências e preparar os documentos necessários à apresentação do Tratado às Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT);

d) convocar e preparar a organização da Primeira Conferência das Partes Contratantes;

e) reunir e preparar as informações e estatísticas necessárias à realização da primeira série de negociações, relativas ao cumprimento do programa de liberação previsto no Tratado;

f) realizar ou promover a execução de estudos e trabalhos, bem como tomar as providências que forem necessárias, no interêsse comum, durante o período de seu funcionamento; e

g) preparar um anteprojeto de acôrdo sôbre os privilégios e imunidades a que se refere o Artigo 47 do Tratado.

3. Nos assuntos de caráter técnico, o Comitê Provisório será assessorado pela Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL) e pelo Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (CIES), nos mesmos têrmos estabelecidos no Protocolo existente a respeito.

4. O Comitê Provisório designará um Secretário Administrativo e demais funcionários necessários.

5. O Comitê Provisório instalar-se-á no dia 1º de abril de 1960, necessitando de um mínimo de quatro membros para tomar decisões; até essa data a Mesa da Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina, continuará atuando, com o único objetivo de instalar o Comitê Provisório.

6. O Comitê Provisório permanecerá em funcionamento até que se constitua o Comitê Executivo Permanente, previsto no Artigo 33 do Tratado.

7. O Comitê Provisório terá sua sede na cidade de Montevidéu.

8. Fica a Mesa da referida Conferência incumbida de solicitar ao Govêrno da República Oriental do Uruguai o adiantamento dos recursos necessários para atender ao pagamento dos salários do pessoal e das despesas de instalação e funcionamento do Comitê Provisório durante os primeiros 90 (noventa) dias. Os referidos recursos serão reembolsados posteriormente pelos Estados signatários do presente Protocolo.

9. O Comitê Provisório fará gestões junto aos Governos signatários, no sentido de assegurar para os membros das Representações no Comitê Provisório, bem como para os funcionários e assessôres internacionais do mesmo, as imunidades e privilégios necessários do exercício de suas funções.

Em fé do que, os respectivos Representantes firmam o presente Protocolo.

Feito na cidade de Montevidéu, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

O Govêrno da República Oriental do Uruguai será o depositário do presente Protocolo e enviará cópias devidamente autenticadas do mesmo aos Governos dos demais países signatários e aderentes.

PROTOCOLO

Sôbre tratamento especial em favor da Bolívia e do Paraguai

No momento da assinatura do Tratado que estabelece uma Zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Tratado de Mon-

tevidéu), os Representantes que o assinam, devidamente autorizados por seus Governos, convêm no seguinte:

Declarar que a Bolívia e o Paraguai se encontram atualmente em situação de invocar, em seu favor, os tratamentos especiais previstos no Tratado para países de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da zona de livre comércio.

Em fé do que, os respectivos Representantes firmam o presente Protocolo.

Feito na cidade de Montevidéu, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos textos igualmente autênticos.

O Govêrno da República Oriental do Uruguai será o depositário do presente Protocolo e enviará cópias devidamente autenticadas do mesmo aos Governos dos demais países signatários.

PROTOCOLO

Sôbre a colaboração da Comissão Econômica Para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL) e do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (CIES)

No momento da assinatura do Tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui uma Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Tratado de Montevidéu), os Representantes que o assinam, devidamente autorizados por seus Governos, convêm no seguinte:

1. Em relação ao previsto no Artigo 44, do Tratado, e em atenção a que a Secretaria Executiva da CEPAL e a Secretaria Executiva do CIES aceitaram prestar assessoramento técnico aos órgãos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, um representante de cada uma dessas Secretarias participará das sessões do Comitê Executivo Permanente da referida Associação, quando se tratarem assuntos que, a seu juízo, sejam de caráter técnico.

2. A designação dos aludidos representantes efetuar-se-á mediante prévia aquiescência dos membros do citado Comitê.

Em fé do que, os respectivos Representantes firmam o presente Protocolo.

Feito na cidade de Montevidéu, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos textos igualmente autênticos.

O Govêrno da República Oriental do Uruguai será o depositário do presente Protocolo e enviará cópias devidamente autenticadas do mesmo aos Governos dos demais países signatários e aderentes.

PROTOCOLO

Sôbre compromissos de compra e venda de petróleo e seus derivados

No momento da assinatura do Tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Tratado de Montevidéu), os Representantes que o firmam, devidamente autorizados por seus Governos, convêm no seguinte:

Declarar que as disposições do Tratado de Montevidéu, firmado em 18 de fevereiro de 1960, não se aplicam aos compromissos de compra e venda de petróleo e seus derivados, resultantes de convênios celebrados pelos países signatários do presente Protocolo anteriormente à data da assinatura do referido Tratado.

Em fé do que, os respectivos Representantes firmam o presente Protocolo.

Feito na cidade de Montevidéu, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

O Govêrno da República Oriental do Uruguai será o depositário do presente Protocolo e enviará cópias devidamente autenticadas do mesmo aos Governos dos demais países signatários.

RESOLUÇÃO

A Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina;

Tendo em vista o relatório apresentado pela Reunião de Representantes Governamentais de Bancos Centrais, celebrada em Montevidéu em janeiro de 1960;

Considerando que é conveniente prosseguir nos estudos sôbre pagamentos e créditos que facilitem o financiamento das transações intrazonais, e alcançar, portanto, os objetivos visados pelo Tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio;

Resolve,

Primeiro: Tomar nota do relatório em aprêço.

Segundo: Solicitar ao Comitê *Provisório a convocação* de reuniões informais de técnicos governamentais de Bancos Centrais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, que serão organizadas pela Secretaria Executiva da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL).

Terceiro: Que as citadas reuniões terão por objetivo prosseguir os estudos sôbre créditos e pagamentos que facilitem o financiamento das transações dentro da zona a alcançar, portanto, os objetivos visados no referido Tratado;

Quarto: Solicitar à Comissão *Econômica para a América* Latina das Nações Unidas (CEPAL), ao Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (CIES) e *ao Fundo Monetário Internacional* assessoramento e assistência técnica.

Quinto: Estender aquêle convite aos técnicos dos Bancos Centrais dos países que tenham aderido ao citado Tratado.

RESOLUÇÃO

A Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Países da América Latina,

Considerando que a Bolívia participou, com elevado espírito de colaboração, nas negociações para a conclusão do Tratado que *estabelece uma Zona de livre comércio* e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio,

Tendo em vista os motivos expressos pela Delegação da Bolívia, no sentido de que, por razões de fôrça maior, não poderia firmar, na data de hoje, o referido Tratado,

Resolve conceder um prazo de 4 (quatro) meses ao Govêrno da Bolívia para que assine o Tratado.

Montevidéu, em 18 de fevereiro de 1960.

LIVROS

UNITED STATES — LATIN AMERICAN RELATIONS — Studies made at the request of the Sub-Committee on American Republic Affairs of the Committee on Foreign Relations of the United States Senate (Nos. 1, 2, 3, 4, 5, 6, e 7). — *United States Government Printing Office*, Washington, 1959 e 1960.

Em maio de 1958 a Comissão de Relações Exteriores do Senado Americano, preocupada com a crescente deterioração das relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina, decidiu criar uma Subcomissão especial para estudar o problema, sendo escolhido para presidente da Subcomissão o Senador Wayne Morse. Com a eficiência característica das comissões senatoriais, foram mobilizados imediatamente consultores e especialistas que elaboraram um vasto plano de estudos e pesquisas, a serem realizados por entidades particulares, sobretudo Universidades e institutos de pesquisas econômicas e sociais. O resultado dêsses estudos vem sendo publicado gradualmente pelo Senado Americano, em pequenos volumes de 70 a 100 páginas, que na verdade constituem um dos mais atualizados e sintéticos repositórios de informações sôbre os problemas da América Latina.

O primeiro estudo foi preparado pela Universidade de New México e tem como título *Post-World War II Political developments in Latin America*. É uma análise bastante objetiva da evolução política dos vários países da América Latina depois da Segunda Guerra, com observações sôbre as conseqüências dessa evolução para os interêsses da política externa americana. Expõe os traços essenciais dos regimes ditadoriais em vários países, a evolução democrática em vários outros e indica as conclusões que o Departamento de Estado deve retirar da atitude, muito difundida na América Latina, segundo a qual os Estados Unidos têm concorrido para a sobrevivência dos regimes antidemocráticos em certos países da América do Sul, Central e no Caribe.

O segundo estudo, de autoria de um grupo de técnicos (*Internacional Economic Consultant* é dedicado aos *Commodity problems in Latin America*. É talvez o melhor trabalho da série, e procura dar uma visão completa da significação que tem, para os países dêste continente, a flutuação dos preços das maté-

rias-primas de que dependem fundamentalmente a estabilidade política e o progresso econômico dos povos latino-americanos. O estudo mostra a trágica dependência em que se encontra cada país, ora do café, ora da banana, do cobre, do estanho etc., e o impacto da política de preços ou das medidas protecionistas do Govêrno americano em relação a alguns dêsses produtos. Analisa as várias tentativas de cooperação internacional para assegurar uma certa estabilidade aos preços de alguns dêsses produtos, o fracasso de quase todos os planos e a necessidade de se procurar novos mecanismos que reduzam a flutuação de preços. Quando se pensa que, sòmente num ano, a baixa de preços do café reduziu as disponibilidades em dólares do Brasil em cêrca de 300 milhões de dólares (o equivalente aos empréstimos obtidos do Banco Internacional pelo Brasil durante tôda sua existência) pode-se avaliar a tremenda urgência de se encontrar fórmulas de deter as violentas oscilações dos preços dos produtos básicos exportados pela América Latina.

O terceiro estudo refere-se à *Organization of American States* e foi preparado pela Northwestern University, de Chicago. Faz um retrospecto factual da história da Organização dos Estados Americanos, resume as críticas que têm sido dirigidas à sua estrutura e funcionamento e apresenta algumas idéias construtivas para a reforma da OEA, inclusive do Conselho Interamericano Econômico e Social que é certamente um dos pontos mais fracos do sistema hemisférico. Não contém, todavia, êsse estudo, nenhuma proposta mais ousada de reformulação do organismo interamericano, preocupando-se mais com os instrumentos e as formas de ação do que a substância do pan-americanismo, que está necessitando de profunda revisão.

O quarto estudo, *U. S. Business and Labor in Latin America* é de autoria da Universidade de Chicago, e mostra claramente o sucesso dos investimentos americanos na América Latina, o alto grau de lucratividade das emprêsas e a contribuição do capital norte-americano para o desenvolvimento econômico da América Latina. A conclusão principal que se retira dêsse estudo é que o debate sôbre "a criação de condições adequadas" para os investimentos estrangeiros na América Latina é um tanto desprovido de objeto. O capital americano tem-se dirigido fàcilmente para os países onde há amplo mercado (Brasil, por exemplo) ou para países onde situações especiais (Venezuela) atraíram pesados investimentos em petróleo. A ameaça potencial de expropriações, restrições cambiais etc. nunca pesou sèriamente sôbre as decisões dos inversionistas, que são muito mais influenciadas pelas dimensões do mercado consumidor, pela necessidade de

antecipar-se aos concorrentes europeus, pela alta lucratividade assegurada por economias em expansão e pela alta taxa de crescimento demográfico da América Latina.

O quinto estudo, da Nacional Planning Association, tem por título *U.S. and Latin American Policies affecting their Economic Relations*, e o sexto, da Universidade de Oregon, chama-se *Problems of Latin American Development*. Êste último, um bom estudo, foi preparado sob a direção do professor Raymond F. Mikesell, que foi o autor principal de um excelente volume publicado pela Organização dos Estados Americanos em fins de 1958, sôbre "Financiamento do Desenvolvimento Latino Americano". O relatório da Universidade de Oregon examina o crescimento econômico da América Latina na fase do após-guerra, o crescimento demográfico e as alterações nos níveis de vida, os recursos naturais; em seguida, analisa mais detidamente os fatôres que afetam o desenvolvimento econômico dos vários países. Depois de mencionar a capacidade de absorção de investimentos, enumera os que são indispensáveis para assegurar uma taxa mínima salientando a necessidade de capital para a infra-estrutura dos serviços básicos ao desenvolvimento industrial e agrícola. Mostra o papel limitado dos investimentos estrangeiros, a função das poupanças internas, os problemas decorrentes da crítica situação do balanço de pagamentos da maioria dos países e a necessidade de planejamento governamental a longo prazo para assegurar a coerência e a unidade dos programas de investimentos públicos e privados. Refere-se às políticas nacionais no campo da tributação, da legislalação social, despesas com educação, etc., e conclui fazendo uma série de sugestões a respeito das medidas que o Govêrno dos Estados Unidos poderia tomar, isoladamente ou no quadro dos organismos internacionais, para acelerar o desenvolvimento econômico da América Latina, ou, pelo menos, para evitar a deterioração da situação econômica em certos países.

O relatório da Universidade de Oregon faz, na parte final, referência a um assunto que é exatamente o tema principal do último estudo publicado em fevereiro de 1960 pelo Senado Americano: *Soviet Bloc Latin American activities and their implications for United States foreign policy*, preparado por uma entidade particular, a Corporation for Economic and Industrial Research, Inc. O estudo divide-se em cinco partes: história do comunismo na América Latina, posição política dos comunistas nos vários países, esforços dos comunistas para penetrar nos sindicatos e outras organizações, relações econômicas do bloco soviético com a América Latina e atividades culturais e "promo-

cionais" do bloco soviético. O relatório, à base dos fatos recolhidos, propõe dois grupos de conclusões e recomendações, umas de natureza política e outras no campo econômico. Do ponto de vista político, recomenda uma "reorientação" da atitude dos Estados Unidos em relação a América Latina e sugere que o Departamento de Estado respeite o direito dos Governos latino-americanos de decidirem por si próprios se devem ou não manter relações com o Govêrno da União Soviética. Quanto às recomendações de natureza econômica, não se afastam substancialmente das conclusões dos demais relatórios da série, embora, implìcitamente, chegue até a criticar o Fundo Monetário Internacional, quando declara que os seus métodos de operação em relação à América Latina devem ser reexaminados.

Os sete estudos até agora publicados pela Subcomissão do Senador Wayne Morse têm recebido, na imprensa norte-americana e em alguns jornais da América Latina, o tratamento correspondente à sua importância. É possível que a opinião pública americana, e particularmente os seus líderes no Congresso, venham a ser influenciados pelas conclusões e recomendações dessa série de relatórios. De qualquer modo, só o fato de que algumas dezenas de técnicos e professôres tenham sido mobilizados, durante vários meses, para a tarefa de reexame crítico do problema das relações dos Estados Unidos com a América Latina, deixa alguma esperança de que o Executivo americano, a partir da próxima administração, promova a revisão radical da política que vem sendo seguida, com tantos resultados desfavoráveis, pela administração republicana, desde 1952.

Cleantho Leite.

A TERCEIRA FÔRÇA — *Paulo de Castro* — Editôra Fundo de Cultura S. A. — Rio de Janeiro, dezembro de 1958 — 272 págs.

Conforme a biografia do autor, contida nas últimas páginas do livro, "Paulo de Castro nasceu em Chaves, pequena cidade do Norte de Portugal. Em 1934 foi prêso por propaganda antifascista nos meios universitários do Pôrto e deportado para o Castelo de S. João Batista, na ilha Terceira. Libertado, vai para a França, onde segue cursos de Bergson e também de Lucien Laurat, nas escolas de quadros do Partido Socialista. Colabora assìduamente no importante *Le Populaire* sôbre problemas internacionais. Em 1937 parte para a Espanha republicana,

alistando-se nas *Brigadas Internacionais* no combate à rebelião franquista. Regressa a Portugal. Exilando-se voluntàriamente para o Brasil, começa logo a colaborar literàriamente em jornais como o *Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã*. É, desde há quatro anos, o editor internacional do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro e redator da coluna "Momento Internacional".

Paulo de Castro escreve uma obra de combate, na qual, estudando os "fatos internacionais", isto é, não a teoria nem a ideologia e sim o que as nações vêm pondo em prática, critica-os a êsses fatos, porque, diz êle, a intenção é pretensa, pois os fins a que visa são bem diferentes. Interêsses dirigidos num sentido, aparência ou rótulo, noutro. Sua obra é dividida em duas grandes partes — "Os blocos mundiais e a terceira fôrça" e "Documentos". Começa por chamar inadequada e irônica a expressão "mundo livre" designativa dos povos que não adotaram o sistema comunista. Irônica e falsa, pois, sob o domínio de qualquer país, não cabe o qualificativo livre. A condicionar o domínio dos Estados Unidos estão os *trusts*, o Ponto IV, os Planos do tipo Marshall e Colombo, o Fundo Monetário Internacional, os tratados militares e, por fim, a pressão do Departamento de Estado. Para que a América Latina se afaste dêsse pretenso "mundo livre" é preciso industrializar-se, conseguir suficiente mercado interno, elevar o nível cultural do povo e, só então, poderá juntarse à linha neutralista que constitui a "terceira fôrça". Cita, como exemplo, o Chile que tem sua moeda desvalorizada por ação das companhias estrangeiras e daí, como decorrência normal, a atribulação das classes trabalhadora e média, greves, conflitos, conspirações; o Peru, a Venezuela que apresenta como um dos casos mais típicos da transformação de um país em província de um Império, a zona do Caribe e a Guatemala dominados pela *United Fruit*, a Argentina, o Brasil onde a resistência aos monopólios tem sido conduzida numa base empírica, não o excluindo da classificação, apesar das vitórias: *Petrobrás* e proibição de exportação de minerais atômicos.

"Um segundo aspecto da América Latina, embora ligado ao primeiro" — diz o autor — "é oferecido pela balança comercial: permanente necessidade de empréstimos e dependência em face dos Estados Unidos e, portanto, de sua política externa". E prossegue: "Um terceiro aspecto, ligado aos citados, vem dar os motivos da nossa dependência econômica: o caráter agrário e latifundiário da América Latina, com exceção do México, estabelecendo-se relações fáceis entre o capital estrangeiro e os grandes possuidores de terra". Ressalva não querer dizer, pleo exposto, que tenham razões os *slogans* comunistas — o único perigo

vem do imperalismo americano. Muitas outras influências existem, por exemplo, a da Europa, da Ásia, da Igreja Católica. "Assim, o "mundo livre" está atravessado por uma estrutura de monopólios que, em grande parte, dominam a sua vida econômica".

Passa então Paulo de Castro a esquematizar os elementos que criariam, de fato, um mundo livre, elementos êsses que não seriam os mesmos para os países subdesenvolvidos e os industrializados. Procura uma solução: "o pluralismo das fôrças no interior do "mundo livre" e no mundo em geral talvez permita (depende de todos nós) abrir ao homem um caminho. O grupo de fôrças nacionalistas, socialistas e democráticas que conseguir vencer o atual "mundo livre", mito da oligarquia americana, estará também imune às seduções ou imposições do "mundo soviético". A existência simultânea dêstes dois mundos num certo período, e com todos os lados negativos, foi, porém, útil à espécie humana. Permitiu-lhe evitar um monismo planetário e, no meio das contradições, escolher um terceiro caminho.

No Capítulo II passa o autor a estudar "O mundo do comunismo russo" e a crise do comunismo mundial. Que representou para a Rússia e para o mundo a revolução de outubro de 1917? A Rússia deve-lhe sua importância atual, explica Paulo de Castro, pois "a diferença entre o czarismo e a revolução" é a mesma existente entre "a magia de Rasputine e o progresso da ciência representado pelo *sputnik" muito* embora "a essa obra gigantesca se possam opor reservas de ordem política e moral". "O mundo deve-lhe a demonstração da possibilidade da existência de uma sociedade em têrmos não capitalistas, pela desintegração, que provocou, dos impérios coloniais, e a ajuda efetiva que deu às lutas de libertação nacional, obrigando ao mesmo tempo a burguesia a ceder privilégios (com mêdo da revolução) e a própria Igreja a descobrir alvoroçada a existência da classe operária, constitui fator de progresso e de dignificação, em têrmos coletivos, das classes oprimidas do mundo inteiro. Não se devem esquecer os inconvenientes conhecidos, — um Partido único, a censura, a ausência de liberdade de imprensa, características do comunismo russo e não do comunismo em geral.

Quais têm sido os problemas enfrentados pelo comunismo russo? Existência de fôrças contraditórias no seio da alta direção do Partido, daí os expurgos com suas conseqüências, reformas e contra-reformas de ordem interna. Faz o autor um estudo sôbre os problemas internos russos e chega ao capítulo: "A crise do comunismo mundial" que diz ter começado com a morte de Lênine em 1924. A primeira característica da crise é a renovação do marxismo, concebido sob aspecto ao mesmo tempo de

classe e nacional. A segunda é ser essa renovação empreendida por Partidos que se encontram no Poder, o iugoslavo, o polonês, o chinês. A crise do comunismo russo teve a sua primeira expressão importante na revolta de Tito, ou seja, do líder que estava no Poder e não desejava partilhar a soberania do seu país com a Rússia. Divulgando as características do relatório de Kruchtchev, indica suas insuficiências e lados positivos. Continuando, passa o autor a expor como se vem desenvolvendo a crise do comunismo na França e na Argélia, na Itália, na Inglaterra, na Dinamarca, Suécia e Noruega, em Israel, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Tcheco-Eslováquia, Bulgária, Romênia e na China. Qual a atitude dos socialistas perante êstes fenômenos? — indaga. E responde: a hegemonia política da Rússia transformou-se, dando lugar ao policentrismo do movimento comunista. Deseja-se, pois, conclui Paulo de Castro, anular a liderança russa no movimento socialista e reabsorver as massas operárias para a vida nacional, transformando um partido totalitário, com objetivos de conquista do Poder, num partido de normais reivindicações da classe e não um instrumento local de um poder internacional.

Passa-se ao terceiro Capítulo, referente aos povos que não aceitam obrigações com qualquer dos blocos — o americano ou o russo — como, por exemplo, a Índia, a Indonésia, o Egito, a Síria, os quais formam um *terceiro mundo*, mas não ainda a *terceira fôrça*, porque esta implicaria a polarização de tôdas as correntes mundiais — e êstes países são apenas afro-asiáticos — tendentes a estabelecer uma solução político-econômica, independente daquelas lideranças. Bandung, em abril de 1955, mostrou seu renascimento. Quais os equívocos sôbre a Terceira Fôrça? indaga. E responde: 1º) está sendo uma atitude abstrata de intelectuais. Mas o autor considera já haver atos concretos sob essa orientação: a nacionalização do petróleo no México, a criação dos *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, por Yrigoyen, em 1922, na Argentina, no Brasil a criação da Petrobrás e a proibição da exportação de minerais atômicos; a nacionalização do Canal de Suez pelo Egito e vários outros casos. Tal linha de combate é a posição da *Terceira Fôrça*. 2º) Esta não tem qualquer partido específico ou organização internacional que sirva de *intérprete* ou de *instrumento* à sua ação. Resta-nos saber se convém seja um movimento supranacional ou se justamente o que importa é ser uma atitude de cada povo que se afirmaria independente e amadurecido. Paulo de Castro cita vários partidos nacionais como interpretes da *Terceira Fôrça;* o Social Democrata alemão, o Socialista italiano de Pietro Nenni, a Frente de Libertação Nacional da Argélia, a esquerda trabalhista do

Partido Trabalhista inglês, o Socialista austríaco, o Baath da Síria, os Partidos Ahdouth Avoda e Mapam de Israel, o Socialista do Japão, o Congresso na Índia, o Nacionalista da Indonésia, etc. 3º) a *Terceira Fôrça*, sobretudo nos países subdesenvolvidos da zona americana, ficará impedida de agir pela situação de dependência dos países e pela ausência, em geral, de um movimento operário forte.

Assevera o autor que isto não corresponde à realidade, pois na América Latina por exemplo, a *Terceira Fôrça* vem-se fazendo sentir pela ação de organizações progressistas, classes operárias, quadros militares politizados, nacionalismo dinâmico atuante, adotando táticas diferentes, ora frontalmente contra a Rússia e os Estados Unidos, como a Indonésia, a Índia, a RAU, a Iugoslávia, ora atitude frontal combinada com ação semelhante ao *gomulkismo*, conforme o chama Guerreiro Ramos, acôrdo de princípios comuns, mas discussão ou rejeição, nos casos concretos, do que fôr contrário aos interêsses nacionais, como na América Latina. A seguir, cuida de suas origens e princípios e afirma ser uma expressão de maturidade, dizendo "ser da oposição, ao imperialismo (encarnação atual das velhas fôrças reacionárias da humanidade), e aos erros e desvios da social-democracia e do comunismo russo, que surge e se torna possível o nascimento gradual da *Terceira Fôrça*, pois, sem êstes fenômenos teria sido impensável", portanto o movimento é herdeiro de grandes aspirações humanas, que a social democracia e o comunismo não souberam ou não puderam realizar".

Mas, pergunta-se, quais as suas posições? Nos países neutralistas, as que marcam a linha da *Terceira Fôrça* podem ser enunciadas em traços largos nos seguintes pontos: consolidação das posições neutralistas; resistência às intromissões do imperalismo na vida política interna; industrialização pela acumulação do capital nacional, planificação da economia, severo contrôle do comércio exterior; aceitação, em caso de necessidade, do capital estrangeiro; concentração dos recursos e aplicação ao nível substrutural, nacionalização, logo que possível, das emprêsas estrangeiras; através de tudo isso, a industrialização, a concentração econômica, a planificação, a luta contra o atraso técnico e cultural e contra as proteiformes ofensivas do imperialismo, realiza-se o processo nacional de um caminho próprio para o socialismo, manutenção das liberdades públicas para todos os Partidos. Nos *países subdesenvolvidos da zona geopolítica americana*, como os chama Paulo de Castro, as características seriam as seguintes: resistência diária ao imperalismo; união com a burguesia nacional do setor industrial; levantamente completo das riquezas nacionais;

repulsa a tôda e qualquer inversão do capital americano em setores onde haja a possibilidade de desenvolvimento pelo capital nacional; apoio a tôdas as reformas tendentes a libertar econômica e espiritualmente o país; apoio decidido ao contrôle do comércio exterior, divisas, reforma agrária, reforma do ensino; relações diplomáticas e econômicas com a Rússia e com cada país do Leste europeu, e com a China; luta por uma política exterior independente; apoio ao princípio de igualdade de raças e de liberdade religiosa; desaprovação de tôda e qualquer interferência da Igreja na vida civil; liberdade completa da palavra escrita e falada; defesa intransigente das liberdades democráticas; apoio aos grupos políticos e a tôdas as fôrças que desejam, dentro das liberdades democráticas, realizar a industrialização; reforma da mentalidade.

O principal motivo que tornou possível e necessária a *Terceira Fôrça*, afirma o autor, foi a convicção de que o movimento russo de outubro de 1917 se tinha desviado de sua intencionalidade, e aí estão, para provar o desvio, as críticas feitas por Kautsky ou Martov, Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Vitor Serge, Bevan, Isaac Deutscher, Serban Voinea, Jean-Paul Sartre, Lucien Goldmann, Henri Lefebvre, e a aprovação de muitos postulados do movimento renovador empreendido por Tito, Gomulka, Imre Nagy, por filósofos como Georges Luckas, Wolfang Harich ou Theodor Adorno. Concluindo, trata-se de um movimento de procura de uma solução moderna aos problemas econômicos e sociais pelo caminho próprio para o socialismo em cada país, da recusa aos blocos militares e à *American Way of life* ou *Russian way of life* como modelos de vida humana e de solução exata dos problemas atuais, ou melhor, uma defesa cortical para defender a seiva — a seiva é o homem. "Um país que se situa dentro dessa linha de auto-realização" escreve Paulo de Castro, "é a Polônia, embora ainda não se saiba se constitui um marco, um padrão ou uma chama a extinguir-se. O principal entrave ao grande e geral desenvolvimento da idéia e sua concretização é a frivolidade mental dos que se extasiam diante dos satélites artificiais como símbolo de uma era paradisíaca, ou dos que consideram a paz garantida pelo equilíbrio do terror. Criam satélites mas não resolvem o problema da fome."

Na segunda parte de seu livro, Paulo de Castro expõe "Depoimentos" pessoais sôbre Israel, a Argélia, a França, a Iugoslávia e o nacionalismo árabe. Israel — Até 1920, Telaviv fôra apenas um bairro de Jafa. Em 1862, Moïses Hess, em seu *Rome et Jerusalem*, expressara, pela primeira vez, o movimento sionista, protesto contra a assimiliação e resposta aos que negavam a

existência da nação judaica. Vinte anos depois, um grupo de estudantes judeus reuniu-se na Alemanha para se organizar com o fito de fixar-se na Palestina. Fundam-se as colônias de Richon-Sion, Roch Pina, Rehovot, o Govêrno turco põe-se em campo para evitar a propagação do sionismo mas o movimento continua com a Sociedade dos Amigos de Sião e a ajuda de Rothschild. O verdadeiro sionismo vem encontrar seu fundador em Theodoro Herzl, com a publicação de seu livro *L'Etat Juif*, em 1896, passando da idéia de colonização à do estabelecimento de um Estado judeu. E prossegue o autor: "Sua idéia, a princípio mal considerada, foi sendo aceita aos poucos por nomes prestigiosos como Max Nordau. Seus esforços levaram à realização, em 1897, em Baliséia, do primeiro congresso sionista mundial. Morto Herzl, Nordau continua o movimento. O judeu inglês Zangwill, pelas dificuldades encontradas quanto ao território, lança a idéia de estabelecer o Estado judeu na África Oriental, mas sua sugestão não aceita e a emigração continuou para a Palestina. Em 1910, criam-se o *Fundo Nacional Judeu* e a *Associação para a Colonização Judaica*, a cuja frente vamos encontrar Chain Weizmann e Socolov, substituindo-se à atividade isolada de Rothschild. Chain Weizmann obtém do Govêrno inglês, em 2 de novembro de 1917, a "Declaração Balfour" autorizando o estabelecimento dos judeus na Palestina sem prejuízo dos direitos das comunidades não-judaicas, direitos êsses confirmados na conferência de San Remo e no Tratado de Sèvres. Em 3 de janeiro de 1919, o Emir Faiçal assegurou seu concurso mediante Tratado assinado com o Dr. Weizmann.

Todo êsse trabalho vem a ser, de certo modo, ratificado pelo *Livro Branco* britânico de 1922, que serve de introdução ao mandato britânico sôbre a Palestina, confiando aos inglêses a administração de seu território. Dão-se choques entre árabes e judeus e, afinal, em 1948, a guerra entre os dois povos. Descontentes com o mandato britânico, formam-se partidos judeus e árabes, cujos líderes trabalham por sua supressão. Os inglêses passam a uma política hostil aos judeus, proibindo a venda das terras e fixando em 75 000 o número total de imigrantes para os anos seguintes. A região entra nos ciclos das comissões de inquérito, enquanto os judeus fugidos do nazismo afluem em massa. É fácil imaginar as conseqüências desastrosas das limitações impostas, num momento em que se dava a grande perseguição aos judeus. É quando o mundo assiste ao episódio do *Exodus*, obrigado a regressar já quase no pôrto de desembarque. Os atentados multiplicam-se, e em 14 de maio de 1948

os judeus proclamam a criação do Estado de Israel como resposta ao plano de partilha que seria adotado pela ONU. Começam as hostilidades: aviões egípcios atacam Telaviv, exércitos árabes invadem a Palestina e são derrotados, apesar da imensa diferença numérica — 35 milhões contra apenas 650 000 judeus — e o Estado de Israel sobrevive. A seguir, passa o autor a uma análise dos problemas atuais daquele país, estendendo-se sôbre a fé religiosa combinada com o ideal nacional, o caráter político-administrativo dêste, a educação e a economia — equilibrada entre a propriedade privada e o capitalismo — bem assim a política externa, que tenta manter o país fora dos dois grandes blocos. Por fim, estuda o *Kibutz*, a aldeia coletivista, que representa o que de melhor se alcançou, em Israel, no terreno social.

No que se refere à Argélia, não hesita Paulo de Castro em afirmar que, como colônia, está definitivamente perdida para a França; como nação independente não estará se o Govêrno de Paris chegasse a negociações, e é o que desejam os dirigentes da Frente de Libertação Nacional, que, se isto não se der, se aproximarão de outras nações interessadas no petróleo do Saara. O país, que não se pode considerar pobre, dadas as suas riquezas minerais e sua fertilidade, tem tido o progresso material criado pelos franceses, principalmente para o serviço particular dêstes. As estradas de ferro, por vêzes pertencentes a companhias de origem privadas, não atravessam todo o país e apenas ligam centros de produção daquelas companhias aos portos; as barragens irrigam principalmente as terras dos colonos franceses e não servem à indústria em geral pela eletrificação, a não ser em pequena escala. Procuram, com isto, evitar que a indústria se desenvolva, já para evitar a arregimentação de muita mão-de-obra, já para evitar a concorrência com a metrópole. Os empréstimos franceses vêm benificiar os colonos europeus e não os locais, comenta o autor. O interêsse é que a Argélia esteja fora da lei e entregue apenas aos cuidados do General Massu e dos pára-quedistas, evitando-se, destarte, a fôrça e a unidade do povo muçulmano.

A Argélia foi um país próspero, segundo historia Paulo de Castro. Desde o século XII A.C., os númidas, seus primitivos naturais, sofrem os ataques comuns aos povos antigos, até que a nação cai às mãos do Império Romano. Depois do advento do Cristianismo, dá ao mundo uma de suas figuras mais singulares: Santo Agostinho. Conquistada pelos árabes, continuou sob o domínio dêstes, em plena prosperidade até que, em 14 de junho de 1830, foi conquistada pela França. Já existia, porém, uma consciência nacional, e as populações nativas não tardaram a lan-

çar-se nas lutas de resistência, sempre com graves perdas para os ocupantes. A guerra atual é, pois, apenas a continuação de uma luta pela independência, a qual já dura desde a ocupação, que não parece tenha sido útil ao país. Aldeias sem escolas, sem água canalizada, sem socorros médicos e em grande miséria, onde o trabalhador do campo ganha por ano a ínfima quantia de 20.000 francos. Não é de se esperar que a situação possa ser resolvida militarmente, nem que os 500 000 homens da fôrça de ocupação sejam capazes de submeter o país onde a resistência tem caráter amplamente nacional e que prossegue apesar de todo o vandalismo sofrido. Bourguiba, na Tunísia, representa o papel de conciliador do mundo árabe com certos conceitos ocidentais, de conciliar a independência da Argélia e do Norte da África com a amizade pela França. Fala da teimosia da França em não reconhecer a História: a classe dirigente francesa não quer reconhecer a realidade da independência da Argélia, mas a Argélia já é independente pela consciência de seu povo; assim sintetiza o autor o seu pensamento sôbre a matéria.

Ao comentar a crítica situação da França e a ascensão do General De Gaule, observa o jornalista que "a crise francesa tem causas longínquas e causas próximas". O primeiro grande equívoco, que vai criar vários outros, reside no caráter da vitória da França na última guerra e na sua qualidade de potência de segunda ordem (na escala atual do poder), considerada, apesar disso, como um dos "grandes", o que já não era mesmo em 1939. Êsse equívoco levou-a a fixar-se no colonialismo como medida de defesa da sua indústria e como meio de manter a ficção da sua grandeza. Além disso considerou importante explorar as inquietações e os erros dos Estados Unidos no Extremo Oriente, fazendo da guerra da Indo-China um negócio. Surge Mendès-France, que tentou dar ao país um sentido de realidade, mas não era isso o que o país desejava. Faure assenta o seu govêrno em irrealidades. As eleições de 2 de Janeiro de 1956 dão um Parlamento com 200 deputados contra a estabilidade do Govêrno. Segue-se a política com atos desmoralizadores da República, implicando gastos imensos. Ao contrário do que se deu na Indo-China, os americanos não "compraram" a guerra com a Argélia. O luto pelas massas húngaras e a propaganda contra a Rússia, servindo aos objetivos de Guy Mollet, desviam a atenção da Argélia. A ficção atingiu seu mais alto grau na campanha contra o Egito, que na Inglaterra custou o Poder, mas a França estava apática para reagir. A responsabilidade das derrotas era tida como do exterior. Aquêle grande povo perdeu a noção da História e de sua tradicional ação civilizadora. Pflimlim

tentou acabar com a ficção; os colonos e o Exército na Argélia desencadearam o golpe de 13 maio, prolongando a fábula da *Algérie Française*. Com a revolta de Argel e a deterioração da disciplina militar, as ameaças à República dentro da própria metrópole, o Govêrno só tinha dois caminhos: ou chamar o General de Gaulle, ou fazer uma frente com os comunistas e defender as instituições com êles. Com a autoridade do General e as garantias dadas à Assembléia, a França respirou e concedeu-lhe poderes excepcionais, evitando ou adiando a guerra civil. "Mas, para lá do General estão os fascistas que lhe deram o Poder. Nêles reside o perigo", conclui Paulo de Castro.

Sob a epígrafe "A Iugoslávia entre dois mundos", escreve o autor que, considerando-se a situação da Iugoslávia em 1946, após uma guerra que destruiu, em grande parte, o país, as pilhagens dos alemães, a perda dos valores materiais e de vidas, é-se obrigado a reconhecer, contudo, que um esfôrço gigantesto foi realizada pelo Govêrno, quer para dar uma estrutura industrial ao país quer para atender às necessidades imediatas da população. Foi sôbre um país agrícola, de economia elementar, em ruínas, que Tito começou a erguer sua nação. Dentro de pouco tempo, viu êle delinear-se o perfil do imperalismo russo, desejoso de transformar o país em clássico fornecedor de matérias-primas em troca dos produtos manufaturados da Rússia. Tito e o Partido Comunista iugoslavo optaram pelo país contra essa tentativa.

Há no país, dentro de uma estrutura comunista, uma mentalidade ocidental; convivência de doutrinas divergentes, mas as limitações ainda existentes no terreno da política exeerior, e o desejo de evitar uma cisão com a Rússia, levaram o Govêrno a cometer o seu grande êrro, o processo e a condenação de Milovan Djillas, por ter publicado nos Estados Unidos o seu livro *A Nova Classe*, no qual fere certos conceitos básicos que Tito sempre respeitou. A luta pela democratização, que se dirige a todos os setores, foi intensa por motivo da resistência aos esquemas importados diretamente da Rússia, com o seu inevitável burocratismo e medidas policiais, cujo exemplo mais frisante é o do camponês que não produzia trigo, mas que, tendo sido cadastrado como tal, foi obrigado a fornecer uma certa quantidade ao Govêrno, para isso comprando-o no câmbio negro com facilidades nessa compra ilegal concedidas pelo próprio Govêrno. Hoje, prossegue o analista, a agricultura baseia-se no cooperativismo, na pequena propriedade inteiramente livre, e só uma parte ínfima funciona em moldes estatais. Os Conselhos operá-

rios, que são um sistema de fôrças representando o equilíbrio do Partido único e uma forma de substituição do Estado centralista pela autogestão operária, tem sido a organização mais criticada pelos comunistas, que os consideram um enfraquecimento da ditadura do proletariado, pois os teóricos russos não concebem a direção da economia senão pelo Estado, esquecendo-se, assim, das situações humanas reais e de que os operários devem regressar ao prazer de criar, perdido desde a abolição do artesanato. Mas dizia Marz que "é necessário, antes de tudo, que a sociedade não se consolide de novo como uma abstração em face do indivíduo".

Essas divergências tiveram um ponto alto no "Projeto de Programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia", com passagens inteiramente de acôrdo com o pensamento de teóricos do marxismo, como Engels e Lênine; apesar disto, foi atacado pelos russos e acompanhantes, exceto a Polônia, cuja prática vem mostrando que a colaboração no seio do operariado só pode existir entre iguais. Uma de suas passagens fundamentais é: "nem liderança russa nem Kominform". Êsse Projeto, aliás, foi levado muito além durante a realização do Congresso de Ljubljana, quando Tito fêz sua análise da situação internacional afirmando: "A política de Stálin levou ao isolamento gradual da Rússia e causou a maior desconfiança entre os povos sôbre o socialismo", acrescentando: "Foi a seguir à política intransigente e ameaçadora de Stálin que as grandes potências ocidentais foram levadas a organizar o Pacto do Atlântico".

Termina Paulo de Castro o seu livro tecendo comentários em tôrno do nacionalismo árabe e alguns dos seus técnicos postulando que o problema árabe se baseia no nacionalismo como ideologia, cuja presença foi marcada pela queda do Império Otomano. Criada a Liga dos Estados Árabes o objetivo não é só a independência, mas também a união. Que procura? E o próprio autor responde: a renovação econômica pela planificação do que 80 milhões de homens possam produzir para afastar-se do estado de subdesenvolvimento. Mas isto não lhes basta; realizada a unidade, encararão a possibilidade de intervir na defesa da paz e da prosperidade mundiais. Vêm sendo fontes teóricas do movimento os livros *La Philosophie de la Révolution*, de Nasser, *La Révolte sur le Nil* e *L'Histoire de l'unité Arabe*, de Anouar al Sadat, e o trabalho *L'Idéologie de la Révolution Egyptienne et les doctrines politiques mondiales*, de Mohammed Abd al Kadir Hatem, publicado na *Revue des Sciences Politiques*, na qual se declara que "uma ideologia existe no Oriente Médio, e o fato tem imensa importância, pois é a primeira vez que os árabes

têm uma ideologia. Esta, tanto as potências ocidentais como o bloco soviético devem tomá-la em consideração, mesmo quando seja diferente a interpretação segundo o ângulo de visão". Essa ideologia não vem de 1789, da Revolução Francesa, nem de 1917, da Revolução Russa, pois surge com condições características e próprias, e pretende ser independente dos dois blocos dominantes, conforme diz Abbas Mahmoud al-Akkad em seu livro *Ni Communisme ni Impérialisme*, pois "o comunismo não apenas herdou todos os defeitos do imperalismo, mas constitui em si um imperialismo implacável, de que ninguém pode esperar libertar-se". Veja-se, por exemplo, o que se passa no seio da Comunidade, e o que se passa nos países da chamada cortina de ferro, que não podem sequer pensar em tomar essa atitude. Enfim, o livro de Paulo de Castro interessa sobretudo pela variedade dos assuntos versados.

Arnaldo Rigueira

THE UNITED STATES AND LATIN AMERICA — *The American Assembly*, (Columbia University) — New York, Dezembro de 1959 — 221 págs. — $ 2.00

Finalmente, a *American Assembly*, da Universidade de Colúmbia, instituição *sui generis* que já realizou simpósios sôbre as reações entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental, o Extremo Oriente, a África, e as Nações Unidas, entre outros, voltou as suas atenções para a América Latina, onde se estão fazendo sentir criticamente os efeitos da passada negligência de parte de nossos vizinhos do norte.

A Assembléia foi fundada em 1950, sendo reitor da Colúmbia o hoje Presidente Eisenhower, e desde então tem reunido os expoentes representativos da vida cultural, política e de negócios dos Estados Unidos, a fim de discutirem conjuntamente os mais relevantes problemas da política interna e externa do país. As conclusões dessas assembléias, quer regionais quer nacionais, bem assim os documentos que lhes servem de base para discussão, são publicados, dentro em moldes estritamente apartidários e com propósitos educativos. O livro em exame é o último fruto dêsse singular sistema de amostragem da opinião americana esclarecida, e, dado o alto calibre dos interêsses representados, serve de valioso guia para a compreensão das atitudes subjacentes à orientação oficial do Govêrno dos Estados Unidos face à

América Latina. Neste sentido, poderia, inclusive, servir de fresta para que se espiasse o que ocorre atrás do tão apregoado "muro de silêncio"...

Os ensaios publicados em *The United States and Latin America*, tema da XVI Assembléia, realizada em outubro de 1959 sob o patrocínio financeiro da Fundação Ford, foram elaborados sob a supervisão editorial de Herberto L. Matthews, experimentado correspondente estrangeiro e membro do Comitê de Redação do *New York Times*, sem dúvida o melhor jornal norte-americano. Em sua apresentação do volume, o Sr. Matthews chama a atenção para a ignorância virtualmente total em que se encontram os Estados Unidos em relação à América Latina — única explicação possível para os abalos que sofreu a opinião pública daquele país, que sempre houvera considerado garantida (*taken for granted*) a amizade e confiança das Américas Meridionais, ante incidentes como o do Vice-Presidente Nixon em 1958, e a sangrenta revolução cubana sob a liderança de Fidel Castro. Ressalta, ainda, que, se bem que os países latino-americanos difiram consideràvelmente entre si (fator que passa freqüentemente despercebido aos observadores norte-americanos e europeus), *existe entre êles um denominador comum a justificar* a designação genérica de América Latina.

A idéia que presidiu à feitura do livro, e que reconhece ser ambiciosa, escreve o Sr. Matthews, foi a de proporcionar um retrato geral, em miniatura, da América Latina tal qual é vista pelos Estados Unidos. Nem sempre, entretanto, se logrou atingir êste objetivo; não transparece suficientemente o papel proeminente desempenhado pelo Brasil no progresso do continente, nem tampouco a dicotomia institucional entre o Brasil e a América espanhola. Por esta lacuna é responsável a seleção dos colaboradores, dentre os quais sòmente o economista Reynold E. Carlson possui conhecimento aprofundado da realidade brasileira.

O Professor Frank Tannenbaun, por exemplo, renomado historiador da Colúmbia, não resiste à tentação de generalizar para tôda a Ibero-América o que de válido aprendeu com relação ao México, país cuja proximidade geográfica dos Estados Unidos, bem assim outros fatôres de ordem étnico-politica, lhe conferem peculiaridades dificilmente assimiláveis às de qualquer outro membro da comunidade pan-americana. Em seu ensaio, *subordinado ao título "Em prol de uma apreciação da América* Latina", o Professor Tannenbaun esboça o panorama geográfico, étnico-cultural, histórico, religioso, social educacional e político da região — tudo isso em cêrca de meia centena de páginas,

o que deveria atestar o extraordinário poder de síntese do autor. O quadro resultante é compreensìvelmente elementar, simplista por vêzes, e peca quando menos por um raciocínio indutivo, levando o leitor a generalizar — sem abstrair — a partir de exemplos avulsos que, se tornam amena e sedutora a leitura, carecem entretanto de validade suficiente, nas dimensões de espaço e tempo, para justificarem aplicação geral ao complexo caleidoscópico que é a América Latina contemporânea.

Senão, veja-se. Ao considerar o fenômeno sócio-político do regionalismo, o autor conclui que "as fôrças centrífugas são mais ativas que as centrípetas. Não obstante a centralização em tôrno da Capital, tem-se revelado mais difícil formar uma nação que proclamar o nacionalismo como credo e política. Isto é verdade mesmo na Argentina". Trata-se, inquestionàvelmente, de uma dedução da mais alta relevância para qualquer interpretação da realidade regional, mas não sòmente requer tôda sorte de qualificativos locais, como também esteia-se apenas em um relato episódico, que ignora a fenomenologia subjacente; além do mais, não caberia a referência exclusivista à Argentina. O mesmo diletantismo intelectual, dificilmente perdoável a um historiador do seu quilate, é demonstrado neste ensaio pelo Professor Tannenbaun ao analisar os efeitos da conquista espanhola da América: apesar de arguta e em certos pontos brilhante, como ao versar a questão do preconceito racial, a sua argumentação presta de fato um desserviço à causa do esclarecimento da opinião pública americana no que concerne aos seus vizinhos do Sul, visto desprezar o simples fato de que metade do continente estêve sob dominação lusa, e não hispânica, dando assim origem a padrões de colonização totalmente diversos, cujas conseqüências, sôbre o futuro político dos povos a êles submetidos, são duradouras.

Omitir o Brasil certamente não contribui para a objetividade de tal estudo; entretanto, é o equívoco em que incide o autor ao descrever os costumes religiosos, o sistema paternalista de vida característico do latifúndio rural, o grave problema da educação em massa, e até mesmo a emergência de líderes políticos. Neste capítulo, o Professor Tannenbaun, que tão fértil material poderia ter colhido entre nós, atribui à publicação da obra-prima de Gilberto Freire, *Casa Grande* e *Senzala*, o papel espiritual (de redescoberta do Brasil pelos brasileiros) que efetivamente coube ao movimento nacionalista de 1922, de que aquêle livro, independentemente de seu grande mérito intrínseco, foi um corolário. Evidentemente, houve confusão da causa com o efeito. Vários outros deslizes do mesmo jaez comete o autor, em que pese o seu

louvável intento pragmático de alertar os norte-americanos, seus patrícios, contra os perigos advenientes de sua incompreensão dos reais valores da civilização latina nas Américas, indecisa, numa época de transição rápida, entre o humanismo do Velho Mundo e o materialismo mecanicista, deprecado por Ortega y Gasset, mas aparentemente essencial ao progresso, *à outrance*, dêste "admirável mundo novo".

O segundo ensaio, nesta coletânea da *American Assembly*, intitula-se "Transformação política na América Latina", e é da autoria de K. H. Silvert, que se credencia como titular de uma cátedra de Ciência Política na Universidade de Tulane (Nova Orleãs) e cinco anos de experiência em pesquisas na América Central, Argentina e Chile. Procurando estudar a evolução da dinâmica política interna, as semelhanças e diversidades dos países latino-americanos e sua interação com os Estados Unidos, o autor apoia-se em um esquema teórico, tomando por variável independente a estratificação social; é uma tentativa, razoàvelmente bem sucedida, de *approach* em moldes científicos, análogo ao uso dos modelos abstratos da análise econômica.

Para tanto, principia, por isolar os fatôres históricos constitutivos de um denominador regional comum; prossegue acentuando a gradativa diferenciação dos países entre si, em têrmos de estrutura social, segundo uma escala na qual Brasil e México encontram-se em nível intermediário entre a Guatemala (exemplo extremo de dualismo) e a Argentina; e salienta a importância da formação de uma classe média, a prenunciar o fim inevitável do caudilhismo mas não necessàriamente a estabilidade democrática imediata que lhe atribui. Baseando-se neste elemento, o Professor Silvert classifica os países latino-americanos em quatro categorias, em função da respectiva integração como sociedades legìtimamente nacionais: no primeiro grupo, como o mais próximo do nível ótimo, estariam o Uruguai, a Argentina, a Costa Rica e o Chile; no segundo, em rápida ascensão rumo à realização nacional, figurariam México, Colômbia, Brasil, Venezuela e Cuba; no terceiro, caracterizado pela violenta dinâmica das camadas superiores mas com repercussões apenas tênues no restante da população, incluir-se-iam Peru, Bolívia, Guatemala, Equador, El Salvador e Panamá, ao passo que na quarta categoria, com quase total estagnação em todos os setores, entrariam vários dos países menores — Honduras, Paraguai, Nicarágua, República Dominicana e Haiti. A ordem é por vêzes controversível, mas o critério de aferição é sem dúvida dos mais interessantes; didàticamente, tem a sua utilidade. Esteando-se em Arthur P. Whitaker, conhecido latino-americanista da Universidade da

Pensilvânia, observa ainda o autor que os países que mais se aproximam da nação-Estado são também os mais democráticos.

O Professor Silvert denota sobretudo uma singular compreensão humana da sociologia política latino-americana, que transcende das aparências formais. Assim é que, ao comentar o emprêgo da fôrça como instrumento de transformação política, desfaz o estereótipo generalizado da instabilidade e imprevisibilidade dos regimes governamentais "ao sul do Rio Grande", indicando, entre outros, os mecanismos de compensação inerentes à prática revolucionária latina (direito de asilo, etc). Em seguida, classifica, talvez com involuntário e irônico humor, as revoluções, desde as simples quarteladas até à violência inorganizada (abrangendo desde os distúrbios estudantis até o *bogotazo* de 1948), passando por motins camponeses e regionais (como no Brasil), quarteladas "complexas" (incluindo as que derrubaram Perón, *Rojas Pinilla* e *Pérez Jiménez*), *revoltas políticas* civis (Chile, 1932) e revoluções sociais (México 1910-17). Em conclusão, prevê que perdurará a atividade revolucionária em muitos dos países do continente, enquanto progridem neste século. "Se a Europa se guindou do mercantilismo ao capitalismo por via da Revolução Francesa", escreve, "a América Latina está fazendo o mesmo graças à Revolução Mexicana e às que a precederam, assim como a todos êsses conflitos menores nos quais se gastam tanto valor, idealismo e juventude".

Neste contexto, referindo-se à atuação dos militares na vida política, prossegue o autor em sua tentativa de classificação das variadas formas que pode assumir a ingerência das Fôrças Armadas no Poder Civil, "concomitante regular de governos oligárquicos". Assim, distingue seis grupos a começar pelo caudilhismo tradicional, já modernamente modificado pela tutela militar impessoal, predicada sôbre formas institucionais — seria o caso das juntas provisórias que sucederam imediatamente aos Governos de Perón na Argentina e de Peréz Jiménez na Venezuela; em terceiro lugar, há a situação em que os militares agem como orientadores gerais da política oficial (Silvert assim classifica a atual conjuntura argentina, em relação ao Govêrno Frondizi). Uma quarta categoria seria a de países onde nenhum govêrno civil pode existir sem contar pelo menos com o consentimento tácito dos militares, situação esta que, segundo o autor, seria a do Brasil, bem assim do Peru e da Guatemala: a quinta categoria seria a dos países, como talvez o Chile, onde os militares agem como grupo de pressão sòmente no que concerne aos seus interêsses específicos, mas são pol̀iticamente inativos quanto ao mais. Finalmente, a sexta classificação aplicar-se-ia ao Uruguai, em que as Fôrças

Armadas são exclusivamente profissionais e apolíticas. A Costa Rica, que, como é sabido, constitui exemplo único na América Latina, à semelhança da Suíça, aboliu simplesmente os seus efetivos militares, confiando apenas, para a defesa nacional, nos seus cidadãos. A lição que o autor tira de tudo isto é que a crescente complexidade dos Governos latino-americanos torna ainda mais arriscado o entregar-se a gestão da coisa pública a administradores militares *ad hoc*, não treinados para tal responsabilidade.

No que tange aos partidos políticos, o Professor Silvert esclarece que nem todos os agrupamentos sociais que na América Latina assim se intitulam realmente fazem jus à denominação, que se deveria reservar aos partidos que, de modo efetivo, organizam o eleitorado para intervir periòdicamente no processo decisório. Examina, a seguir, em traços concisos, a estrutura partidária, se assim se pode chamá-la, em diversas repúblicas do Continente. Com referência ao Brasil, assinala, com característica percuciência, a influência relativamente diminuta de fatôres ideológicos, contrastada com a das atitudes regionais. No que diz respeito às possibilidades de implantação de um regime comunista na América Latina, o autor é categórico: "quase não há oportunidade" de que tal venha a suceder, e observa que, embora se tenha verificado um relaxamento geral da proscrição aos partidos comunistas nacionais, o movimento não recuperou o terreno perdido há uma década. Finalizando, refere-se o autor aos dois principais grupos de pressão: a Igreja, em suas variadas formas de associação com o Estado e acentuadamente diversificada de um país para outro, e os agrupamentos estudantis.

O ensaio do Professor Silvert é eminentemente descritivo, e de inegável valor como elemento de informação, não sòmente para os norte-americanos, como também para nós, os povos latinos do Continente, que tão pouco nos conhecemos uns aos outros. Não se encontra neste trabalho um esfôrço de exegese, senão como complemento ao seu conteúdo documentário. Não obstante, a conclusão, sintetizando em têrmos críticos perspectivas para as relações entre as duas Américas, — opostas por tantos e tamanhos contrastes, mas ao mesmo tempo unidas pela ambição comum (antes que pelo ideal) da Democracia, quaisquer sejam os caminhos que a ela conduzam, — reflete uma consciência correta de um dos sumos problemas da atualidade internacional, e vital para a sobrevivência do Ocidente.

O estudo que se segue na coletânea da *Américan Assembly* versa sôbre a função da imprensa e das comunicações. São seus autores Edward W. Barrett, Decano da Faculdade de

Jornalismo da Universidade de Colúmbia e ex-Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Públicos, e Penn T. Kimball, Professor de Jornalismo da mesma Universidade, com limitada experiência na América Latina. Talentos locais, portanto, de indiscutível proficiência técnica, mas até certo ponto desvinculados da problemática regional. Entretanto, como o seu ensaio é de natureza primordialmente estatística, revelando, de maneira dramática, o grau de desconhecimento, por parte do públíco norte-americano, dos povos latinos do Hemisfério — a famosa "muralha de silêncio" a que se refere Augusto Frederico Schmidt, e que já fôra salientada em dois relatórios pelo Dr. Milton Eisenhower — tal deficiência não ressalta em demasia. Note-se, contudo, que nos Estados Unidos (e também alhures), tal ignorância é generalizada; apenas, onde a imprensa tem por meta primeira atender ao interêsse presumido dos leitores, cabe-lhe, talvez, menor responsabilidade por tal estado de coisas, gerador de incompreensões mútuas, que à estrutura geral do sistema educativo, excessivamente etnocêntrico. A imprensa pode complementar a educação básica mas jamais supri-la. Apontam os autores o suposto círculo vicioso básico que estaria a envenenar a intercomunicação continental: a carência de notícias perpetua a ignorância do leitor, e esta ignorância, a seu turno, conduz à falta de interêsse. Quase todo o ensaio é dedicado à demonstração, com base em inquéritos à Gallup e citações de presumìvelmente ilustres jornalistas norte-americanos, de que êste postulado não é inteiramente correto, visto existir considerável interêsse *potencial* de parte daquele mesmo público, cumprindo, portanto, inverter os têrmos da proposição.

O que o estudo não focaliza, todavia — e nisto se revela omisso — é, em primeiro lugar, o tipo de informação que o latino-americano médio absorve com referência aos Estados Unidos, e que muitas vêzes lhe deturpa a objetividade (seria o caso, entre outros, da falsa imagem que se faz com base nos filmes de Hollywood); e secundàriamente, a interpretação, não raro parcial e até aleivosa, que ambos os públicos, isto é, o norte e o sul-americano, recebem, recìprocamente, por intermédio das grandes agências noticiosas internacionais que operam na região. Por vêzes, ocorre ainda que sérios incidentes diplomáticos advêm, não tanto da distorsão, voluntária ou não, da realidade, como da falta de ética, ou de senso de propriedade, ocasionalmente denotada por essas agências monopolizadoras do fluxo de notícias; seria êste, quiçá, o caso da desinteligência suscitada entre os Estados Unidos e a Bolívia, em 1958, por um comentário veiculado pelo semanário *Time*, e atribuído a um funcionário da Embaixada

Americana em La Paz. Embora esporádicos, episódios como êste causam ao entendimento interamericano prejuízos maiores que os resultados positivos da laboriosa cooperação intergovernamental neste sentido.

Dentre as conclusões a que chegaram os autores do ensaio em aprêço merece realce a de que uma política esclarecida dos Estados Unidos com relação à América Latina exige (1) que o setor "pensante" da população esteja munido, pelo menos, de boa informação geral sôbre as demais Américas; e que (2) a pequena minoria de verdadeiros mentores da opinião pública norte-americana se mantenha a par dos fatos e tendências recentes no Continente. Partindo da compreensão intuitiva de que nenhum dêsses requisitos pode ser preenchido em um país cujos canais informativos de modo geral negligenciam a América Latina, embora seja esta uma área das mais vitais para os Estados Unidos, os Professôres Barrett e Kimball sugerem possíveis remédios, avultando os seguintes: cabe aos jornais e revistas estimular o interêsse do público pela América Latina, e em seguida satisfazê-lo, utilizando as notícias que lhe são facilitadas pelos correspondentes e agências; os membros bem-informados do público, por sua vez, deveriam fazer chegar aos veículos informativos a sua reação pessoal à matéria divulgada; considerando que é extremamente dispendiosa a manutenção de correspondentes regulares no exterior, os canais de informação deveriam patrocinar visitas, curtas mas freqüentes, de seus bons redatores de notícias à América Latina, de onde escreveriam para os respectivos públicos em têrmos acessíveis a êstes. A idéia geral dos autores, a qual não se pode deixar de subscrever, é que não apenas cabe à imprensa norte-americana a responsabilidade de informar o seu público sôbre os eventos da América Latina, como também que existe mercado para tal informação, visto haver um interêsse potencial, que cumpre explorar.

"O quadro econômico", quinto ensaio da coletânea em exame, é contribuição de Reynold E. Carlson, ex-Diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Vanderbilt (no Tennessee), Professor de Economia naquela universidade e anteriormente na de Johns Hopkins, consultor especializado das Nações Unidas, economista chefe do Banco Mundial para a América Latina, e membro da missão da Fundação Ford que visitou a região em fins de 1959. Por todos os títulos, é um conhecedor profundo da economia brasileira e amigo de nosso país; tanto assim é que o seu estudo, sem favor dos mais brilhantes nesta publicação da *American Assembly*, é o único

a deter-se em referências ponderadas, conquanto objetivas, ao Brasil.

Carlson principia por examinar os fatôres que, na América Latina, estimulam a pressão para o rápido desenvolvimento econômico: *a elevada progressão demográfica; o efeito de* demonstração, já estudado por Duesenberry e Nurkse; os problemas estruturais do comércio exterior; o estado da agricultura; e o desemprêgo disfarçado. Detém-se, a seguir, no aparente paradoxo do nacionalismo no setor industrial da economia. Analisa, sempre lastreado por estatísticas fidedignas, o comércio entre os Estados Unidos e a América Latina, e, correlacionando os balanços nacionais de pagamentos com o índice do desenvolvimento econômico, não reluta em prever considerável irregularidade no gráfico dêste, durante a próxima década. Historiando o surto inflacionário comum à maioria dos países da região, assinala que a inflação provàvelmente retarda o seu desenvolvimento, além de causar séria tensão social.

Prosseguindo o seu ensaio, o Professor Carlson estuda o papel desempenhado na América Latina pelo capital estrangeiro, acentuando a recente e curiosa tendência dos países recipiendiários na região a preferirem, ao capital privado, o público ou internacional; examina, em pormenores, as fontes dêste e respectiva atuação, abrangendo o Eximbank, o Banco Mundial, o Fundo Monetário o *Development Loan Fund,* a Lei nº 480 (referente aos excedentes agrícolas) e o recém-criado Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nesta parte de seu trabalho como nas demais, o Professor Carlson denota conhecimento direto da realidade latino-americana, além de perfeito domínio dos elementos teóricos empregados pelos organismos financeiros internacionais no diagnóstico da patologia dessa realidade. Apenas um pequeno *bias* em favor daquelas instituições transparece na omissão total de cifras cotejando as suas operações em diversas regiões do mundo, cifras estas que atestariam cabalmente a situação residual reservada à América Latina.

O quinto capítulo do livro é outra contribuição do jornalista Herbert L. Matthews, e versa sôbre as relações diplomáticas *dos Estados Unidos com a América Latina.* Encarando-as notadamente sob o prisma histórico, dá-nos o autor uma recapitulação quase didática, e de objetividade apenas de raro em raro temperada pelo inevitável *parti pris,* da interrelação dos países latinos do Hemisfério com o "colosso do Norte". Principiando pela doutrina de Monroe, em cuja formulação reconhece a decisiva influência britânica, e acompanhando as variadas formas que ela assumiu, na prática, ao sabor das contingências

da política norte-americana (informada por fatôres de ordem principalmente comercial) — tais como o "Corolário de Roosevelt", a diplomacia do dólar, o *big stick*, e, à guisa de contrapêso, a "boa vizinhança" — o Sr. Matthews presta um serviço de elucidação endereçado em primeiro lugar aos seus próprios patrícios. Assim, merece realce o tratamento que dispensa à atuação dos Estados Unidos na questão da Guatemala, em 1954, em consonância com a fracassada linha política de Dulles, eminentemente negativa por restrita apenas ao anti-comunismo, e que, face à América Latina, culminou na estéril Declaração de Caracas. Igualmente penetrante é a analise que o autor faz do malôgro da política norte-americana com relação aos ditadores do Hemisfério, política essa calcada tão-só no espectro bolchevista, e que, como no caso presente de Cuba, foi de um primarismo chocante.

Tanto no campo político quanto no econômico, o comentarista faz da picaresca e desventurada viagem do Vice-Presidente Nixon, em 1958, o ponto focal da reorientação da atitude dos Estados Unidos face à América Latina, assinalando também marcar a gênese da Operação Pan-Americana. Matthews vê nos desagradáveis incidentes que caracterizaram a visita do Vice-Presidente a vários países, o início da tomada de consciência, pelo Govêrno norte-americano, dos graves equívocos do passado, dissociando o sentimento popular no Continente, hostil à Administração de Washington, da amizade votada ao povo. Trata-se de distinção controversa, e que na prática carece de efeito. Pródigo em censuras à má qualidade da maioria dos enviados diplomáticos dos Estados Unidos, quer sejam de carreira quer não, o autor os responsabiliza pela má informação dada ao Govêrno com respeito aos problemas regionais, contribuindo dessarte para o irrealismo da política oficial do país, em particular no que se refere ao estímulo dado aos regimes totalitários. Em conclusão a um estudo que, por sua própria objetividade, não poderia deixar de exudar amargura, o autor prega aos Estados Unidos uma política positiva, que deveria passar pelas seguintes etapas: "simpatia, conhecimento, compreensão, paciência e paciência..." Oxalá seja ouvido!

Encerrando as colaborações individuais ao livro da *American Assembly*, o Professor Charles G. Feuwick, Diretor do Departamento de Assuntos Jurídicos da União Pan-Americana, discorre sôbre a política de reconhecimento dos Governos latino-americanos, adotada pelos Estados Unidos. Estudando certos casos exemplares, históricos, bem assim a evolução do Direito Internacional Americano face à matéria, o douto jurista passa em

revista os princípios que regem a política atual do Govêrno norte-americano no particular, a saber: o reconhecimento *de facto* é predicado sôbre as condições fatuais de contrôle do mecanismo administrativo do Estado, consenso geral do povo, e capacidade e intenção do Govêrno de cumprir com os seus compromissos internacionais; Washington reserva-se o direito de decidir o que constitui um govêrno *de facto*, em contraste com uma efêmera liderança revolucionária; oposição genérica, em tese, ao procedimento coletivo quanto ao reconhecimento de governos; continuidade das relações diplomáticas; distinção entre reconhecimento *de facto* e *de jure*, e relativa flexibilidade de orientação. A contribuição do Professor Feuwick, metòdicamente esclarecedora, é das mais oportunas no âmbito do volume em tela, dado o considerável impacto da política de reconhecimento, adotada *casu ad casum* pelos Estados Unidos, sôbre as relações recíprocas dos países da América Latina.

O livro termina com um relatório final da 16ª sessão da *American Assembly*, que constitui verdadeira Declaração de Princípios, incorporando recomendações específicas, via de regra baseadas nas conclusões dos autores cujos ensaios, reproduzidos no livro em exame, serviram de bases para discussão naquele certame. Cabe destacar a importância atribuída pelos participantes à necessidade de contrabalançar a campanha soviética de proselitismo no Continente, e o relêvo dado ao aproveitamento da ajuda militar dos Estados Unidos para objetivos de desenvolvimento econômico-social.

Em suma, pode-se afirmar que a mera iniciativa de publicar uma obra qual a criticada, e de convocar um debate entre os mais qualificados e representativos membros da coletividade norte-americana, diz do interêsse vital, ora emergente em dramáticas circunstâncias, dos Estados Unidos pelo futuro de região tão indispensável à segurança da civilização ocidental. O livro mesmo simboliza um esfôrço sincero no sentido de uma compreensão maior dos múltiplos problemas da América Latina. Só nos resta dizer: *pourvu que cela dure!*

Georges D. Landau

FRANKLIN D. ROOSEVELT'S WORLD ORDER — *Willard Range* — University of Georgia Press 1959 — 219 págs. $ 4.50

Franklin Roosevelt parece ter sido o Presidente americano que mais diretamente se envolveu nos assuntos da política exte-

rior e, ao mesmo tempo, o que exerceu maior influência nos acontecimentos da História Universal. Isto se explica não só pela excepcional duração de seu mandato presidencial, como por sua notória ascendência, política e intelectual, sôbre os seus Secretários de Estado. Por sua formação política no ambiente cosmopolita do *Empire State* e, particularmente, por sua colaboração, como Subsecretário da Marinha, no Govêrno de Wilson, durante a Primeira Guerra Mundial, o segundo Roosevelt, ao chegar à presidência dos Estados Unidos, já estava amplamente familiarizado com os problemas da política exterior de seu país. A sua passagem pela Casa Branca coincidiu com a Segunda Guerra Mundial, o que lhe deu a oportunidade de ser um dos construtores da vigente ordem política internacional. Do grande papel que representou como homem de govêrno, das idéias que pregou, das posições que defendeu, o professor Willard Range, do departamento de *Ciência Política da Universidade da Geórgia*, pretende extrair uma doutrina coerente: num livro sério, que revela poder de análise e esfôrço de pesquisa igualmente meritórios, procura êle sistematizar as idéias de Roosevelt sôbre a crise política que, na primeira metade dêste século, produziu duas guerras mundiais, e apresenta-nos o esquema da organização do mundo que o grande presidente teria idealizado.

Em capítulos alentados, dá-nos o autor a relação das causas que determinaram a destruição da ordem internacional que o século XIX nos legara, analisando as implicações dêsse fato em relação à política externa dos Estados Unidos. Analisa o pensamento de Roosevelt sôbre a Nova Ordem, sua concepção de uma política mundial de boa vizinhança, suas idéias sôbre o desarmamento e a extinção do imperialismo. Por fim, reconstitui o idealismo rooseveltiano no tocante a uma espécie de *new deal* internacional, que estabelecesse um eficaz sistema de *segurança coletiva* e levasse a todo o mundo os benefícios da paz e da democracia.

Segundo o professor Range, a doutrina Roosevelt atribui a nada menos de oito causas principais o colapso da ordem política que as duas últimas guerras destruíram. Foram elas: os efeitos insanáveis do Tratado de Versalhes, a corrupção da Sociedade das Nações, o aparecimento do nacionalismo econômico, a incapacidade dos Governos para a tarefa de enfrentar os problemas da sociedade moderna, o contrôle dos negócios estrangeiros por grupos políticos incapazes, a corrida armamentista, o declínio dos princípios morais, a tendência para a paz a qualquer preço. O livro demonstra que Roosevelt, ao menos ocasionalmente, adotou tôdas estas idéias, o que os seus escritos

certamente comprovam. Pode-se pôr em dúvida, entretanto, que êle tenha tido a preocupação de criar uma verdadeira doutrina, o que êle — como tantos outros, a começar por Monsieur Jourdain — talvez tenha feito sem o saber. Outra observação pertinente é a de que, entre as numerosas causas arroladas, algumas são meros truísmos, enquanto outras talvez merecessem ser enumeradas de preferência entre os efeitos ou conseqüências das transformações históricas consideradas.

O livro do professor Range focaliza a figura de Franklin Roosevelt com a imensa projeção que êle teve no cenário internacional, de 1930 a 1945. Está longe, porém, de ser um livro meramente apologético. Muito diversamente, a conclusão do autor é a de que pensadores maiores do que Roosevelt "tiveram suas idéias trituradas por multidões de críticos, e seria insensato pretender que as teorias do Presidente sejam invulneráveis a ataques". Reconhece que Roosevelt cometeu numerosos erros de julgamento, como sua atitude quanto à moralidade internacional, que era tão utópica quanto discutível. Seu apoio à doutrina da autodeterminação leva o professor Range a indagar se é sábio contribuir para a fragmentação do mundo, quando a interdependência dos povos está hoje a pedir uma integração cada vez maior.

Objeções dêsse gênero podem ser opostas a muitas outras das posições doutrinárias em que Roosevelt se colocou. Entretanto, é óbvio para o autor que, a despeito "de todos os defeitos e pontos discutíveis, a teoria das relações internacionais do Presidente contém muitos e grandes méritos". Entende o professor Range que a explicação do colapso da ordem mundial precedente é arguta, e que o relêvo dado ao insucesso dos governos democráticos para satisfazerem as necessidades do povo é talvez a melhor explicação para o declínio da democracia e a expansão do totalitarismo.

O livro em exame retrata o Presidente Roosevelt sobretudo como um idealista prático. A tese central de sua doutrina é a de que o padrão secular de conduta dos Estados pode ser mudado, e uma nova ordem mundial pode ser estabelecida à base do princípio da boa vizinhança. Pretendia êle mais do que a mera restauração do sistema vigorante no século passado: sua meta era a criação de uma Nova Ordem, porque êle estava, até onde possível, convencido de que a civilização está sempre em marcha, para cima e para a frente, apesar de eventuais regressões, o que nos permite crer na permanente possibilidade de construirmos um mundo melhor.

A. M.

LORD ABERDEEN AN THE AMERICAS — *Wilbur Devereux Jones* — University of Georgia Press, 1958 — 101 págs.

Reunem-se neste volume vários artigos sôbre a política exterior da Grã-Bretanha em relação ao Novo Mundo, no período em que George Gordon, quarto Conde de Aberdeen, estêve à frente do *Foreign Office*. Êste estadista inglês — nascido em 1784 e falecido em 1860 — foi um dos grandes condutores do Império britânico, em sua fase de maior esplendor. Em 1828, êle foi Secretário de Negócios Estrangeiros sob o Duque de Wellington; em 1834 e 1835, estêve à frente do *Colonial Office;* de 1841 a 1846 ocupou novamente o *Foreign Office,* no gabinete de Sir Robert Peel; de 1852 a 1855, foi Primeiro Ministro.

O livro do professor Jones, que leciona História na Universidade da Geórgia, não é uma biografia de Gordon, nem um estudo geral da política exterior britânica, com a amplitude universal que ela teve na era vitoriana. Limita-se êle a analisar um aspecto particular dessa política: o das relações do Reino Unido com as suas antigas colônias da América do Norte, e com as jovens nações da América do Sul, aspecto a que os biógrafos de Gordon não dispensam maior atenção.

Dêsse homem de Estado pode-se dizer que teve mais sucesso como Secretário de Negócios Estrangeiros, no ministério Peel, do que, depois, como chefe do Govêrno. Neste último pôsto, em que coroou uma longa e brilhante carreira política, teve êle a desvantagem de dirigir um gabinete de notáveis, no qual três ou quatro personalidades se julgavam mais hábeis e mais importantes do que o Primeiro Ministro. Sua passagem pelo *Foreign Office* foi assinalada por grandes êxitos. Pela confiança que inspirava a Guizot, êle reaproximou a Grã-Bretanha da França, lançando os fundamentos de uma política que, cinqüenta anos depois, produziu a *entente cordiale*. Nas relações com os Estados Unidos, não foi êle menos feliz, porque, em 1842, evitou a guerra que a disputa sôbre a fronteira nordeste com o Canadá poderia ter ocasionado. Dois anos depois — quando o novo govêrno democrático dos Estados Unidos reclamava tôda a costa do Pacífico até o Alasca — abriu-se nova crise, que o Tratado de Oregón conjurou, fixando definitivamente a fronteira no Paralelo 49.

Para o leitor brasileiro, tem o livro um capítulo de natural interêsse: o que estuda a política de Lord Aberdeen no Rio da Prata, precisamente no período em que o Brasil e a Argentina

ali se defrontavam, por causa da disputa pelo Govêrno do Uruguai, em que encarniçadamente se empenhavam Oribe e Rivera. Nesta época, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha eram dificultadas pelo tráfico de escravos que, apesar de legalmente extinto desde 1831, ainda florescia. Sôbre a intervenção no Rio da Prata, o professor Jones revela as hesitações da política inglesa em relação ao ditador Rosas, ressaltando a discordância entre o pensamento do *Foreign Office* e a ação do ministro inglês em Montevidéu, cousa explicável antes do telégrafo submarino, quando os enviados diplomáticos tinham à distância uma ampla liberdade de ação. Relembra o autor as dificuldades que o Marquês de Abrantes encontrou em sua missão a Londres, quando se cogitava da intervenção das grandes potências como solução para a crise uruguaia. Lord Aberdeen escreveu então ao Primeiro Ministro que a iniciativa brasileira "nos dá a facilidade de adotar com a França uma politica de interferência, mas as nossas relações com o Brasil provàvelmente se tornarão desagradáveis e complicadas". Era esta uma reserva compreensível da parte dos inglêses, que haviam idealizado o Uruguai como um Estado-tampão. Daí a cautela de Lord Aberdeen: "devemos ter cuidado, contudo, para não encorajar os brasileiros em qualquer projeto para retomar posse de Montevidéu, o que não me surpreenderia se êles tivessem em vista".

O livro em exame muito nos ajuda a compreender os expedientes e métodos da diplomacia vitoriana, e nos mostra as origens de certas posições da política inglêsa, que influíram profundamente na História contemporânea. Para o autor, Lord Aberdeen teria manobrado hàbilmente para separar os Estados Unidos da França e para, ao mesmo tempo, aproximar a Grã-Bretanha de uma e de outro. Com êsse objetivo êle terá sido o verdadeiro precursor da *entente cordiale,* e terá feito mais que qualquer outro estadista inglês para pôr têrmo aos conflitos que, até meados do século passado, periòdicamente ameaçavam as relações entre o Reino Unido e sua antiga colônia da América. Sustenta o professor Jones que a política de George Gordon se projetou no futuro e uniu de tal forma as democracias de língua inglêsa que tornou possível a intervenção americana em duas guerras mundiais. O que, a seu ver, os Estados Unidos fizeram "mais pelo desejo de ajudar a Grã-Bretanha do que pela intenção de pagar uma dívida a Lafayette".

A. M.

ATLAS DE POLÍTICA MUNDIAL — *Andrew Boyd* (Tradução de Luis Jordá) — Barcelona: Editorial Iberia, S. A., 1958 — 156 págs. — Cr$ 400,00.

Versão espanhola de *An Atlas of World Affairs*, publicado em 1957, êste livrinho, de formato e preço acessíveis, constitui em verdade precioso auxiliar dos estudiosos das relações internacionais, e principalmente de professôres e conferencistas que necessitem recapitular ràpidamente o já sabido. Isto porque a vastidão da matéria abrangida em comentários dos mais sucintos não poderia aspirar senão a um desempenho supletivo.

Na realidade, a obra de Andrew Boyd resume-se essencialmente nos mapas de W. H. Bromage, síntese gráfica de geografia política, humana e econômica, de agradável apresentação e manifesta utilidade; os textos, mera antologia de legendas explicativas, parecem ser, na expressão modesta do próprio autor, "um exercício na arte da omissão". A idéia geral que presidiu à feitura do trabalho é decerto a de transmissão, ao consulente, do que existe de essencial sôbre cada assunto — e os temas são desconexos entre si, sugeridos apenas, quiçá jornalìsticamente, pelos pontos focais da política internacional contemporânea — sem, portanto, enveredar por minúcias. Com isto obtém-se o resultado pragmático de evitar, ou pelo menos retardar, a desatualização e o valor didático do pequeno grande compêndio de Mr. Boyd; em que pese o nascimento de novos Estados soberanos cada nove meses, em média, e apesar de originalmente publicado há três anos, o livrinho em questão não perdeu sua utilidade como obra de referência, salvo, talvez, no que tange à proliferação de repúblicas africanas no seio da Comunidade Francesa.

Outrossim, por seguir uma orientação factual, descritiva, de terminologia apenas levemente tendenciosa, no sentido pró-ocidental e europeocêntrico (pois o autor prefere que os mapas e as cifras falem por si), eximindo-se, dessarte, das profecias pseudo-objetivas que costumam envelhecer prematuramente tantos publicistas, êste "Atlas" ganha em precisão e fidedignidade. Quanto aos têrmos monetários, seria desejável, do ponto de vista do leitor brasileiro, que os valores fôssem orçados em dólares, em lugar de pesetas; por outro lado, deve-se ao tradutor a conversão, para nós vantajosa, das medidas em milhas para quilômetros.

A ordem dos mapas e respectivos comentários não parece refletir qualquer sistemática preconcebida. Assim, a matéria contida no "Atlas" distribui-se por setenta unidades, rotuladas

como se segue: população; energia; alguns minerais-chave; geografia atômica; o dólar, a libra e o rublo; "um mundo só?" (a resposta do autor é negativa: a divisão é entre os países pertencentes às Nações Unidas e os excluídos da Organização); um mundo dividido; os que obtiveram e os que perderam a liberdade; evolução da Comunidade Britânica; Ásia e África; auxílio aos países pobres (uma supersimplificação algo temerária); a guerra a grandes distâncias (Mackinder e sua geopolítica ressuscitados com honra); avanços no Ártico; uma Europa dividida; uma Alemanha dividida; as fronteiras da Polônia; ganhos territoriais da Rússia; aliança atlântica; unidades européias ocidentais; a liberdade de comércio na Europa; o Sarre; os "neutros" europeus; Escandinávia e Rússia; águas setentrionais em litígio; os holandeses fazem retroceder o mar (não obstante a grandeza da tarefa, não cabe a inclusão de tal capítulo em semelhante "Atlas" — bem mais útil teria sido ilustrar a controvérsia austro-italiana sôbre o Alto Adige); Irlanda do Norte e Irlanda do Sul; Gibráltar e Malta; Iugoslávia; o Danúbio; Chipre e os aliados balcânicos.

Passando da Europa e da guerra fria para o resto do mundo, o autor relaciona ainda os seguintes títulos: a África do Sul; a Federação na África Central; a África Oriental; Argélia, Túnis e Marrocos; a França e o Saara; o mundo árabe; Israel; o petróleo do Oriente Médio; o tráfego pelos canais de Suez e do Panamá; história de Suez; o conflito Suez — Sinai de 1956; a Arábia; o pacto de Bagdá (hoje impròpriamente chamado Organização do Tratado da Ásia Central); Índia e Paquistão; Cachemira; Afeganistão; Goa; o novo mapa da Índia; Indo-China; Malaca e Singapura; Indonésia e Nova Guiné; a defesa do Sudeste asiático; a Ásia Central comunista; a Coréia entre gigantes; a Guerra da Coréia; o império perdido pelo Japão; os Estados Unidos e o Pacífico; o degêlo do Norte canadense; o contínuo crescimento dos Estados Unidos; a América Latina (um pouco negligenciada); o mosaico do Caribe; a sombra da Argentina; e, *last but not least*, a rivalidade antártica.

Com isto, está feita a cobertura política do globo e dos principais pontos de atrito suscetíveis de originar a centelha para um novo conflito. Alguns tópicos poderiam ter sido mais pormenorizados, sem prejuízo do conjunto e visando à maior homogeneidade interregional. De maneira geral, porém, o Sr. Boyd prestou um excelente serviço, dentro do que se propunha

a fazer: suplementar leituras consideràvelmente mais profundas, e por certo bem mais maçantes que a dêste vívido e loquaz "Atlas".

G. D. L.

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS INTERNACIONAIS E POLÍTICA ESTRANGEIRA

I. *POLITICA GERAL*

EL PRIMER SATELITE ARTIFICIAL. SUS EFECTOS EN LA OPINION PUBLICA — *Eduardo Hamuy, Daniele Salcedo, Orlando Sepulveda* — Santiago de Chile, Instituto de Sociologia, 1958 — 132 p.

L'ANNÉE POLITIQUE 1958 — Paris, Presses Universitaires de France, 1959 — 715 p.

DOCTRINES DU NATIONALISME — *Jacques Ploncard d'Assac* — Paris, Librairie Française, 1958 — 350 p., Fr. 00.

PROSPECTIVE Nº 3: RAPPORT DE L'OCCIDENT AVEC LE RESTE DU MONDE — Paris Presses Universitaires de France, 1959 — 100 p., Fr. 480

LA TROISIÈME GUERRE MONDIALE EST COMMENCÉE — *Pierre Debray* — Paris, Presses Continentales, 1958 — 223 p.

LA GRANDE PEUR — *E. N. Dzelepy* — Bruxelles, Synthèses, 1958 — 79 p.

LA PRESSE DANS LES ÉTATS AUTORITAIRES — *Institut International de Presse* — Zurich, Institut International de Presse, 1959 — 207 p.

HISTOIRE DES IDÉES POLITIQUES — *Jean Touchard [e outres]* — Paris, Presses Universitaires de France, 1959 — 2 vs. — 1 v. Des origines au XVIIIe siècle. — 2 v. Du XVIIIe siècle à nos jours

ANNUARIO DI POLITICA INTERNAZIONALE — *Instituto per gli studi di Politica Internazionale* — Milão, Arti grafiche F. Ghezzi, 1958 — 1213 p.

LA NUOVA FRONTIERA — *Renato Giordano* — Bologna, Il Mulino, 1959 — 273 p.

THE YEAR BOOK OF WORLD AFFAIRS 1959 —*George W. Keeton* e *George Schwarzenberger* (ed.) — New York, Praeger, 1959 — 497 p., 42 s.

COMMUNISM AND THE THEOLOGIANS: STUDY OF AN ENCOUNTER — *Charles C. West* — Philadelphia, Westminster Press, 1958 — 399 p., $6.00

LENIN AND WORLD REVOLUTION — *Stanley W. Page* — New York, New York University Press, 1959 — 252 p., $5.00

SOVIET WORLD OUTLOOK — Washington, U.S. Government Printing Office, 1959 — 247 p., $1.25

SIX ALLIES AND A NEUTRAL — *Lloyd A. Free* — Glencoe, Free Press, 1959 — 210 p. $5.00

RISE AND DEVELOPMENT OF A TOTALITARIAN STATE — *V. Chalupa* — Leyden, Stenfert Kroese, 1959 — 294 p., Florins 15

DEMOCRATIC MANIFESTO — *Ferdinand Peroutka* — New York, Voyages Press, 1959 — 181 p., $3.00

CONQUEST OF VIOLENCE, THE GANDHIAN PHILOSOPHY OF CONFLICT — *Joan V. Bondurant* — Princeton, University Press, 1958 — 269 p.

POWER, PUBLIC OPINION, AND DIPLOMACY — *Lillian Parker Wallace* e *William C. Askew* (ed.) — Durham, Duke University Press, 1959 — 421 p., $8.75

CHOICE FOR SURVIVAL — *Louis J. Halle* — New York, Harper, 1958 — 147 p.

FOREIGN POLICY AND THE FREE SOCIETY — *Walter Millis* e *John Courtney Murray, S.J.* — New York, Oceana, 1958 — 116 p.

THE OPIUM OF THE INTELLECTUALS — *Raymond Aron* — New York, Doubleday, 1957 — 324 p.

WAR AND INDUSTRIAL SOCIETY — *Raymond Aron* — New York, Oxford University Press, 1958 — 63 p.

CAN PEOPLE LEARN TO LEARN? — *Brock Chisholm* — London, Allen & Unwin, 1959 — 144 p., 15 s.

FREEDOM CHOOSES SLAVERY — *J. Freire d'Andrade* — London, Allen and Unwin, 1959 — 140 p.

IDEAS, PEOPLE AND PEACE — *Chester Bowles* — London, Bodley Head, 1958 — 190 p.

GENERALS AS STATESMEN — *Josef Egmond Gellermann* — New York, Vantage Press, 1959 — 150 p., $2.95

FOREIGN POLICY IN WORLD POLITICS — *Roy C. Macridis* (ed.) — Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1958 — 420 p., $3.95

INTERNATIONAL POLITICS — *Frederick L. Schuman* — New York, McGraw,-Hill, 1959 — 745 p.

THE STUDY OF COMPARATIVE GOVERNMENT AND POLITICS — *Gunnar Heckscher* — *London,* Allen & Unwin, Ltd., 1957 — 172 p., $4.25

THE END OF EMPIRE — *J. Strachey* — 1959 — 352 p., $4.25

THE POWER OF SMALL STATES: DIPLOMACY IN WORLD WAR II — *Annette Baker Fox* — Chicago, The University of Chicago Press, 1959 — 211 p., $5.50

HISTORIC DOCUMENTS OF WORLD WAR II — *Walter Consuelo Langsam* — Princeton [etc] D. Van Nostrand, 1958 — 191 p., $1.25

HET PARADIJS OP AARDE. GEDATCHEN OVER DE VERHOUDINGEN VAN DE EUROPESE TOT DE BUITENEUROPESE MENS — *H. Baudet* — 1959 — 116 p., $1.30

POLITISCHES LEXIKON. POLITIK VON A-Z — *H. Frederik* — 1959 — 400 p., Enc. $6.60

POLITISCHES WÖRTERBUCH — *Siegfried Landshut* e *Wolfgang Gäbler* — Tübingen, J. C. B. Mohr, 1958 — 265 p.

STAAT UND RAUM. GRUNDLAGEN DER GEOPOLITIK — *A. Grabowsky* — 1960 — 200 p., Enc. $8.

DIE WELT ZWISCHEN KRIEG UND FRIEDEN — *P. Dürrenmatt* — 1959 — 240 p., $3.95

DIE INTERNATIONALE — *Günther Nollay* — Cologne, Verlag für Politik und Wirtschaft, 1959 — 343 p., DM 15.80

HANDBUCH DES WELTKOMMUNISMUS — *Joseph M. Bochenski* e *Gerhart Niemeyer* — München, Karl Alber, 1958 — 762 p.

DIPLOMATIE UNSERER ZEIT — *Karl Braunias* e *Gerald Stourzh* (ed.) — Graz, Verlag Styria, 1959 — 330 p.

2. *ESTRATÉGIA E DESARMAMENTO*

LA STRATÉGIE DES FUSÉES — *Jacques Bloch Morhange* — Paris, Plon, 1958 — 192 p.

THE SECURITY ASPECTS OF IMMIGRATION WORK — *Anthony T. Bouscaren* e outros — Milwaukee, Marquette University Press, 1959 — 213 p.

A PSYCHOLOGICAL WARFARE CASEBOOK — *William E. Daugherty* e *Morris Janowitz* — Baltimore, The Johns Hopkins Press., 1958 — 880 p., $12.50

COMMAND DECISIONS — New York, Harcourt, 1959 — 481 p., $5.95

INSPECTION FOR DISARMAMENT — *Melman Seymour* — New York, Columbia University Press, 1958 — 291 p.

DISARMAMENT: AN OUTLINE OF THE NEGOTIATIONS — *Anthony Nutting* — London, Oxford University Press, 1959 — 47 p., 8s 6d

DISENGAGEMENT — *Eugène Hinterhoff* — London, Steven and Sons, 1959 — 445 p.

ORGANIZING PEACE IN THE NUCLEAR AGE — *Arthur N. Holcombe* [e outros] — New York, New York University Press, 1959 — 245 p., $3.75

WAR AND PEACE IN THE SPACE AGE — *Lieut. Gen. James M. Gavin* — New York, Harper, 1958 — 287 p., $5.21

BALANCE OF POWER OR INTERNATIONAL FORCE? — *Group Captain R. Fulljames* — Ilfracombe Arthur H. Stockwell, 1959 — 29 p., 2 s.

DANGER SPOTS OF THE WORLD — *Bernard Newman* — London, Robert Hale, 1959 — 224 p., 18 s.

ARMEE UND SOLDAT IM ATOMZEITALTER — *Fritz Below* — Stahlberg, Karlsruhe, 1957 — 213 p.

3. *ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL*

AS SETE PORTAS DA PAZ; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS — *Claudio Fornari* — Rio de Janeiro, Graf. Ed. Nap., 1959 — 86 p., Cr$80,00

POURQUOI L'O.T.A.N.? — *Paul-Henri Spaak* — Paris, Plon, 1959 — 77 p., Fr. 300

LA RÉFORME DU CONSEIL DE L'EUROPE — *Pierre Duclos* — Paris, R. Pichon et Durand-Auzias, 1958 — 528 p.

LES ORGANISATIONS INTERNATIONALES — *Pierre Gerbert* — Paris, Presses Universitaires de France, 1958 — 128 p.

LE ORGANIZZAZIONI INTERNAZIONALI A CARATTERE EUROPEO CONSIDERATE NEI LORO RAPPORTI RECIPROCI — *Roberto Socini* — Padua, Cedam, 1957 — 138 p.

CONTRIBUTO ALLA TEORIA DELLA CONCILIAZIONE DELLE CONTROVERSIE INTERNAZIONALI, DAVANTI AL CONSIGLIO DI SICUREZZA — *G. M. Ubertazzi* — Milano, A. Giuffrè, 1958 — 143 p.

DIRECTORY OF PERIODICALS PUBLISHED BY INTERNATIONAL ORGANIZATIONS — Brussels, Union of International Associations, 1959 — 241 p., Bel. Fr. 150

THE NORDIC COUNCIL AND COOPERATION IN SCANDINAVIA — *Frantz Wendt* — Copenhagen, Munksgaard, 1959 — 247 p.
THE NATO TALKING BOOK — London, The Birkett Press, 1959 — 5 s. 9 d.
PARTICIPATION OF THE UNITED STATES IN THE INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION — Urbana, University of Illinois, Institute of Labor and Industrial Relations, 1959 — 150 p.
THE UNITED NATIONS AND THE INDIAN NATIONAL INTEREST — *Sudershan Chaiola* — 1958 — 60 p.
CHINA AND THE UNITED NATIONS — *China Institute of International Affairs*, 1959 — 285 p., Enc. $3.00
THE SOVIET VIEW OF THE UNITED NATIONS — *Alexander Callin* — Cambridge, Center for International Studies, Massachussetts, Institute of Technology, 1959 — 104 p.
WESTERN EUROPE AND UNITED NATIONS — *Lincoln P. Bloomfield* — 1959 — 125 p.
THE UNITED NATIONS AND DOMESTIC JURISDICTION — *M. S. Rajan* — Calcutta, Orient Longmans, 1958 — 679 p., Rs 25/
POLITICS IN UNITED NATIONS ELECTIONS — *Norman J. Padelford* — 1959 — 72 p.
INTERNATIONAL INSTITUTIONS — *Paul Reuter* — London, Allen & Unwin, 1958 — 316 p.

4. *ASSUNTOS JURIDICOS E DIPLOMATICOS*

EL DERECHO INTERNACIONAL INTERPRETADO POR LA CORTE SUPREMA DE LA NACIÓN — *Raul Rodrigues Araya* — Rosario, Facultad de Ciencias Economicas, 1958 — 286 p.
LA RECEPCIÓN DEL RECURSO CONTENCIOSO-ADMINISTRATIVO EN LA COMUNIDAD DEL CARBÓN Y DEL ACERO — *Antonio J. Carrilo Salcedo* — Seville, Instituto Garcia Oviedo, 1958 — 216 p.
ANNUAIRE FRANÇAIS DE DROIT INTERNATIONAL DE LA HAYE — Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1959 — 1004 p.
LE DROIT INTERNATIONAL DE LA MER — *Olivier de Ferron* — Geneva, Droz, 1958 — v. I, 238 p., Sw. Fr. 16
LES CONCEPTIONS SOVIÉTIQUES DU DROIT DE LA MER — *F. De Hartingh* — 1959 — $4.90
DROIT D'OUTRE-MER — *P. F. Gonidec* — Paris, Montchrestien, 1959 — v. I, 493 p., Fr. 1.800
DROIT DU TRAVAIL DES TERRITOIRES D'OUTRE-MER — *P. F. Gonidec* e *M. Kirsch* — Paris, R. Pichon et R. Durand-Auzias — 744 p.
LES ASPECTS JURIDIQUES DU MARCHÉ COMMUN — *Université de Liège*, — Liège, Faculté de Droit, 1958 — 157 p.
RAPPORT SUR UN ESSAI DE STATUT DES FONCTIONNAIRES DE LA COMMUNAUTÉ ECONOMIQUE EUROPÉENNE ET DE LA COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE DE L'ENERGIE ATOMIQUE — *Laurent Vandenbosch* — Brussels, 1958 — 97 p.
LE DROIT DE LA COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER — *Pierre Mathijsen* — The Hague, Martinus Nijhoff, 1958 — 206 p.
LE DROIT ET LES DROITS DE L'HOMME — *L. Lachance* — 1959 — $2.75

L'ÉTAT SOUVERAIN ET L'ORGANISATION INTERNATIONALE — *Maurice Bourquin* — New York, Manhattan publishing co., 1959 — 237 p., $3.00

LE DROIT DE LA GUERRE ET LES CONFLITS ARMÉS D'UN CARACTÈRE NON INTERNATIONAL — *Jean Siotis* — Paris, R. Pichon et R. Durand-Auzias, 1958 — 248 p., Fr. 2.650

LES RÉSERVES DANS LES DÉCLARATIONS D'ACCEPTATION DE LA JURIDICTION OBLIGATOIRE DE LA COUR INTERNATIONALE DE JUSTICE — *B. Maus* — Oxford, Blackwell's, 1960 — 215 p., 29/6

LES RÉSERVES DANS LES TRAITÉS INTERNATIONAUX — *Kaye Holloway* — Paris, Pichon et Durand-Auzias, 1958 — 379 p.

LE CANAL DE SUEZ — *B. Boutros-Ghali* e *Youssef Chlala* — Alexandrie, Société Égyptienne de droit international, 1958 — 210 p.

DIRITTO INTERNAZIONALE — *Angelo Piero Sereni* — Milano, Giuffrè, 1958 — v. II, p. 233-770

IL CONCETTO E IL RAPPORTO GIURIDICO DI LAVORO INTERNAZIONALE — *Mario Cavaciocchi* — Pistois, Tip. Pistoiese, 1958 — 310 p.

PROSPETTIVE DI UNA LEGISLAZIONE COMUNITARIA EUROPEA — *Mario Polledri* e *Vincenzo Mallardo* — Bergamo, Lito-Tipo Mayer, 1958 — 210 p.

LE CONVENZIONI DI GENEBRA DI DIRITTO DEL MARE — *Società Italiana per l'Organizzazione Internazionale* — Padova, CEDAM, 1959 — 109 p.

LA MISSIONE DIPLOMATICA — *Adolfo Maresca* — Milano, Giuffrè, 1959 — 357 p.

LA DIPLOMAZIA CONTEMPORANEA. RACCOLTA DI DOCUMENTI DIPLOMATICI (1815-1956) — *E. Anchieri* — 1959 — 480 p., Enc. $8.00

THE USE OF INTERNATIONAL LAW — *Philip C. Jessup* — Ann Arbour, University of Michigan Law School, 1959.

THE BRITISH YEAR BOOK OF INTERNATIONAL LAW 1958 — *C. H. M. Waldock* (ed.) — London, Oxford University Press, 1959 — 468 p., 75 s.

NUCLEAR WEAPONS AND INTERNATIONAL LAW — *Nagendra Singh* — New York, Praeger, 1959 — 267 p., $6.75

STATE IMMUNITIES AND TRADING ACTIVITIES IN INTERNATIONAL LAW — *Sompong Sucharitkul* — London, Stevens & Sons, 1960 — £3 10 s.

LAW IN A CHANGING SOCIETY — *W. Friedmann* — London, Stevens and Son, 1959 — 522 p.

TREATY-MAKING POWER — *Hans Blix* — London, Stevens & Sons, 1960 — about £ 4 4s. net

THE MODERN LAW OF LAND WARFARE — *Morris Greenspan* — Berkeley, University of California Press, 1959 — 724 p., $10.00

LEGAL PROBLEMS INVOLVED IN THE CORFU CHANNEL INCIDENT — *Il Yung Chung* — Genève, Droz, 1959 — 289 p., Fr. s. 22

THE MINQUIERS AND ECREHOS CASE — *A. G. Roche* — Oxford, Blackwell's, 1960 — 200 p., 22/

POLISH-GERMAN FRONTIER FROM THE STANDPOINT OF INTERNATIONAL LAW — *Boleslaw Wiewióra* — Warsaw, Wydawnictwo Zachodnie, 1959 — 224 p.

THE EVOLUTION OF THE SUEZ CANAL STATUS FROM 1869 UP TO 1956, A HISTORICO-JUDICIAL STUDY — *Benno Avran* — Paris, Minard, 1958 — 170 p., $4.00

CONTROLS OF OUTER SPACE — *Philip C. Jessup* e *Howard J. Taubenfeld* — New York, Columbia University Press, 1959 — 379 p., $6.00

NON-INTERVENTION — THE LAW AND ITS IMPORT IN THE AMERICAS — *Ann Van Wynen Thomas* e *A. J. Thomas Jr.* — Dallas, Southern Methodist University Press, 1956 — 476 p.

ISLAMIC LAW IN THE MODERN WORLD — *J. N. D. Anderson* — New York, New York University Press, 1959 — 106 p., $2.75

ELECTRIC POWER REGULATION IN LATIN AMERICA — *David F. Cavers* — Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1959 — 279 p.

DIPLOMAT — *Charles W. Thayer* — New York, Harper, 1959 — 299 p., $4.50

DIPLOMACY IN A CHANGING WORLD — *Stephen D. Kertesz* e *M. A. Fitzsimmons* (ed.) — Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1959 — 407 p., $7.50

ARMED DIPLOMAT — *J. V. Davidson-Houston* — London, Hale, 1959 — 191 p., 21 s.

DIE PFLICHT DES STAATES ZUR GEWÄHRUNG DIPLOMATISCHEN SCHUTZES. DEUTSCHES RECHT UND RECHTSVERGLEICHUNG — *K. Doehring* — Berlin, Carl Heymans Verlag, 1959 135 p.

DIE TECHNIK DER DIPLOMATIE. L'ART DE NÉGOCIER — *H. Wildner* — 1959 — 342 p., $8.15

5. *ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS*

A FOME EM PORTUGAL — *Edgard Rodrigues* e *Roberto das Neves* — Rio de Janeiro, Ed. Germinal, 1959 — 387 p., Cr$300,00

ASPECTOS MONETARIOS DE LAS ECONOMIAS LATINOAMERICANAS — México, Centro de estudios monetários latinoamericanos, 1958-59 — 2 vs.

RELATIONS ÉCONOMIQUES INTERNATIONALES — *Maurice Byé* — Paris, Dalloz, 1959 — 556 p.

REGIME CONCURRENTIEL ET FORMATION DES PRIX — *P. L. Justman Jacob* — Haia, Martinus Nijhoff, 1959 — 57 p., 3.50 fl. net.

LA COOPÉRATION — *G. Lasserre* — Paris, Presses Universitaires de France, 1959 — 125 p.

LA COOPÉRATION ÉCONOMIQUE INTERNATIONALE 1957-1959 — *Jacques A. l'Huillier* — Genève, E. Droz, 1959 — 138 p., Sw Fr. 9

PAYS SOUS-DÉVELOPPÉS ET COOPÉRATION TECHNIQUE — *N. Drogat* — 1959 — 196 p. $2.60

LA FORMATION DU CAPITAL DANS LES PAYS SOUS-DÉVELOPPÉS ET L'ASSISTANCE FINANCIÈRE ÉTRANGÈRE — *H. Simonet* — 1959 — 222 p., $4.70

LA COLLECTIVISATION DE L'AGRICULTURE: U.R.S.S. — CHINE — DÉMOCRATIES POPULAIRES — *Charles Bouvier* — Paris, A. Colin, 1958 — 248 p., Fr. 975

ZONE DU LIBRE ECHANGE OU COMMUNAUTÉ ECONOMIQUE EUROPÉENNE — 1959 — 2 vs. $6.65

LA CRISE DE LA ZONE DE LIBRE-ÉCHANGE — *Europeus* — Paris, Plon, 1959 — 3 p., Fr. 495

LE MARCHÉ COMMUN — *J. F. Deniau* — Paris, Presses Universitaires de France, 1958 — 128 p.
LE MARCHÉ COMMUN — *L. de Sainte-Lorette* — Paris, A. Colin, 1958 — 223 p. Fr. 360
LA FRANCE DEVANT LE MARCHÉ COMMUN — *Georges Elgozy* — Paris, Flammarion, 1958.
LE DRAME FRANÇAIS; DU LIBRE-ECHANGE AU MARCHÉ COMMUN — *Paul Combe* — Paris, Plon. 1959 — 221 p.
ASPECTS DU MARCHÉ COMMUN. COLLOQUE DES 29 ET 30 MARS 1958 (BRUXELLES) — Bruxelles, Librairie Encyclopédique, 1958 — 255 p.
IMPÔTS SUR TRANSACTIONS, TRANSMISSIONS ET CHIFFRE D'AFFAIRES: PROBLÈMES DU MARCHÉ COMMUN ET DE L'INTÉGRATION INTERNATIONALE — *M. Masoin* e *E. Morselli* — Palermo, L'Institut de Sciences Financières de l'Université de Palerme, 1959
L'ASSOCIATION DES PAYS D'OUTREMER À LA COMMUNAUTÉ ÉCONOMIQUE EUROPÉENNE — *Pierre-Bernard Couste* — Paris, Librairies Techniques, 1959 — 288 p.
DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE DES PAYS ET TERRITOIRES D'OUTRE-MER ASSOCIÉS AUX PAYS MEMBRES DE L'O.E.C.E. — Paris, O.E.C.E., 1958 — 275 p., Fr. 1.200
COOPÉRATION ÉCONOMIQUE FRANCO-AFRICAINE — *René Hoffherr* — Paris, Sirey, 1958 — 174 p.
LES RELATIONS ÉCONOMIQUES EXTÉRIEURES DES PAYS D'AFRIQUE NOIRE DE L'UNION FRANÇAISE — *Jean-Jacques Poquin* — Paris, A. Colin, 1958 — 297 p., Fr. 1.600
L'ÉCONOMIE AFRICAINE — *Mamadou Dia* — Paris, Presses Universitaires de France, 1957 — 120 p., Fr. 500
TABLEAUX ÉCONOMIQUES — A.O.F. — Clichy, Impr. de Dupont, 1957 — 412 p.
TRAITÉ D'ÉCONOMIE TROPICALE. LES ÉCONOMIES D'A.O.F.? — *Marcel Capet* — Paris, R. Pichon et R. Durand-Auzias, 1958 — 349 p.
LE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE DE L'IRAK DEPUIS LE SECOND CONFLIT MONDIAL — *M. Montuori* — Cahier de l'ISEA, série F, nº 14
DE KARL MARX À MAO TSÉ TUNG — *H. Chambre* — 1959 — 344 p., $3.60
LE RÔLE DE LA FEMME DANS LE DÉVELOPPEMENT DES PAYS TROPICAUX ET SOUS-TROPICAUX — *I.N.C.I.D.I.* — Bruxelles, 1959 — 544 p.
LES NATIONALISATIONS EN FRANCE ET À L'ÉTRANGER — LES NATIONALISATIONS À L'ÉTRANGER — *Henry Puget* (Institut de Droit Comparé) — Paris, Sirey, 1958
LA SURPOPULATION DANS LE MONDE — *Gaston Bouthoul* — Paris, Payot, 1958 — 269 p.
ASPETTI E PROBLEMI DELLO SVILUPPO ECONOMICO — *Mario Talamona* — Milano, Mondo Economico, 1958 — 194 p.
COMUNITA ECONOMICA EUROPEA — Roma, Arte Grafica Romana, 1958 — 751 p.
COMUNITA ECONOMICA EUROPEA — *Unione italiana delle Camare di Commercio, Industria e Agricoltura* — Milão, A. Giuffrè, 1958 — 717 p.

UNIONE DOGANALE E POLITICA TRIBUTARIA DEL MERCATO COMUNE — *Ferdinando Dosi* — Milão, A. Giuffrè, 1958 — 156 p.

DAL PIANO MARSHALL ALLA COMUNITÀ ECONOMICA EUROPEA — *Francesco E. Nonis* — Roma, Banco di Santo Spirito, 1959 — 239 p.

PROBLEMI FISCALI DEL MERCATO COMUNE — *Cesare Cosciani* — Milão, A. Giuffrè, 1958 — 132 p.

SISTEMI FISCALI E MERCATO COMUNE — *Gaetano Stammati* — Roma, Editrice Studium, 1959 — 206 p.

AN INTRODUCTION TO WORLD ECONOMY — *A. J. Brown* — London, Allen & Unwin, 1959 — 212 p.

ECONOMIC DEVELOPMENT — *Henry H. Villard* — New York, Rinehart, 1959 — 229 p., $2.50

THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF WESTERN CIVILIZATION — *Shepard B. Clough* — New York, McGraw-Hill, 1959 — 540 p., $7.50

THE STRATEGY OF ECONOMIC DEVELOPMENT — *Albert O. Hirschman* — New Haven, Yale University Press, 1958 — 217 p., $4.50

PUBLIC ENTERPRISE AND ECONOMIC DEVELOPMENT — *A. H. Hanson* — London, Routledge and Paul Kegan, 1959 — 486 p.

BALANCE OF PAYMENTS AND ECONOMIC GROWTH — *John M. Letiche* — New York, Harper, 1959 — 378 p., $6.00

SOCIAL ECONOMICS — *Walter Hagenbuch* — London, Cambridge University Press, 1958 — 320 p., 12 s. 6 d.

FOREIGN AID REEXAMINED: A CRITICAL APPRAISAL — *James W. Wigfins* e *Helmut Schock* (ed.) — Washington, Public Affairs Press, 1958 — 250 p.

LAND REFORM AND DEMOCRACY — *Clarence Senior* — Gainesville, University of Florida Press, 1958 — 269 p., $6.75

PROBLEMS AND PROCESS OF ECONOMIC PLANNING IN UNDERDEVELOPED ECONOMIES — *H. C. Gupta* — Allahabad, Kitab Mahal, 1958 — 228 p.

CHOICE OF TECHNIQUES; AN ASPECT OF THE THEORY OF PLANNED ECONOMIC DEVELOPMENT — *A. K. Sen* — Oxford, Blackwell, 1960 — 128 p., 18 s. net

CAPITAL FORMATION AND FOREIGN INVESTMENT IN UNDERDEVELOPED AREAS: AN ANALYSIS OF RESEARCH NEEDS AND PROGRAM POSSIBILITIES PREPARED FROM A STUDY SUPPORTED BY THE FORD FOUNDATION — *Charles Wolf Jr.* e *Sidney C. Sufrin* — Syracuse, Syracuse University Press, 1958 — 170 p., $3.00

INTERNATIONAL ORDER AND ECONOMIC INTEGRATION — *W. Röpke* — 1960 — 320 p. $6.00

ECONOMIC INTEGRATION — *Rolf Sannwald* e *Jacques Stohler* — Princeton, Princeton University Press, 1959 — 260 p., $5.00

THE FREE TRADE PROPOSALS — *G. D. N. Worswick* (ed.) — Oxford, Blackwell, 1960 — 30 s. net

ECONOMIC IMPACTS OF IMMIGRATION: THE BRAZILIAN IMMIGRATION PROBLEM. 1954 — *Fernando Bastos de Ávila, S.J.* — Haia, Martinus Nijhoff, 1959 — 102 p., Guilders 6.75

POWER WITHOUT PROPERTY: A NEW DEVELOPMENT IN AMERICAN POLITICAL ECONOMY — *Adolf A. Berle* — New York, Harcourt Brace, 1959 — 184 p.

POSTWAR ECONOMIC TRENDS IN THE UNITED STATES — *Ralph E. Freeman* (ed.) — New York, Harper & Brothers, 1960

AMERICAN BUSINESSMEN AND INTERNATIONAL TRADE — *Raymond A. Bauer* e *Ithiel de Sola Pool* (ed.) — Glencoe, The Free Press, 1959 — 145 p., $3.50

THE AMERICAN ECONOMIC IMPACT ON CANADA — *Hugh G. J. Aitkin* e outros — Durham, Duke University Press, 1959 — 176 p., $4.50

WHEAT SURPLUSES AND THEIR IMPACT ON CANADA-UNITED STATES RELATION — *W. E. Hamilton, W. M. Drummond* — Washington, National planning association, 1959 — 63 p.

COMPARISONS OF THE UNITED STATES AND SOVIET ECONOMIES — Washington, Government Printing Office, 1959 — 3 vs., $1.70

SWISS-AMERICAN ECONOMIC RELATIONS — *P. Erdman* — Oxford, Blackwell's, 1960 — 173 p., 30/

REFLECTIONS ON BRITAIN AND THE UNITED STATES — MAINLY ECONOMIC — *E. Lipson* — London, Pall Mall Press, 1959 — 103 p., 12/6

THE COMMUNIST CHALLENGE TO AMERICAN BUSINESS — *Clarence B. Randall* — Boston, Atlantic, 1959 — 203 p., $3.50

AMERICAN LABOR'S ROLE IN LESS DEVELOPED COUNTRIES; A REPORT ON A CONFERENCE HELD AT CORNELL UNIVERSITY, OCTOBER 12-17, 1958 — New York, Cornell University, 1959 — 70 p.

COMMUNIST ECONOMIC STRATEGY: THE ROLE OF EAST-CENTRAL EUROPE — *Jan Wszelaki* — Washington, National Planning Association, 1959 — 132 p., $3.00

FINANCING FREE WORLD TRADE WITH THE SINO-SOVIET BLOC — *Raymond F. Mikesell* e *Jack N. Behrmann* — Princeton, Princeton University Press, 1958 — 254 p.

THE LATIN AMERICAN COMMON MARKET — *United Nations Economic Commission for Latin America (CEPAL)* — New York, United Nations, 1960 — 146 p., $1.25

BRITISH INVESTIMENTS IN LATIN AMERICA, 1822-1949 — *J. Fred Rippy* — Minneapolis, University of Minnesota Press, 1959 — 249 p., $5.00

THE FRENCH ECONOMY AND THE STATE — *Warren C. Baum* — Princeton, Princeton University Press, 1958 — 391 p.

ECONOMIC INTEGRATION. THEORETICAL ASSUMPTIONS AND CONSEQUENCES OF EUROPEAN UNIFICATION — *Rolf Sanwald* e *Jacques Stohler* — Princeton, Princeton University Press, 1959 — 260 p., Enc. $5.00

THE COMMON MARKET — *J. F. Deniau* — London, Barrie & Rockliff, 1959 — 286 p.

THE EUROPEAN COMMON MARKET — *Elizabeth Martin* (ed.) — New York, American Management Association, 1958 — 220 p.

THE EUROPEAN COMMON MARKET. ITS MEANING TO THE UNITED STATES — New York, Committee for Economic Development, 1959 — 152 p.

ECONOMIC SURVEY OF AFRICA SINCE 1950 — *United Nation Department of Economic and Social Affairs* — New York, United Nations, 1959 — 248 p.

ECONOMIC DEVELOPMENTS IN THE MIDDLE EAST 1957-1958 — *United Nations* — New York, United Nations, 1959 — 104 p., $1.25

MIDDLE EASTERN CAPITALISM — *A. J. Meyer* — Cambridge, Harvard University Press, 1959 — 161 p., $3.75

THE ECONOMY OF PAKISTAN — *Russell Andrus* e *Azizalif Mohammed* — London, Oxford University Press, 1958 — 517 p.

BASIC DATA OF THE ECONOMY OF PAKISTAN — *W. Nelson Peach* e outros — London, Oxford University Press, 1959 — 236 p., 25 s.

AN ECONOMIC GEOGRAPHY OF EAST PAKISTAN — *Nafis Ahmad* — New York, Oxford University Press, 1958 — 361 p., $8.00

INDUSTRIAL GROWTH IN SOUTH INDIA — *George B. Baldwin* — Glencoe, The Free Press, 1959 — 339 p., $6.00

INDIA MIXED ENTERPRISE AND WESTERN BUSINESS — *Daniel L. Spencer* — Haia, Martinus Nijhoff, 1959 — 252 p., Guilders 15.75

THE ORIGIN OF MODERN CAPITALISM AND EASTERN ASIA — *Norman Jacobs* — Hong-Kong, Hong-Kong University Press, 1958 — 244 p.

AMERICAN TRADE WITH ASIA AND THE FAR EAST — *Robert J. Barr* (ed.) — Milwaukee, Marquette University Press, 1959 — 317 p., $9.00

JAPAN'S ECONOMIC RECOVERY — *G. C. Allen* — New York, Oxford University Press, 1958 — 215 p.

FINANCING ECONOMIC DEVELOPMENT: THE INDONESIAN CASE — *Douglas S. Paauw* — Glencoe, The Free Press, 1960 — $6.75

HALF THE WORLD'S CHILDREN (A DIARY OF UNICEF AT WORK IN ASIA) — *S. M. Keeny* — New York, Association Press, 1957 — 254 p.

STUDIES ON THE POPULATION OF CHINA, 1368-1953 — *Ping-ti Ho* — Cambridge, Harvard University Press, 1959 — 341 p., $6.00

THE FUTURE GROWTH OF WORLD POPULATION — New York, United Nations, 1958 — 75 p., 80 cents

THE POPULATION AHEAD — *Roy G. Francis* (ed.) — Minneapolis, University of Minnesota Press, 1958 — 160 p., $3.75

WE STRANGERS ARE AFRAID: THE REFUGEE STORY TODAY — *Elfan Rees* — New York, Carnegie Endowment for International Peace, 1959 — 72 p., 50 cents

NATIONALIZATION IN BRITAIN: THE END OF A DOGMA — *R. Kelf-Cohen* — New York, St. Martin's Press, 1959 — 310 p., $5.50

NEW FABIAN COLONIAL ESSAYS — *Arthur Creech Jones* (ed.) — New York, Praeger, 1959 — 270 p., $5.00

ZEITFRAGEN DER GELD-UND WIRTSCHAFTS-POLITIK — *Herman J.* — Frankfurt, F. Knapp, 1959 — 315 p.

FINANZPROBLEME DES MODERNEN IMPERIALISMUS — *Friedrich Rzesnitzek* — Berlin, Die Wirtschaft, 1958 — 223 p.

TASCHENBUCH FÜR DEN GEMEINSAMEN MARKT — *Franz-Wilhelm Engel* (ed.) — Frankfurt am Main, Agenor Verlag, 1958-59 — 486 p.

DIE DEUTSCHE LANDWIRTSCHAFT IM GEMEINSAMEN MARKT — *Fritz Baade* — Baden-Baden, Lutzeyer, 1958 — 209 p., DM 19.80

6. *ASSUNTOS REGIONAIS*

PORTUGAL OPRIMIDO — *Fernando Queiroga* — Rio de Janeiro, Ed. Germinal, 1959 — 305 p., Cr$ 250,00

OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS — *Maria Archer* São Paulo, Ed. Liberdade e Cultura, 1959 — 1º v., 313 p., Cr$ 200,00

CONTACTO DE CULTURAS NO CONGO PORTUGUÊS — *Manuel Alfredo de Morais Martins* — Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958 — 166 p.

LA AMERICA LATINA Y LOS CONGRESOS DEL PARTIDO COMUNISTA RUSO — *Victor Alba* — San Jose, Imprenta Vargas.

REVOLUCION DEL PARAGUAY — *Ernesto Gimenez Caballero* — Madrid, Espasa Calpe, 1958 — 312 p.

PROBLÈMES D'AMÉRIQUE LATINE — *Georges Friedmann* — Paris, Gallimard, 1959 — 71 p.

LE CANADA ET LE SYSTÈME INTERAMÉRICAIN — *Marcel Roussin* — Ottaw, Éditions de l'Université d'Ottawa, 1959 — 285 p.

L'EUROPE EN QUESTION, TEXTES — *Adolphe Juin* e *Henri Massis* — Paris, Plon, 1958 — 113 p.

EQUILIBRE OU HÉGÉMONIE DE L'EUROPE D'HIER OU MONDE DE DEMAIN — *Ludwig Dehio* — Paris, Ed. du Seuil, 1959 — 256 p.

LE MONDE ATLANTIQUE — *Claude Delmas* — Paris, Presses Universitaires de France, 1958 — 120 p.

LA NOUVELLE CONSTITUTION ET LE RÉGIME POLITIQUE DE LA FRANCE — *Jean Chatelain* — Paris, Berger-Levrault, 1959 — 461 p., Fr. 1350

LES GROUPES DE PRESSION EN FRANCE — *Jean Meynaud* — Paris, A. Colin, 1958 — 371 p.

NEUTRALITÉ SUISSE ET SOLIDARITÉ EUROPÉENNE — *H. Stranner* — 1959 — 274 p. $4.25

L'ALLEMAGNE D'ADENAUR — *Robert d'Harcourt* — Paris, Flammarion, 1958 — 252 p.

LE MYTHE ADENAUER — *E. N. Dzelepy* — Bruxelles, Les Éditions Politiques, 1959 — 199 p.

LA DÉMOCRATIE DE BONN, 1949-1957 — *Alfred Grosser* — Paris, A. Colin, 1958 — 311 p.

BERLIN, ENJEU ET SYMBOLE — *Bernard Winter* — Paris, Calmann-Lévy, 1959.

L'AFFAIRE DE BERLIN 1945-1959 — *Jacques Robichon* e *J. V. Ziegelmeyer* — Paris, Gallimard, 1959.

LES TERRES POLONAISES DE L'OUEST — *Institut Occidental* — Poznan, 1959 — 304 p.

LA CLASSE OUVRIÈRE DE L'ALLEMAGNE ORIENTALE. ESSAI DE CHRONIQUE (1945-1958) — *Benno Sarel* — Paris, Éditions Ouvriéres, 1958 — 269 p.

LE POUVOIR SOVIÉTIQUE — *Henri Chambre* — Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1959 — 168 p.

HISTOIRE DE L'ARMÉE SOVIÉTIQUE — *Michel Garder* — Paris, Plon, 1959 — 308 p.

LES HÉRITIERS DE SOUVAROV — *Victor Alexandrov* — Paris, Plon, 1958 — 312 p.

LE PEUPLE D'ALLAH — *Paul Fauvelle* — Paris, Berger Levrault, 1958 — 263 p.

VISAGES DE L'ISLAM — *Haidar Bammate* — Lausanne, Payot, 1958 — 427 p.

ÉTUDES SUR L'ÉTAT D'ISRAEL ET LE MOYEN-ORIENT (1935-1958) — *Jean Gottmann* — Paris, A. Colin, 1959 — 176 p.

ISRAEL DEVANT L'AFRIQUE ET L'ASIE — *Paul Giniewski* — Paris, Durlacher, 1958 — 176 p.

AUJOURD'HUI L'AFRIQUE — *L. Aujoulat* — Paris, Casterman, 1958 — 400 p.
L'AFRIQUE, LES AFRICAINS — *Pierre* e *Renée Gosset* — Paris, Julliard, 1958-59 — 3 vs., Fr. 2340
LES POIDS DE L'AFRIQUE — *Charles-Henri Favrod* — Paris, Seuil, 1958 — 409 p., Fr. 900
L'ITINÉRAIRE DES PARTIS AFRICAINS DEPUIS BAMAKO — *André Blanchet* — Paris, Plon, 1958 — 209 p.
L'ÉVOLUTION DES TERRITOIRES D'OUTRE-MER DEPUIS 1946 — *P. F. Gonidec* — Paris, L. G. D. J., 1958 — 126 p.
LES GRANDS COURANTS DE LA CIVILISATION DU MAGHREB — *Abdelaziz Benabdellah* — Casablanca, Imprimérie du Midi, 1958 — 144 p.
LE MAROC. D'ALGESIRAS À LA SOUVERAINETÉ ÉCONOMIQUE — *Yves Famchon* — Paris, Ed. des Relations Internationales, 1957 — 543 p.
L'ÉCONOMIE DE L'ALGÉRIE — *René Gendarme* — Paris, A. Colin, 1959 — 379 p.
LA QUESTION — *Henri Alleg* — Paris, Ed. de Minuit, 1958 — 111 p.
L'ACTION POLITIQUE DU PARTI DÉMOCRATIQUE DE GUINÉ — *Sékou Touré* — Paris, Présence Africaine, 1959 — 249 p.
L'AVENIR POLITIQUE DU CONGO BELGE — Bruxelles, Librairie Encyclopédique, 1959 — 126 p.
CONTRIBUTION À L'HISTOIRE DE LA NATION MALGACHE — *Pierre Boiteau* — Paris, Éditions Sociales, 1958 — 432 p.
LA CHINE POPULAIRE — *Jacques Guillermaz* — Paris, Presses Universitaires de France, 1959 — 128 p.
PRÉCIS DE GÉOGRAPHIE DE CHINE — *Wang Kiun-Heng* — Pékin, Éditions en Langues Étrangères, 1959 — 208 p.
CHINE OÙ VAS-TU? BILAN DE LA RÉVOLUTION CHINOISE — *C. Couturier, S.J.* (1900-1957) — Paris, Fleurus, 1958 — 268 p.
LE PEUPLE CHINOIS SOUTIENT SES FRÈRES ARABES — Pékin, Éditions en Langues Étrangères, 1958 — 100 p.
L'ÉCONOMIE DU JAPON — *Maurice Moreau* — Paris, Presses Universitaires de France, 1959 — 126 p.
EUROPA, STORIA DI UN'IDEA — *Carlo Curcio* — Firenze, Vallecchi, 1958 — 2 vs., 1003 p.
BREVE STORIA DELL'INTEGRAZIONE EUROPEA — *Gerardo Zampaglione* — Rome, 1958 — 138 p.
EURATOM E SVILUPPO NUCLEARE — *Achille Albonetti* — Milão, Edizioni di Comunita, 1958 — 168 p.
LA SINISTRA ITALIANA NEL DOPOGUERRA — *Giorgio Galli* — Bologna, Il Mulino, 1958 — 288 p.
IL PENTAGONO VATICANO — *Carlo Falconi* — Bari, Laterza, 1958 — 227 p.
BREVE STORIA DEI RAPPORTI CINO-SOVIETICI — *Henry Wei* — Roma, Ed. Opere Nuove, 1958 — L 700
DOPOGUERRA A SHANGAI — *Francesco Maria Taliani* — Milão, Garzanti, 1958 — 256 p. £ 1.200
LATIN AMERICA, A MODERN HISTORY — *J. Fred Rippy* — Ann Arbor, University of Michigan Press, 1958 — 579 p., $10.00
HANDBOOK OF LATIN AMERICAN STUDIES Nº 21 — *Nathan A. Haverstock* (ed.) — Gainesville, University of Florida Press, 1959 — 331 p., $12.50

POLITICAL CHANGE IN LATIN AMERICA: THE EMERGENCE OF THE MIDDLE SECTORS — *John J. Johnson* — Stanford, Stanford University Press, 1958 — 272 p., $5.00

LATIN AMERICAN POLITICS — *William S. Stockes* — New York, Thomas Y. Crowell, 1959 — 538 p.

FREEDOM IS MY BEAT — *Jules Dubois* — Indianapolis, Bobbs-Merrill, 1959 — 295 p., $3.95

TWILIGHT OF THE TYRANTS — *Tad Szulc* — New York, Holt, 1959 — 312 p., $4.50

COMMUNISM IN LATIN AMERICA — *Robert J. Alexander* — New Brunswick, Rutgers University Press, 1957 — 449 p.

ARMS AND POLITICS IN LATIN AMERICA — *Edwin Lieuwen* — New York, Praeger, 1960 — 296 p. $4.75

THE EMERGENCE OF THE REPUBLIC OF BOLIVIA — *Charles W. Arnade* — Gainesville, University of Florida Press, 1957 — 269 p.

THE BOLIVIAN NATIONAL REVOLUTION — *Robert J. Alexander* — New Brunswick, Rutgers University Press, 1958 — 302 p., $7.50

CHILE THROUGH EMBASSY WINDOWS, 1939-53 — *Claude G. Bowers* — New York, Simon and Schuster, 1958 — 375 p.

CUBA: ISLAND OF PARADOX — *R. Hart Phillips* — New York, Mc Dowell, 1959 — 434 p., $4.95

TRUJILLO, LITTLE CAESAR OF THE CARIBBEAN — *German E. Ornes* — New York, Thomas Nelson & Sons, 1958 — 338 p., $5.00

THE BRITISH CARIBBEAN — *Information department, R.I.I.A.* — London, Oxford University Press, 1957 — 83 p., 5 s.

CONTEMPORARY CANADA — *Miriam Chapin* — New York, Oxford University Press, 1959 — 332 p., $7.00

A CANADIAN FOREIGN POLICY — CONSERVATIVE STYLE — *Robert A. Spencer* — Toronto, Canadian Institute of International Affairs, 1958 — 16 p., 20 cents

THE UNQUIET YEARS: U.S.A. 1945-1955 — *Herbert Agar* — London, Hart Davis, 1957 — 176 p.

THE U.S. NATIONAL INTEREST — ASSERTIONS AND DEFINITIONS — *Michael Brower* — Cambridge Center for International Studies, Massachussetts Institute of Technology, 1959 — 338 p.

AS OTHERS SEE US: THE UNITED STATES THROUGH FOREIGN EYES — *Franz M. Joseph* (ed.) — Princeton, Princeton University Press, 1959 — 360 p., $6.00

THE MAN IN THE WHITE HOUSE: HIS POWERS AND DUTIES — *Wilfred E. Binkley* — Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1959 — 310 p., $600

TOP LEADERSHIP, U.S.A. — *Floyd Hunter* — Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1959 — 268 p., $6.00

THE TRUMAN-MACARTHUR CONTROVERSY AND THE KOREAN WAR — *John W. Spanier* — Cambridge, Belknap Press, 1959 — 311 p., $6.50

THE BIG CHANGE IN EUROPE — *Blair Bolles* — New York, W. Norton, 1958 — 527 p.

THE RAPE OF EUROPE — *Louis Diez Del Corral* — London, Allen and Unwin, 1959 — 311 p.

FRANCE TROUBLED ALLY — *Edgard S. Furniss* — New York, Harper and Brothers, 1960 — 512 p., $5.75

ITALY: A MODERN HISTORY — *Denis Mack Smith* — Ann Arbor, University of Michigan Press, 1959 — 508 p., $7.50

THE ITALIAN FASCIST PARTY IN POWER — *Dante L. Germino* — Minneapolis, University of Minnessota Press, 1959 — 181 p., $4.50

DUTCH FOREIGN POLICY SINCE 1815 — *Amry Vandenbosch* — The Hague, M. Nijhoff, 1959 — 318 p., Guilders 25.50

A SELECTED ANNOTATED BIBLIOGRAPHY OF BASIC BOOKS AND MONOGRAPHS IN ENGLISH ON MODERN TURKEY — *J. R. von Reinhold Jamesson* — Ankara, Türk-American Egitim Dernegi, 1959 — 9 p., $1.00

TURKISH NATIONALISM AND WESTERN CIVILIZATION — *Ziya Gokalp* — London, Allen and Unwin, 1959 — 336 p.

GOODBYE TO THE FEZ. A PORTRAIT OF MODERN TURKEY — *B. Karabuda* — 1959 — 160 p., $4.25

THE BUILDING OF MODERN SWEDEN — *O. Fritiof Ander* — Rock Island, Denkmann Memorial Library, 1958 — 271 p., $5.75

THE "OFFICE": A STUDY OF BRITISH FOREIGN POLICY AND ITS MAKERS: 1919-1951 — *John Connell* — London, Wingate, 1958 368 p.

THE BRITISH COMMONWEALTH 1958 — London, Europa, 1958 — 974 p.

SURVEY OF BRITISH COMMONWEALTH AFFAIRS — *Nicholas Mansergh* — London, Oxford University Press, 1958 — 469 p., $10.10

AN ECONOMIC GEOGRAPHY OF THE COMMONWEALTH — *The Economist Intelligence Unit* — London, Blackie and son, ltd., 1957.

PROSPER THE COMMONWEALTH (1891-1957) — *Robert P. Garran* — London, Angus & Robertson, 1958 — 444 p.

GOVERNMENT IN GREAT BRITAIN, THE EMPIRE, AND THE COMMONWEALTH — *L. W. White* e *W. D. Hussey* — Cambridge, Harvard University Press, 1958 — 295 p., 15 s.

FROM BISMARCK TO ADENAUER — *Gordon A. Craig* — Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1958 — 156 p., $4.50

MODERN GERMAN HISTORY — *Ralph Flenley* — London, Dent, 1959 — 452 p., 36s

DILEMMA OVER GERMANY — *John L. Snell* — New Orleans, The Hauser Press, 1959 — 267 p.

DOCUMENTS ON THE STATUS OF BERLIN, 1944-1959 — Munich, Oldenbourg, 1959 — 239 p.

WESTERN AND NORTHERN TERRITORIES OF POLAND; FACTS AND PROBLEMS — *Waclaw Sobanski* (ed.) — Warsaw. Wydawnictwo Zachodnie, 1959 — 50 p.

THE SCHLIEFFEN PLAN — *Gerhart Ritter* — New York, Praeger, 1959 — 263 p., $5.00

EAST GERMANY: A SELECTED BIBLIOGRAPHY — *Fritz T. Epstein* (comp.) — Washington, Slavic and Central European Division, 1959 — 55 p. (Library of Congress).

AMERICAN RESEARCH ON RUSSIA — *Harold H. Fisher* (ed.) — Bloomington, Indiana University Press, 1959 — 240 p., $5.00

RUSSIA AND THE SOVIET UNION — *Warren Bartlett Walsh* — Ann Arbor, University of Michigan Press, 1959 — 640 p., $10.00

SOVIET AFFAIRS: NUMBER TWO — *David Footman* (ed.) — New York, Praeger, 1959 — 154 p.

THIRTEEN DAYS THAT SHOOK THE KREMLIN — *Tibor Meray* — New York, Praeger, 1959 — 290 p., $5.00

INSIDE THE KHRUSHCHEV ERA — *Giuseppe Boffa* — New York, Marzani, 1959 — 226 p., $5.00

ATOMIC ENERGY IN THE SOVIET UNION — *Arnold Kramish* — Stanford, Stanford University Press, 1959 — 232 p., $4.75

SOVIET RUSSIA AND THE WESTERN ALLIANCE — *J. A. Corry* — Toronto, C.I.I.A., 1958 — 102 p.

THE ABSENT COUNTRIES OF EUROPE. LECTURES HELD IN STRASBOURG — *(6-VIII- 6-IX 1957)* — *Collège de l'Europe libre* — Strasbourg, Osteuropa Bibliothek, 1958 — 272 p.

THE FROZEN REVOLUTION. POLAND: A STUDY IN COMMUNIST DECAY — *Frank Gibney* — New York, Farrar, Strauss, 1959 — 269 p., $4.75

THE COMMUNIST PARTY OF POLAND. AN OUTLINE OF HISTORY — *M. K. Dziewanowski* — Cambridge, Harvard University Press, 1959 — 369 p.

THE UNDEFEATED — *George Paloczi-Horvath* — London, Secker & Warburg, 1959 — 288 p., 25 s.

LAND WITHOUT JUSTICE — *Milovan Djilas* — New York, Harcourt Brace, 1958 — 365 p.

THE SOVIET UNION AND THE MUSLIM WORLD: 1917-1958 — *Ivar Spector* — Seattle, University of Washington Press, 1959 — 328 p., $5.00

ISLAM — THE STRAIGHT PATH — *Kenneth Morgan* (ed.) — New York, Ronald Press, 1958 — 453 p.

ISLAM AND THE ARABS — *Rom Landau* — New York, Macmillan, 1959 — 298 p., $4.95

A SHORT HISTORY OF THE MIDDLE EAST FROM THE RISE OF ISLAM TO MODERN TIMES — *George E. Kirk* — London, Methuen, 1959 — 336 p.

THE NEAR EAST: A MODERN HISTORY — *William Yale* — Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1958 — 485 p., $7.50

THE MIDDLE EAST 1959 — London, Europa, 1959 — 491 p., 70 s.

THE NEAR EAST — *William Yale* — Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1959 — 485 p., $7.50

MIDDLE EAST INDICTMENT. FROM THE TRUMAN DOCTRINE, THE SOVIET PENETRATION AND BRITAIN'S DOWNFALL TO EISENHOWER DOCTRINE — *Arslam Humbaraci* — London, Hale, 1958 — 288 p.

MIDDLE EAST PERSPECTIVE — *R. C. Mowat* — New York, Pitman, 1959 — 279 p., $4.50

DEFENSE OF THE MIDDLE EAST: PROBLEMS OF AMERICAN POLICY — *John C. Campbell* — New York, Council on Foreign Relations, 1958 — 392 p.

THE MIDDLE EAST, OIL AND THE GREAT POWERS, 1959 — *Benjamin Shwadran* — New York, Council for Middle Eastern Affairs Press, 1959 — 529 p., $7.00

THE PASSING OF TRADITIONAL SOCIETY: MODERNIZING THE MIDDLE EAST — *Daniel Lerner* — Glencoe, The Free Press, 1958 — 466 p.

BRITISH INTERESTS IN THE MIDITERRANEAN AND THE MIDDLE EAST — *Royal Institute of International Affairs* — London, Oxford University Press, 1958 — 12 s. 6 d.

BRITAIN AND THE MIDDLE EAST — *C. M. Woodhouse* — Genève, Droz, 1959 — 61p.

PRELUDE TO ISRAEL, AN ANALYSIS OF ZIONIST DIPLOMACY, 1897-1947 — *Alan R. Taylor* — New York, Philosophical Library, 1959 — 136 p., $4.75

THE SEAT OF PILATE: AN ACCOUNT OF THE PALESTINE MANDATE — *John Marlowe* — London, Cresset Press, 1959 — 289 p., 30 s.

BOTH SIDES OF THE HILL. BRITAIN AND PALESTINE — *J. Kimche* — 1959 — 272 p., $3.50

THE FIRST TEN YEARS: A DIPLOMATIC HISTORY OF ISRAEL — *Walter Eytan* — New York, Simon and Schuster, 1958 — 239 p.

THE ARABS IN ISRAEL — *W. Schwarz* — 1959 — 16 p., $2.95

A POLITICAL STUDY OF THE ARAB-JEWISH CONFLICT: THE ARAB REFUGEE PROBLEM (A CASE STUDY) — *Romy E. Gabbay* — Geneva, Droz, 1959 — 611 p., Swiss Fr. 50

THE PALESTINE REFUGEE PROBLEM: A NEW APPROACH AND A PLAN FOR A SOLUTION — New York, Institute for Mediterranean Affairs, 1958 — 133 p.

ISRAEL'S ODYSSEY — *Abraham Mayer Heller* — New York, Farrar, Strauss and Cudahy, 1959 — 310 p., $4.00

SINAI VICTORY — *S. L. A. Marshall* — New York, William Morrow, 1958.

ISRAEL TO DAY: LAND OF MANY NATIONS — *Ruth Gruber* — New York, Hill and Waring, 1958 — 242 p.

THE HASHEMITE KINGS — *James Morris* — New York, Pantheon, 1959 — 208 p., $4.50

SYRIA AND LEBANON UNDER FRENCH MANDATE — *Stephen Hemsley Longrigg* — London, Oxford University Press, 1959 — 404 p., 42 s.

THE PERSIAN GULF STATES — *Sir Rupert Hay* — Washington, Middle East Institute, 1959 — 160 p., $3.75

SAUDI ARABIA, ITS PEOPLE, ITS SOCIETY, ITS CULTURE — *George Lipsky* e outros — New York, HRAF Press, 1959 — 366 p., $7.00

ADEN... — *Sir Tom Hickinbotham* — London, Constable, 1958 — 242 p.

AFRICAN NATIONALISM — *N. Sithole* — 1959 — $1.75

ALGERIA BEFORE THE UNITED NATIONS — *Mohamad Alwan* — New York, Robert Speller and Sons, 1959 — 121 p., $3.50

TUNISIA UNVEILED — *Thomas Hammerton* — London, R. Hale, 1959 — 189 p.

ISLAM IN WEST AFRICA — *J. Spencer Trimingham* — London, Oxford University Press, 1959 — 262 p., $4.80

NIGERIA: BACKGROUND TO NATIONALISM — *James S. Coleman* — Berkeley, University of California Press, 1958 — 510 p., 56s 6d

THE NEW GHANA, THE BIRTH OF A NATION — *J. G. Amanoo* — London, Pan Books, 1958 — 158 p.

THE FOREIGN POLICY OF THE UNITED STATES IN LIBERIA — *Raymond W. Bixley* — New York, Pageant Press, 1957 — 143 p.

CENTRAL AFRICAN WITNESS — *Cyril Dunn* — London, Gollancz, 1959 — 254 p., 21 s.

RHODESIA AND EAST AFRICA — *F. S. Joelson* (comp. e ed.) — London, "East Africa and Rhodesia", 1958 — 432 p., 25 s

THE MAKING OF MODERN UGANDA — *Kenneth Ingham* — London, Allen and Unwin, 1958 — 304 p.

ETHIOPIA TODAY — *Ernest W. Luther* — Stanford, Stanford University Press. 1958 — 158 p., $4.50

GEZIRA. A STORY OF DEVELOPMENT IN THE SUDAN — *A. Gaitskell* — 1959 — 20 p maps, $5.90

THIS IS APARTHEID — *Leslie Rubin* — London, Gollancz, 1959 — 16 p., 1 s.

UNDERSTANDING INDIA — *G. L. Mehta* — New York, Asia Publishing House, 1959 — 287 p., $5.50

THE HEART OF INDIA — *Alexander Campbell* — New York, A. Knopf, 1958 — 333 p.

WEST OF INDUS — *William O. Douglas* — New York, Doubleday & co., 1958 — 502 p.

INDIA AND THE WORLD — *Durga Das* — New Delhi, Hindustan Times, 1958 — 119 p.

INDIA WINS FREDOM — *Maulana Abul Kalan Azad* — 1959 — 252 p., $4.25

EAST AND WEST IN INDIA'S DEVELOPMENT — *Wilfred Malenbaum* — Washington, National Planning Association, 1959 — 64 p., $1.75

THE NEW INDIA — *Planning Commission, Government of India* — New York, Macmillan & co., 1958 — 412 p., Enc. $5.00

INDUSTRIAL CHANGE IN INDIA — *George Rosen* — Glencoe, The Free Press, 1958 — 243 p., $5.00

POVERTY AND CAPITAL DEVELOPMENT IN INDIA — *D. K. Rangnekar* — London, Oxford University Press, 1958 — 316 p., 42 s.

INDIA 1958: ANNUAL REVIEW — London, Information Service of India, 1959 — 203 p.

CONSTITUTIONAL DEVELOPMENT IN PAKISTAN — *G. E. Choudhury* — New York, Longmans, 1959 — 280 p., $3.75

THE AFRO-ASIAN STATES AND THEIR PROBLEMS — *K. M. Panikkar* — London, Allen & Unwin, 1959 — 104 p., 12s. 6d.

SELECT DOCUMENTS ON ASIAN AFFAIRS. EAST ASIA: CHINA, KOREA, JAPAN, 1947-1950 — *Vidya Prakash Dutt* (ed.) — Oxford University Press, 1958 — 747 p.

TOO MANY ASIANS — *John Robbins* — Garden City, Doubleday, 1959 — 214 p., 3.95

COMMUNISM IN SOUTH EAST ASIA. A POLITICAL ANALYSIS — *J. H. Brimmel* — Oxford University Press, 1959 — 415 p.

THE FAR EAST — *Nathaniel Peffer* — Ann Arbor, University of Michigan Press, 1958 — 489 p., $7.50

THE SOUL OF CHINA — *A. De Riencourt* — 1959 — $3.00

IMPATIENT GIANT: RED CHINA TODAY — *Gerald Clark* — New York, David Mc Kay, 1959 — 212 p., $4.50

THE NEW FACE OF CHINA — *Peter Schmid* — New York, Pitman, 1959 — 167 p., $4.95

THE NATIONAL MOVEMENT IN MODERN CHINA — *Krishnalal Chatterji* — Calcutta, Firma K. L. Mukhopadhyay, 1958 — 157 p., Rs 10

CHALLENGE IN CHINA — *F. C. Jones* — Toronto, Canadian Institute of International Affairs, 1959 — 15 p., 20 cents

CHINA YEARBOOK 1959 — Taipei, China Publishing co., 1959 — 858 p.

THE UNITED STATES AND CHINA — *John King Fairbank* — Cambridge, Harvard University, 1958 — 365 p.

CHINA'S RELATIONS WITH BURMA AND VIETNAM, A BRIEF SURVEY — *Harold C. Hinton* — New York, Institute of Pacific Relations, 1958 — 64 p.

THE INTERNATIONAL POSITION OF SOUTH VIET NAM 1954-1958 — *Bernard B. Fall* — New York, I.P.R., 1958 — vº 1

A SHORT HISTORY OF CAMBODIA FROM THE DAYS OF ANGKOR TO THE PRESENT — *Martin F. Iferz* — London, Atlantic Review, 1958 — 141 p.

THE SILENT WAR IN TIBET — *Lowell Thomas, Jr.* — Garden City, Doubleday, 1959 — 284 p., $3.95

JAPAN AND COMMUNIST CHINA — *Shao Chuan Leng* — Kyoto, Doshisha University Press, 1959 — 166 p., $3.25

JAPANESE POLITICS, AN INTRODUCTORY SURVEY — *Nobutaka Ike* — London, Eyre and Spottiswoode, 1958 — 324 p.

JAPAN'S POST-WAR — *Jerome B. Cohen* — Bloomington, Indiana University Press, 1958 — 262 p.

ESSAYS ON JAPANESE ECONOMY — *Shigeto Tsuru* — Tokyo, Kinokuniya Bookstore, 1958 — 241 p., $5.00

JAPAN'S FOREIGN POLICY: CONSERVATIVE AND SOCIALIST VIEW — *Hitoshi Ashida* e *Eki Soni* — Tokyo, Japan Institute of Pacific Relations, 1958 — 33 p.

A HISTORY OF HONG-KONG — *B. Endacott* — New York, Oxford University Press, 1958 — 322 p., $4.80

THE DOOR MARKED MALAYA — *Olivier Crawford* — London, Rupert Hart-Davis, 1958 — 237 p.

THE STORY OF INDONESIA — *Louis Fischer* — New York, Harper, 1959 — 341 p., $5.00

AUSTRALIA IN WORLD AFFAIRS 1950-55 — *Gordon Greenwood* e *Norman Harper* (ed.) — Melbourne, Cheshire, 1957 — 366 p.

PANMUNJON — *William H. Vatcher* — London, Stevens, 1958 — 322 p.

THE RISING AMERICAN EMPIRE — *Richard W. Van Alstyne* — Oxford, Blackwell, 1960 — 256 p., 30 s. net

THE PACIFIC DEPENDENCIES OF THE UNITED STATES — *John Wesley Coulter* — New York, Mac Millan, 1957 — 388 p.

ANTARTICA IN WORLD AFFAIRS — *Laurence M. Gould* — New York, F.P.A., 1958 — 54 p.

DIE EUROPAEISCHE WIRTSSCHAFTSINTEGRATION IM BANNE DES GEMEINSAMEN MARKTES — *H. Bachmann* — Oxford, Blackwell's, 1960 — 197 p., 30/6

DIE INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT BEI DER FRIEDLICHEN VERWENDUNG DER ATOMENERGIE INNERHALB EUROPAS — *H. Drück* — 1959 — 128 p., $7.60

MASSNAHMEN ZUR FÖRDERUNG DER PRIVATEN KAPITALBILDUNG IM PORTUGIESISCHEN REICH — *Ralph von Gersdorff* — Paris, P.U.F., 1958 — 128 p.

LAND IM STROM DER ZEIT. OESTERREICH GESTERN, HEUTE, MORGEN — *Friedrich Heer* — Wien-München, Herold, 1958 — 214 p.

ÖSTERREICHS STAATSVERTRAG UND NEUTRALITÄT — *Felix*

Ermacora — Frankfurt, Alfred Metzner, 1957 — 116 p., D.M. 14.60

GRIECHENLAND — *Karl Heinz Pfeffer* e *Irma Schaafhausen* — Hamburg, Verlag Wettarchiv GMBH, 1959 — 139 p., DM 12

DEUTSCHLAND HEUTE — *Helmut Arntz* — 860 p., DM 29

DIE GEBURT EINES NEVEN DEUTSCHLANDS — *Stephean Doernberg* — Berlin, Rütten und Leoning Verlag, 1959 — 358 p.

BERLIN, SCHICKSAL EINER WELTSTADT — *Walther Kiaulehn* — München, Diederstein Verl, 1958 — 594 p.

SAARPOLITIK 1945-1957 — *R. H. Schmidt* — 1959 — 3 vs., enc. $42.50

DIE ENTWICKLUNG DES DEUTSCHEN VOLKSDEMOKRATISCHEN STAATES 1945-1950 — *Walter Ulbricht* — Berlin, Dietz Verlag, 1958 — 691 p.

POLEN UND EUROPA — *Hans Roos* — Tübingen, I.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1957 — 400 p.

DEUTSCHLAND UND POLEN — *Paul Roth* — München, Isar Verlag, 1958 — 113 p.

DIE OEKONOMISCHE UND SOZIALE ENTWICKLUNG INDIENS — *W. Ruben* — Oxford, Blackwell's 1960 — 308 p., 40/

DIE WIRTSCHAFTLICHE ENTWICKLUNG DER VOLKSREPUBLIK CHINA — *B. Grossman* — 1959 — 430 p., $8.00

REPUBLIK MALUKU SELATAN. DIE REPUBLIK DER SÜD-MOLUKKEN — *Gunter Decker* — Göttingen, Schwartz, 1957 — 239 p.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS





ASSINATURA ANUAL	Cr$	160,00
PREÇO DE CADA NÚMERO	Cr$	80,00



PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS • BELO HORIZONTE • MINAS GERAIS • BRASIL